

POPULISMO

TEORIAS
E CASOS

ORGANIZADORES
ANTÓNIO COSTA PINTO
FABIO GENTILE

edimeta
EDITORA

Organizadores
António Costa Pinto
Fabio Gentile

Populismo: teorias e casos

Organizadores
Antônio Costa Pinto
Fabio Gentile

Populismo: teorias e casos

Fortaleza - CE
2020



2020, EDMETA

Organizadores

António Costa Pinto

Fabio Gentile

POPULISMO – TEORIA E CASOS

Capa

Ana Carolina de Paula Frota

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Freire

Revisão

Evandro Lisboa Freire

João Vianney Campos de Mesquita

Equipe Técnica

Cristiê Gomes Moreria

Juliane Queiroz Carvalho

Publicado por

Editora EDMETA

Conselho Editorial

Dr. Francisco Horácio da Silva Frota

Dra. Maria Helena de Paula Frota

Dra. Jaeannette Filomeno Pouchain

Ramos

Dr. Irapuan Peixoto Filho

Ms. Maria Andréa Luz da Silva

Coordenação Editorial

Francisco Horácio da da Silva Frota

Edmeta

Editora Digital e Impressa Ltda.

Av. Desembargador Moreira, 2800,

Sala 1008. Bairro Aldeota

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Populismo - Teorias e casos [livro eletrônico] / organizadores António Costa Pinto e Fabio Gentile.

-- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Edmeta, 2020.

PDF

ISBN 978-65-86311-08-2

1. Ciência Política 2. Conservadorismo 3. Facismo 4. Populismo I. Pinto, António Costa. II. Gentile, Fabio.

20-53688

CDD-324.213

Índices para catálogo sistemático:

1. Populismo : Ciências Políticas 324.213

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



Sobre os autores

Antonio Costa Pinto é Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Convidado no ISCTE, Lisboa. As suas obras são focadas principalmente no autoritarismo, no fascismo e no corporativismo, pensados como fenômenos “transnacionais” entre Europa e América Latina. Entre seus trabalhos recentes, *Latin American Dictatorships in the Era of Fascism The Corporatist Wave* (Routledge, 2020).

Fabio Gentile é Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará e Professor em nível permanente do Programa de doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Seus interesses de pesquisa são focados principalmente na influência do corporativismo fascista italiano na “Era Vargas”, na natureza do autoritarismo e do populismo brasileiro. Entre seus trabalhos recentes, o livro organizado em parceria com Carla Longhi, *Ditaduras e Violência Institucional* (Ed.da PUC-SP, 2019).

Federico Finchelstein é Professor de História da New School for Social Research-Eugene Lang College, Nova York. É também Professor Visitante de várias universidades europeias e norte-americanas. Especialista do fascismo e do populismo, tem importantes livros publicados e traduzidos em vários idiomas sobre os referidos temas. Entre eles, os recentes *Do fascismo ao Populismo na história* (Edições 70, 2019); *Uma breve história das mentiras fascistas* (Edições Vestígio, 2020).

Stéphane Boisard é professor no Centre Universitaire Jean-François Champollion e pesquisador no laboratório FRAMESPA, Universidade de Toulouse, na França. É especialista em história do Chile e no estudo dos think tanks de direita. Entre seus recentes trabalhos, o livro organizado junto com Ernesto Bohoslavsky e Rodrigo Patto Sá Motta, *Pensar as direitas na América Latina* (Ed. Alameda, 2019).

José Pedro Zuquete é Investigador do Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa. Professor e pesquisador visitante de várias universidades e centros de pesquisas da Itália, França, Estados Unidos, Israel e Brasil. A sua pesquisa concentra-se na política comparada de movimentos radicais, movimentos sociais, e o impacto da globalização. Entre as obras recentes, *The Identitarians. The Movement against Globalism and Islam in Europe* (University of Notre Dame Press, 2018).

Pedro Cezar Dutra Fonseca é economista e Professor Titular na Faculdade de

Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da qual foi também vice-reitor. Vencedor de muitos prêmios na área das ciências econômicas brasileiras, é um reconhecido especialista da nacional-desenvolvimentismo da “Era Vargas”. Entre suas publicações, o livro organizado em parceria com Pedro Paulo Zahluth Bastos *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade* (Ed. Unesp, 2012); *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954* (Hucitec, 2014).

Ivan Colangelo Salomão é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico Universidade Federal do Paraná (UFPR). Editor-chefe dos periódicos *Análise Econômica*, *Revista de Economia e História Econômica & História de Empresas*. Suas obras são focadas principalmente na História econômica e no Pensamento econômico brasileiro. Entre os seus trabalhos recentes, o livro organizado *Os homens do cofre: o que pensavam os ministros da Fazenda do Brasil republicano, 1889-1985* (Edunesp, 2020).

Fernando Perlatto é Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Professor do Programa de Pós-Graduação em História da referida instituição, Pesquisador do Laboratório de História Política e Social (LAHPS), vinculado à UFJF. Seus interesses são focados principalmente na justiça de transição e as relações entre ditadura, história e memória pública. Entre as obras recentes, o livro escrito em parceria com João Dulci e Jorge Chaloub *A Nova República em crise* (Appris, 2020).

Leonardo Avritzer é Professor titular do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor visitante de várias universidades brasileiras e internacionais, e Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, entre 2012 e 2014. Há décadas se ocupa do tema da democracia, sendo reconhecido, em nível internacional, entre os principais especialistas da democracia brasileira. Entre seus livros recentes, *Impasses da democracia no Brasil* (Civilização Brasileira, 2016), *O pêndulo da democracia* (Todavia, 2019), *Política e antipolítica. A crise do governo Bolsonaro* (Todavia, 2020).

Odilon Caldeira Neto é Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Professor do Programa de Pós-Graduação em História da referida instituição, Coordenador do Laboratório de História Política e Social (LAHPS), vinculado à UFJF, e Coordenador do Observatório da Extrema Direita. É um especialista do integralismo e neointegralismo, do neofascismo e da extrema direita brasileira. Entre suas obras recentes, o livro escrito

em parceria com Leandro Pereira Gonçalves *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo* (FGV Editora, 2020).

Goffredo Adinolfi é Investigador integrado do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Sua pesquisa se concentra em dois eixos principais: a influência do Fascismo italiano no Estado Novo Português, e mais de recente o estudo das Democracias representativas liberais e dos regimes autoritários na Europa do Sul. Entre suas obras recentes, o capítulo de livro “The Constitutional Foundations of an Ethical State: The Portuguese New State in Comparative Perspective”. In Ismael Saz; Zira Box; Toni Morant; Julián Sanz (Editors) *Reactionary Nationalists, Fascists and Dictatorships in the Twentieth Century* (Palgrave, 2020).

Riccardo Marchi é Investigador de pós-doutoramento do Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Professor Convidado no ISCTE, Lisboa, Coordenador, para Portugal, da rede académica transnacional “Direitas, História e Memória”. Seu interesse de pesquisa é focado principalmente no estudo das direitas radicais na democracia portuguesa. Entre as suas obras recentes, *A nova direita anti-sistema em Portugal: o caso do Chega*, (Edições 70, 2020).

Sumário

Apresentação

- Antonio Costa Pinto e Fabio Gentile* _____ 12
- 1 • Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades**
Federico Finchelstein _____ 20
- 2 • Del totalitarismo al populismo: el enemigo antiliberal en el discurso de derecha**
Stéphane Boisard _____ 32
- 3 • Para além do populismo: a defesa da identidade branca na Europa Ocidental**
José Pedro Zúquete _____ 57
- 4 • Populismo e ciências sociais brasileiras. Desafios teóricos e metodológicos**
Fabio Gentile _____ 76
- 5 • Vargas e Goulart: o populismo em questão**
Pedro Cezar Dutra Fonseca e Ivan Colangelo Salomão _____ 91
- 6 • Ângela de Castro Gomes e o populismo: percursos de uma trajetória intelectual e de um conceito**
Fernando Perlatto _____ 123
- 7 • A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil**
Leonardo Avritzer _____ 145
- 8 • Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil**
Odilon Caldeira Neto _____ 157
- 9 • Populism and anti-liberal thought: Lega and M5S in the Italian context**
Goffredo Adinolfi _____ 177
- 10 • O Novo partido “Chega” no âmbito da direita portuguesa**
Riccardo Marchi _____ 200

Apresentação

Antônio Costa Pinto
Fabio Gentile

O núcleo fundador desta coletânea é a parceria entre o Programa de Doutorado em Políticas Públicas (PPG) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e o Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

De acordo com suas respectivas linhas de pesquisas, desde 2018, os dois Programas vem criando uma rede de pesquisa, a cada vez mais ampliada, integrando universidades brasileiras e universidades estrangeiras.

Com o apoio também da Capes/Funcap¹, foram organizados seminários e eventos para alunos e alunas do PPG e do PPGS, trazendo pesquisadores estrangeiros e brasileiros, bem como foi apoiada a mobilidade de professores dos referidos programas para missões de pesquisa no exterior.

O prof. António Costa Pinto, do Instituto de Ciências Sociais (ICS), de Lisboa, foi convidado para ministrar um seminário sobre “As ditaduras na América Latina entre as duas guerras mundiais”, e o professor Federico Finchelstein, da New School for Social Studies, de Nova York, foi convidado para ministrar um seminário sobre o tema “Do fascismo ao populismo na historia”. Em contrapartida, o professor Fabio Gentile foi convidado no ICS de Lisboa para ministrar um seminário sobre o populismo brasileiro junto com o grupo de pesquisa “Regimes e Instituições Políticas”, coordenado pelo prof. António Costa Pinto, e logo em seguida foi convidado na New School for Social Studies para ministrar um seminário sobre o autoritarismo brasileiro, no âmbito da programação científica e didática do “Centro de Estudos Latinos Americanos”, coordenado pelo professor Federico Finchelstein.

Destaca-se também a parceria com o professor Leonardo Avritzer, do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual vem ministrando regularmente, a cada ano, seminários sobre a democracia brasileira e os demais temas no foco da ciência política contemporânea.

¹ O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS) se beneficiou de um recurso Funcap/Capes para implementar o projeto “Estratégias de internacionalização e de fortalecimento do PPGS”. Número do processo 8881.165965/2018-01.

O primeiro resultado desta rede internacional foi o dossiê **Populismo, teorias e casos**, organizado por Antônio Costa Pinto e Fabio Gentile, publicado na **Revista Conhecer**, do Doutorado em Políticas Públicas da UEC, v.11, n 24, 2020, incluindo também artigos de Federico Finchelstein da New School for Social Studies de Nova York, Stephane Boisard da Universidade de Lyon, Fernando Perlatto e Odilon Caldeira Neto, ambos do Departamento de Historia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Pedro Cezar Dutra Fonseca, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ivan Salomão, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, Goffredo Adinolfi, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O retorno positivo da comunidade acadêmica brasileira e internacional, contudo, motivou os organizadores a publicar este livro, que amplia os horizontes temáticos do dossiê, podendo contar com a colaboração de demais três especialistas do populismo contemporâneo: Leonardo Avritzer, do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, Riccardo Marchi, do Centro de Estudos Internacionais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e José Pedro Zuquete, do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

Longe de voltar a discutir as grandes teorias do populismo, debate resgatado recentemente por excelentes trabalhos (Eatwell & Goodwin, 2018; Finchelstein, 2017; Mény, 2019; Urbinati, 2019), o objetivo do livro **Populismo: teorias e casos** é apresentar um diálogo interdisciplinar entre cientistas políticos, economistas e historiadores internacionalmente reconhecidos como especialistas no tema em questão.

As contribuições apresentam teorias originais e inovadoras, frutos de longas reflexões e de rigorosos trabalhos de campo sobre casos específicos, divididas em duas partes. Na primeira parte, o leitor encontra estudos de cunho teórico político, enquanto a segunda parte se dedica à análise de casos nacionais, representando o crescimento do populismo ao redor do mundo com foco privilegiado no Brasil, no Portugal e na Itália – considerados laboratórios contemporâneos das principais tendências populistas em países latino-americanos e europeus, respectivamente.

A primeira parte do livro se abre com o capítulo de **Federico Finchelstein, Para uma história global do populismo: rupturas y continuidades**. O autor reflete acerca da trajetória teórica do populismo a partir dos eventos que marcaram sua história. A origem do populismo remonta à derrota global do nazifascismo, em 1945. Para Finchelstein, o populismo se coloca em uma perspectiva de continuidades e de rupturas com o fascismo porque, se por um lado não resta dúvida de que muitos militantes fascistas que sobreviveram à queda das ditaduras na

Segunda Guerra Mundial levaram a tradição antiliberal e autoritária do fascismo às novas democracias, por outro lado, o populismo não equivale ao fascismo, portanto, é preciso entender os elementos de novidade que ele trouxe ao mundo no pós-Segunda Guerra. Há, então, uma exigência das ciências sociais no sentido de definir mais claramente o que é populismo, seu caráter autoritário e antiliberal.

Sob essa perspectiva teórico-metodológica, cruzando a circulação transnacional das ideias com a história comparada, Finchelstein traça uma história global do populismo, examinando algumas das experiências históricas mais marcantes desde a Guerra Fria até os dias atuais, nos dois lados do Atlântico: partindo do peronismo argentino, passando pela Frente Nacional de Marine Le Pen, na França, e chegando, enfim, ao “trumpismo”. A conclusão do autor é que o populismo no poder consiste em uma forma peculiar de pós-fascismo que adapta o fascismo a um contexto democrático.

O capítulo de **Stéphane Boisard, Del totalitarismo al populismo: el enemigo antiliberal en el discurso de derecha**, também se dedica a teorizar melhor o que é populismo e a identificar quais seriam seus vínculos com o totalitarismo fascista. Para o autor, o populismo é um conceito polissêmico, em constante processo de ressignificação – entre o uso acadêmico e a apropriação política ideológica, em acordo, ainda, com as diferentes conjunturas históricas e áreas geopolíticas (um populismo tendencialmente de direita na Europa e de esquerda na América Latina). Examinando algumas das possíveis múltiplas apropriações do conceito, Boisard destaca que o populismo, assim como o totalitarismo na Guerra Fria, é um “kampfbegriff” (um “conceito de combate”), utilizado, de um lado, para definir fenômenos de degeneração patológica da democracia, marcados por forte nacionalismo de cunho racial e identitário, que apresenta muitas afinidades com o totalitarismo nazifascista (trata-se da leitura do populismo apresentada por Mario Vargas Llosa, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 2010); de outro lado, desde o fim da União Soviética, o populismo se tornou uma categoria central do discurso ideológico da direita neoliberal para celebrar o triunfo da democracia liberal e do livre mercado e o fracasso do comunismo, inclusive de todos os movimentos e partidos de esquerda, associados ao nazifascismo na mesma categoria de totalitarismo e/ou de populismo.

O capítulo de **José Pedro Zúquete, Para além do populismo. A defesa da identidade branca na Europa Ocidental**, analisa um aspecto específico do populismo contemporâneo: a relação entre os movimentos identitários europeus e a política de identidade branca (PIB). De acordo com as argumentações de Zúquete, trata-se de um fenômeno transnacional, associado a movimentos identitários e suprematistas brancos de direita, em ascensão na Europa Ocidental, que vai até

além da própria ideologia populista clássica, dado que esta coligado “a imigração em massa e, extensivamente, a adoção de um modelo multicultural e multiétnico de sociedade” na Europa das primeiras décadas do século XXI. O tema dos movimentos identitários a defesa de uma suposta “supremacia do homem branco europeu” é analisado através do estudo da *Alt-Right*, uma das principais redes de intelectuais e ativistas da galáxia do identitarismo na Europa.

Incorporando também temas do identitarismo norte-americano, *Alt-Right* apresenta uma das propostas ideológico-políticas mais extremas de identidade europeia. Para alimentar a sua teoria, o autor toma como estudo de caso privilegiado o *Fórum Scandza*.

A segunda parte do livro apresenta três estudos de caso do populismo: a) o Brasil como laboratório privilegiado para entender o populismo latino-americano; e b) a Itália e o Portugal como laboratórios do populismo europeu.

O capítulo de **Fabio Gentile, Populismo e ciências sociais brasileiras: desafios teóricos e metodológicos**, apresenta um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico, embora não exaustivo, dos usos (e também dos abusos) do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras. Se, por um lado, o debate nacional incorpora todos os pontos de força e de fragilidade do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, o uso dessa noção no pensamento político-social brasileiro, por outro lado, precisa atender a algumas necessidades específicas, a partir das primeiras teorias do “povo amorfo” entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, passando pela análise do ciclo nacional-desenvolvimentista da Era Vargas (1930-1964), até a recuperação do conceito nas últimas décadas, com vistas a definir o fenómeno do “lulismo” e, sobretudo, do “bolsonarismo”. O autor destaca que, embora não se possa falar em uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1930, mostra-se oportuno reconhecer que os teóricos do Estado autoritário varguista (Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral) abrem caminho para as teorias “populistas” de Octavio Ianni e Francisco Weffort na análise dos processos nacionais de modernidade/modernização do século XX.

As décadas de 1950 e 1960, época crucial do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, constituem o foco de **Pedro Cezar Dutra Fonseca e Ivan Colangelo Salomão** no capítulo **Vargas e Goulart: o populismo em questão**.

Os autores analisam a associação da política econômica do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954) e do governo João Goulart (1961-1964) ao conceito de populismo. O maior desafio do estudo é de natureza metodológica, ou seja, “como testar se um governo se afina ou não com o populismo econômico?”. Eis a pergunta central dos autores. A análise exaustiva dos 2 governos leva Fonse-

ca e Salomão a dizer que populismo econômico não é uma categoria adequada para o exame dos modelos econômicos implementados por Getúlio Vargas e João Goulart, dado que “a política econômica não se restringe às políticas-meio ou instrumentais”, de cunho populista. As nacionalizações e a legislação trabalhista varguista, bem como as reformas de base de Goulart, são políticas estruturais e macroeconômicas que dizem respeito ao caráter nacional desenvolvimentista e trabalhista dos 2 governos.

As vinculações teóricas entre populismo e trabalhismo constituem o foco do capítulo de **Fernando Perlatto, Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo.**

O autor analisa a gênese do trabalhismo, categoria elaborada pela cientista social Ângela de Castro Gomes ao longo de décadas atuando em três instituições de pesquisa – o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) –, e apresentada em sua obra clássica, intitulada *A invenção do trabalhismo* (publicada originalmente em formato de livro em 1988) e em escritos posteriores. Como observa Perlatto, o trabalho de pesquisa nos acervos do CPDOC, bem como a atividade didática, foram etapas fundamentais para entender a proposta inovadora do trabalhismo elaborada por Ângela Gomes, uma vez que essa autora se tornou uma das mais brilhantes e originais cientistas sociais da sua geração entre as décadas de 1970 e 1980, insatisfeita com as teorias clássicas do populismo elaboradas por Octavio Ianni e Francisco Weffort. Perlatto destaca que o “pacto trabalhista” entre Estado varguista, classe trabalhadora e empresários proporciona uma imagem mais dinâmica dos diferentes atores da Era Vargas, enquanto a leitura tradicional do populismo varguista se limita a apresentar uma classe trabalhadora que, mesmo se tornando pela primeira vez um ator social, mantém um papel passivo no projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. O trabalhismo, conclui Perlatto, ainda hoje se mostra uma categoria fundamental para uma nova geração de cientistas interessados em repensar uma época crucial para a história brasileira contemporânea.

O capítulo de **Leonardo Avritzer, A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil**, apresenta uma reflexão “a quente” sobre o “bolsonarismo”, polarizado não apenas em torno da figura de Jair Messias Bolsonaro, vencedor das eleições de 2018 e empossado como Presidente do Brasil em 2019, mas também em torno do papel desempenhado pela sua família na sustentação do núcleo, mas extremo e duro dos “bolsonaristas”.

O “bolsonarismo” é pensando pelo autor como um projeto político de cunho “antipolítico”, que além de incorporar tratos clássicos do populismo, apresenta al-

gumas peculiaridades no seu desenho de “degradar as instituições com o objetivo de concentrar a legitimidade política na figura do líder”: a rede impressionante de geração de *fakenews* e o negacionismo extremo (paradigmáticas são as declarações de Bolsonaro sobre a pandemia de Covid em 2020); o ataque sem limites ao funcionamento das instituições republicanas.

Amparado por uma ampla literatura sobre a democracia e a sua crise atual, Avitser argumenta que o “bolsonarismo” é um dos fenômenos mais significativos para compreender a ascensão do populismo de direita na atual conjuntura mundial. Por um lado, existem elementos já bem definidos pela ciência política, que podem explicar o populismo “bolsonarista”, mostrando que a democracia liberal-representativa por ser um conceito muito contestado, desde a sua origem, “torna a crise da democracia propensa à fenômenos de contestação populistas e antipolíticas”. Por outro lado, porém, o “bolsonarismo” precisa de uma análise estrutural da conjuntura brasileira da última década. Nesta perspectiva, Avitser individua no “antipetismo”, na mídia oligopolizada e nos fenômenos de judicialização da política e de politização da magistratura (é o caso da “Operação Lava Jato”), alguns dos fatores que podem explicar a ascensão do bolsonarismo.

O capítulo de **Odilon Caldeira Neto, Neofascismo, ‘Nova República’ e a ascensão das direitas no Brasil**, fecha as reflexões sobre o populismo brasileiro. O autor reflete sobre o conceito de populismo à luz da ascensão de uma nova direita conservadora, reacionária, autoritária e neofascista, aglutinada em torno do líder carismático e populista Jair Bolsonaro.

Caldeira Neto recusa as leituras genéricas elaboradas “no calor da hora” da eleição de Bolsonaro e mede o valor epistemológico das categorias de populismo, neofascismo e conservadorismo na pesquisa de campo sobre as configurações políticas ideológicas e as organizações daquela que se apresenta como a “nova direita” brasileira. Trata-se de um mapeamento fundamental com vistas a uma compreensão mais adequada dos inúmeros movimentos que constituem o campo de disputa da extrema direita brasileira contemporânea.

Saindo da América Latina, considerada tradicionalmente por diversos analistas o terreno privilegiado das experiências populistas, ampliamos o horizonte da reflexão sobre o populismo com o capítulo de **Goffredo Adinolfi, Populism and anti-liberal thought: Lega and M5S in the Italian context**. O autor analisa a ascensão rápida e plebiscitária da Liga e do Movimento 5 Estrelas, até se tornarem partidos de governo, e destaca que o discurso populista deles, embora haja algumas diferenças marcantes entre os dois movimentos, coloca-se na família ideológica do pensamento antiliberal e aproxima-se da ideologia fascista. O estudo de Adinolfi examina como esses 2 movimentos corroem a democracia de dentro

para fora, desconstruindo a representação partidária tradicional mediante apelos à vontade do povo e plebiscitos. Assim, o caso italiano examinado se torna um laboratório privilegiado para entender a crise da democracia representativa liberal e suas patologias populistas no mundo ocidental.

Transitando da Itália para o Portugal, temos outro caso bastante expressivo de populismo de direita, a despeito de uma alegada impermeabilidade do País para tentações populistas. É o caso do Partido Chega fundado por André Ventura entre o fim de 2018 e o início de 2019.

O capítulo **O Novo partido Chega no âmbito da direita portuguesa**, de **Riccardo Marchi**, analisa de forma detalhada a trajetória ideológica e política do partido Chega no âmbito da direita antissistema portuguesa assim como vai se configurando desde o fim do regime salazarista e da Revolução dos Cravos, em 25 abril de 1974.

O autor argumenta que “o dado mais interessante do Chega não é tanto a performance eleitoral, quanto a identidade política, em comparação com os demais atores da direita portuguesa”. Se por um lado Chega fica na franja direita do espectro político-partidário português, por outro lado não se coloca plenamente na área mais radical. E para compreender a natureza do Chega, Marchi vai dialogando com as principais categorias do debate teórico-político sobre a direita: “extrema-direita”, “direita radical”, “velha direita radical”, “nova direita radical”, e populismo.

De acordo com Marchi, Chega se coloca entre os fenômenos mais originais da família política do populismo da nova direita radical.

Enfim, se é possível encontrar um fio condutor nas contribuições que constituem esta coletânea, podemos concluir que há consenso entre os autores em torno da ideia de que populismo se mostra um conceito ambíguo, porém útil, para dar conta de fenômenos políticos ideológicos de contestação das democracias liberais que não se encaixam claramente nas categorias de fascismo, autoritarismo e direita radical, desde que se liberte da linguagem política e midiática do cotidiano para se tornar uma categoria mais rigorosa do debate político teórico na contemporaneidade.

Desejamos boas leituras a todos!

Referências bibliográficas

- Eatwell, R. & Goodwin, M. (2018). *National populism: the revolt against liberal democracy*. London, England: Penguin.
- Finchelstein, F. (2017). *From fascism to populism in history*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Mény, Y. (2019). *Popolo ma non troppo. Il malinteso democrático*. Bologna, Italia: Il Mulino.
- Urbinati, N. (2019). *Io, il popolo: come il populismo trasforma la democrazia*. Bologna: Il Mulino.

Capítulo 1

Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades¹

Federico Finchelstein

POPULISMOS GLOBALES

Si empezamos por el final, por el capítulo más reciente de la historia del populismo, está claro que las giras europeas del hasta hace poco “cerebro gris” del trumpismo, Steve Bannon, no hicieron más que confirmar el carácter globalizante del populismo de extrema derecha. Pero esto no implica que esa historia sea nueva, o que incluso fuese inaugurada con la caída del muro berlinés. La globalidad histórica del populismo parece ser una paradoja, pues son justamente esos ideólogos nacionalistas y populistas quienes acusan a sus enemigos de “globalistas”, y quienes asimismo se presentan como actores jóvenes, sin antecedentes históricos, o incluso como el resultado de un capítulo nuevo en la historia del mundo, que el propio caudillo actual de la Casa Blanca ha denominado “la era de Trump”. En teoría, los nuevos populistas son nacionalistas extremistas que afirman querer poner a sus países por encima de todo. En la práctica, esos nacionalistas forman una nueva internacional de derecha, tanto por sus obras como por sus semejanzas.

Nada de esto es nuevo en la historia del populismo. El peronismo clásico de Juan Domingo Perón en la Argentina intentó (y fracasó) al presentar la tercera vía justicialista como la solución de los problemas del mundo, en particular del mundo bipolar de la Guerra Fría. Más recientemente, el chavismo venezolano intentó hacer de su líder el artífice y símbolo de una nueva forma de hacer política (De La Torre, 2017a, 2017b)². Antes que ellos, el fascismo también había intentado generar una “internacional fascista”. En concreto, el fascismo cruzó el Atlántico y también fue más allá de América Latina, llegando a lugares como China, India o

1 Artículo publicado anteriormente na revista CONHECER: Debate entre o público e o privado, v.10 , n.24 (2020).

2 Sobre el populismo global, ver Finchelstein y Urbinati (2018). Sobre Europa, ver McDonnell y Werner (2019).

Siria³. Después de la derrota global de los fascismos, muchos antiguos fascistas y militantes de las dictaduras intentaron proseguir la tradición antiliberal por medios democráticos. Eso dio comienzo a la llegada del populismo al poder como una nueva forma de gobernar la nación (Finchelstein, 2017).

El populismo no es el fascismo, y se piensa muchas veces como su superación. Históricamente, el fascismo ha sido adecuadamente contextualizado como, ante todo, una forma de dictadura política que a menudo emerge dentro de la democracia para destruirla. Históricamente, el populismo ha hecho lo contrario. Con frecuencia, ha surgido de otras experiencias autoritarias, incluida la dictadura, y en la mayoría de los casos ha distorsionado las democracias, minimizando sus cualidades, mientras que nunca, o casi nunca, las destruye. El populismo es una forma de democracia que se basa en la noción de un líder que, sin mediaciones institucionales, trata de homologar su voz con la del pueblo. La idea de unificar al pueblo y al líder es central. Ahora bien, esto tiene implicaciones autoritarias, pero comienza con una premisa democrática: establecer una relación más estrecha entre los que están en el poder y el pueblo⁴. El populismo se presenta como un intento de democracia directa y sin mediaciones. Después de comenzar con la premisa de acercar al pueblo al poder cuando es oposición, una vez se hace con el poder, el líder no materializa su promesa. El resultado es que hay un líder que asume y con frecuencia dice que es la voz de la gente, pero cuando llega al poder hace lo que quiere y no consulta a nadie. El líder habla en nombre del pueblo, y decide por él.

¿Qué es, entonces, el populismo? Históricamente, es una forma de democracia autoritaria y antiliberal. En este sentido, el populismo no se puede explicar solamente por los cambios que se dieron tras la caída del muro en Europa y Estados Unidos (EE. UU.), pues pertenece a una historia global y de largo plazo. En mi trabajo, propongo una comprensión histórica de lo que ha constituido en la historia. Después de estudiar muchos casos, encontré un par de patrones que prevalecen con el tiempo en este replanteamiento vertical de la democracia que es el populismo. Para empezar, el populismo implica una visión autoritaria de la democracia que reformuló el legado del fascismo después de 1945 para combinarlo con diferentes procedimientos democráticos. El populismo en el poder es una forma de posfascismo que reformula el fascismo para tiempos

3 Sobre el internacionalismo fascista, ver Herren (2016). Sobre la internacional fascista, ver Ledeen (1972); Sabatini (1997); Cuzzi (2005). Sobre el fascismo transnacional, ver Zachariah (2014); Clinton (2017); Hofmann (2015); Patel y Reichardt (2016). Para el período posterior a 1945, ver Mammone (2015); Ávila (2016); Albanese y Del Hierro (2016).

4 Para algunos trabajos clave recientes sobre populismo, ver Urbinati (2019); Berezin (2019); Arato (2016); De la Torre (2017c); Mudde y Kaltwasser (2017); Müller (2016).

democráticos. Dicho de otra manera, es el fascismo adaptado a una lógica y un contexto democráticos (Finchelstein, 2017).

PRIMEROS ENCUENTROS CERCANOS DE LA TERCERA POSICIÓN

“Yo había ido a Italia no a ver la Torre inclinada [de Pisa], sino a otras cosas más importantes que en Italia había” (Perón, 1976, p. 27-29). Según el general Perón, las verdaderas razones de su visita a ese país, en 1939, fueron Benito Mussolini y el fascismo. Las mismas razones se aplican a su admiración por Adolf Hitler y su paso por la Alemania nazi: “tampoco fui a Berlín solamente por la Puerta de Brandenburgo” (Perón, 1976, pp. 27-29. De hecho, estas visitas, como un joven oficial argentino, y sus observaciones personales del fascismo en el poder, fueron clave en su reformulación del fascismo, que condujo a la creación del primer régimen populista en la historia. En cuanto a Mussolini, Perón inventaría un encuentro personal con el *Duce*. En realidad, solo había observado a Mussolini desde la distancia, mientras que el italiano daba un importante discurso de guerra desde los balcones del Palazzo Venezia.

Este encuentro personal de fantasía que Perón contó muchos años después, en la década de 1970, es interesante precisamente porque muestra las genealogías fascistas del primer régimen populista, pero también sus diferencias críticas. Entre tantas genealogías posibles, ¿por qué al final de su vida, el líder argentino regresaría en su memoria al fascismo como una forma de legitimación? Perón vio en las dictaduras fascistas una representación política antiliberal. Era una nueva forma de legitimidad popular. Una soberanía que combinaba la planificación tecnocrática corporativa con un profundo verticalismo de liderazgo. Perón concluyó que incluso si los medios de ejecución podrían haber sido defectuosos, el fenómeno fascista representaba una poderosa tercera posición supranacional entre el capitalismo estadounidense y el socialismo soviético. El líder argentino llevó las lecciones del fascismo a América Latina, pensando que el papel de las personas, el líder y el Estado en el fascismo influiría en la “forma política del futuro”. En los fascismos derrotados había visto un objeto de estudio para pensar la “verdadera democracia social”. Muertos Hitler y Mussolini, Perón aclaraba que la “democracia popular” ya no existía “en Occidente”: “eso es lo que yo descubrí al estudiar las antiguas instituciones europeas y al regresar a mi país me dije ‘no vamos al siglo XIX con las democracias capitalistas imperialistas: vamos al siglo XX con las democracias sociales’”. Por democracia social, el conductor argentino no tenía en mente las formas socialdemócratas europeas del pasado, sino una nueva versión, para los tiempos de posguerra, del nacionalismo social: “y así es como creé toda la doctrina social y la lance hacia el siglo XXI” (Perón, 1976, p. 27-29).

La modernidad populista

Con la derrota del fascismo surgió una nueva modernidad populista. Después de la guerra, el populismo reformuló los legados de la anti-Ilustración para la era de la Guerra Fría, y este fue un punto de inflexión histórico. Hacia 1945, el populismo representaba una continuación posfascista del fascismo, pero también una renuncia a algunas de sus dimensiones dictatoriales definitivas.

Fue en América Latina que el populismo democrático moderno se convirtió en un régimen por primera vez en la historia, y se constituyó originalmente como una respuesta posfascista a la izquierda y al liberalismo. Sin embargo, no constituyó una ruptura radical con el pasado, y el populismo no se engendró fuera de un *continuum* histórico. En el período que va desde finales del siglo XIX hasta los años de entreguerras, surgieron formas previas y protomanifestaciones de populismo en lugares como EE. UU., Rusia, México, Argentina, Brasil y Francia. Esos movimientos y líderes hablaron en nombre del pueblo como una entidad única y homogénea. Desde la izquierda y desde la derecha se opusieron por igual a las oligarquías y las élites, pero en general no se opusieron a la democracia liberal en su totalidad. El rechazo absoluto de la democracia se produjo después de la Primera Guerra Mundial, cuando el fascismo fusionó las tendencias prepopulistas de izquierda y derecha con una ideología extremista, antiliberal y anticomunista. Tras 1945, en un contexto radicalmente distinto, el populismo moderno volvió a sus raíces prefascistas, aun sin olvidar las lecciones de la experiencia del fascismo.

Como posfascismo, el populismo surgió como una forma de democracia autoritaria para el mundo de la Guerra Fría. Quería adaptar la versión totalitaria de la política a la hegemonía de la representación democrática de la posguerra, dando lugar una vez más a alianzas políticas supranacionales contra la democracia constitucional. Esta transformación tuvo lugar de forma predominante en América Latina después de la caída global del fascismo, en 1945, y mucho más tarde se generalizó en Europa tras la caída del socialismo real en 1989. El populismo comenzó con el reconocimiento de que el fascismo había terminado y era parte de la historia, no del presente. Para el general Perón aquel era “un fenómeno irreplicable, un estilo clásico para definir una época precisa y determinada”. Aunque lamentaba la pérdida de la “pobre Italia” y del fascismo de Mussolini, no pretendía imitar el pasado derrotado. Quería liberar al peronismo de la acusación de fascismo, y el resultado fue una versión de la democracia posfascista, autoritaria y antiliberal (Perón, 2001, p. 65). Como el líder argentino, pero muchos años después, los neofascistas italianos llegaron a una conclusión similar. Así, Gianfranco Fini, el líder del neofascista Movimiento Sociale Italiano (MSI), intentó transformarlo en una formación populista, y argumentó, en 1993,

que el fascismo era irreversiblemente parte del pasado: “como todos los italianos, no somos neofascistas, sino posfascistas” (Griffin, 2017, p. 15)⁵.

Aunque el populismo como régimen político a menudo recortaba los derechos políticos, a veces también ampliaba los derechos sociales; al mismo tiempo, puso límites a las combinaciones emancipatorias más radicales de ambos. Esta historicidad específica y posfascista del populismo a menudo se diluye en algunas interpretaciones teóricas, incluyendo aquellos enfoques que están a favor o en contra del fenómeno populista. Además, esas visiones teóricas presentan un sujeto sin historia. También imponen opiniones eurocéntricas, o la idea de la excepcionalidad absoluta de EE. UU.. En contra de estas teorías ahistóricas y plagadas de prejuicios, que ven el populismo como un fenómeno exclusivamente europeo o estadounidense surgido sólo tras 1989, es necesario hacer una lectura global de sus itinerarios históricos.

El populismo es lo contrario del pluralismo en la política. Habla en nombre de una mayoría imaginaria, y rechaza todas las opiniones que considera parte de la minoría. Especialmente en su versión de derecha, sus enemigos a menudo incluyen a minorías religiosas y étnicas, y siempre involucran a la prensa independiente. Perón hablaba en nombre del pueblo y se imaginaba a sí mismo como la antítesis de las élites. Al igual que Jean-Marie Le Pen, Jair Bolsonaro, Donald Trump y muchos otros líderes actuales, el general argentino resaltaba el contraste entre su propia persona y la política tradicional. Representaba a la antipolítica, y concebía su propio papel en términos mesiánicos. Se atribuyó la tarea titánica de cambiar radicalmente a la Argentina, dándole una nueva base histórica y refundándola en un momento de crisis terminal. Perón presentó además su movimiento como pleno de dimensiones transnacionales. El suyo era un populismo sin fronteras. Eso no era específico de Argentina o América Latina, sino más bien una condición general del populismo en su historia y su teoría. El populismo es una forma de pensar la política universal que, a la vez que se concibe de forma nacionalista, da respuestas a una situación global. Presenta soluciones nacionales anti-liberales al problema universal de la crisis de la representación en democracia. Para los populistas no hay contradicción alguna entre nacionalismo y lazos supranacionales. De hecho, al convertir al fascismo transnacional en un fenómeno posfascista transnacional de posguerra, el primer régimen populista en la historia intentó crear una nueva tercera posición global.

5 Sobre el posfascismo y el peronismo, ver mis libros *Transatlantic fascism* (Finchelstein, 2010) y *The ideological origins of the dirty war* (Finchelstein, 2014, capítulo 4).

Populismos sin fronteras

Perón (1951, pp.203-208) anunciaba el advenimiento de “la hora de los pueblos”, y advertía que había dos alternativas para la dirección del mundo. La primera incluía a los contrincantes principales del nuevo mundo bipolar, el comunismo y el capitalismo. La segunda era el gobierno del pueblo por su verdadero representante: el peronismo, es decir, él mismo. Tanto el capitalismo como el comunismo eran “sistemas imperialistas de explotación humana”. Solo el peronismo, y sus compañeros y afines globales, representaban la justicia social para los pueblos y su “liberación”. En contra de los dos sistemas “usurpadores del poder”, la “tercera posición” garantizaba la independencia económica y la soberanía política para las naciones y sus pueblos. Esta tercera vía marcaba una “evolución” que tenía lugar a nivel global. El pueblo, finalmente, tomaba “el gobierno en sus manos”. Perón pensaba que este populismo vería la luz en Europa dos décadas después que en América Latina. Si antes de 1945 Argentina había copiado a Europa, ahora el país conductor era Argentina, que quería anticiparse: “vamos a adelantarnos y a hacer lo necesario para que cuando en Europa ocurran los hechos políticos y sociales anunciados, estemos nosotros firmes en nuestra ideología” (Perón, 1976, pp. 27-29).

El peronismo promovió su modelo a nivel internacional, logrando un éxito discutible y resultados limitados (Semán, 2017; Zanatta, 2013). Aunque el peronismo intentaba ser el ancla de un nuevo movimiento internacional y su conductor destacaba de manera especial la necesidad de una integración continental latinoamericana, así como de una liberación mundial tanto del comunismo como de la “plutocracia”, mantenía su ambigüedad ante la posibilidad de lograr el papel principal en esta confrontación. Perón reconoció más tarde que cuando estuvo en el poder se acercó a regímenes afines, como Getúlio Vargas, en Brasil; pero también hizo hincapié en sus vínculos con la dictadura de Francisco Franco. De hecho, el líder Argentino destacó que su tercera posición representaba un nuevo resurgimiento supranacional contra el “demoliberalismo” y el comunismo, al que consideraba un resultado natural del primero. La suya fue una reacción global contra los vencedores de la Segunda Guerra Mundial. Fue una respuesta temprana y sintomática a un contexto de profundo cambio, frente al triunfo del liberalismo y el comunismo, así como un llamamiento a una nueva vía situada a contramano de aquellos: los pueblos habrían reaccionado contra quienes los habían despojado del poder. Con el peronismo, el pueblo habría regresado por fin al poder. Los pueblos de América Latina, Europa, Asia y África se enfrentaban a las cortinas de “hierro” y del “dólar”. De hecho, Perón soñaba con una nueva reacción global del pueblo contra los bloques estadounidense y soviético. Incluso pensó que el liberalismo estadounidense y el comunismo ruso

se verían abrumados por esta nueva liberación de los pueblos. En un contexto en el que estaba convencido de la inminente Tercera Guerra Mundial, Perón aseguró a sus oyentes que la democracia liberal y el comunismo luchaban por su supervivencia. Afirmó que cuando estaban “unidos fueron peligrosos, pero de su enfrentamiento surgirá su propia debilidad”. Los pueblos del mundo se oponían a estos dos imperialismos y su victoria sería la de no ser combatientes de la Guerra Fría. Mientras que Rusia y EE. UU. representaban a los gobiernos que se oponían a la voluntad del pueblo, en 1946 Argentina “anunció al mundo que su gobierno hará lo que su pueblo quiera” (Perón, 1951, p. 203-208). En particular para América Latina, Perón mantenía que las fronteras abiertas eran una necesidad, o como sostenía, “las fronteras son superfluas”; él dijo: “y soy todavía más atrevido en esto, porque en todas las oportunidades he sostenido que en esta parte del mundo las fronteras están de más” (Perón, 2016, p. 66).

La visión por parte de Perón de una nueva hegemonía global para lo que hoy conocemos como *populismo clásico*, por supuesto, nunca se materializó. Pero esa visión mesiánica de un momento de quiebre y cambio trascendental en la historia de la política es una clave importante para pensar las futuras rupturas populistas, como las generadas después de 1989, así como la de 2016, marcada por el triunfo de Donald Trump en EE. UU. En 1989 la caída del muro de Berlín cimentó las bases de los futuros populismos europeos, sobre todo en Europa Central y Oriental, y reformuló asimismo la tradición populista latinoamericana mediante la aparición de los nuevos populismos neoliberales en Argentina, Brasil, Perú, Ecuador, y otros países. Por su parte, la ruptura populista de 1945 dejó una huella principal en el camino seguido por los primeros populismos del siglo XXI en América Latina. Al respecto, el presidente venezolano Hugo Chávez declaró, en febrero de 2005, que “Perón decía que estábamos ante la hora de los pueblos. Lamentablemente se apagaron aquellas batallas, pero no se perdieron, una cosa es que se apaguen momentáneamente, y otra cosa es que se pierdan para siempre”. Chávez (2005) destacó así la centralidad de las dimensiones supranacionales del populismo clásico latinoamericano e identificó esa antigua onda de Perón con la “nueva oleada” del siglo XXI.

Si Perón fue el líder principal del populismo del siglo XX, y Chávez su discípulo y tardío ejemplar, la nueva tendencia de derecha europea y estadounidense representa una renovada ola del populismo, que parece dominar los principios de este nuevo siglo. Esta vez, sin embargo, el populismo vuelve a algunos temas fascistas que Perón había rechazado, en su idea de un populismo global superador del fascismo. El trumpismo, y sus contrapartes europeas, como la francesa Marine Le Pen, Bolsonaro en Brasil, la Liga de Italia o la *Alternative für Deutschland*

(AfD) de Alemania, regresan a la xenofobia de una manera que el conductor latinoamericano nunca habría imaginado. En Europa se puede hablar de una verdadera internacional populista, mientras que en América Latina comienza a darse el “efecto Bolsonaro”, tanto en la derecha neoliberal tradicional como en la populista⁶.

Si bien la violencia y el racismo fascistas representaban el pasado, el futuro sería diferente. Como afirmó Perón en 1945, antes de ser elegido y en claro rechazo de la violencia política, “no se vence con *violencia*; se vence con *inteligencia y organización*” (Perón, 1946, p. 183). El populismo fue una forma electoral de democracia autoritaria que se inspiró, pero al mismo tiempo rechazó la dictadura fascista. Tras 1945, esta relación histórica entre fascismo y populismo creó las primeras nociones posfascistas de democracia autoritaria antiliberal.

De pasados y presentes

Las nuevas alianzas populistas de derecha, que muchas veces incluyen a los fascistas, muestran el modo en que el populismo más reciente de la derecha está reduciendo las dimensiones posfascistas del populismo de posguerra. Históricamente, los populistas querían distanciarse de los “métodos” del fascismo. Pero, por ejemplo, tanto en el caso del trumpismo como en el del Frente Nacional, del bolsionarismo o de los populistas italianos, se puede apreciar la existencia de una coalición de variados elementos neofascistas con los líderes populistas. Estas relaciones son tanto nacionales como supranacionales. Los nuevos populismos representan una ruptura con sus antecesores posfascistas, como Perón. Los primeros populismos en el poder fusionaban democracia con autoritarismo, pero en general lo hacían sin caer en el fascismo dictatorial y racista. Este alejamiento de la dictadura y el racismo definió entonces, y hasta hace poco, al populismo contemporáneo. Las cosas han cambiado en los tiempos de Trump. En ese sentido, el punto de inflexión representado por 2016 es de una trascendencia mayor que 1989 para la historia global del populismo.

Con todo, los populistas también son racistas; y lo son abiertamente, más allá – literalmente – de sus propias fronteras. El futuro triunfo del populismo que Perón preveía a nivel global se está pareciendo cada vez al fascismo derrotado. Un fascismo que el general argentino y sus compañeros de ruta globales creían superado.

En la actualidad, estamos viviendo una nueva globalización de la xenofobia y la antipolítica. En una de sus giras cuasi triunfales por Europa, Steve Bannon

6 Para Europa, ver McDonnell y Werner (2019); Mammone (2018). Ver también, para otros contextos: Moffitt (2016); De la Torre (2018).

se dirigió en marzo de 2018 a la convención del Frente Nacional francés. En ese marco, dijo a sus oyentes que estaban insertados en “un movimiento mundial más grande que Francia, que Italia, que Hungría o que Polonia”. Les pidió por ello: “dejen que los llamen *racistas*, xenófobos o lo que sea. Llévenlo como una *medalla de honor*”. (Stanley, 2018). Lo que antes era percibido como insulto ahora es pensado como programa. Entre los oyentes posfascistas de Francia estaba su líder Marine Le Pen, quien había salido segunda en las elecciones presidenciales francesas del 2017, y que a su vez había festejado el triunfo trumpista como parte de “una revolución global”.

En ese momento, a fines de 2016, cuando el populismo llegó a su cima histórica y mundial en la Casa Blanca, otros populistas se hicieron eco de las proporciones transnacionales de esa victoria de la antipolítica. El italiano Beppe Grillo sostenía entonces que la victoria de Trump era un punto de inflexión en la historia mundial: “esto ha sido un ¡vete a la mierda! de amplio espectro. Trump ha obtenido una victoria increíble”. A su vez, para la misma Le Pen la victoria de Trump representaba el triunfo de la voluntad del pueblo sobre las élites. Se trataba de construir “un nuevo mundo destinado a reemplazar al viejo” (Finchelstein, 2017, p. 172). Como Jair Bolsonaro, Matteo Salvini y tantos otros, Marine Le Pen identificaba su propia posición con la de los verdaderos patriotas: “la división ya no es entre derecha a izquierda [sino] entre patriota y globalista” (Finchelstein, 2017, p. 158). Trump repetiría lo mismo en su discurso en la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en 2019: “el futuro no pertenece a los globalistas. El futuro pertenece a los patriotas” (Gearan & Kim, 2019).

Del mismo modo que Roma y Berlín se convirtieron en modelos para los fascistas, o Buenos Aires o Caracas para los populistas de América Latina, la campaña presidencial xenófoba y el actual gobierno de Trump se han convertido muy pronto en una fuente de convalidación para los populistas de todo el mundo. Washington es hoy el faro que ilumina el universo populista. Líderes populistas de la extrema derecha como Matteo Salvini, Marine Le Pen y Bolsonaro ensalzan a los votantes trumpistas por oponerse a las formas tradicionales de representación democrática y su cultura de élite. Forman parte de una nueva reacción global contra las formas de democracia deliberativa y proponen un modelo de país basado en el repudio de aquellos que son, actúan o piensan de forma diferente.

REFERENCIAS

Albanese, M., & Del Hierro, P. (2016). *Transnational fascism in the twentieth century: Spain, Italy and the global neo-fascist network*. London, England: Bloomsbury.

- Arato, A. (2016). *Post sovereign constitution making: learning and legitimacy*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Ávila, L. H. (2016). *Anticommunism, the extreme right, and the politics of enmity in Argentina, Colombia, And Mexico, 1946-1972* (Ph.D Thesis). The New School for Social Research, New York, NY.
- Berezin, M. (2019). Populism and fascism: are they useful categories for comparative sociological analysis? *Annual Review of Sociology*, 45.
- Chávez, H. (2005, 1 de febrero). *Conferencia de Prensa del Comandante Presidente Hugo Chávez Frías*. Recuperado de <http://www.todochavez.gov.ve/todo-chavez/3594-conferencia-de-prensa-del-comandante-presidente-hugo-chavez-frias>
- Clinton, M. (2017). *Revolutionary nativism: fascism and culture in China, 1925-1937*. Durham, NC: Duke University Press.
- Cuzzi, M. (2005). *L'internazionale delle camicie nere: i CAUR, Comitati d'azione per l'universalità di Roma, 1933-1939*. Milan, Italia: Mursia.
- De La Torre, C. (2017a). Hugo Chávez and the diffusion of Bolivarianism. *Democratization*, 24(7), 1271-1288.
- De la Torre, C. (2017b). A populist international? ALBA's democratic and autocratic promotion. *SAIS Review of International Affairs*, 37(1), 83-93.
- De la Torre, C. (2017c). *Populismos*. Barcelona, España: Tibidabo.
- De la Torre, C. (Ed.). (2018). *Routledge handbook on global populism*. London, England: Routledge.
- Finchelstein, F. (2010). *Transatlantic fascism*. Durham, NC: Duke University Press.
- Finchelstein, F. (2014). *The ideological origins of the dirty war. Fascism, populism, and dictatorship in twentieth century Argentina*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Finchelstein, F. (2017). *From fascism to populism in history*. Oakland, CA: University of California Press.
- Finchelstein, F., & Urbinati, N. (2018). On populism and democracy. *Populism*, 1, 1-23.
- Gearan, A., & Kim, S. M. (2019, September 24). *Trump condemns globalism, touts nationalistic view of foreign affairs at U.N.* Recuperado de https://www.washingtonpost.com/politics/trump-touts-nationalistic-view-of-foreign-affairs-at-un/2019/09/24/e4a8486a-ded2-11e9-8fd3-d943b4ed57e0_story.html
- Griffin, R. (2017). Interregnum or endgame? The radical right in the 'post-fascist' era. In C. Mudde (Ed.), *The populist radical right*. London, England: Routledge.
- Herren, M. (2016). Fascist internationalism. In G. Sluga, & P. Clavin (Eds.), *Inter-*

- nationalisms: a twentieth-century history* (pp. 191-212). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Hofmann, R. (2015). *The fascist effect: Japan and Italy, 1915-1952*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Ledeen, M. (1972). *Universal fascism: the theory and practice of the fascist international, 1928-1936*. New York, NY: H. Fertig.
- Mammone, A. (2015). *Transnational neofascism in France and Italy*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Mammone, A. (2018, March 13). *Why the European Union must respond to the Italian election*. Recuperado de <https://www.washingtonpost.com/news/made-by-history/wp/2018/03/13/why-the-european-union-must-respond-to-the-italian-election/>
- McDonnell, D., & Werner, A. (2019). *International populism. The radical right in the European Parliament*. London, England: Hurst.
- Moffitt, B. (2016). *The global rise of populism: performance, political style, and representation*. Palo Alto, CA: Stanford University Press.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: a very short introduction*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Müller, J. W. (2016). *What is populism?* Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Patel, K. K., & Reichardt, S. (2016). The dark side of transnationalism social engineering and Nazism, 1930s-40s. *Journal of Contemporary History*, 51(1), 3-21.
- Perón, J. D. (1946). *El pueblo ya sabe de qué se trata*. Buenos Aires, Argentina: [s.n.].
- Perón, J. D. (1951). *Artículos de Descartes*. Buenos Aires, Argentina: [s.n.].
- Perón, J. D. (1976). *Yo, Juan Domingo Perón*. Barcelona, España: Planeta.
- Perón, J. D. (2001). *Memorial de puerta de hierro*. Buenos Aires, Argentina: Honorable Congreso de la Nación.
- Perón, J. D. (2016). Discurso ante una delegación universitaria brasileña. In Autor, *Obras completas* (Vol. 2). Buenos Aires, Argentina: Biblioteca del Congreso de la Nación.
- Sabatini, D. (1997). *L'internazionale di Mussolini: la diffusione del fascismo in Europa nel progetto politico di Asvero Gravelli*. Roma, Italia: Tusculum.
- Semán, E. (2017). *Ambassadors of the working class*. Durham, NC: Duke University Press.
- Stanley, J. (2018) "Bannon's Deviant 'Badge of Honor'" New York Times, March 13
- Urbanati, N. (2019). *Me the people: how populism transforms democracy*. Cambridge, England: Harvard University Press.

- Zachariah, B. (2014). A voluntary *Gleichschaltung*? Indian perspectives towards a non-eurocentric understanding of fascism. *Transcultural Studies*, 2, 63-100.
- Zanatta, L. (2013). *La internacional justicialista*. Buenos Aires, Argentina: Sudamericana.

Capítulo 2

Del totalitarismo al populismo: el enemigo antiliberal en el discurso de derecha¹

Stéphane Boisard

INTRODUCCIÓN

El término *populismo* conoció una aventura peculiar: se ha convertido en una palabra popular. Esta palabra, que pertenecía al lenguaje universitario, se usa ahora en polémicas políticas y periodísticas a través de expresiones como “tentación populista” o “peligro populista”, que significarían un antidemocratismo o un seudodemocratismo. Puede llegar al registro del agravio y hasta de la injuria al usarse como sinónimo de “fascista” o “demagogo”. Sin embargo, en la historia de los populismos desde el siglo XIX, ni el antidemocratismo, ni la demagogia, ni el fascismo aparecen como características dominantes. Muy por el contrario. En el populismo ruso de finales de siglo XIX, está presente la orientación reformista y “progresista” propia del socialismo humanista. En cuanto a los populismos latinoamericanos, si bien muchos líderes pueden considerarse como demagogos, fueron también partidarios y/o defendieron a las clases populares e impidieron a veces golpes de Estado militares. Por esta razón, y sin negar el carácter difuso del concepto, Alain Touraine (1989, p. 167) definía el Estado nacional-popular como la interdependencia de tres componentes: a) el Estado como defensor de la identidad nacional frente a una dominación extranjera; b) mecanismos políticos y sociales de integración; y c) la defensa de la cultura nacional y popular.

En realidad, parece imposible llegar a una categorización satisfactoria del populismo. Ya en la década de 1960, G. Ionescu y E. Gellner (1969) concluían

¹ Artículo publicado anteriormente en la revista CONHECER: Debate entre o público e o privado, v.10, n.24 (2020).

que tal definición, unívoca y aplicable a todas las situaciones, no existía. No se hará aquí un recuento exhaustivo de la literatura sobre el populismo en América Latina desde “los clásicos” (Germani, Ianni, & Torcuato, 1973; Malloy, 1977) hasta estudios más recientes sobre los “neopopulismos” (De la Torre, 2017; De la Torre & Arnson, 2013; Mudde & Kaltwasser, 2012; Rivero, Zarzalejos, & Del Palacio, 2017). De manera esquemática – a partir de unos ejemplos destacables –, se pueden dividir los trabajos existentes de acuerdo con la metodología adoptada. Desde la filosofía política y a partir de un método deductivo, Ernesto Laclau (2005) pone de relieve que el populismo tiene una lógica política, intrínseca y racional, que permite la expresión de demandas sociales insatisfechas. Otra perspectiva inspirada por la ciencia política propone un “catálogo” de criterios objetivos que determinan un marco normativo. Este permite incluir ciertas situaciones históricas y descartar otras. Ese es el esfuerzo meritorio que hacen Fernando Vallespín y Máriam Martínez-Bascuñán (2017), pero también Hawkins, Carlin, Littvay y Kaltwasser (2018), Kaltwasser, Taggart, Espejo y Ostiguy (2017) o Müller (2016). No escapan estas obras totalmente de un normativismo que tiende a fijar situaciones en un vocabulario politológico desencarnado. Sin embargo, al ubicar al populismo en sus contextos históricos respectivos, permiten matizar y flexibilizar categorías a veces rígidas. Otro método, el inductivo, facilita el paso de observaciones particulares o de análisis específicos a perspectivas más generales. Es el método usado, por ejemplo, por Gilberto Aranda Bustamante (2013), a partir de fuentes primarias. Logra desechar tanto la lectura politológica de Carlos Malamud (2010), que ve en el chavismo una simple re-edición del viejo populismo, como la de Marta Harneker (2004) que lo analiza como una “revolución sui generis”. Sin desconocer ni descalificar una reflexión científica de alta calidad como la mencionada antes, el valor heurístico de este término parece menor por su uso político actual, tanto en los debates profanos como en los científicos. Esta advertencia nos lleva a adoptar el punto de vista metodológico de Quentin Skinner (2000) según el cual la teoría política no puede considerarse meramente como un “sistema general de ideas”. Inspirándose de la teoría performativa del lenguaje desarrollada por John Austin, Skinner (2000) afirma que es necesario entender las palabras como actos: los conceptos filosóficos no están por encima de la realidad ni desvinculados de ella. Son intervenciones políticas en conflictos ideológicos y, por consiguiente, el historiador debe proponer una lectura política de las posturas teóricas y filosóficas. Partiendo de esta premisa, se privilegió una definición lo más neutral posible del populismo, para no incurrir en postulados normativos a priori. Se entenderá el populismo como Taguief (1997, p. 8, nuestra traducción):

[...] un estilo político capaz de dar forma a diversos materiales simbólicos y de establecerse en múltiples lugares ideológicos, asumiendo la coloración política del lugar de recepción. También, e inseparablemente, se presenta como un conjunto de operaciones retóricas implementadas a través de la explotación simbólica de ciertas representaciones sociales: el gesto de apelar al pueblo presupone un consenso básico sobre lo que es y vale el «pueblo» (demos o etnos), y sobre lo que quiere.

Para no añadir un trabajo más a una literatura ya pletórica, este trabajo propone otra perspectiva para cernir el concepto de populismo, partiendo de la manera cómo sus enemigos lo enfocan. Basándose en el postulado de Q. Skinner y en los fecundos trabajos sobre el anticomunismo (Berstein & Becker, 1987), se postula que el uso del concepto (y el contenido por ende que se le da) nos enseña tanto (o más) sobre la persona, el movimiento o el partido que lo usa que sobre el partido o la persona que designa. Se estudiará entonces en este artículo el discurso antipopulista que emana de la corriente de pensamiento que Albert Hirschman (1991) bautizó como la “tercera ola reaccionaria”. Como se mostró en un trabajo anterior, esta derecha que se ha opuesto en el siglo XX al Estado de bienestar y sus redes intelectuales en América Latina se estructuran en torno a la figura tutelar de escritor y premio Nobel de literatura Mario Vargas Llosa (Andurand & Boisard, 2017). Dos libros reflejan la lectura que esta corriente hace del populismo y servirán de fuente primaria: a) *El estallido del populismo*, dirigido por Á. Vargas Llosa (2017); y b) *El engaño populista*, de Axel Kaiser y Gloria Álvarez Álvarez (2016).

Se analizará primero la figura del populista actual (primera sección). Se mostrará luego (segunda sección) que su antipopulismo es a la vez un rechazo del pueblo/ethnos (el nacionalismo como esencia del populismo), una negación del pueblo/démos (el populismo como patología de democracia) y una acusación al pueblo/pléthos (la masa frágil manipulada por un líder e por intelectuales). El discurso antipopulista de la tercera ola reaccionaria se caracteriza también por su vituperio a la “estadolatría” de los populistas “opuestos al liberalismo económico en nombre de un igualitarismo obsesivo”. Se concluirá que el “populismo” es un “kampfbebrief” (un “concepto de combate”) como lo fue otrora el “totalitarismo” y puede entenderse como una continuación del anticomunismo de la Guerra Fría. A modo de conclusión, nos preguntaremos si, como en el cortometraje rodado por los hermanos Lumière, *L'Arroseur Arrosé* [El Regador Regado], no se es siempre el populista de otro.

EL RETRATO DEL POPULISTA ACTUAL SEGÚN LA TERCERA OLA REACCIONARIA

El populismo: ¿izquierda y/o derecha?

Como primera aproximación, se puede establecer una lista de los líderes tildados de populistas en *El estallido del populismo* (Á. Vargas Llosa, 2017): D. Trump, en Estados Unidos de América (EE. UU.), A. M. López Obrador, en México, D. Ortega, en Nicaragua, Lula da Silva, en Brasil, Néstor y Cristina Kirchner, en Argentina, R. Correa, en Ecuador, E. Morales, en Bolivia. En Europa, se menciona a la France Insumise, Die Linke, Syriza y la mayoría de los movimientos de extrema-derecha, como el Vlams Block belga, el Frente Nacional francés, la Liga del Norte italiana o el AFD alemán. En España, más precisamente, se señala a Pablo Iglesias y Podemos (que sería un amalgama de marxismo, chavismo y de guerracivilismo) y a los nacionalismos vascos y catalanes (que representarían la vieja burguesía tradicionalista). Esta lista no muestra gran originalidad, porque es la manera como la oposición a estos personajes políticos carismáticos o a estos movimientos “*anti-establishment*” los ha caracterizado siempre. Sin embargo, hay otros ejemplos que no parecen tan obvios como el de los hermanos Castro, en Cuba – que suman las categorías de comunista y populista –, de M. Bachelet, en Chile (cuyo segundo mandato es considerado como un intento de refundación del modelo económico neoclásico chileno) o del Partido Conservador británico, que empujó el Brexit en Inglaterra.

Es interesante resaltar que en este cajón de sastre no se niega la dicotomía izquierda x derecha. En sus artículos respectivos, Mario Vargas Llosa y Mauricio Rojas señalan que, en América Latina, el populismo es fundamentalmente de izquierda, mientras que en Europa su tendencia política es fundamentalmente de derecha, sin dejar de incluir en el populismo europeo a Syriza, Podemos, France Insumise, Die Linke y hasta Rodríguez Zapatero, en 2008. Si se hace un mero recuento estadístico de los casos citados en la mayoría de casos analizados en *El estallido del populismo* (Á. Vargas Llosa, 2017) y en *El engaño populista* (Kaiser & Álvarez, 2016), éste corresponde fundamentalmente a gobiernos y a líderes de izquierda. Un sólo gobierno de izquierda recibe un *satisfecit* (Mario Vargas Llosa, 2017, p. 16):

Hay además en América Latina un fenómeno interesante que va a contrapelo del populismo: gobiernos de izquierdas, como el de Uruguay [El Frente Amplio], que han respetado las instituciones e incluso propiciado algunas medidas liberales en ciertas áreas a pesar de sus ideas socialistas y su vocación intervencionista.

El sesgo antizquierdista aparece en el caso de Chile, cuando se denuncia la vocación refundacional del segundo mandato de Michelle Bachelet, que estaría inspirado por “una visión dogmática”. El ex-gremialista y Chicago Boy Cristián Larroulet (2017) participó activamente en la dictadura militar de la Junta Militar, de 1973 a 1990. Difícilmente podía clasificar a Augusto Pinochet como populista, a pesar de ser un “líder fuerte” con vocación refundacional. Al contrario, niega a Michelle Bachelet una dimensión carismática, pero sin embargo la considera “populista” durante su segundo mandato. Como lo establece su programa presidencial, M. Bachelet quería: a) proponer una nueva Constitución; b) elevar los impuestos y cambiar el sistema tributario a favor de un mayor reparto; c) realizar una reforma laboral que da más peso a los sindicatos; e d) reformar la educación para introducir la gratuidad universal en la educación superior. Al final, C. Larroulet (2017) considera como populista al gobierno de centro-izquierda, porque se opone al programa de la derecha chilena que no ha dejado de defender el legado del general Pinochet desde la vuelta a la democracia.

El caso español es algo más complejo, porque se hace hincapié en la “transversalidad” entre los nacionalismos catalán y vasco y Podemos. Más allá de la presencia de corrientes izquierdistas nacionalistas, la razón que permitiría unir estas corrientes tiene que ver con la finalidad que buscan. Son fundamentalmente “antiespañoles”, según la autora, Cayetana Álvarez de Toledo (2017, p. 315), XIII Marquesa de Casa Fuerte y miembro del Partido Popular, que escribe: “el nacionalismo busca la independencia y Podemos el asalto al poder” y los medios usados por estos dos bandos permiten asemejarlos. Propone entonces un impresionante catálogo de características compartidas:

Basta escarbar con la yema de un dedo para descubrir entre los separatistas y Podemos un entramado de similitudes. Las más evidentes se refieren a los medios. Ambos atizan la irracionalidad. Apelan a los sentimientos. Promueven el victimismo. Desprecian la realidad pasada y presente. Atropellan la verdad. Monopolizan la voluntad ciudadana en nombre del pueblo. Enarbolan la democracia directa contra la democracia representativa. Demonizan al discrepante. Provocan la división social. Cultivan un impúdico clientelismo. Proponen utopías mesiánicas. Y atacan la legalidad democrática y sus guardianes, los jueces y los tribunales (Toledo, 2017, p. 314).

Como prueba última de connivencia, estos dos partidos, los dos critican la transición española consensuada a finales de la década de 1970. Toledo (2017, p. 315)

termina su denuncia acusándolos de ser una regresión al franquismo, “en esto, los populistas se revelan como lo que son: una regresión no ya respecto del régimen constitucional, sino del último franquismo. Son el nuevo búnker. Una feroz reacción”. Se intentará ver a continuación sobre qué base teórica descansa tal acusación.

Pobreza teórica del antipopulismo: el populismo como “forme jugée”

Pese a que algunos artículos tienen cierta calidad estilística, ninguno de los dos libros estudiados presenta una definición común del término *populismo*, lo que le resta mucha fuerza a la argumentación. Los autores de *El engaño populista* plantean que su libro “no es un tratado sobre populismo que pretenda abarcar el fenómeno en toda su complejidad, variedad y multitud de dimensiones [sino que] se limitará a las formas más duras de populismo” (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 22). Su propósito es referirse al “populismo como producto intelectual” porque “las ideas, las ideologías y la hegemonía cultural que construyen intelectuales y líderes de opinión son nutrientes fundamentales del populismo” (Kaiser & Álvarez 2016, p. 22). Aunque recalquen en esta dimensión intelectual, no se refieren en el libro a una definición concreta del populismo. Según ellos, éste puede ser tanto de izquierda como de derecha, pero en los hechos los únicos casos de populismo examinados se limitan a la izquierda que volvió al poder en América Latina con la marea rosa de los años 2000. El rasgo principal de esta élite gramsciana populista sería su igualitarismo obsesivo y su antiliberalismo.

La explicación más elaborada es sin lugar a dudas la de Mauricio Rojas (2017). Apoyándose en el libro del filósofo argentino Ernesto Laclau (2005), afirma que el populismo es ante todo una “lógica política” y no un movimiento identificable con una base social especial o con una determinada orientación ideológica. Por ello, la lógica populista puede ser tanto de izquierda como de derecha y hacerse vocera de los más variados intereses sociales. Reconoce este autor que el populismo se encuentra “en grados variables en prácticamente todos los partidos políticos” al ser un estilo político que agita las pasiones populares y busca ganar apoyo popular mediante la demagogia. Se articularía en torno a 5 ideas básicas: a) la contraposición maniquea entre pueblo – que tiene unicidad y representa la verdadera nación – y élite – que representa el *establishment*; b) el enemigo foráneo al cual estaría vinculada la élite autóctona (bajo su forma de imperialismo, globalización neoliberal o el extranjero); c) la metáfora apocalíptica que se traduciría como una constante amenaza letal contra el pueblo; d) el componente mesiánico, que implica la necesidad de un salvador; y e) el discurso generalizado de protesta. Se manifestaría entonces el populismo bajo tres

características sobresalientes: a) las formas democráticas plebiscitarias (es decir rupturistas y confrontativas) con vistas a aplicar programas refundacionales; b) una fuerte orientación hacia el personalismo, supuesta simbiosis entre pueblo y líder; c) su inestabilidad, puesto que los movimientos populistas sólo descansan en el líder, pero éste al ser desafiado puede perder su papel unificador o, una vez electo, puede tener que edulcorar su mensaje.

Con la salvedad de este ejemplo, los capítulos que componen *El estallido del populismo* (Á. Vargas Llosa, 2017) y *El engaño populista* (Kaiser & Álvarez, 2016) presentan entonces un cuadro meramente descriptivo de la situación de distintos países y de sus respectivos líderes. Para Julián Castro-Rea (2018, p.144), estos libros no tienen pretensión científica porque pertenecen a los que llama *best sellers* periodísticos, que lograron una difusión bastante importante en el mundo hispánico:

Os chamados *best sellers* (mais vendidos) são livros de capa mole que se produzem massivamente para distribuição entre um público com cultura geral mediana num mercado editorial. Pode tratar-se de obras de ficção (romances, contos, poesias, etc.) ou não ficção (ensaios, análises sobre a realidade atual, livros de autoajuda, etc.). Devido a seu baixo custo de produção por volume, as editoras podem oferecer esses títulos a preços competitivos. Dessa forma, os *best sellers*, na medida em que propõem uma interpretação acessível a qualquer leitor atento, de complexos problemas sociais, políticos e econômicos, podem ser um poderoso instrumento na luta pela hegemonia, no sentido que Antonio Gramsci fala.

Esta interpretación viene reforzada por el hecho que estos libros salieron en un momento clave de elecciones presidenciales en muchos países de América Latina y en España. Los principales autores movilizados no ocultaron sus apoyos a los partidos de derecha que participaron en dichas elecciones y el tono apologético usado en muchas páginas de estos libros es más propio de un discurso de campaña electoral que de un análisis científico. En ninguno de estos dos libros hay voluntad real de discutir los presupuestos mismos del término “populista”. La inmensa mayoría de los artículos se limitan a citar, como prueba fehaciente de la veracidad de su análisis, a autores afines a su propia lectura ideológica, a la manera de un sistema de autocitación que se autojustificaría, lo que conduce irremediamente a demostraciones tautológicas que impiden una argumentación contradictoria. Es posible afirmar pues que el uso del concepto de populismo que se hace en estos

libros corresponde à “une forme jugée”, según la expresión de Roland Barthes en *Le degré zéro de l'écriture*. Marc Angenot (2014, p. 9, nuestra traducción) explica al respecto:

Algunos conceptos presentan el mundo «bajo una forma juzgada». La expresión es de Roland Barthes en *El Grado Cero de la Escritura*: «totalitarismo», «neoliberalismo», etc. En cierto modo, estas categorizaciones, estas etiquetas idealtípicas, lo dicen todo: si aceptas este término para calificar una opinión, una teoría, te predispones a asumir la culpa y las conclusiones que la acompañan. El proceso de condenación del etiquetado es una forma de atribuir autoridad motu proprio, la apariencia al menos de una delegación de autoridad, por el solo hecho de que califica de manera cuasi-legal que la persona que lo propone se convierte en fiscal y transforma la opinión contraria en algo más que una «simple» opinión: una falta, un delito o incluso, en un vocabulario anticuado que conserva su significado, una blasfemia contra lo sagrado cívico y político, algo que finalmente se designa a sí mismo a la indignación pública. Hay categorías que son en sí mismas un argumento o, más bien, que permiten que se utilice para sacar ventaja mientras se busca intimidar.

Pese a su uso como “*forme jugée*”, cabe sin embargo analizar a los argumentos desarrollados en el discurso antipopulista.

EL POPULISMO DE LOS ANTIPOPULISTAS:

EL POPULISMO COMO PATOLOGÍA DE LA DEMOCRACIA

El populismo y la cuestión del pueblo: ¿ethnos, démos y pléthos?

Aunque Etienne Balibar (2015) prefiere hablar de “contrapopulismo” sin definirlo concretamente, sino como una estrategia de los defensores del neoliberalismo actual para asustar a los pueblos, es preciso señalar que el concepto de antipopulismo – al igual que el de populismo – padece de una definición teórica unitaria y unívoca. Algunos autores ponen de relieve que el antipopulismo, en su versión académica, traduce un desprecio al pueblo, lo que Federico Tarragoni (2013, pp. 58-59, nuestra traducción) llama, por ejemplo, una “populología”:

Al avivar las pasiones y halagar los instintos de un votante que termina por aborrecer el interés y privilegiar su pertenencia -real o fantasmada- al pueblo, el populismo pone en peligro la gobernabilidad y debe ser necesariamente antiliberal. Estos pre-

supuestos epistemológicos recorren la literatura científica sobre el populismo. Pero son tanto más asumidas ya que que el análisis acumula varias formas de legitimidad - científica, mediática, política e intelectual.

Federico Tarragoni (2013, pp. 58-59, nuestra traducción) ilustra el vínculo entre irracionalidad popular y peligro populista con un discurso de Mario Vargas Llosa, galardonado con el Premio Nobel de Literatura, al comentar éste la actualidad venezolana en 2001:

El hecho de que tantos venezolanos apoyen los delirios populistas y autocráticos de la ridícula figura del Teniente Coronel Hugo Chávez no lo convierte en un demócrata. Sólo revela los extremos alcanzados por la desesperación, la frustración y la inculturación cívica del pueblo venezolano.

Al criticar una supuesta incultura cívica de los venezolanos que lo llevaría a votar por un antidemócrata, Mario Vargas Llosa omite decir lo que entiende por “pueblo venezolano”. Sin embargo, Etienne Balibar (2015, p. 3 «nuestra traducción») subraya que, en el plano teórico, la “soberanía popular” crea una tensión entre populismo, nacionalismo y democracia. Y ésta no se puede resolver sin definir precisamente el vocablo “pueblo”:

En cierto modo, siempre ha existido la tensión; está inscrita en el corazón de los sistemas políticos modernos, porque, como ya indica la etimología, la noción de «pueblo» puede entenderse de distintas maneras. La palabra que se conserva en el griego moderno en el uso constitucional, *laos*, de la que se deriva el nombre «populismo» (*laïkismos*) (es bastante divertido para un francés que sea un cuasi-homónimo de «laïcité», que es actualmente uno de los grandes puntos de fijación del populismo en Francia) es sólo uno de los que designan o connotan la idea de «pueblo» en el lenguaje tradicional de la política. Hay por lo menos otros tres que están más o menos en competencia entre sí: primero *ethnos* (el pueblo histórico como cultura común, o incluso como descendencia genealógica, por lo tanto esencialmente la nación o la nacionalidad), luego *demos* (digamos la comunidad de ciudadanos, que se supone que tiene el poder constituyente), y finalmente *plêthos* (que las lenguas latinas traducen como masa, multitud o *plethos*).

¿Cómo se plantea el discurso antipopulista esta cuestión del pueblo en su triple dimensión de *ethnos*, *démos* y *pléthos*?

El pueblo/*ethnos* y la ponzoña del nacionalismo

Mario Vargas Llosa (2017, pp. 9-10) escribe a propósito del populismo:

No se trata [La amenaza populista] de una ideología sino de una epidemia viral – en el sentido más tóxico de la palabra – que ataca por igual a los países desarrollados como atrasados [...] El populismo es una degeneración de la democracia [ningún país] está vacunado contra esta enfermedad.

La idea de patología de la democracia (discurso orgánico y médico) puede definirse parafraseando al pensador Corrado Gini (1935, pp. 725-726) (fascista y creador del famoso índice epónimo), al sugerir la existencia de una “patología económica”. Esta quiere dar cuenta de las causas del desequilibrio y de los mecanismos de reequilibrio de la organización política de las sociedades. En el análisis que propone Mario Vargas Llosa, la patología política supone la existencia de una posición “realista”, incluso “naturalista”, de lo que debe ser una sociedad democrática, como el topos clásico del “orden político justo”. Se caracteriza entonces el populismo, según él, por un retroceso a una etapa tribal, la del nacionalismo: frente a la globalización a la que considera como el hecho más promisorio del tiempo actual, éste es la negación de la cultura, de la democracia y de la racionalidad. Apela a los instintos más acendrados en los seres humanos, al espíritu tribal, a la desconfianza y al miedo al otro por tener una raza, lengua, o religión distintas, a la xenofobia, al patriotismo y a la ignorancia. Presentado como un sentimiento anti-racional que surge en un contexto de crisis, el nacionalismo es, según Mario Vargas Llosa (2017, p. 11), uno de los factores explicativos principales de la ponzoña populista: “el ingrediente central del populismo es el nacionalismo, la fuente, después de la religión, de las guerras más mortíferas que haya padecido la humanidad”.

Tal como la concibe Karl Popper (1945), en que se apoya el análisis de Mario Vargas Llosa, la sociedad cerrada, mágica, tribal o colectivista se fundamenta en teorías “orgánicas” o biológicas del Estado. Las relaciones entre los miembros tienden a ser más “físicas” que “socialmente abstractas”. El racismo se vuelve entonces el ingrediente central del nacionalismo, porque es el arma del pueblo/*ethnos* que se defiende como comunidad orgánica frente a una agresión exterior. Según Mario Vargas Llosa, los países de más arraigadas tradiciones democráticas, como Gran Bretaña, Francia, Holanda y EE. UU. no están exentos de esta “corrupción cancerosa”, lo que muestra que el germen de la destrucción puede

encontrarse dentro de la sociedad abierta misma. En general, surge cuando el pueblo es manipulado por líderes sin escrúpulos, logrando que el pueblo/démos vote por él.

El pueblo/démos frente al líder carismático: la supuesta fragilidad psicológica de las masas

El tema del líder no merece aquí un análisis detallado, porque la presencia del líder y de su relación directa con el pueblo suelen ser la característica central esgrimida por todos los analistas del populismo. Lo importante descansa, sin embargo, en la graduación propuesta en los libros *El estallido del populismo* (Á. Vargas Llosa, 2017) y *El engaño populista* (Kaiser & Álvarez, 2016). A modo de ejemplo, el retrato que se ofrece de Lula da Silva es moderado (Schüler, 2017). Lo único que se reprocha a este líder es que fue demagógico a la hora de apelar al pueblo, pero no tanto por convicción ideológica como por mero pragmatismo. Al contrario, Juan Claudio Lechín (2017, p. 246) otorga una dimensión casi divina a Evo Morales:

El caudillo populista es generalmente un ser vacío de convicciones. Su patológica ambición de poder está movilizadora por una gran voluntad (Triumph des Willens) y orientada por una antena intuitiva (un pragmatismo natural). Su antena capta lo obvio, la inequidad, la injusticia, el antisemitismo, pero fundamentalmente los traumas del inconsciente colectivo. Y cuando lo hace, el caudillo mesiánico se vuelve espejo del alma colectiva y la colectividad se mira en él, reconociéndose y encantándose. Este narcisismo popular genera una devoción masiva. En el año 2003, [Evo Morales] detectó el creciente indigenismo y se declaró indigenista. En ese momento se transformó de político en mesías.

En el caso de Manuel López Obrador, no es tanto el líder que apela al pueblo, sino el pueblo que podría también influir en su “personalidad maná” y en la manera cómo se comporta. Explica Enrique Krauze (2017, p. 79):

Ahora, mucho más que en la época de Echeverría, la dialéctica descrita por Jung está operando [la de la personalidad maná]. El “inconsciente colectivo” de muchos mexicanos está arrastrando a López Obrador al desequilibrio exigiéndole cumplir expectativas mesiánicas [...] El ha sido el primero en alentar esas expectativas y en creer que puede cumplirlas. “Ungido”, más que

electo, por el pueblo, podría tener la tentación revolucionaria y autocrática de disolver de un golpe o poco a poco las instituciones democráticas, incluyendo la reacción.

En el otro extremo, tenemos retratos de líderes que dibujan seres casi demoníacos, aprovechadores, sin escrúpulos ni moral. Ejemplo de esta crítica caricaturesca es la que se hace en el libro de Axel Kaiser y Gloria Álvarez Álvarez (2016), mostrando que el líder populista es parte de la *hybris* (de la desmedida) griega. Según los autores, el populismo permitiría abarcar, como realidad histórica, a los regímenes siguientes:

Lo cierto es que más allá de las comparaciones, ideológicamente, gente como Mussolini, Hitler, Stalin y Mao estuvieron en una misma trayectoria de un Chávez, Perón, Castro, Iglesias, Allende, Maduro, Morales, Correa, López Obrador Kirchner y Bachelet (esta última en su segundo gobierno, en el cual implementó un programa refundacional con el objetivo de terminar el exitoso sistema de libertades prevaleciente por más de tres décadas) [Es decir desde el inicio de los años 80 en Chile cuando la dictadura del General Pinochet glorifica/enarbola la sociedad libre en su Constitución del 80!] (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 28).

Según estos autores, el populismo latinoamericano puede rastrearse en la creación en Europa del mito del “buen salvaje” cuyos promotores desvalorizaron la civilización europea y enarbolaron al nativo americano, atacando la idea de propiedad privada. En un mismo subcapítulo, logran trazar una línea de pensamiento populista y totalitario que va desde Michel de Montaigne a Raúl Prebisch, pasando por Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx y Che Guevara. Son ellos los responsables de la difusión del mito del buen salvaje:

Seguidor de Montaigne, el filósofo francés nacido en Ginebra Jean-Jacques Rousseau, un directo precursor de los totalitarismos marxista y nacionalsocialista, llevaría este mito del buen salvaje y la condena a la propiedad privada hasta el delirio [...] Es inevitable no ver en este mito que retrató a los latinoamericanos como “víctimas” de los Europeos uno de los orígenes intelectuales de la famosa doctrina del “estructuralismo” que llevó al ruinoso sistema de sustitución de importaciones que predominó en América Latina desde la década del 1940 en adelante (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 36-40).

Tanto en *El estallido del populismo* (Á. Vargas Llosa, 2017) como en *El engaño populista* (Kaiser & Álvarez, 2016), esta visión distorsionada de la realidad defendida por los populistas ha sido posible gracias a la manipulación del pueblo. El título mismo del libro de Kaiser y Álvarez (2016), al referirse a un “engaño”, es sintomático de la lectura. Más generalmente, todo el campo semántico de estos libros gira en torno a la idea de “mentira”, “estafa”, “trampa”, “mixtificación” o “embaucamiento” que se hacen en perjuicio al pueblo, puesto que una élite totalmente dedicada a afirmar la voluntad hegemónica del líder logra manipular el pueblo. El pueblo/démos (es decir un conjunto de ciudadanos) se convierte entonces en un pueblo/pléthos, es decir una masa subyugada por su líder. Debido a su superioridad numérica, esta masa logra llevar y mantener en el poder al líder, lo que lleva estos autores a cuestionar la validez de la “soberanía popular” como fuente de la democracia. Según Gabriela Calderón (2017), este problema se plantea en Ecuador puesto que la ecuación “una persona, un voto”, que descansa en una visión atomista de la sociedad, viene “parasitada” por la idea de bien común inspirado del concepto de “buen vivir” que mantiene a los ciudadanos en un estado de inmadurez.

En su estudio sobre Evo Morales, Juan Claudio Lechín (2017) se pregunta en el título, sin contestar nunca desgraciadamente, si los gobiernos de Morales pueden ser caracterizados como “monarquía plebeya” o “monarquía lumpen”, que hubieran acarreado una “infantilización del Indio”. Se cruzan en esta interpretación de la fragilidad de las masas una idea del indio como un niño que se remonta al periodo colonial con interpretaciones más recientes. Para Seymour Martin Lipset (1963), por ejemplo, los movimientos populistas y extremistas atraen a los descontentos y a las personas que sufren de fragilidad psicológica, a los individuos en una situación de fracaso personal, a las personas inmaduras, incultas y autoritarias. Esta fragilidad de los pueblos y de los individuos instrumentalizan los líderes a través de los recursos del Estado que permiten el establecimiento de un sistema clientelista. De ahí la obsesión contra la supuesta estadolatría de los populistas y su lucha por la conquista del Estado, recurso fundamental de su poder.

EL POPULISMO COMO “KAMPFBEGRIEF”: LA CRÍTICA A LA IDOLATRÍA DEL ESTADO

La crítica al Estado de bienestar:

una línea divisoria entre populismo y antipopulismo

Para los miembros de la tercera ola reaccionaria, la línea divisoria entre populismo y antipopulismo resulta ser fundamentalmente la defensa del Estado de bienestar o lo que ellos llaman el *estatismo*. Escribe Mauricio Rojas (2017, p. 373):

Mucho más relevantes son otras líneas divisorias [que la derecha/izquierda], como las que separan “modernistas” y “tradicionalistas” en sentido valórico o aquellos que proponen una expansión de las funciones y regulaciones estatales respecto de quienes propugnan un Estado limitado y mayor libertad de acción para la esfera privada. Esta última línea divisoria ha cobrado gran relevancia debido a la evolución de diversos partidos populistas “de derecha” hacia el estatismo, en particular en lo referente al Estado de Bienestar, cuya defensa y expansión en muchos casos se ha transformado en un eje clave del discurso populista.

Conceptual y teóricamente, A. Kaiser y G. Álvarez (2016, p. 28) explican que el populismo es equivalente a – para no decir sinónimo de – totalitarismo porque descansa en el odio a la libertad individual y la idolatría del Estado: “el nazismo alemán y el fascismo italiano, por ejemplo [...] también fueron movimientos populistas que hicieron del odio a la libertad individual y de la adoración del Estado su propulsor fundamental”.

De manera más sutil, Álvaro Vargas Llosa (2017) considera que Donald Trump es fundamentalmente un populista, pese a algunas de sus medidas más importantes y emblemáticas, como la baja masiva de impuestos a los más ricos, son juzgadas como antipopulistas. Esta dicotomía permite calificar a los gobiernos de Felipe González y de José María Aznar como antipopulistas. Al igual, se considera que Chile quedó libre de populismo del 1990 al 2014, incluyendo entonces en una misma continuidad los gobiernos de la Concertación de centro-izquierda y el del derechista Sebastián Piñera. Esta lectura está presente también en el análisis del populismo de derecha en el cual se distingue, por ejemplo, entre los partidos xenófobos y el Partido Conservador inglés que está liderando el Brexit. Mario Vargas Llosa (2017, p. 11) lamenta, por ejemplo, el hecho de que “el nacionalismo inglés tiene, desgraciadamente, algunos aspectos liberales que añaden complejidad a la discusión y confunden a mucha gente”. Pero logra resolver esta postura esquizofrénica aludiendo al hecho de que la culpa del Brexit no lo tiene la derecha británica conservadora, sino la burocracia europea. Tomando como ejemplo a su mentor político más venerado, Margaret Thatcher, dice Mario Vargas Llosa (2017, p. 11) que hoy la tarea de los liberales es luchar contra esta burocratización:

El rechazo de Europa en parte es el rechazo a la burocracia Europea, una realidad que no se puede negar, aunque la mejor forma de dar la batalla contra ella es desde adentro [...] Esos princi-

pios liberales, que algunos políticos e intelectuales británicos comparten hoy, son respetables desde luego, y es muy necesario combatir la burocratización del proyecto europeo.

Esta crítica al Estado de Bienestar y al Estado no puede entenderse sin tomar en cuenta el papel histórico que la tercera ola reaccionaria asigna al populismo.

El populismo como otro totalitarismo: la continuación del anticomunismo de la Guerra Fría

Es preciso notar, primero, que en los dos libros estudiados no se traza un vínculo entre los populismos históricos de los años 1930 y 40 y los actuales. La filiación histórica privilegiada se establece más bien con los fascismos europeos y los regímenes comunistas del Bloque del Este durante la Guerra Fría. Como lo explica Juan Claudio Lechín (2017) en su estudio sobre Evo Morales, el populismo es hoy un término más conveniente que “fascismo” o “comunismo”. La variedad – aparentemente irreconciliable de estos movimientos entre sí – se hace con base en la definición mínima del término “populismo”, que sólo sería un nuevo autoritarismo (Lechín, 2017, pp. 253-254):

[...] la etimología de la palabra “populismo” (populus-pueblo e ismo-doctrina), doctrina del pueblo, tiene su componente de exactitud pues culpa al pueblo por los regímenes autoritarios que consiguen seducir su apoyo [...] La mayor virtud de la palabra “populismo” es que engloba al fenómeno de los autoritarismos que nacen con apoyo popular, sin provocar prejuicios como cuando se usan las palabras “fascismo” o “comunismo”.

Pese a que la mayoría de los gobiernos latinoamericanos de izquierda, tildados de populistas por los autores de los libros estudiados, llegaron al poder por la vía democrática, se les niega el adjetivo de “democrático” por ser “antiliberales” en lo económico. En la realidad, estos gobiernos fueron en su gran mayoría afines a una social-democracia de tipo europeo que no se opone al libremercado y fueron muy pocos los que siguieron la línea del socialismo del siglo XXI propiciada por el líder venezolano Hugo Chávez. Sin embargo, para Mario Vargas Llosa (2017, p. 7), “el comunismo ya no es el enemigo principal de la democracia liberal – ‘de la libertad’ – sino el populismo”. Este autor no llega nunca a asimilar el comunismo con el populismo, porque reconoce que la mayoría de los movimientos populistas de derecha son férreos anticomunistas. Sin embargo, establece una continuidad histórica entre comunismo y populismo

a partir de una genealogía “antiliberal” que amenazaría un orden occidental y capitalista, visto como la última etapa de una evolución natural de los pueblos. A pesar de que el concepto de antiliberalismo no tiene fundamentos teóricos fiables (Boisard, 2017), se suele desde la Guerra Fría confundirlo con el de “totalitarismo”. Al hablar de “dictaduras populistas o comunistas” como manifestaciones del totalitarismo, se asume que los términos son sinónimos prescindiendo de un análisis de los tipos de regímenes que suponen cada una y de una historización de los conceptos. Sin embargo, como lo recuerda E. Traverso (2001, p. 11), el totalitarismo tiene una “sustancial ambigüedad” por:

[...] significar a la vez un hecho (los regímenes totalitarios como realidad histórica), un concepto (El Estado totalitario como forma de poder nueva e inclasificable entre las tipologías elaboradas por el pensamiento clásico) y una teoría (un modelo de dominio definido por los elementos comunes a los diversos regímenes totalitarios, después de haber procedido a su comparación).

La historización del concepto muestra que el momento de su mayor uso corresponde a la Guerra Fría (Traverso, 2001, p. 83):

El periodo que se extiende desde 1947 hasta 1960 será, por ende, la edad de oro de la idea de totalitarismo, que alcanzó entonces su formulación teórica acabada y de mayor difusión. Sin embargo, esta canonización se hará al precio de una mutación relevante: más que una función crítica frente a los regímenes existentes – como en los años 30 –, el concepto de totalitarismo asumía una función apologética del orden occidental, dicho de otro modo, se transformaba en ideología.

Deduca Enzo Traverso (2001) que la función ideológica del concepto de totalitarismo se debe a que después de la Segunda Guerra Mundial, el antiguo enemigo, Alemania, se transformó en nuevo aliado mientras que el ex-aliado frente a los fascismos, la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), se transformó en la principal, si no exclusiva, encarnación del totalitarismo. El antitotalitarismo llega entonces a confundirse con el anticomunismo convirtiéndose en una arma de propaganda y un “concepto de lucha” (*Kampfbegriff*) (Traverso, 1998, p. 102).

Para los autores de los dos libros analizados, el antipopulismo, visto como la continuación del antitotalitarismo, es hoy día el último baluarte del “orden occidental” y EE. UU. sigue siendo el faro del mundo libre. Y para Mario Vargas Llosa (2017, p. 18), el “orden occidental” está hoy día amenazado por el

debilitamiento actual de los EE. UU. y la política aislacionista de Donald Trump: Trump ha explotado esta tendencia aislacionista y pretende dejar la puerta abierta a que demagogos autoritarios como Vladimir Putin reemplacen el liderazgo de EE. UU., debilitando por ejemplo la capacidad de Europa de frenar los impulsos imperialistas del líder ruso. Estados Unidos es claramente el líder de Occidente y tiene una responsabilidad que no puede eludir. Pensar que el mundo libre puede prescindir de una política exterior activa por parte de Estados Unidos es una peligrosa ingenuidad.

La demostración de la continuidad y de la semejanza entre la época de la Guerra Fría y la situación actual descansa en el papel de una élite intelectual de izquierda, directamente inspirada de Antonio Gramsci, que defendió un modelo antiliberal durante la Guerra Fría al sostener regímenes socialistas y que sigue activa hoy con la defensa de gobiernos populistas. En los dos libros estudiados, se insiste mucho en la responsabilidad que incumbe a las “camarillas de intelectuales” que estarían actuando a la sombra de líderes carismáticos. En el texto sobre Rafael Correa en Ecuador, Gabriela Calderón (2017, p. 219) se refiere a la “tiranía de los ingenieros sociales”:

El gobierno de la Revolución ciudadana llegó hace diez años al poder jactándose de ser un grupo de personas con “mentes lúcidas, corazones ardientes y manos limpias” [...] El argumento era que un grupo de supuestos iluminados, con voluntad de servicio y sin ambición de beneficiarse personalmente del poder, llegaban a salvarnos de un pasado mítico en el que supuestamente habíamos estado sometidos a los arbitrios de los privados. Eran los privados los malos, los culpables de la corrupción y por eso se requería expandir la envergadura y tamaño del Estado para controlarlos.

Termina la demostración esta autora acusando a estos ingenieros sociales de ser expertos en “utopía de la refundación”, “idólatras del Estado” obsesionados por el igualitarismo, de corrupción y de decadencia puesto que, citando a Ludwig von Mises (1996, p220), “el intervencionismo engendra siempre corrupción”. *¡Quod erat demonstrandum!* [lo que se quería demostrar].

Este tema de la élite gramsciana es también una verdadera obsesión de Axel Kaiser (2014) –como lo muestra su libro *La fatal ignorancia. La anorexia cultural de la derecha frente al avance ideológico progresista*, cuyo título plagia el ensayo de F. Hayek, *The fatal conceit*, conocido como una biblia del anticonstructivismo. En

el libro *El engaño populista* (Kaiser & Álvarez, 2016), los autores dedican la tercera parte a la “hegemonía cultural como fundamento del populismo”. Explican que “para entender el fenómeno populista, especialmente en su variante totalitaria, es fundamental saber que este se sirve de todo un lenguaje y un aparataje intelectual creado especialmente para destruir la libertad y justificar las aspiraciones al poder del líder” (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 82). Apoyándose en George Orwell, estos autores pretenden, entonces, desenmascarar a estos intelectuales de izquierda. La razón es simple: “el por qué de que, en general, los intelectuales prefieran el socialismo se debe en parte a que a la mayoría de ellos no les interesa la verdad, sino imponer su visión del mundo, sea cual sea el costo que otros deban pagar” (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 85). Más allá del hecho de que existiría una verdad y que los oponentes liberales a los socialistas la tendrían, los autores explican a partir del ejemplo del líder de Podemos, Pablo Iglesias, la preeminencia de Antonio Gramsci hoy día en la lucha política (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 94):

Iglesias dice, entonces, que el campo de disputa de todo el proyecto fascipopulista que llevan adelante es la cultura y el terreno de las ideas. Así, su lucha es primeramente de tipo intelectual, y debe serlo porque, como carecen de “los fusiles de Mao”, no pueden hacer la revolución armada para llegar al poder. Lo que deben hacer entonces es cambiar la hegemonía utilizando las estructuras democráticas para llegar a controlar el poder del Estado.

Los padres intelectuales del socialismo del siglo XXI son, entonces, el argentino Norberto Ceresole, el francés Ignacio Ramonet, el alemán Heinz Dieterich, el estadounidense Noam Chomsky, el húngaro István Mészáros, el español Juan Carlos Monedero, el británico Alan Wood y la chilena Marta Harnecker. Dentro de los promotores del socialismo, los dos autores incluyen también al Papa Francisco cuya “liviandad de juicio” (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 144) lo ha llevado a entender “todo mal” (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 147). Escriben (Kaiser & Álvarez, 2016, p. 145): “más evidente y grave es el desconocimiento de Su Santidad cuando sostiene que el libre mercado no mejora la situación de los pobres y que la idea de que lo hace ‘nunca ha sido demostrada por los hechos’”.

La meta final del estatismo según los autores estudiados es, sin embargo, la misma: se defiende la idea de un Estado fuerte para manipular a las masas a través de redes clientelistas financiadas por el erario público. Como el populismo no es más que la continuidad por otros medios del “colectivismo” (en su forma tanto comunista como fascista, según los autores estudiados), el antipopulismo se convierte entonces en un concepto de combate contra lo que sería la falsa

democracia, porque la mayoría (el pueblo) puede oponerse al gobierno de los más aptos (la élite). Encontramos en estos argumentos las bases de los que denunciaban ya en los años 1930 uno de los padres de la escuela económica neoliberal de Viena, Ludwig Von Mises (1996 p. 150, nuestra traducción):

El concepto de gobierno mayoritario o gobierno por el pueblo, recomendado por el liberalismo, no aspira a que prevalezca la masa, el hombre de la calle. Ciertamente no aboga, como algunos críticos suponen, por el gobierno de los más indignos, zafios e incapaces. No dudan los liberales que sobre todo conviene a la nación ser regida por los mejores.

Añade unas páginas después (Mises (1996 p. 153, nuestra traducción):

os dogmas colectivistas modernamente reaparecidos —causa principal de los desastres y dolores que nos afligen— han triunfado de tal modo que han logrado relegar al olvido las ideas básicas en que se funda la filosofía social liberal. Hoy en día desconocen este pensamiento incluso muchos de los partidarios de las instituciones democráticas. Los argumentos que esgrimen para justificar la libertad y la democracia están plagados de errores colectivistas; sus doctrinas más bien constituyen una tergiversación que una defensa del liberalismo auténtico. Las mayorías, en su opinión, tienen siempre razón simplemente por cuanto gozan de poder bastante para aplastar al disidente; el gobierno mayoritario equivale a la dictadura del partido más numeroso, no teniendo por qué refrenarse a sí misma la mayoría en el ejercicio del poder, ni en la gestión de los negocios públicos. Tan pronto como una facción cualquiera ha conquistado el apoyo de la masa y, por ende, controla todos los resortes del gobierno, considérase facultada para denegar a la minoría aquellos mismos derechos democráticos que le sirvieron para predominar. Este pseudoliberalismo, evidentemente, es la antítesis de la filosofía liberal.

En otro libro, Ludwig von Mises (1951, p. 21, nuestra traducción) explicitó lo que es según él la verdadera doctrina liberal y por consiguiente la esencia misma de la democracia:

El orden social capitalista es la realización de lo que debería llamarse democracia económica [...] Un estado de cosas de esta

clase sería tan poco democrático como una constitución social en que los funcionarios y los soldados, y no el conjunto del pueblo, debieran decidir de la política del gobierno. Esto sería lo contrario de lo que tenemos costumbre de llamar democracia. Cuando se afirma que la sociedad capitalista es una democracia de consumidores, se quiere decir con ello que el derecho para disponer de los medios de producción, conferido a los jefes de empresa y a los capitalistas, sólo puede obtenerse por el voto de los consumidores, renovado todos los días en el mercado.

Acorde a esta definición, el populista no puede ser sino un antidemócrata defensor *in fine* del totalitarismo, partiendo de la idea de que el liberalismo económico es sinónimo de democracia.

A modo de conclusión, podemos afirmar que el uso del término “populismo” por los autores de los dos libros estudiados, *El estallido del populismo* (Á. Vargas Llosa, 2017) y *El engaño populista* (Kaiser & Álvarez, 2016), no resuelve las aporías teóricas de una definición que depende fundamentalmente del sentido que se da a los términos “pueblo” y “democracia”. Al rechazar el pueblo/ethnos por su nacionalismo excluyente, al pueblo/démos, por su capacidad de impedir el gobierno de los mejores y asegurar la “dictadura de la mayoría” y al pueblo/pléthos irracional que facilitaría la toma del poder de líderes antidemocráticos, los antipopulistas de la tercera ola reaccionaria apoyan su argumentación en una definición muy precisa de la democracia, concebida como “democracia de mercado” y de los derechos fundamentales de los individuos. Aparece, entonces, a lo largo de este análisis de los libros *El estallido del populismo* (Á. Vargas Llosa, 2017) y *El engaño populista* (Kaiser & Álvarez, 2016) un retrato del populista como un hombre “patologizado y demonizado”, engañador y fundamentalmente de izquierda, debido a su igualitarismo obsesivo. Los casos en los que se tilda de populista a un hombre de derecha es cuando se opone al liberalismo económico al defender un nacionalismo en materia comercial o económica.

Es precisamente negando la validez teórica de la equivalencia entre democracia y liberalismo que los críticos a los antipopulistas de la tercera ola reaccionaria los califican también de “populistas”. El interés heurístico de esta lectura histórica y el uso del término “populista” que se deduce de ella están, sin embargo, menguados por el hecho de que sus adversarios políticos apelan

también al término “populista” al hablar de un “populismo desde arriba” o un “populismo de extremo-centro”. De manera casi irónica, podríamos plagiar la frase de Philippe Machefer (1974), según la cual “siempre somos el fascista de otra persona”, afirmando que “somos siempre el populista de otra persona”. Etienne Balibar (2015, pp. 5-6, nuestra traducción) sugiere, por ejemplo, la existencia de un “populismo de centro”:

Me gustaría añadir la idea de que es tanto más insuficiente y desconcertante hablar de un «extremismo» que oscila entre la derecha y la izquierda cuando en realidad también hay un «populismo de centro» muy poderoso: en el sentido de que el «populismo» evoca una opinión pública manipulada por estructuras de poder contra un «enemigo» imaginario que sirve para impedir que los ciudadanos se informen y descubran dónde están sus propios intereses. Tomo el término «centro» en dos sentidos a la vez: el «centro» político, en oposición a los extremos, y el «centro de poder» dominante.

En esta misma perspectiva, para el sociólogo Michel Wieviorka (2017), Emmanuel Macron encarnaría un “populismo desde arriba” al defender este discurso de “extremo-centro”. Otro líder afín al ultraliberalismo, Margaret Thatcher, fue también tildada de populista por Stuart Hall (2008). Según este autor, representaba un “populismo autoritario” porque defendía una forma excepcional del Estado capitalista que, a diferencia del fascismo clásico, conservó la mayor parte de las antiguas instituciones representativas, mientras construyó a su alrededor un consentimiento popular activo. Stuart Hall (2008) llegó a la conclusión de que el thatcherismo fue una derecha “gramsciana” que reclamó una “novedad radical”. En comparación con el viejo conservadurismo, deseó transformar radicalmente el sistema político heredado de la Segunda Guerra Mundial y basado en el consenso keynesiano. Con su famoso credo “No Hay Alternativa” (*There Is No Alternative* [TINA]), logró desprestigiar ideas enraizadas en las mentalidades europeas como las de “gasto social”, de “igualdad” y de “propiedad pública” en nombre de un derecho natural a la desigualdad y la primacía de la seguridad sobre la democracia. En este sentido, Stuart Hall (2008) concluyó a una victoria ideológica y cultural de esta “nueva derecha” al lograr imponer sus propios modelos sociales (el empresario, el consumidor, el propietario), y dar la impresión de que “tiene la historia de su lado”.

El uso del término *populismo de extremo-centro* para calificar a los turiferarios de la democracia de mercado hace hincapié en la tensión creciente

entre liberalismo y democracia en muchos países del planeta. Estos dos términos aparecen como sinónimos en el discurso de la tercera ola reaccionaria, puesto que los dos se realizarían a través de la valoración del libre mercado, por un lado, y la de los derechos humanos, por otro. Pero esta concepción liberal minora el papel simbólico que juega la soberanía popular, que es la columna vertebral del ideal democrático. La soberanía del pueblo se percibe ahora, en la mayoría de los casos, como una idea obsoleta y un obstáculo para la realización de los derechos humanos. Esta lectura no toma en cuenta la articulación de dos tradiciones diferentes: la tradición liberal (con libertad individual y pluralismo) y la tradición democrática (que enfatiza la soberanía y la igualdad popular). Esta articulación se formó en el siglo XIX, con la alianza entre las fuerzas liberales y democráticas. Como C. B. MacPherson (1977) señaló, el resultado ha sido que el liberalismo se fue democratizando y la democracia se fue liberalizando.

La legitimidad de la democracia liberal moderna proviene de la soberanía del pueblo, y quienes creen que es posible prescindir de ella están profundamente equivocados. El déficit democrático que se manifiesta de muchas maneras en un número creciente de sociedades liberales se debe a que la gente siente que no hay espacio para una participación significativa en las decisiones importantes. Este déficit democrático ha contribuido al desarrollo de partidos populistas que pretenden representar al pueblo y defender sus derechos confiscados por las élites. El populismo actual no se puede pensar, como fenómeno político, fuera del marco de la democracia. Al no emprender urgentemente una reflexión sobre la democracia actual y sus límites, es posible que en un futuro no tan lejano desaparezcan tanto la democracia como el liberalismo.

REFERENCIAS

- Andurand, A., & Boisard, S. (2017). El papel de internet en la circulación del ideario neoliberal: una mirada a las redes de thinks tanks latinoamericanos de las dos últimas décadas. *Recuperado de* <https://journals.openedition.org/nuevomundo/71443>
- Angenot, M. (2014). *La rhétorique de la qualification et les controverses d'étiquetage*. *Recuperado de* <https://journals.openedition.org/aad/1787>
- Balibar, E. (2015). *Du populisme au contre-populisme: histoire et stratégie*. *Recuperado de* <http://www.populismus.gr/wp-content/uploads/2015/05/interventions3-balibar.pdf>
- Berstein, S., & Becker, J. J. (1987). *Histoire de l'anti-communisme en France* (Tome 1: 1917-1940). Paris, France: Olivier Orban.

- Boisard, S. (2017). La matriz antiliberal en las derechas radicales: el caso del Frente Nacional Patria y Libertad en Chile (1971-1973). *Recuperado de* <http://journals.openedition.org/nuevomundo/69124>
- Bustamante, G. A. (2013). El proyecto Chávez (1999-2007). Participación, isocracia e integración regional. Santiago, Chile: Ed. Universitaria.
- Calderón, G. (2017). Ecuador: la revolución, el buen vivir y la tiranía de ingenieros sociales. In Á. Vargas Llosa (Coord.), *El estallido del populismo* (pp. 197-224). Barcelona, España: Planeta.
- Castro-Rea, J. (2018). Escrever com a direita: os *best sellers* da direita no espanhol e sua promoção nas redes transnacionais. In E. Bohoslavsky, R. P. S. Motta, & S. Boisard (Dirs.), *Pensar as direitas na América Latina* (p. 144-160). São Paulo, SP: Alameda.
- De la Torre, C. (2017). *Populismos: una inmersión rápida*. Barcelona, España: Tíbidabo.
- De la Torre, C., & Arnson, C. (2013). *Latin American populism in the twenty-first century*. Washington, DC: Woodrow Wilson Center.
- Germani, G., Ianni, O., & Torcuato, D. T. (Eds.). (1973). *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica* (Serie Popular). México, DF: Era.
- Gini, C. (1935). *Prime linee di patologia economia*. Milano, Italia: Giuffrè.
- Hall, S. (2008). *Le populisme autoritaire. Puissance de la droite et impuissance de la gauche au temps du thatcherisme et du blairisme*. Paris, France: Amsterdam.
- Harneker, M. (2004). *Venezuela. Una revolución sui generis*. Madrid, España: Viejo Topo.
- Hayek, F. (1988). *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*. Chicago: University of Chicago Press.
- Hawkins, K. A., Carlin, R. E., Littvay, L., & Kaltwasser, C. R. (Dirs.). (2018). The ideational approach to populism: concept, theory, and analysis. London, England: Routledge.
- Hirschman, A. (1991). *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Ionescu, G., & Gellner, E. (Dirs.). (1969). *Populismo y sus significados y características nacionales*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu.
- Kaiser, A. (2014). La fatal ignorancia. *La anorexia cultural de la derecha frente al avance ideológico progresista*. Madrid, España: Unión Editorial.
- Kaiser, A., & Álvarez, G. A. (2016). El engaño populista. Por qué se arruinan nuestros países y cómo rescatarlos. Barcelona, España: Planeta.
- Kaltwasser, C. R., Taggart, P., Espejo, P. O., & Ostiguy, P. (Dirs.). (2017). *The Oxford handbook of populism*. Oxford, England: Oxford University Press.

- Krauze, E. (2017). Los redentores no cambian. In Á. Vargas Llosa (Coord.), *El estallido del populismo* (pp. 53-80). Barcelona, España: Planeta.
- Laclau, E. (2005). *On populist reason*. London, England: Verso.
- Larroulet, V. C. (2017). ¿Se aleja el fantasma? In Á. Vargas Llosa (Dir.), *El estallido del populismo* (pp. 287-308). Barcelona, España: Planeta.
- Lechín, J. C. (2017). Evo Morales, monarquía plebeya o monarquía lumpen). In Á. Vargas Llosa (Dir.), *El estallido del populismo* (pp. 235-258). Barcelona, España: Planeta.
- Lipset, S. M. (1963). *The political man: the social bases of politics*. Garden City, MI: Doubleday.
- Machefer, P. (1974). *Ligues et fascismes en France, 1919-1939*. Paris, France: Presses Universitaires de France.
- Macpherson, C. B. (1977). *The life and times of liberal democracy*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Malamud, C. (2010). *Populismos latinoamericanos. Los tópicos de ayer, de hoy y de siempre*. Oviedo, España: Nobel.
- Malloy, J. M. (1977). *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press.
- Mises, L. V. (1951). *Socialism: an economic and sociological analysis*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Mises, L. V. (1996). *Human action: a treatise on economics*. Auburn, AL: The Ludwig von Mises Institute.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (Eds.). (2012). *Populism in Europe and the Americas: threat or corrective for democracy?* Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Müller, J. W. (2016). *Was ist Populismus? Ein Essay*. Frankfurt am Main, Deutschland: Suhrkamp.
- Popper, K. (1945). *The open society and its enemies*. London, England: Routledge.
- Rivero, A., Zarzalejos, J., & Del Palacio, J. (Dir.). (2017). *Geografía del populismo. Un viaje por el universo del populismo desde sus orígenes hasta Trump*. Madrid, España: Tecnos.
- Rojas, M. (2017). El populismo en Europa Occidental. In Á. Vargas Llosa (Coord.), *El estallido del populismo* (pp. 353-380). Barcelona, España: Planeta.
- Schüler, F. L. (2017). Lula y el PT, la incógnita brasileña. In Á. Vargas Llosa (Coord.), *El estallido del populismo* (pp. 123-140). Barcelona, España: Planeta.
- Skinner, Q. (2000). *La liberté avant le libéralisme*. Paris, France: Seuil.
- Taguieff, P. A. (1997). Le populisme et la science politique: du mirage conceptuel aux vrais problèmes. *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*, 56, 4-33.

- Tarragoni, F. (2013). La science du populisme au crible de la critique sociologique: archéologie d'un mépris savant du peuple. *Actuel Marx*, 56-70.
- Toledo, C. A. (2017). Ellos y nosotros: el populismo en España. In Á. Vargas Llosa (Coord.), *El estallido del populismo* (pp. 311-328). Barcelona, España: Planeta.
- Touraine, A. (1989). *América Latina: política y sociedad*. Barcelona, España: Paidós.
- Traverso, E. (1998). *Le totalitarisme. Histoire et apories d'un concept*. Recuperado de http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1998_num_129_3_2963
- Traverso, E. (2001). *El totalitarismo. Historia de un debate*. Buenos Aires, Argentina: Eudeba.
- Vallespín, F., & Martínez-Bascuñán, M. (2017). *Populismos*. Madrid, España: Alianza.
- Vargas Llosa, Á. (Coord.). (2017). *El estallido del populismo*. Barcelona, España: Planeta.
- Vargas Llosa, M. (2017). El populismo, el nuevo enemigo. In Á. Vargas Llosa (Coord.), *El estallido del populismo* (pp. 9-23). Barcelona, España: Planeta.
- Wieviorka, M. (2017, 19 février). *Emmanuel Macron incarne un « populisme d'en haut »*. Recuperado de https://www.lemonde.fr/idees/article/2017/02/19/emmanuel-macron-incarne-un-populisme-d-en-haut_5081979_3232.html

Capítulo 3

Para além do populismo: a defesa da identidade branca na Europa Ocidental

José Pedro Zúquete

A emergência dos identitários

Particularmente, desde o início do século XXI - e à medida que a imigração em massa e, extensivamente, a adoção de um modelo multicultural e multiétnico de sociedade se enraíza e se intensifica - a política de identidade de direita está em ascensão na Europa Ocidental. Especialmente por causa do surgimento de partidos políticos populistas - e em vários graus, dependendo de cada país, questões de pertença, favoritismo do grupo de dentro e preconceito do grupo de fora, bem como um apego geral à cultura e etnia como marcadores distintivos dos europeus -, o problema da identidade está cada vez mais perto do âmago da política europeia

Paralelamente a esse desenvolvimento, mas indo além da política institucional e dos partidos políticos, um movimento pan-europeu autodenominado identitário ramifica-se em dimensões intelectuais e ativista (Zúquete, 2018). Há uma multiplicidade de funções e papéis dentro desse movimento social mais amplo. Para simplificar, há muitas maneiras de ser um identitário: um intelectual isolado, um agitador de ideias, um combatente cultural, um *networker*, um influenciador das redes sociais, um ativista de rua e *online* ou mesmo um militante/membro de um partido político. Esse engajamento identitário é realizado em segredo ou abertamente, embora muitas destas funções não sejam mutuamente exclusivas. É possível (até provável) desempenhar mais do que uma função. Ajuda ver o movimento identitário como se fosse um exército guerrilheiro com uma ampla gama de funções disponíveis e em guerra com um inimigo (a ordem liberal) que é visto como dominante, ubíquo e opressor. Contra este sistema, os identitários lançaram todo o tipo de operações (em salas de conferência, publicações, na Internet, nas redes sociais, nas ruas, Agitprop, ou infiltrando-se nas linhas “inimigas”) e, em todas elas,

a estratégia – e a arma – de escolha é a da guerra subversiva de ideias. Por isso é importante não confinar o identitarismo a grupos declaradamente identitários. A transformação das ideias em armas (a sua *weaponization*) é sempre o objetivo dos identitários – e as ideias, como as narrativas, não têm paredes ou fronteiras, o que significa que são passíveis - e para intelectuais e ativistas *devem* - viajar muito além dos limites do movimento identitário.

Há uma cacofonia de vozes dentro do movimento. Não é homogêneo. Existem rivalidades e divisões sobre estratégias e seleção de alvos. Isso não é de admirar e é típico de qualquer movimento social, especialmente um que seja fluido e destituído duma clara estrutura formal hierárquica. O que este movimento tem é uma crença orientadora e um *ethos* que dá ao movimento mais geral um mínimo de coesão. Para começar, há uma questão - ou conjunto de questões - que o permeia: o que significa ser europeu? O que é um europeu? Alguém de um qualquer lugar da Ásia, África, América Latina pode vir para a Europa e dizer que é europeu? Ou tornar-se europeu? A essas perguntas os identitários - sejam eles quem forem e onde quer que estejam - têm uma resposta simples: Não. Não é qualquer um que pode ser um Europeu. No final das contas - e este é o ponto crucial que alimenta o ativismo e a colaboração transnacional - o que está em jogo para os identitários é a Europa como um todo. A diversidade da Europa (suas regiões e nações) deve ser preservada e protegida, mas a sua referência espacial final é a Europa como um continente, como uma civilização única que, eles acreditam, está em queda livre.

Quando os identitários - sejam eles quem forem - falam da urgência em defender a identidade da Europa e dos seus povos, aludem a uma identidade específica, “dura”, em vez de uma identidade construída “suave”. Para ver os europeus com os olhos dos identitários, é preciso ver os europeus como indígenas: os europeus são os povos indígenas da Europa. Isso é, constituem toda uma diversidade de etnias, cada uma delas baseada em um território, com a própria história, costumes, tradições, memória coletiva, genealogia e hereditariedade. Os europeus são descendentes e, ao mesmo tempo, a personificação de uma identidade biocultural; dentro do espectro identitário, algumas pessoas, ou grupos enfatizam mais ou menos um dos dois processos, mas eles estão inter-relacionados no paradigma. Nele, os europeus constituem uma comunidade biocultural de seres humanos de carne e osso, para os quais hereditariedade, genealogia, biologia e cultura são dimensões da vida humana real, em vez de pessoas flutuantes e atomizadas ou iterações particulares de uma humanidade abstrata, universal e atemporal. Assim, a sua cultura não emergiu repentinamente *ex nihilo* e, como por acaso, persistiu através dos tempos; ela tem uma vitalidade vibrante e terrena. A mensagem identitária é clara: se as pessoas

mudam, a cultura muda irremediavelmente - e a Europa com ela. Se um povo se extingue (seja por não se reproduzir, por migração de substituição ou por mistura racial), sua cultura deixa de existir. Em seu lugar, outra cultura surgirá. Também, entretanto, será outra Europa - com outra configuração étnica, intelectual, espiritual e religiosa. Não é de admirar, então, que o *ethos* identitário seja mais bem resumido na seguinte frase: “Permanecer europeu tornou-se um ato de resistência. Um ato de confronto” (Engels, 2019). Para os identitários, a identidade biocultural da Europa está em avançado estado de decomposição; eles declararam uma trágica “emergência de identidade” e acreditam que sua missão é parar - e de facto reverter - esta tragédia em andamento.

Esta sensação existencial de um “desastre” contínuo está por detrás do surgimento de identitarismo no ambiente de ativismo intelectual, cultural e político europeu. E também ajuda a responder à pergunta “Por que agora?” Ou seja, por que o identitarismo alçou voo na Europa do início do século XXI? O combate intelectual identitário - com a crítica da Nova Direita à modernidade liberal e ao globalismo no seu ADN - é anterior e, desde os anos 2000, encorajou a ação direta ativista de jovens. Foi, porém, a saliência gradual da imigração em massa e do Islão que ajudou a colocar no centro o aspecto da identidade - “O que significa ser europeu” tornou-se uma preocupação e um problema crescentes para a direita cultural em toda a Europa; ou seja, um “Outro” mais visível levantou questões sobre “Nós” como povo; tornou o “desastre” mais real e concreto, mais evidente; e o identitarismo cresceu e ganhou força à luz deste embate entre a Europa e este Outro. No final das contas, este desenvolvimento - como uma reação à imigração não europeia e ao multiculturalismo - deveria ser tudo menos uma surpresa. É que o identitarismo é sobre política étnica. É sobre quem pertence e quem não pertence à comunidade dos europeus. Para os identitários, a Europa é, e num grau crescente e sombrio, a terra de muitos que “não pertencem”.

Esse foco no combate cultural de identitários não deve iludir ninguém para o facto de que há um fim de jogo para o identitarismo. No final das contas, o identitarismo é sobre poder - e como, em última análise, alcançá-lo. Os identitários veem este combate cultural como o primeiro passo vital - eles querem mudar mentes e corações e influenciar a opinião pública - mas esta é a plataforma de lançamento que preparará o terreno para o sucesso político e mudar a sociedade. Os identitários - e isso sobra claro quando se olha de perto a dinâmica interna do movimento - veem-se como uma vanguarda, uma elite formada em sua maioria por homens, mas também por mulheres, jovens e velhos, que avançam ampliando os limites do que é aceitável dizer em público e rompendo os discursos e tabus oficiais sobre o modelo de sociedade que deveria existir na Europa, bem como

acerca da moral universalista e igualitária dominante que envolve muitas das políticas do *establishment* político e que, segundo eles, aproximou perigosamente o continente de uma mudança civilizacional irreversível.

Ativismo e identidade branca

Em resposta às mudanças demográficas e na composição étnica das sociedades europeias, os identitários representam os maiores intérpretes e proponentes da política de identidade branca (PIB) na Europa - embora a intensidade do apego ao PIB varie dentro dos grupos. À medida que a crescente diversidade étnica e cultural se instala, e à proporção que a parcela de brancos da população branca, principalmente nos grandes centros urbanos, diminui - imitando uma dinâmica que também está sendo observada nos Estados Unidos, embora com uma magnitude muito menor -, o movimento identitário deve ser visto como o primeiro moto etnocultural europeu explícito que ativou a identidade branca - isto é, a autopercepção dos europeus como brancos cujos interesses precisam ser assim protegidos em oposição à cada vez maior e assertiva população não europeia e não branca. O avanço e a profundidade da branquitude como um marcador de identidade não são uniformes em todo o espectro identitário; vão de uma escala de alto nível de intensidade de pessoas, grupos e redes associados ao *Alt-Right* europeu até versões mais moderadas exibidas no ativismo *online* e nas ruas de jovens autoproclamados identitários. Este desenvolvimento, no entanto - este desencadeamento de consciência racial e solidariedade entre os europeus / esta autopercepção como “brancos” que constituem um grupo que está em perigo pelo aprofundamento de sociedades multiétnicas - é visto como o resultado lógico e inevitável da crença identitária- que é, como foi descrito, fundamentalmente baseada em fundações bioculturais.

Para aferir esse desenvolvimento, a pesquisa deste capítulo é, na sua maior parte, empírica e baseada na observação e no trabalho de campo, bem como na esfera digital. Literatura interna e relatos em primeira pessoa complementam a minha abordagem etnográfica. É crucial mergulhar na dimensão PIB do combate cultural identitário, não só porque mostra que tem ganhado relevância na periferia da política europeia, mas - e talvez o que seja mais relevante- porque tem o potencial de se espalhar ainda mais e até indicar a futura trajetória de percurso para grupos e partidos de direita radical mais *mainstream* / populistas.

A *Alt-Right* Europeia

Nos Estados Unidos, é quase impossível dissociar o identitarismo da defesa da política de identidade branca. Muitos nacionalistas brancos de longa data renomearam-se como identitários (um fenômeno muito recente, da segunda década

deste século). Ao contrário dos países europeus, onde os identitários extraem a sua força de fontes étnicas densas, enraizadas e orgânicas, na América o conceito mais inorgânico de branquitude - que combina americanos de ascendência europeia e unifica diferentes grupos étnicos europeus - impulsionou o ativismo dos racialistas americanos - daí a designação anterior mais popular de nacionalismo branco. Eles veem a noção de que a América é uma nação proposicional, onde o apego é baseado em princípios e não em herança, como uma mentira histórica que tanto minimiza suas raízes europeias (leia-se: brancas), mas também justifica e legitima a imigração demográfica de povos não europeus que em breve relegarão os americanos brancos a uma nova condição de minoria (Johnson, 2019, p. 17-18). Essa perspectiva de longo prazo investe uma urgência de vida ou morte para o ativismo da *Alt-Right* americana - uma designação que, desde os anos de 2010, americanos brancos autodeclarados “racialmente conscientes” adoptaram (e passaram a ser popularmente identificados como tal) e que parece ter valor de exportação para a questão da identidade branca. Curiosamente, à medida que a marca *Alt-Right* entrou em declínio nos EUA - devido a desastres autoinfligidos como “Hailgate”, Charlottesville, *de-platform* (bloqueio das redes sociais) e desunião generalizada e lutas internas - ao mesmo tempo, parece ter-se intensificado na Europa.¹

Não oferece dúvida é o fato de que o surgimento gradual de uma *Alt-Right* Europeia está ligado à influência da literatura nacionalista branca, à rápida circulação do seu credo, desencadeado pela Internet, e a um aumento de empreendedorismo transatlântico por parte de entusiastas americanos da identidade racial. Isso é especialmente verdadeiro desde o início de 2010. Obviamente, não floresceria se não tivesse encontrado um terreno cada vez mais favorável - temores de mudanças demográficas, de migração de substituição e de dinâmicas de maioria-minoria que, aos olhos dos ativistas europeus, parecem assustadoramente semelhantes às dinâmicas que ocorreram na América. Este diagnóstico gerou a convicção de que americanos de ascendência europeia e europeus autóctones estão na mesma barricada, igualmente ameaçados de ocupação e despossessão por imigrantes não brancos. E isso fez aumentar a comunhão, a colaboração, o intercâmbio e, também, um repertório comum de contestação.

Ao mesmo tempo, parece haver um clima geral mais favorável para discussões científicas e pesquisas sobre raça, racismo e política. *Superior: The Return of Race Science*, de Angela Saini, foi um *best-seller* de ciência em 2019. Nele, a jornalista científica alertava sobre uma nova obsessão por “raças” e sobre um re-

1 Hawley e Thomson (2020) escreveram sobre “o declínio acentuado do *Alt-Right* como um movimento de identificação branca viável desde 2017”.

torno “fatal” do racismo científico no Ocidente. Em *Why Race Still Matters*, sobre a teoria crítica da raça, Alana Lentin constata o mesmo (Lentin, 2020, p.18 e 23). Inegavelmente, especialmente estimulado por desenvolvimentos em genética e tecnologia genética, registra-se um aumento, desde a mudança do século, de um movimento de hereditários que, partindo da rejeição da teoria da tábula rasa da natureza humana, focaram-se no papel da genética na explicação (ou explicação parcial) das diferenças entre pessoas e distintas populações em termos de uma variedade de dimensões, incluindo comportamento e inteligência. Este movimento, activo em revistas científicas específicas, bem como na blogosfera e redes sociais, e por cientistas amadores, está a ser combatido por anti-hereditários, ou ambientalistas, que minimizam os efeitos da genética e enfatizam a educação e as experiências de vida, enquanto acusam hereditários de reduzirem a identidade à biologia e de defenderem o racismo pseudocientífico.

É claro que este é um campo controverso e dado a inúmeras polémicas. Está fora de questão é o fato de que o identitarismo racial da *Alt-Right* (que traz à mente os primeiros tempos, nos anos de 1970, da Nova Direita francesa e sua adoção da sociobiologia) encontra em muitos argumentos deste debate munção para confirmar sua visão de mundo, especialmente no que diz respeito às concepções biológicas de identidade. Se é verdade que o campo dos hereditários não coincide estritamente com a *Alt-Right* - alguns indivíduos compartilham uma dupla lealdade, enquanto outros mantêm distância e são críticos - é um facto que os dois grupos compartilham o foco sobre a diversidade biológica humana (HBD em inglês, *Human Biodiversity*), ou, basicamente, o estudo das diferenças genéticas entre humanos e grupos de humanos, e a sua defesa contra todos os que querem encerrar o debate por pretextos alegadamente morais igualitários.

O Fórum Scandza

Sintomaticamente, uma das conferências patrocinadas pelo Fórum Scandza em novembro de 2019 enfocou o tema da Biodiversidade Humana. Convocado para Oslo, o evento, conforme explicado pelo fundador faroense do Scandza Forum, Fróði Midjord, num videoclipe filmado às margens do rio Danúbio, em Budapeste, deveria abordar a Biodiversidade Humana como o “estudo das diferenças hereditárias entre humanos”. O Fórum Scandza é um excelente exemplo da sinergia e comunhão da *Alt-Right* europeia. Existem outros exemplos. Erkenbrand, um *think tank* holandês, dedicado, desde 2016, à “autodeterminação de todos os povos, incluindo os povos brancos”, organiza uma conferência anual de um dia, com palestrantes e participantes internacionais, enquanto na Finlândia, as conferências *Awakening* são realizadas desde 2018 e têm oradores dos EUA e da Europa

Alt-Right. Esta rede também se espalha pelos países bálticos e é visível nas conferências da Etnofutur estoniana, organizadas desde 2016 por Sinine Äratus, ou Despertar Azul, o grupo juvenil do partido nacionalista EKRE, Partido do Povo Conservador. Todos compartilham a mesma *Weltschaung* - e disposição para o combate cultural - do Fórum Scandza.

Tendo o nome de Scandza - a mais antiga designação conhecida dada às terras escandinavas pelo historiador gótico do século VI, Jordanes - o Fórum Scandza foi lançado em 2017 com um evento em Estocolmo; seis outras conferências foram reunidas desde então em Oslo (julho de 2017, novembro de 2019), Estocolmo (abril de 2018, março de 2019) e Copenhague (setembro de 2018 e outubro de 2019). Outra conferência, marcada para a primavera de 2020 na Croácia, foi cancelada em decorrência da pandemia do coronavírus. Estes são eventos privados, apenas para convidados, nos quais é pedido aos participantes para não tirar fotos. Embora anunciado nas redes sociais, o local exacto do encontro é mantido em segredo dos participantes e palestrantes até ao dia da assembleia. Após cada evento, as palestras são postadas *online* nas redes sociais e em *sites* de compartilhamento de vídeos como YouTube e BitChute. Embora seja um lugar para discursos e debates, não pode ser exagerada a importância do *networking* e camaradagem (o convívio e socialização de pessoas com ideias semelhantes) antes, durante e depois dos próprios eventos.

Na maioria das vezes, as conferências são baseadas em temas e giram em torno de tópicos como “Globalismo vs. Etnoestado”, “Anarco-Tirania”, “Populismo Nacional” e a já mencionada “Biodiversidade Humana”. Inicialmente, esses fóruns foram realizados sem a interrupção dos oponentes políticos e ideológicos (mesmo que ocasionalmente fossem denunciados por antirracistas e grupos de vigilância na Internet); desde a quinta conferência em Copenhague, no entanto, onde a Antifa apareceu especialmente para protestar contra a presença do político anti-islâmico dinamarquês Rasmus Paludan, a interrupção e a possibilidade de violência passaram a ser esperadas. Tal aconteceu na reunião subsequente em Oslo: os manifestantes compareceram em grande número e muitos foram presos pelas autoridades. Embora inicialmente restrito geograficamente (Escandinávia), há planos de expandir o Fórum Scandza para além dos países nórdicos e para a Península Balcânica e o sul da Europa, por exemplo.

Desde a sua formação, este fórum reuniu uma variedade de figuras da *Alt-Right* norte-americana - por exemplo, líderes intelectuais nacionalistas brancos como Greg Johnson (o cofundador do site *Counter-Currents*), Jared Taylor (o fundador do *American Renaissance*) e o psicólogo social aposentado Kevin MacDonald - bem como pesquisadores europeus do HBD, como o académico

inglês (Ph.D. em Teologia) e Vlogger Edward Dutton e o acadêmico dinamarquês Helmuth Nyborg, o escritor croata-americano pró-identidade branca Tomislav Sunic, e o *vlogger* escocês Colin Robertson (também conhecido como Millennial Woes), ou ativistas políticos como Mark Collett, uma ex-figura do Partido Nacional Britânico e fundador, em 2019, do Patriotic Alternative, que se tornou um importante grupo ativista nacionalista branco na Grã-Bretanha. Em cada conferência, esses palestrantes e outros focam em uma variedade de tópicos que, de uma forma ou de outra, se resumem à denúncia da situação dos europeus esmagados por uma ordem liberal opressora e anti-branca.

O Empreendedor: música, cinema e nacionalismo



 **Scandza Forum**
@scandzaforum

On 2 Nov, we had a Scandza Forum on HBD in Oslo, with the venue surrounded by police and antifa. Greg Johnson got arrested by the Security Service, but all the other speeches are linked below. Thanks to all who made this a huge success!



 Edward Dutton and 2 others

4:59 PM · Nov 19, 2019 · [Twitter Web App](#)

42 Retweets **119** Likes

Fróði Midjord é um empreendedor da *Alt-Right* Europeia. Juntamente com o Fórum Scandza, ele também dirige, desde o outono de 2018, o *Guide to Kulchur* (em homenagem a um livro de Ezra Pound), um *podcast* / canal de vídeo na Internet focado em entretenimento e temas culturais - especialmente cinema - mas também filosofia e literatura, e tudo de um ponto de vista nacionalista / tradicionalista / identitário.

Durante os confinamentos da pandemia de coronavírus, muitas figuras da subcultura *Alt-Right* (de ativistas a teóricos, criadores de conteúdo e influenciadores de redes sociais) foram entrevistados sobre filmes favoritos, numa série chamada *Decameron Film Festival 2020* (em referência ao livro de Boccaccio com o mesmo título). Midjord também tem olho para *branding* e *merchandising* e todos os tipos de produtos (de camisetas a *posters*, canecas e sacolas) são comprados *online* e enviados para qualquer lugar. Tal como acontece com o Fórum Scandza, o *Guide to Kulchur* é apoiado por meio de doações por cartão de crédito ou criptomoeda.

Nascido nas Ilhas Faroé, no Oceano Atlântico Norte, Midjord, na casa dos 30 anos, tem uma dupla lealdade desde a juventude: *black metal* e meios nacionalistas. Ambas as lealdades desempenharam um papel - e estão inextricavelmente ligadas - ao seu compromisso ideológico e posterior ativismo. A música *black metal* - normalmente envolvendo vocais estridentes sobre morte e destruição, muitas vezes fazendo referência à mitologia e com uma bateria agressivamente rápida - surgiu na Escandinávia nos anos de 1990, especialmente na Noruega, e teve sempre uma clara e consciente mística anticristã e “pagã”, com muitos artistas a usar pintura de cadáver e a fomentar uma imagem demoníaca. O *black metal* canaliza o lado primitivo, agressivo e raivoso da natureza humana, e Midjord vê-o como uma “transgressão simbólica da sociedade liberal educada”. Em suma, uma expressão musical da dimensão *thumus* da natureza humana - o *thumus* como vontade e paixão, e a sede da emoção, fervor e raiva - aludida por gregos antigos como Platão em sua teoria da alma. Midjord tem sido também um visitante frequente do circuito internacional de *black metal* de *shows* ao vivo, como o festival anual de música Asgardsrei, sediado em Kiev (desde 2015), que tem laços estreitos com o *black metal* nacional socialista (NSBM), com algumas bandas apresentando uma simbologia e letras neonazis e também antisemitas. O grupo ultranacionalista Azov - que ficou famoso como batalhão de voluntários na campanha anti-Rússia no Leste do país - tem estado envolvido na organização do festival. Midjord desenvolveu laços estreitos com a ala política de Azov (conhecida como National Corps) e especificamente com Olena Semenyaka, a pessoa responsável por aprofundar os laços e alianças internacionais do grupo:

Semenyaka foi palestrante num dos Fóruns Scandza realizados na Suécia e convidada no *Guide to Kulchur*, onde falou sobre o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e entre o Oriente e o Ocidente. No final de 2018, Midjord discursou num dos eventos paralelos ao Asgardsrei, no clube Reconquista, em Kiev, com Semenyaka ao seu lado, sobre “Paganismo Nórdico como Metafísica” que articulou sua posição anticristã. A sua visão aproxima-o da crítica mordaz da Nova Direita francesa ao Cristianismo: universalismo cristão e igualitarismo juntos constituem a fonte original da visão sem raízes da humanidade como uma família abstrata de indivíduos, que, por sua vez, ajudou a obscurecer a distinção entre povos e culturas - uma visão que mais tarde foi secularizada no Iluminismo até acabar no globalismo de hoje. “O cristianismo baseia-se na rejeição de tuas raízes”, disse ele na sessão no clube Reconquista, e “quando tu aceitas o cristianismo, és forçado a rejeitar as tuas raízes”. Desta combinação entre enraizamento e desenraizamento humano, Midjord deriva a razão da sua adoção do paganismo: fornece um reenraizamento vital dos seres humanos. Nas suas palavras: “A cosmovisão pagã é um regresso ao lar ... um abraço das tuas raízes / a tua identidade, das lealdades com as quais tu nasceste ... e essa é a única maneira de lutar contra o niilismo e encontrar uma vida com significado” (Midjord, 2018). Esta visão do apego cru e primordial à natureza nutre o Darwinismo de Midjord, isto é, e da teoria da sobrevivência dos mais aptos e dos mais fortes: os humanos estão enredados num ambiente hostil, as questões de adaptação e sobrevivência são centrais, e sobrevivem os que têm um maior nível grupal de tribalismo.

A guarda avançada

O fundador do Fórum Scandza - numa admissão que também reflete uma crença que percorre a rede mais ampla de activismo – vê-se como fazendo parte de uma elite, uma vanguarda intelectual e cultural que opera fora da política normal, mesquinha e efémera. “Certamente pertencemos a uma elite em pelo menos dois aspectos: em primeiro lugar, fomos muito mais perceptivos do que o homem médio. Há décadas que temos vindo a alertar sobre o desastre que muitos estão começando a notar apenas agora”, diz Midjord, “[...] em segundo lugar, tivemos a coragem moral de falar sobre nossas preocupações em público quando outros apenas reclamaram em particular ou permaneceram silenciosos”. Os movimentos populistas de direita são certamente vistos como aliados na luta - e não são hostilizados - mas há uma sensação de que não só eles não são suficientes por si, mas também que carecem da profundidade e radicalidade necessárias nestes tempos de “desastre”.

Somos uma vanguarda no sentido de que lidamos com os nossos problemas políticos nas suas raízes. Falamos sobre as causas,

não apenas os efeitos superficiais. Qualquer movimento meta-político precisa de uma vanguarda cultural e filosófica para ter qualquer efeito duradouro, enquanto que o mero “populismo é apenas reacionismo de visão limitada”. (Midjord, 2020).

As regras de tribalismo

Para Midjord, que estudou Filosofia na universidade, mas não concluiu um diploma, o conceito filosófico de *Dasein* de Heidegger, ou “ser-aí” (de *Ser e Tempo*, 1927), apenas dá uma confirmação adicional ao comando inerente que a identidade tribal exerce sobre os humanos.² Esse é o caminho para uma vida com sentido e não o caminho liberal do triunfo individual.

Minha interpretação disso [*Dasein*] ... [é que] os humanos nunca existem como entidades abstratas ... o liberalismo moderno espera que sejamos intercambiáveis [mas] o objetivo de “ser aí” é apenas apontar que quando um ser humano existe, ele sempre existe “aí”... não se limita a existir... existe sempre “aí” num ponto específico ... O *Dasein* realmente é uma rejeição dos humanos como indivíduos atomizados que apenas flutuam... Quando existimos, somos “jogados” [Lançamento (*Geworfenheit*)] para o mundo - não começamos como uma folha de papel em branco e vamos escrever nossa história de vida naquele pedaço de papel em branco ... [Quando] começarmos, já há coisas naquele papel ... temos uma conexão tribal, étnica e racial que não escolhemos (Midjord, 2018).

Bem no centro da rejeição *Alt-Right* europeia da imigração em massa - e da rejeição do modelo de uma sociedade multicultural e multiétnica que tem ganhado terreno na Europa Ocidental nas últimas décadas - está a visão de que ela constitui uma ameaça existencial à sobrevivência biológica dos povos europeus. Midjord deixa essa posição clara: o medo de que os nativos sejam vencidos por não nativos - e a consciência de que isso pode acontecer, e é iminente - impulsionou o próprio ativismo cultural e político. Ele diz:

E então, é claro, ao longo da década de 1990 e início de 2000, a imigração em massa realmente começou a decolar na Suécia ... e a Suécia agora é um exemplo bem conhecido de imigração massiva [não-branca] ... e eu vi pessoas sendo prejudicadas por isso, sendo atacadas na escola e assim por diante ... Eu não fui atacado pessoalmente na escola, mas ... como devo explicar isso

... outras raças, outros povos são mais tribais do que os brancos e são mais agressivos e assertivos e então essas dinâmicas vão lado a lado... de um lado muito população branca patologicamente altruísta e do outro lado uma população imigrante do Oriente Médio e da África que é mais tribal ... eles são mais unidos ... e são mais agressivos ... e os brancos, neste caso a população sueca sofre ... porque os seus interesses são violados ... eles não são tão assertivos, e quando se tornarem uma minoria étnica, acho que a situação só vai piorar ... e quando tu vês essas tendências não podes deixar de te sentir responsável ... e então decidi falar contra algo que considero um desastre ... É como ver um acidente de carro em câmara lenta e tu queres fazer o que pudes para tentar evitar que isso aconteça (Midjord, 2019).

Nesta narrativa, a expressão “Grande Substituição” do escritor francês Renaud Camus, é valorizada como uma caracterização factual e irrefutável de uma realidade empírica. Midjord critica a ênfase exagerada nos muçulmanos; a sua presença crescente é apenas um sinal de uma realidade subjacente chamada substituição étnica e racial:

Não me importo com o Islão. Eu importo-me com *Outras* pessoas. Este é um fenómeno biológico... estamos a ser substituídos biologicamente ... a cultura é o resultado das pessoas que a criam ... e o mais importante é que preservemos nossos próprios interesses biológicos, porque se formos biologicamente destruídos ... [i] se formos substituídos por outros povos, eu não quero saber da cultura dessas pessoas ...ou da sua religião. (Midjord, 2019).

Para Midjord, a marcha dessa suposta Grande Substituição nas sociedades da Europa Ocidental mostrou a democracia liberal como esta é realmente é: um “meio de engano, um logro [em massa]”. Para ele, “as elites globalistas não eleitas estão a impor políticas genocidas contra as nações da Europa, mas elas transferem a culpa para as massas e dizem “tu votaste nisso”. Na verdade, porém, nenhum país da Europa realizou um referendo popular sobre a imigração em massa. Isso ainda acontece, no entanto, e as elites estão a fazer o seu melhor para silenciar quem se opõe. Além disso, [...] o rolo compressor globalista começou a demolir todas as nações do Ocidente e nem sequer trava quando os governos mudam da “esquerda para a direita” ou vice-versa. Não nos perguntaram se queremos ser substituídos e, quando tentamos fa-

zer um debate sobre o assunto, somos silenciados, assediados e censurados. (Midjord, 2020).

É, portanto, uma avaliação justa dizer que a combinação de tribalismo e o medo da extinção por substituição étnica / racial está no cerne do ativismo da *Alt-Right* europeia.

Críticas à Nova Direita

Neste modo tipicamente darwiniano, os europeus são retratados como se estivessem numa guerra pela sobrevivência: o ambiente é hostil e grupos nocivos ameaçam sua continuidade física. Para Midjord, a recusa em abordar essa dura realidade biológica é o pecado original da Nova Direita, cujos teóricos são denunciados por “falar mais sobre ideias e filosofia do que conflito real de interesses entre grupos étnicos ... grupos biológicos diferentes ... Estou interessado na sobrevivência biológica da minha raça ... do meu povo e das pessoas das quais faço parte”. Midjord acredita que esta recusa os faz perder uma explicação-chave para as calamidades atuais que atingem a Europa: a influência judaica. “A Nova Direita francesa adotou como princípio não discutir a influência judaica, por exemplo ... e qualquer movimento metapolítico precisa fazer uma análise do poder político, como o poder político funciona no mundo atual ... precisa fazer essa crítica”, diz Midjord. “E acho que é irrelevante e ridículo fazer uma análise das estruturas de poder do mundo atual sem levar em consideração a influência judaica ... como um grupo, afirmando sua vontade política. Isso é central ... e tentar evitar essas questões ... torna-te menos relevante” (Midjord, 2019). Na verdade, o antijudaísmo é basilar para a *Alt-Right* Europeia. Uma tese altamente influente no seu seio é que os judeus tendem a gravitar em torno de movimentos intelectuais como o liberalismo e o multiculturalismo porque seguem uma “estratégia evolucionária de grupo” que visa enfraquecer a solidariedade da etnia branca no Ocidente. Pessoas como Kevin MacDonald, um psicólogo evolucionista dos EUA, que foi duas vezes palestrante no Fórum Scandza, tornaram essa teoria bastante popular nos círculos *Alt-Right*. Desde que escreveu *Cultura da Crítica: Uma Análise Evolucionária do envolvimento judeu nos movimentos intelectuais e políticos do século XX* (1998), e depois de começar a se envolver com redes nacionalistas brancas (inicialmente com a Charles Martel Society), MacDonald tornou-se uma espécie de pária acadêmico. Questionado se achava que seria vindicado após a sua morte, ele respondeu: “Só se minhas ideias vencerem. Como as coisas estão indo agora, serei lembrado apenas como um maluco racista e antisemita, tal como está retratado na minha Página da Wikipedia”. (MacDonald, 2019).

Nascido nos EUA

“Vejo [os pensadores da Nova Direita] num certo sentido como mais politicamente corretos”, afirma Midjord. “Posso apenas especular, não posso ler as suas mentes, mas acho que, de modo geral, eles evitam ser muito controversos”. O medo da controvérsia, certamente, não era um atributo das principais referências nacionalistas brancas de Midjord. Ele admira “pessoas como Lothrop Stoddard” (um importante e bastante popular teórico do racionalismo e eugenismo dos Estados Unidos no período entre guerras) - que “começou a nos alertar há cem anos atrás, e eles estavam certos sobre praticamente tudo o que disseram” sobre as consequências do surgimento de sociedades multiétnicas e multirraciais. Ao mesmo tempo, “Eu realmente acho que [William] Pierce e Revilo Oliver tinham uma visão muito melhor do futuro do que qualquer pessoa da Nova Direita francesa”. Esta menção pelo fundador do Fórum Scandza de duas das figuras mais proeminentes do Nacionalismo Branco dos EUA pós-Segunda Guerra Mundial é reveladora - e um sinal de como é americanizado o sistema de crenças da *Alt-Right* Europeia. Revilo P. Oliver, um professor de clássicos e línguas modernas que abandonou o movimento conservador dos Estados Unidos e adotou o racionalismo branco (e a defesa dos “arianos” como uma minoria em extinção), era amigo e uma espécie de mentor de William Pierce, o fundador, em 1974, da *National Alliance*, a organização que tem sido altamente influente por meio de conferências, livros, revistas como *National Vanguard*, distribuição de música e um programa de rádio. Ambos viram a influência e “maquinações” judaicas como a chave para compreender os desenvolvimentos sociopolíticos cruciais no Ocidente. Embora Pierce se tenha tornado famoso como o autor de *The Turner Diaries*, um relato fictício de uma guerra racial doméstica, a sua influência duradoura deve-se mais às transmissões de rádio - *American Dissident Voices* - que, especialmente após o aumento do *streaming* na Internet, o tornaram um nome familiar para nacionalistas brancos em todos os lugares. “Os podcasts de William Pierce de 1975 até sua morte em 2002 [são] ainda as melhores informações que foram produzidas no mundo do pós-guerra”, diz Midjord sobre o alcance intelectual de Pierce. “Eu acho que *The Turner Diaries* é inútil. Seus escritos políticos reais são o que é bom. É uma pena que ele seja mais conhecido por aquele romance horrível” (Midjord, 2019).

Separação e Distanciamento

Os identitários raciais europeus não têm problemas com o rótulo de Nacionalismo Branco. “Eu geralmente considero-me [apenas] um nacionalista ... mas o nacionalismo branco para mim significa apenas que os brancos têm o direito de ser nacionalistas ... É um retrato justo chamar-me de nacionalista branco”, observa

Midjord. Ao mesmo tempo, ele rejeita a imputação de académicos, dos *media* e dos oponentes ideológicos, de “supremacia branca”.

Acho que supremacia significa basicamente alguém que quer ser um colonialista, que quer governar outras pessoas ... Eu quero a nossa autodeterminação ... então não quero que dominemos outras pessoas ... Acho que colonialismo é um erro e nós não temos nada a ver com o que outros povos, raças fazem. O mundo liberal, os globalistas universalistas ... o projeto liberal, o projeto democrático moderno de tornar todos os países iguais é um projeto colonialista, e eu rejeito isso ... Acho que devemos deixar as outras pessoas em paz. (Midjord, 2019)

Na verdade, a defesa da autodeterminação étnica para os brancos - com o apelo paralelo à legitimidade de etno-estados brancos e, se necessário, do separatismo branco - está no centro do sistema de crenças nacionalista branco (Hawley, 2016, p. 246). Essa ideia, adotada pela primeira vez pelos nacionalistas brancos nos Estados Unidos como uma resposta ao “caos étnico e racial” do multiculturalismo, começou também a progredir na periferia da cultura política europeia. E está a espalhar-se especificamente pelo movimento identitário racial europeu, como atesta o estudo de caso do Fórum Scandza.³

O declínio da democracia liberal é a consequência dessa lógica de “autodeterminação” branca: o tipo de regime favorecido é etnocrático, onde a principal fonte de poder reside na etnicidade, não na cidadania. Esse resultado, é claro, é esperado; se o que define o liberalismo é a primazia do indivíduo sobre a comunidade - a “crença de que a liberdade do indivíduo é o valor político mais alto” (Ryan, 2012, p. 23) - uma crença antiliberal reverte essa ordem de coisas e restabelece a autoridade da tribo. Obviamente, é preciso haver uma tribo dominante para que a etnocracia funcione; ela é dependente de um alto grau de homogeneidade étnica. O fundador do Scandza está ciente desta necessidade:

A democracia representativa é o único sistema que é aceitável para a mentalidade europeia e é precisamente por isso que precisamos de nações relativamente homogêneas. Somente pessoas que compartilham interesses podem ter um discurso civil; a diversidade de povos e etnias [num mesmo espaço] requer um estado ditatorial para manter a paz ou acabarão numa guerra de todos contra todos.

Não é de se admirar que Midjord apoie, por exemplo, a introdução de uma constituição étnica - “a constituição deve declarar claramente que o principal dever do governo é promover a cultura e os interesses étnicos da nação que representa” - e a imposição de limites para a franquia eleitoral a um voto por família com pelo menos um filho, porque “como chefe da família, um homem que é casado e tem pelo menos um filho tem direito a um voto para representar a família”. Isso afasta o foco da política da gratificação de curto prazo dos indivíduos e coloca a influência política nas mãos daqueles que têm interesse no futuro (Midjord, 2020). Medidas como essas são vistas como fazendo parte integrante da força vital de uma ordem política tribalista, homogênea e pós-liberal.

Este *ethos* de separação tem, no entanto, potencialmente, outro resultado - causado pelo que Midjord acredita ser a perspectiva pessimista de mudar, pelo menos nos tempos próximos, o curso atual das sociedades ocidentais:

Não espero que a situação política geral no Ocidente melhore significativamente no futuro próximo, talvez nem mesmo na próxima geração. Espero que tradicionalistas e nacionalistas formem comunidades não-políticas, semelhantes às comunidades religiosas como as comunidades pentecostais na Escandinávia ou as comunidades mórmons nos EUA (Midjord, 2020).

Essa ideia de formar comunidades de resistência e construir o mundo em que querem viver *agora* é um marco do pensamento e do ativismo identitário, e foi mencionada pelo escritor francês Guillaume Faye no seu manifesto identitário, *Por que lutamos* (2001). Aludindo ao Evangelho de João e à ideia de “estar no mundo, mas não ser dele” (“Se fosseis do mundo, ele vos amaria como se pertencesseis a ele. Entretanto, não sois propriedade do mundo; mas Eu vos escolhi e vos libertei do mundo; ... por essa razão, o mundo vos odeia ...” João 15:19), Faye afirmou que o primeiro imperativo da luta era construir uma “contrassociedade real, um embrião da sociedade vindoura”. (Faye, 2011, p.268; Zúquete, 2018, p.66-69). “De muitas maneiras, isso já está acontecendo em grande escala”, diz Midjord, “os nacionalistas têm os seus empregos e deveres como todo a gente, mas no seu tempo livre conversam online com pessoas que compartilham seus valores, vão de férias juntos, têm jantar juntos, vão a concertos juntos e constituem família juntos”. Este desenvolvimento, para o fundador da Scandza, pelo menos enquanto as condições externas nas sociedades da Europa Ocidental permanecerem e piorarem a cada dia, é a sua melhor chance de alcançar mudanças significativas: “Com o tempo, este tipo de construção de comunidade provará ser muito mais importante do que qualquer ativismo político”. (Midjord, 2020).

Considerações Finais

Este texto tratou exclusivamente da versão mais “dura” da dimensão PIB do combate cultural identitário. A versão mais moderada e mais “suave” encontrada em movimentos de jovens identitários europeus que se denominam como tal não foi o foco. Esta versão não é abertamente racial (HBD não é um tema favorito), mas em vez disso tem como base o foco em “europeus” como um substituto para “brancos” (embora não falado nesses termos) e enfatiza questões como antirracismo branco, enquanto a sua grande bandeira é, também, a narrativa da “Grande Substituição”, que, na prática, é uma denúncia da substituição étnica dos europeus brancos por europeus não brancos. Como tal, deve-se ter em mente que nenhuma das versões é selada - não apenas as ideias e os conceitos viajam entre as duas; também, alguns indivíduos e grupos se misturam por meio das redes sociais, por via de publicações e em reuniões e eventos.

Além disso, este capítulo apela para novos caminhos de pesquisa capazes de expandir os limites do conhecimento no que diz respeito ao papel do PIB na cultura política atual da Europa *para além* das franjas do activismo identitário. A seguinte hipótese merece muito mais escrutínio: À medida que as sociedades europeias aumentam em composição multicultural e multiétnica, a racialização do discurso (por exemplo, o foco na branquitude vs. não-branquitude e a questão do declínio europeu branco) ultrapassa os grupos de nacionalismo branco e torna-se mais saliente no campo mais amplo do populismo de direita. Um caso em questão diz respeito à popularidade crescente da narrativa da “Grande Substituição”, que serve como uma narrativa substituta (ou pelo menos tem o potencial de ser) para tais visões raciais. A rejeição académica e dos *media* da “Grande Substituição” como uma “conspiração” faz pouco para resolver os medos e ansiedades subjacentes que muitos europeus experimentam em relação ao crescimento nas últimas décadas de diversidade cultural e étnica na Europa que torna a narrativa da “Grande Substituição” plausível - independentemente de sua precisão - para vários deles, especialmente em algumas áreas urbanas e suburbanas. O aumento, na Europa Ocidental, de “bairros e cidades superdiversos de maioria-minoria” (Crul & Lelie, 2019, p. 191) é, de facto, um tópico que merece muito mais atenção, principalmente no que diz respeito às reações (psicológicas, culturais, sociais) do antigo grupo majoritário (Mudde, 2019, p. 176; Ravndal, 2019, p. 33; Kaufmann, 2018). Portanto, é contraproducente chamá-la de conspiração e deixá-la nisso mesmo, sem avaliação adicional. Além disso, mesmo categorizá-la como uma conspiração não significa que ela seja irrelevante; fazer isso corre o risco de perder a noção do impacto da narrativa da “Grande Substituição” e as suas consequências para o poder de mobilização da direita radical na sua luta contra a imigração

e o multiculturalismo. No final, muito mais trabalho acadêmico é necessário - e dados comparativos entre países precisam ser analisados - a fim de se ter uma imagem mais ampla, rica e completa das tendências e dinâmicas do PIB que podem cada vez mais, embora lentamente, estar a transbordar as franjas e periferias e a manifestar-se, de várias maneiras, em ambientes políticos mais convencionais.

REFERÊNCIAS

- Beiner, R. (2018). *Dangerous Minds: Nietzsche, Heidegger, and the Return of the Far Right*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Crul, M., & Frans L. (2019). "The 'Integration' of People of Dutch Descent in Superdiverse Neighbourhoods," IN Scholten, P., Crul, M., & Van de Laar, P. *Coming to Terms with Superdiversity: The Case of Rotterdam*. Rotterdam: IMIS-COE-Springer.
- Engels, David. (2019). "Rester européen est devenu un acte de résistance," *Valeurs Actuelles*, 25 de Agosto de 2019. Disponível in <https://www.valeursactuelles.com/clubvaleurs/lincorrect/rester-europeen-est-devenu-un-acte-de-resistance-110024>
- Johnson, G. (2018). *The White Nationalist Manifesto*. San Francisco: Counter Currents Publishing.
- Hawley, G. (2016). *Right-wing critics of American conservatism*. Kansas, Lawrence: University Press of Kansas.
- Hawley, G., & Thompson J. *The Decline of the Alt-Right*. Em andamento de publicação.
- Hermansson, P. D. L, Mulhall, J., & Murdoch S. (2020). *International Alt-Right: Fascism for the 21st Century?* London: Routledge.
- Kaufmann, E.P. (2018). *Whiteshift: Populism, Immigration and the Future of White Majorities*. London: Allen Lane.
- Lentin, A. (2020). *Why Race Still Matters*. Cambridge: Polity Press.
- MacDonald, K. (2019). E-mail interview. 13 de Dezembro de 2019.
- Midjord, F. (2018). "Nordic paganism as Metaphysics", 21 de Dezembro de 2018. Disponível in https://www.youtube.com/watch?v=OYPxMUq9_9U
- Midjord, F. (2019). "Personal interview". 3 de novembro de 2019.
- Midjord, F. (2020). "E-mail communication". 13 de Setembro de 2020.
- Mudde, C. (2019). *The Far Right Today*. London: Polity.
- Ravndal, J. A. (2019). "Transnational Militancy". IN *The Making: A Primer on the Nordic Resistance Movement and Generation Identity*, C-REX, Working paper, n.1.
- Saini, A. (2019). *Superior: The Return of Race Science*. Boston: Beacon Press.

- Stoddard, L. (1922) *The Rising Tide of Color: Against White World-Supremacy*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Zúquete, J. P. (2018). *The Identitarians: The Movement Against Globalism and Islam in Europe*. Notre Dame: Notre Dame University Press.

Capítulo 4

Populismo e ciências sociais brasileiras: desafios teóricos e metodológicos¹

Fabio Gentile

INTRODUÇÃO

As ambiguidades ínsitas no conceito de *populismo* marcam até hoje seu caminho tortuoso e não consensual no campo da teoria política europeia e americana (Eatwell & Godwin, 2018; Finchelstein, 2017; Mény & Surel, 2000) – desde suas primeiras teorizações, nas décadas de 1950 e 1960 (Gellner & Ionescu, 1969), formuladas para analisar fenômenos produzidos por tendências “patológicas” da democracia de massa após a Segunda Guerra Mundial (Donzelli & Pozzi, 2003) e, portanto, não claramente classificáveis nas categorias *fascismo*, *autoritarismo* e *totalitarismo*, até sua retomada, nas décadas de 1980 e 1990. O populismo é pensado nessa nova conjuntura como um recipiente multiforme e elástico, capaz de capturar a essência mais profunda dos fenômenos (especialmente na área da direita, mas também na esquerda), provocados pelas crises das democracias representativas liberais ocidentais, no contexto do “fim das ideologias” aberto pelo colapso da União Soviética.

Em suma, trata-se de um conceito político controverso, ambivalente, ilusório, cuja apropriação se dá, em muitos casos, de modo ideológico na linguagem política cotidiana, a despeito das necessidades científicas para as quais foi pensado.

No entanto, se restringirmos o campo de análise à circulação do conceito na América Latina desde a segunda metade do século XX, observamos que o populismo não foi marcado pelas mesmas antinomias, detectadas pelas ciências sociais europeia e norte-americana.

Sob o impulso da renovação metodológica e teórica trilhada pelo sociólogo ítalo-argentino Gino Germani (1969, 1978) o populismo registrou grande sucesso

1 Artigo publicado anteriormente na revista CONHECER: Debate entre o público e o privado, v.10, n.24 (2020).

no pensamento sociopolítico latino-americano, sem, todavia, ter sido submetido ao rigor metodológico e teórico que uma teoria política sólida demanda, tornando-se uma categoria em muitas circunstâncias mais ideológica do que científica, útil para classificar todas as etapas cruciais da modernização latino-americana, em contínua oscilação entre os níveis não coincidentes do conceito, do fato, da teoria e da semântica da comunicação populista.

Nessa perspectiva, as ciências sociais brasileiras constituem um verdadeiro laboratório da apropriação latino-americana do populismo. Se, por um lado, o debate brasileiro incorpora todos os pontos de força e de fragilidade do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, o uso desse conceito no pensamento político-social brasileiro, por outro lado, precisa atender a necessidades específicas, a partir das primeiras teorias sobre o povo “amorfo”, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, passando pela análise do ciclo nacional-desenvolvimentista da “Era Vargas” (1930-1964), pensado como um projeto de industrialização integral, caminho privilegiado para superar o subdesenvolvimento, sob a égide do Estado (Bielschowsky, 1988) – que para muitos cientistas sociais marca o ponto de partida do populismo brasileiro –, até a recuperação do conceito nas últimas décadas, para definir o fenômeno do “lulismo” e, sobretudo, o chamado “bolsonarismo”, apresentado como mistura de neoliberalismo globalizado e autoritarismo, que se insere na onda de direita em nível mundial.

No caminho trilhado rumo aos resultados mais significativos do debate (Ferreira, 2001), este artigo fornece um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico, embora não exaustivo, dos usos (e também dos abusos) do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras. Trata-se de uma iniciativa para incentivar as ciências sociais europeia, norte-americana e latino-americana a colaborar no terreno comum da construção de redes de interdependência, que precisam ser fortalecidas com base em uma ciência social comprometida com a “transnacionalização” da cultura (Costa Pinto & Finchelstein, 2019). Nessa perspectiva, o cerne da análise não reside mais na lógica tradicional de um “centro” que elabora ideologias e uma “periferia” exclusivamente reprodutora. Pelo contrário, o objetivo é criar novos espaços transnacionais para a circulação de ideias, a interação e a comparação entre fenômenos que compartilham as mesmas raízes ideológicas e políticas.

O povo “amorfo” no pensamento nacional-autoritário brasileiro do início do Século XX

O primeiro pós-guerra foi um período de profunda transformação para a sociedade brasileira. Embora o Brasil não tenha participado da Grande Guerra, o

efeito devastador dessa ruptura abriu um período de transição, culminando na “Revolução de 1930” e na “Era Vargas” entre os anos 1930 e a primeira metade da década de 1950 – época que marca a entrada do país na modernidade do século XX (Ferreira & Delgado, 2003).

O clima efervescente da década de 1920 favoreceu as condições ideais para o surgimento de um nacionalismo “político-militante”, sob o impulso da exigência teorizada em muitas vertentes do panorama político e cultural brasileiro para criar o povo nação, “redescobrimdo” os traços originais da nação brasileira desde sua matriz colonial.

Além da diversidade de biografias intelectuais e percursos ideológicos, o “redescobrimento” da nação foi compartilhado por intelectuais e políticos animados a repensar o vínculo nação-Estado em uma perspectiva qualitativamente diferente do nacionalismo liberal do século XIX (Lippi, 1990).

Isso não quer dizer que o “redescobrimento” nacionalista fosse um marco exclusivo da década de 1920. Na trilha das obras literárias de Euclides da Cunha e Silvio Romero, o político liberal Alberto Torres (1865-1917), já no início do século XX, influenciado pela ampla circulação das ideias de Auguste Comte e Émile Durkheim no Brasil, havia antecipado um dos temas centrais da ideologia nacionalista brasileira entre as duas guerras mundiais: o hiato profundo entre o Brasil “legal” da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (Constituição de 1891, 1891) – sofisticada obra jurídica baseada na montagem de modelos estrangeiros da tradição liberal europeia e norte-americana e, como tal, considerada inadequada ao caminho histórico nacional – e o Brasil “real”, lidando com profundos problemas sociais e econômicos e com um povo marcado pela anomia, pela ausência de laços de solidariedade, “amorfo” e totalmente desprovido dos requisitos mínimos para participação política. Sem abrir mão dos princípios fundamentais do liberalismo, o remédio para os “males do Brasil” – na opinião de Torres (1978) – era a incorporação do povo à nação mediante um nacionalismo organicista, caracterizado pela ampliação dos poderes do Estado e pela organização de todas as forças econômicas e sociais do país.

É nesse contexto que surge uma direita nacionalista e autoritária, plasmada em torno da “criação” e da educação do povo pelo Estado-nação.

De acordo com os resultados mais convincentes da historiografia a esse respeito (Beired, 1999), a análise desse fenômeno sugere que o pensemos como um campo de relações intelectuais e políticas polarizadas em torno de um conjunto de problemas no qual temas tradicionais de longo prazo do pensamento político brasileiro, como a “ausência de um povo” (entendida como falta de consciência nacional) e a necessidade de um Estado centralizado, entrelaçam-se com os desa-

fios da modernização, vinculados à crise do modelo agroexportador brasileiro, no contexto mais amplo da crise mundial do capitalismo e do Estado liberal, percebido como inadequado para governar as grandes transformações em andamento.

Essa galáxia de direita se apresenta com uma face tripla: a) o nacionalismo-autoritarismo, herdeiro da tradição positivista brasileira; b) a direita católica; e c) a direita integralista, que, de acordo com um análise consolidada no debate histórico, seria o movimento ideológico e político mais próximo do fascismo europeu (Trindade, 1974).

Na impossibilidade deste estudo examinar a trajetória da direita brasileira no século XX, nossa análise enfoca os traços essenciais do nacionalismo e autoritarismo, já que os principais teóricos dessa vertente abrem o caminho teórico à apropriação sucessiva das teorias populistas nas ciências sociais brasileiras.

O pensamento nacionalista autoritário fundamenta seu diagnóstico da sociedade em um positivismo eclético – cujo núcleo originário se encontra na expansão do positivismo no Sul do Brasil na segunda metade do século XIX (Love, 1975). Assim: a) a teoria spenceriana, base do evolucionismo social darwiniano, funde-se com o organicismo social de Comte; b) a metodologia das primeiras teorias sobre a família da escola sociológica de Le Play está vinculada ao racismo biológico de Georges Vacher de Lapouge e a demografia racial de Arthur de Gobineau; e c) a teoria das multidões de Gustave Le Bon e a teoria das elites de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto são complementadas com a psicologia e a psicanálise (Oliveira Vianna, 2005).

Embora com algumas diferenciações, devido às biografias ideológicas e políticas individuais, a vertente nacional-autoritária – concentrada principalmente em torno de intelectuais como Francisco José de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos – compartilha a ideia principal de que o Brasil não está pronto para um regime liberal-democrático no modelo anglo-saxônico. Também em virtude de seu passado como país colonizado, o povo brasileiro se apresenta como “amorfo”, uma vez que a Constituição de 1891 (1891), ampliando o hiato entre o país dos “idealistas utópicos” (categoria proposta por Oliveira Vianna, 2005, p. 56) e o Brasil real joga o povo brasileiro, desenraizado de seu laços clânico-parentais, em uma “fase de desorganização profunda e geral”. A única solução racional e orgânica para a realidade econômica, política e social brasileira apontada por essa linhagem do pensamento político brasileiro é o Estado nacionalista autoritário.

Como foi justamente observado (Lamounier, 1977; Silva, 2004), o diagnóstico da realidade brasileira e os remédios normativos propostos pelo nacional-autoritarismo constituíram o núcleo de uma nova “ideologia do Estado” como

resposta necessária e específica ao problema da organização do poder e da criação de um povo, diante da crise do liberalismo, no contexto mais amplo da crise internacional do primeiro pós-guerra. Os principais pontos dessa ideologia são: a) o domínio do Estado sobre o mercado; b) uma visão orgânico-corporativa da sociedade, de matriz positivista; c) uma visão paternalista e autoritária do conflito social produzido pela industrialização; d) o Estado pensado como um “leviatã benevolente” que incorpora as massas trabalhadoras; e e) a confiança nas elites (Lamounier, 1977).

Enfim, a importância do autoritarismo nacionalista reside na capacidade de conceituar a ideologia do Estado em suas múltiplas funções de organização, incorporação, educação, controle e proteção da sociedade.

O conceito de “povo amorfo” em busca de uma identidade nacional, elaborado pelos ideólogos do Estado Novo de Getúlio Vargas, também é apropriado por outras linhagens do pensamento político brasileiro.

É o caso do cientista social Sérgio Buarque de Holanda, que, no clássico *Raízes do Brasil* (Buarque de Holanda, 1936), reformulou a categoria “homem cordial” brasileiro. Em síntese, de acordo com o autor, o homem brasileiro, nascido e criado na estrutura clã-parental do latifúndio, não é compatível com os regimes políticos das sociedades europeias modernas. A sociedade individualista e elitista do liberalismo, a sociedade de classe ou aquela de massa, ambas dominadas pelos totalitarismos de esquerda ou de direita, não eram os modelos a seguir para criar a nação brasileira, ainda marcada por seu passado escravocrata e rural. Buarque de Holanda (1936) conclui sua análise argumentando que as ciências sociais brasileiras precisavam encontrar novas categorias capazes de interpretar a entrada do país no mundo contemporâneo.

Se, portanto, não podemos falar de uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1930, é oportuno reconhecer que os teóricos do Estado varguista abrem caminho para o uso do conceito na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX.

Da “ideologia do estado autoritário” ao nacional-populismo desenvolvimentista como categoria explicativa da modernização brasileira

Com base no exposto, é preciso aguardar até a década de 1960 para ter as primeiras teorias do populismo com base científica. Isso não quer dizer que o conceito tenha desaparecido do debate. O problema é que, no imediato segundo pós-guerra, o populismo se limita a uma análise descritiva do discurso ideológico-político do liberalismo reacionário, conservador e anticomunista, para desacreditar o “inimigo” político populista, acusado de levar o Brasil a uma catástrofe com

seus projetos de reforma social. Basta pensar, por exemplo, no economista Roberto Campos, expoente da ala direita do desenvolvimentismo (Bielschowsky, 1988), que teoriza uma ditadura autoritária “provisória” – dominada por militares e tecnocratas, os únicos depositários do “bem” e da “racionalidade” –, dada a incapacidade do povo brasileiro de dar-se instituições democráticas-liberais sob a orientação de perigosos demagogos populistas – no sentido mais depreciativo do termo – como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, apenas para mencionar alguns dos políticos mais famosos da história brasileira do segundo pós-guerra.

Nesse horizonte de problemas se coloca a obra de alguns dos grandes fundadores da sociologia acadêmica brasileira das décadas de 1960 e 1970, em plena ditadura militar. Trata-se de uma conjuntura importante na elaboração brasileira do conceito de populismo.

Diante da necessidade científica e política de interpretar, no calor do momento, o nacional-desenvolvimentismo da “Era Vargas”, Octavio Ianni (1968) e Francisco Weffort (1978), insatisfeitos em termos teóricos com as categorias *fascismo*, *totalitarismo* e *autoritarismo*, refletem sobre o conceito de *populismo*, liberado de seus usos e abusos ideológicos no conflito político da década de 1950 para ser aplicado como categoria científica na análise sócio-política do “ciclo desenvolvimentista” de 1930 a 1964.

Se, por um lado, Ianni (1968) e Weffort (1978) estão dispostos a aceitar a teoria dos ideólogos do Estado Novo de que o Estado varguista havia criado a nação brasileira, por outro lado, retomam de Buarque de Holanda (1936) a categoria “cordialidade”, para reafirmar a necessidade de elaborar leituras específicas da sociedade brasileira, incomparável com a europeia, marcada por regimes totalitários e autoritários.

Apesar do esforço teórico de Ianni (1968) e Weffort (1978), o populismo teria ficado à margem das ciências sociais brasileiras sem a contribuição de Gino Germani. Os estudos do sociólogo ítalo-argentino proporcionam às ciências sociais brasileiras a oportunidade de legitimar a teoria do nacional-desenvolvimentismo varguista, populista, em bases científicas.

A partir dos trabalhos da década de 1940 e ao longo de sua trajetória como sociólogo dos processos de modernização analisados sob a perspectiva estrutural-funcionalista e parsoniana, Gino Germani, como observador atento da era do totalitarismo fascista e do peronismo argentino, chega à conclusão de que, na análise comparativa entre as sociedades europeias e as latino-americanas, não basta destacar as aproximações entre as duas áreas – sob essa perspectiva, a Europa mediterrânea teria um vínculo evidente com os países latino-ame-

ricanos –, mas, sobretudo, as vias nacionais específicas para o *desarrollo* ou o *desenvolvimento*.

Porem, a sociologia científica de Gino Germani também envolve a análise da participação das massas na vida nacional. O confronto entre *fascismo* e *peronismo* leva o autor a reconhecer, por um lado, a novidade da mobilização permanente totalitária das massas no nazi-fascismo, mas, por outro lado, a admitir a impossibilidade de reproduzir nas sociedades latino-americanas o Estado-partido totalitário, que absorve a esfera do privado no público, dado que o peronismo e o varguismo se limitaram a incorporar no Estado a classe trabalhadora, a qual participou pela primeira vez, embora passivamente, na vida nacional (Germani, 1978).

Mesmo reconhecendo a influência explícita do modelo europeu, Gino Germani convida seu leitor a analisar as especificidades latino-americanas. Trata-se de um esforço teórico e metodológico para entender a exceção ao modelo de desenvolvimento dos países europeus.

Se, diferentemente do europeu, o liberalismo latino-americano foi excludente, dada a ausência de uma revolução burguesa, a era do nacional-populismo inaugurada por Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón poderia ser apenas – eis o ponto de chegada de sua análise comparativa – caracterizada por uma política populista de inclusão das massas na vida nacional, apesar de suas características autoritárias e corporativas. Daí o interesse das ciências sociais em analisar por que os países latino-americanos escolheram o populismo nacional-autoritário como modelo mais adequado para dirigir a inevitável e necessária entrada de suas sociedades na modernidade.

No caminho aberto por Gino Germani, Octavio Ianni apresenta as características do nacional-populismo brasileiro. Segundo Ianni (1968), a “Revolução” varguista de 1930 abriu caminho para a era da democracia populista no Brasil. Em sua opinião, a “Era Vargas”, embora autoritária no período do Estado Novo, havia inaugurado a política das massas, enquadradas no modelo econômico-social, cujo ponto de chegada foi o Decreto-Lei n. 5.452 (Consolidação das Leis Trabalhistas [CLT], 1943) – um código trabalhista muito amplo, incorporando toda a legislação social produzida durante a “Era Vargas” e ainda em vigor nos dias de hoje –, que criou as condições para a implantação da democracia popular no Brasil.

Ianni (1968) argumenta que a década que vai do suicídio de Vargas ao golpe militar (1954-1964) é caracterizada por um ciclo econômico que rompe com o modelo agroexportador clássico, incentivando a importação de tecnologia e rompendo a dependência dos investimentos estrangeiros. A industrialização sustentada por um desenho político nacional-populista se torna o ponto crucial para o

desenrolar da jovem e frágil democracia brasileira, no contexto da Guerra Fria e do imperialismo norte-americano na América Latina.

Portanto, não parece paradoxal para Ianni (1968) que as grandes mudanças introduzidas pela “Era Vargas” – mesmo na fase mais abertamente fascista do Estado Novo – favoreçam a criação de um modelo de Brasil mais democrático e, conseqüentemente, também se tornem objeto de conflito ideológico-político entre os setores populares apoiando os presidentes “varguistas” e “populistas” e as elites aliadas com a burguesia reacionária, que leva ao fim do ciclo virtuoso (1930-1964), interrompido pelo golpe militar.

Na trilha de Ianni (1968), o cientista social Weffort (1978) elabora um dos modelos mais sofisticados de populismo brasileiro.

Para Weffort (1978), a era do nacional-populismo brasileiro é caracterizada pela participação das classes populares na vida nacional, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais provocadas pelos primeiros processos de modernização entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. A pressão das classes populares é exercida tanto em cima das estruturas estatais – ampliando a participação popular na política, especialmente no campo dos direitos sociais – quanto na economia, com o acesso de setores populares a profissões e bens de consumo dos quais eram tradicionalmente excluídos. O nacional-populismo seria, portanto, a política de inclusão das classes populares em um modelo de desenvolvimento inevitável e necessariamente industrial, dirigido pelo líder carismático e paternalista (Getúlio Vargas, “pai dos pobres e trabalhadores”), com o apoio de uma aliança política social nacionalista, antiliberal e antioligárquica, além de poder contar com os setores populares que, embora de modo passivo, participavam pela primeira vez no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

Enfim, a importância das teorias do populismo de Ianni (1968) e Weffort (1978) no campo das ciências sociais brasileiras e, de modo mais geral, nas latino-americanas, pode ser constatada tanto sob a perspectiva científica quanto, sobretudo, a ideológico-política.

Sob o perfil científico, é necessário registrar um primeiro grande esforço teórico e metodológico para interpretar o modelo específico de desenvolvimento nacional dos países latino-americanos, comparando-o com o europeu. Sob o perfil ideológico-político, a teoria do Getúlio Vargas “pai dos pobres e dos trabalhadores”, o líder que inaugurou a entrada das classes populares brasileiras na história, é fundamental para entender o populismo de esquerda, modelado em torno da figura de Lula (lulismo), o “filho do povo”, que recebe o legado varguista, traduzindo-o em um grande projeto de inclusão social do povo brasileiro mediante o Partido dos Trabalhadores (PT), na primeira década do século XXI.

“A invenção do trabalhismo”

As teorias clássicas do populismo exercem forte influência pelo menos até o final da década de 1970, quando se registra um novo esforço para sistematizar questões teóricas e metodológicas ainda pouco exploradas do populismo.

Em um panorama marcado pela lenta e gradual transição da ditadura militar para a democracia, também sob o impulso do “novo sindicalismo” e a volta dos movimentos sociais, na segunda metade da década de 1970, uma nova geração de cientistas sociais brasileiros se confronta com a crise dos paradigmas estruturalistas e funcionalistas da década de 1950 e com a renovação no próprio marxismo, dialogando, sobretudo, com os estudos de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa (Gomes, 2001; Thompson, 1963).

A obra de referência dessa fase do debate sobre o populismo é, sem dúvida, *A invenção do trabalhismo* (Gomes, 1988). O objetivo do livro é abrir um diálogo interdisciplinar entre sociologia, ciência política e história, à luz das novas fontes documentais disponíveis, interpretadas sob a perspectiva das recentes teorias sobre o movimento sindical e trabalhista internacional (Gomes, 2001).

Angela Maria de Castro Gomes examina a “ruptura” provocada pela “Revolução” varguista de 1930 na história brasileira, repensando-a em função de um novo modelo interpretativo da história da classe trabalhadora brasileira.

Se o marxismo brasileiro sempre apresentou as classes trabalhadoras como subordinadas e cooptadas em todas as conjunturas cruciais da história nacional – pelo menos desde a Independência, dada a ausência de uma revolução burguesa que deveria ter levado dialeticamente à revolução do proletariado –, Angela Maria de Castro Gomes, pelo contrário, recusa a leitura consolidada, apresentando, com base em uma teoria multidisciplinar, a classe trabalhadora como sujeito ativo da história brasileira. O desafio é repensar o populismo sob uma nova perspectiva, desvinculada das teorias clássicas marcadas pela manipulação midiática das massas fascinadas pelas virtudes carismáticas do líder Getúlio Vargas, bem como pela incorporação autoritária da classe trabalhadora ao Estado.

De acordo com Angela Maria de Castro Gomes, longe de constituírem um sujeito passivo da história brasileira, as classes trabalhadoras interagiram dialeticamente com o Estado varguista, até condicionando suas estratégias políticas (Gomes, 2001). Enfim, o nacional-desenvolvimentismo é apresentado como um “campo aberto de possibilidades” (Gomes, 2001), no qual o Estado, a elite política, a burguesia industrial e a classe trabalhadora negociam uma nova forma de representação menos conflituosa e mais conciliatória, tendo por objetivo comum a industrialização brasileira.

A categoria elaborada por Angela Maria de Castro Gomes é o “trabalhismo”. Trata-se de um novo pacto entre o Estado e as classes produtivas desde a criação

do Estado Novo, em 1937. O sentido mais profundo do trabalhismo reside no vínculo entre o Estado e a classe trabalhadora em uma época que tem início bem antes da “Era Vargas” e termina bem depois. A partir do exame minucioso dessa longa época da história brasileira, a cientista chega à conclusão de que a relação entre o Estado e o mundo do trabalho sempre foi marcada por conflitos, avanços e derrotas de ambos os lados e, por consequência, não poderia ser reduzida à mobilização populista, passiva, das classes populares no Estado, de acordo com a teoria de Weffort (1978).

Pode-se concluir que, por um lado, a obra de Angela Maria de Castro Gomes teve o mérito de orientar o debate rumo a uma nova reflexão sobre o populismo, a Era Vargas e, sobretudo, a entrada do Brasil na modernidade do século XX; por outro, ela apresenta dois problemas teóricos e metodológicos fundamentais.

O primeiro problema é que Ângela Maria de Castro Gomes pensa a história brasileira sob uma perspectiva exclusivamente nacional. Ela não leva em consideração, senão marginalmente, que a “Era Vargas” se caracteriza por uma forte influência do modelo corporativista fascista italiano (Gentile, 2014). E, além disso, purificado de suas características mais abertamente totalitárias – esse é o segundo problema –, o regime autoritário do Estado Novo pode ser apresentado como o início de um pacto construído sob a égide do Vargas “pai do nacional-desenvolvimentismo”, abrindo caminho, então, para o revisionismo da “Era Vargas” dos últimos trinta anos (Romani, 2015).

Populismo de direita e populismo de esquerda: de Collor a Bolsonaro, passando por Lula

Com a transição da ditadura para a democracia, a história dos usos e dos abusos do conceito de populismo enriqueceu com os novos conteúdos. Nas origens dessa nova época de reflexão sobre o populismo brasileiro há alguns fatores que merecem ser mencionados, ainda que brevemente: o fim do mundo bipolar tem um reflexo fundamental no debate sócio-político contemporâneo, uma vez que decreta o “fim” das ideologias do século XX e, conseqüentemente, convida-nos a repensar as categorias tradicionais de direita e esquerda à luz de novos fenômenos políticos aparentemente incompatíveis com elas (os populismos de direita e aquele de esquerda), a crise da representação democrática do século XX e as novas formas de personalização da política (Manin, 1995), que, se encontra certa resistência nos atores sociais e nas políticas tradicionais nos países ocidentais, com instituições liberais e democráticas mais consolidadas, no caso brasileiro, pelo contrário, não enfrenta obstáculo algum, dada a fragilidade das instituições democráticas ainda muito jovens, também levando em conta a peculiar conformação do “pre-

sidencialismo de coalizão”, inaugurada em 1946 e restaurada pela Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição Federal [CF], 1988) após a ditadura militar (Abranches, 2018).

É o caso do governo Fernando Collor de Mello, que durou apenas 3 anos – de 1990 a 1992 –, terminando com um processo de *impeachment* (Sallum, 2016). A vitória do político “outsider” (Collor) nas eleições presidenciais seria o resultado de uma mudança de sistema – da ditadura para a democracia – que rompe com o equilíbrio social e político tradicional.

A democracia é aceita por todas as forças em disputa, mas o modelo de desenvolvimento econômico vê, por um lado, Collor à frente de um movimento social transclassista, “não partidário”, propondo políticas reformistas e liberais e elaborando um discurso emocional, que inflama o povo em nome do “nós, cidadãos do bem” contra “eles, cidadãos do mal”, sendo este grupo representado, pelo lado oposto, por antigos e novos partidos, aliados na reformulação de um projeto nacional-desenvolvimentista mais distributivo.

A campanha eleitoral brasileira de 1989 constitui um laboratório para analisar alguns dos temas centrais da crise da democracia representativa e do sucesso do populismo nos últimos anos. O populismo de Collor já se apresentava polarizado em torno da personalidade do líder que, em nome da antipolítica, cria uma relação fideísta com seus eleitores, consultados pelas pesquisas de opinião. O espaço político, tradicionalmente ocupado pelos partidos, responsável por liderar as massas brasileiras da ditadura militar à democracia, torna-se um cenário no qual assume destaque o líder populista Collor, apoiado pela configuração “não partidária” de um novo movimento político, por meio do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

O *impeachment* de Collor, em 1992, é sustentado por uma ampla mobilização popular, dirigida pelos principais partidos da transição à democracia.

O caso Collor mostra, mais uma vez, a natureza polimórfica, elástica e, em última análise, ambígua do conceito de populismo, uma vez que é usado como categoria científica para descrever as características do populismo de direita de Collor, porém, ao mesmo tempo, volta a ser, bem como no conflito ideológico-político da década de 1950, uma arma de luta dos partidos que se opõem a Collor, definido com desprezo como “populista”, perigoso demagogo, inimigo da democracia.

Associado por um longo período a uma tendência descritiva dos traços populistas, entre os quais a personalização da política, nos últimos anos esse conceito tem assumido predominância – reafirmando sua flexibilidade – e é aplicado na análise de fenômenos mais compatíveis com os processos clássicos da democracia representativa, fundamentados nos valores da liberdade e da igualdade. Eis

o caso do “lulismo”, concebido como projeto populista democrático, centrado na figura carismática de Luiz Inácio Lula da Silva (Singer, 2012).

O “lulismo” – como o próprio Lula afirmou em várias circunstâncias – não é nem de direita nem de esquerda, podendo tanto consolidar a tradição quanto proporcionar grandes mudanças, como evidenciado em seu primeiro mandato presidencial, sob o signo da manutenção da ordem neoliberal de Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), para implementar políticas sociais de cunho progressista e reformista, tendo por objetivos o combate à pobreza, à miséria e à desigualdade e o impulso ao mercado interno de consumo, no contexto da crise econômica internacional da primeira década do século XXI .

A força de Lula é um conceito genérico de “povo”, no qual as grandes camadas do proletariado e subproletariado urbano das grandes metrópoles brasileiras podem encontrar-se.

Desde o triunfo de 2002 até a crise de 2016, Lula vai absorvendo o PT em sua pessoa carismática, ao ponto de um dos principais elementos do sucesso populista de direita de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 ter sido a rejeição a Lula e ao PT, apresentados pela retórica bolsonarista como um vínculo simbiótico.

Se o “lulismo”, no âmbito dos populismos de esquerda, polarizou a sociedade brasileira em torno de uma dialética “petismo ´ antipetismo” – sua versão do “nós”, depositários do “bem”, contra “eles”, depositários do “mal” –, consequentemente, Jair Bolsonaro também pode ser interpretado como uma reação igual e oposta ao “lulismo”: populista, “antipetista”, de direita.

No entanto, seria simplório pensar que o fenômeno denominado “bolsonarismo” se limita a isso. O triunfo de Jair Bolsonaro, além dos ingredientes usuais (indignação, antipolítica, rejeição dos canais representativos tradicionais, personalização de política, carisma etc.), adequadamente descritos pelo conceito de populismo, é o produto de uma característica específica da direita brasileira: a tensão entre liberalismo e autoritarismo (Gentile, 2018), que marca toda a modernização brasileira ao longo do século XX.

Na direita populista “bolsonarista” confluem os institutos neoliberais ligados às redes internacionais, os pentecostais, atores tradicionais da política brasileira desde a década de 1970, os evangélicos e os novos movimentos ativos, sobretudo nas redes sociais – Revoltados Online, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e alguns neofascistas –, abrindo caminho para a vitória de Bolsonaro, desde as manifestações de junho de 2013, passando pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, até as eleições de 2018.

Com o apoio de seu “guru”, Olavo de Carvalho, teórico da revolta contra a intelectualidade de esquerda, concentrada nas universidades brasileiras, a di-

reita de Bolsonaro se organiza em torno de uma plataforma político-ideológica cujas principais características são o antipetismo, o antibolivarismo – revisitações do anticomunismo da década de 1950 –, a exaltação da ditadura militar, e até a negação de seu caráter autoritário, a antipolítica, expressa no discurso moral de indignação contra a corrupção sem limites, o conservadorismo (defesa da família tradicional e patriotismo), a guerra contra o crime, a oposição à introdução de cotas raciais e de gênero nas universidades e, para completar, o Estado mínimo, a sociedade de mercado, a liberdade de empresa e o fim do Estado de bem-estar social – elementos centrais do pensamento neoliberal.

CONCLUSÕES

Podemos fixar os seguintes pontos sobre a validade e a utilidade do conceito de *populismo*. Ele representa, pelo menos aparentemente, uma saída para as dificuldades taxonômicas inerentes à descrição de um conjunto de traços funcionais dos fenômenos populistas – liderança carismática, personalização da política, apelo ao povo etc. –, mas é preciso ressaltar que não explica a gênese deles nem, parafraseando Max Weber, captura adequadamente os processos de mediação parlamentar dos interesses conflitantes de uma sociedade complexa, uma vez que o líder carismático populista transita da campanha eleitoral, caracterizada pelos códigos comunicativos e midiáticos do discurso “antipolítico”, à Presidência da República.

A esse respeito, o laboratório brasileiro, além de reproduzir as luzes e as sombras do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, apresenta um aspecto tão significativo quanto pouco analisado da gênese conceitual e do percurso histórico do populismo, concebido como modelo para dar respostas a condições históricas específicas dos países da América Latina, enfrentando os desafios da criação do Estado-nação e dos processos de modernidade-modernização.

A partir desse observatório privilegiado, pode-se observar a utilidade do conceito, apesar de suas ambiguidades amplamente detectadas, na análise de tipologias políticas que, como os movimentos fascistas, mas não comparáveis a um regime fascista clássico (como é o caso da direita bolsonarista), nascem para dar respostas às massas, em busca de novos sujeitos políticos “pós-democráticos”, capazes de protegê-las e representá-las diante da crise da democracia liberal-representativa clássica.

REFERÊNCIAS

Abranches, S. (2018). *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

- Beired, J. L. B. (1999). *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo, SP: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP.
- Bielschowsky, R. (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Buarque de Holanda, S. (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Campos, F. (1940). *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Canovan, M. (1981). *Populism*. New York, NY: Harcourt Brace Jovanovich.
- Capelato Rolim, M. H. (1998). *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus.
- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*. (1891). Rio de Janeiro, DF.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. (1988). Brasília, DF.
- Costa Pinto, A, & Finchelstein, F. (2019). *Authoritarianism and corporatism in Europe and Latin America. Crossing boundaries*. London, England: Routledge.
- Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943*. (1943). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, DF.
- Donzelli, M., & Pozzi, R. (2003). *Patologie della politica. Crisi e critica della democrazia tra Otto e Novecento*. Roma, Italia: Donzelli.
- Eatwell, R., & Godwin, M. (2018). *National populism: the revolt against liberal democracy*. London, England: Penguin.
- Ferreira, J. (2001). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Ferreira, J., & Delgado, L. (2003). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Finchelstein, F. (2017). *From fascism to populism in history*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Gellner, E., & Ionescu, G. (1969). *Populism: its meaning and national characteristics*. London, England: Weidenfeld & Nicolson.
- Gentile, F. (2014). O fascismo como modelo: incorporação da “Carta del Lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930. *Mediações*, 19(1), 84-101.
- Gentile, F. (2018). A direita brasileira em perspectiva histórica. *Plural*, 1, 92-110.
- Germani, G. (1969). *Sociología de la modernización*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.

- Germani, G. (1978). *Authoritarianism, fascism, and national populism*. New Brunswick, NJ: Transaction.
- Gomes, A. M. C. (1988). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, SP: Vértice.
- Gomes, A. M. C. (2001). O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In Ferreira, J. (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica* (pp. 17-59). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Ianni, O. (1968). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Lamounier, B. (1977). Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In B. Fausto (Org.), *História geral da civilização brasileira* (Vol. 2, Tomo 3, pp. 345-374). São Paulo, SP: Difel.
- Lippi, L. (1990). *A questão nacional na Primeira Republica*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Love, J. L. (1975). *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Manin, B. (1995). *The principles of representative government*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Mény, Y., & Surel, Y. (2000). *Par le peuple. Pour le peuple. Le populisme et les démocraties*. Paris, France: Fayard.
- Oliveira Vianna, F. J. (2005). *Populações meridionais do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado Federal.
- Romani, C. (2015). A ditadura tolerada: herança autoritária na historiografia sobre Vargas. In N. Avelino, T. Dias Fernandes, & A. Montoya (Orgs.), *Ditaduras. A desmesura do poder* (pp. 197-230). São Paulo, SP: Contrassensos.
- Sallum, B., Jr. (2016). Crise política e *impeachment*. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(2), 183-203.
- Silva, R. (2004). *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó, SC: Argos.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Thompson, E. P. (1963). *The making of the English working class*. London, England: Victor Gollancz.
- Torres, A. (1978). *A organização nacional*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Trindade, H. (1974). *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de trinta*. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro.
- Weffort, F. (1978). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Capítulo 5

Vargas e Goulart: o populismo em questão¹

*Pedro Cezar Dutra Fonseca
Ivan Colangelo Salomão*

É usual na historiografia caracterizar os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de João Goulart (1961-1964) como típicos representantes do populismo no Brasil, associando-os a um fenômeno também observado em diversos países latino-americanos a partir da década de 1930. O significado, as motivações históricas e as diferentes manifestações do populismo constituem objeto de profunda controvérsia na literatura, dificultando uma conceituação consensual, embora haja traços comuns citados com frequência pelos analistas. Tradicionalmente, atenta-se a fenômenos de clara natureza política, como a existência de liderança carismática e a relação direta entre esta e os governados, dispensando instâncias intermediárias, o discurso distributivista, a adoção de medidas demagógicas e autoritárias, dentre outros.

Conquanto o contexto da posse de Goulart na Presidência da República fosse mais grave, vale lembrar que ele não difere muito da conjuntura em que Vargas reassumiu o governo, em 1951: inflação crescente e tendência de desaceleração das taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB), às quais se somaram, ao longo do mandato, ao agravamento da situação das contas externas, com déficit no balanço de pagamentos e dificuldades para atração de capitais externos. Do ponto de vista político, Santos (1986) ressalta a maior vulnerabilidade de João Goulart em comparação com os presidentes que o antecederam no pós-Guerra. De acordo com esse autor, o governo Goulart viveu uma crise de paralisia decisória, resultante de 3 condições do período: “a fragmentação política, a polarização ideológica e a instabilidade das coalizões” (Santos, 1986, p. 81).

Mesmo sob circunstâncias políticas diferentes, é importante mencionar que tanto Vargas quanto Goulart enfrentaram problemas para tomar posse, quando o

1 Artigo publicado anteriormente na revista CONHECER: Debate entre o público e o privado, v.10 , n.24 (2020).

clima de radicalização fez com que setores da oposição civil e militar propusessem o rompimento das normas constitucionais. Apesar das tentativas de ampliação da base de sustentação por parte dos governos, que em vários momentos lançaram mão de um discurso moderado e conciliatório, nos dois casos, as crises econômica e política se aprofundaram e a radicalização crescente desaguou em final trágico: o suicídio de Vargas, em 1954, e o golpe civil-militar contra Goulart, uma década depois.

O conturbado ambiente político desses governos contribuiu para que boa parte da literatura considerasse as políticas econômicas por eles executadas como “hesitantes”, “irracionais” e/ou “ambíguas”, adjetivos dos quais decorrem, mesmo involuntariamente, análises que sugerem tratar-se de medidas erráticas e desprovidas de lógica. Tais qualificações procuram robustecer sua caracterização como governos populistas.

Ao discordar de tal linha interpretativa, argumenta-se neste artigo que ambos os governos partiram de uma estratégia semelhante para executar suas políticas econômicas, qual seja, tentar convencer os agentes privados quanto à prioridade do combate à inflação, com propostas de políticas austeras e voltadas à obtenção de equilíbrio das contas públicas, embora sem nunca deixar de mencionar o desenvolvimento econômico como fim último. À medida que o tempo avançava, não obstante, tal prioridade foi gradualmente afrouxada, sobretudo por pressões políticas. Estas ocorreram, em boa medida, por ambos os governos não abrirem mão de executar políticas de maior envergadura, de cunho nacionalista, em favor da industrialização e da redistribuição de renda, as aqui denominadas *políticas institucionais*. Vários autores, como se mostra adiante, entenderam tais dificuldades, assim como a convivência entre medidas de estabilização e de cunho desenvolvimentista, como contraditórias e frutos da hesitação ou incoerência de formulação, marcadas por oscilações que seriam próprias de governos “populistas”.

Este artigo tem por objetivo demonstrar que se pode detectar determinado padrão de regularidade na política econômica de ambos os governos em análise e que ele se afasta do que se convencionou denominar *populismo*. Assim, além desta breve introdução, o trabalho está dividido em outras 4 seções: a) apresentação dos conceitos de populismo político e econômico; b) análise do segundo governo Vargas; c) análise do governo Goulart; e d) considerações finais.

POPULISMO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Embora o termo *populismo* esteja sujeito a múltiplas definições e seja empregado por diferentes autores para designar fenômenos históricos diversos, aqui se admite o corte teórico entre *populismo político* e *populismo econômico*, consagrado

na literatura há pelo menos três décadas (Bresser-Pereira, 1991)². Em princípio, ambos têm em comum a carga sempre depreciativa associada a governos tidos como “demagógicos”, “irresponsáveis” ou “manipuladores” de conflitos; todavia, para fins analíticos, eles podem ser pensados e tipificados separadamente, já que são passíveis de ocorrer de modo não concomitante.

Se o objetivo e a hipótese deste artigo são de simples formulação, o maior desafio é de cunho metodológico: como testar se um governo se afina ou não com o populismo econômico? Qual caminho seguir para evitar tão simplesmente a sucessão de juízos de valor explícitos ou, o que não é muito diferente, o recurso contumaz da ortodoxia, de “julgar” a política econômica (se “coerente”, “consistente”, “populista” etc.) a partir do próprio modelo que se formula, caso em que a conclusão está embutida nas próprias premissas?

Assim, optou-se por partir da literatura consolidada e dela extrair o que se considera populismo econômico para, a partir de tais elementos, ter-se condições de selecionar e investigar algumas variáveis relevantes da política econômica do período histórico em pauta para testá-la empiricamente. Não se pretende questionar o conceito ou seu uso, tampouco contrapor as diversas acepções e nuances assumidas por ele, mas tão somente identificar o “núcleo duro” (*hard core*) desse programa de pesquisa como caminho para analisar a política econômica dos governos Vargas (1951-1954) e Goulart (1961-1964) e verificar a pertinência de sua utilização nos casos em voga.

Populismo político

As teses sobre o populismo na América Latina no século XX encontraram no Brasil campo fértil na intelectualidade, principalmente de matiz marxista, nas décadas de 1960 e 1970. Tratava-se, sobretudo, de uma interpretação sobre o interregno de 1946 a 1964 como uma continuidade do autoritarismo historicamente enraizado no país: negligenciavam-se a experiência democrática e os movimentos

2 Bresser Pereira (1991, p. 8) menciona Juan Perón e Alan Garcia como casos em que ambos coincidem. Vargas seria exemplo de populismo político, mas não econômico. Salvador Allende seria um líder socialista e não populista, do ponto de vista político, mas sua política econômica constitui exemplo de populismo econômico. Este artigo tem por foco o populismo econômico, mas se pode adiantar que também do ponto de vista político há restrições para caracterizar o segundo governo Vargas como populista. O fato dele ter criado, ao final do Estado Novo, o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ajuda evidenciar sua busca de sustentação partidária e congressional, da qual lançou mão para obter governabilidade, inclusive em composição com setores conservadores (D’Araújo, 1982), nada lembrando o contato direto com os descamisados, o repúdio às composições políticas ou a aversão a instituições intermediárias. Nesse aspecto, parece haver diferenças marcantes em relação a Perón, este mais próximo daquilo tipificado na literatura como populismo político (Fonseca & Haines, 2012).

sociais do período sob o entendimento de que havia uma manipulação das “massas”, em especial urbanas, por parte de líderes em geral carismáticos que atendiam parte de suas demandas e contabilizavam seus resultados em benefício próprio, dificultando a ação dos sindicatos e dos partidos da “verdadeira” esquerda, concebida como porta-voz dos “reais” interesses da classe operária e vanguarda responsável por liderar a revolução social em direção ao socialismo. Vale notar que ora se considerava o proletariado sujeito da história e classe responsável pelo papel histórico da transformação, ora fraco, sem consciência política e manipulável por líderes populistas, o que legitimava a necessidade de uma vanguarda esclarecida.

O populismo político latino-americano como objeto de análise é o mais antigo, conhecido e estudado³. No caso brasileiro, seu foco irradiador e construtor das análises mais robustas foram autores como Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Aqui, não cabe repisar seus argumentos, bastante discutidos na literatura. Cardoso e Faletto (1977) ilustram essa abordagem com perfeição, facilmente associada ao Brasil e a outros países latino-americanos no pós-Segunda Guerra, ao vincular o fenômeno do populismo à transição de uma sociedade tradicional/agrária para outra, urbano/industrial, como elo que vincula as massas urbanas mobilizadas pela industrialização – ou expulsas do setor agrário como consequência de suas transformações ou de sua deterioração – ao novo esquema de poder. Desse modo, converte-se na política de massas, que tratará de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado em uma frágil estrutura sindical, que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano.

Nesse sentido, entende-se que a emergência do populismo político decorria de uma causa econômica: a industrialização e a urbanização. Os termos falam por si: “massas” (em oposição a classes sociais ou a cidadãos), “expulsas”, “deterioração”, “limitado”, “débil”... Registra-se, todavia, que mesmo nesses autores se encontra uma segunda definição, mais sofisticada, na qual populismo transcendia a simples manipulação⁴. Embora sempre em coexistência com a “falta de consciência” da classe operária, defendeu-se que tal manipulação não era absoluta nem livre de contradições, o que abria espaço a manifestações próprias dos trabalhadores e dos “estratos médios” da população urbana. Weffort (2003, p. 51), por

3 As reflexões teóricas mais instigantes sobre populismo se devem a Gino Germani, Torcuato di Tella e Ernesto Laclau. Sobre a origem da utilização do termo populismo no Brasil, ver os artigos de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira em Ferreira (2001). Para uma avaliação crítica do populismo político para caracterizar os governos de Vargas e Goulart, ver também Ferreira (1997, 2005) e Gomes (2005).

4 O trabalho de Silva (2008) utiliza teoria dos jogos e também referenda a crítica ao caráter manipulatório e de passividade da classe trabalhadora.

exemplo, assevera que o populismo “foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações”, pelo que o domínio das classes dominantes se tornava “potencialmente ameaçado”. De todo modo, ao tipificar um governo ou governante como populista, o analista invariavelmente lhe atribui um caráter pejorativo, configurando uma categoria teórica imbuída de forte componente valorativo. Como bem sintetizou Ferreira (2001), populista é sempre “o outro”. Após 1964, defensores do novo governo passaram a utilizar o termo para designar seus antecessores, nele sintetizando uma série de “ismos” a que se opunham: nacionalismo, trabalhismo, sindicalismo, varguismo, socialismo...

Assim, o termo “populista” passou a ganhar espaço na mídia e é utilizado por atores de diferentes ideologias, moldando-se aos objetivos e atributos que cada qual pretendia enfatizar. É um fenômeno intrigante como essa adjetivação comoveu personagens de matizes ideológicos diferentes e antagônicos, cada um deles fazendo o uso que lhe aprazia. Todavia, algumas características que lhe são associadas perpassam todos eles, como a “manipulação das massas”, a demagogia e as promessas irrealizáveis que ignoravam restrições orçamentárias, sempre com o objetivo de perpetuação no poder. Portanto, os dois extremos do campo político lançaram mão do “imaginário do populismo” como modo de sintetizar as dificuldades e, no limite, a inviabilidade da democracia em países como o Brasil. Ajudavam a legitimar, assim, o rompimento da ordem constitucional – golpes ou revoluções. A contradição dos diferentes usuários do que se pode denominar “imaginário do populismo” fica, desse modo, evidente: o autoritarismo populista só poderia ser debelado por outro autoritarismo. Este tenderia a advogar para si o caráter de salvação nacional, já que caberia a uma elite ou vanguarda esclarecida evitar os males que as massas, com sua ignorância, não conseguiam enxergar.

O populismo, todavia, não se restringiria a mero fenômeno circunscrito à manipulação política, uma vez que exigiria, para se materializar, medidas de política econômica. Estas são abordadas a seguir.

Populismo econômico

Os modelos sobre populismo econômico geralmente se baseiam em construções teóricas que caracterizam um padrão de política econômica expressa por meio de ciclos. No caso, a política econômica prevista pelos modelos se restringe aos instrumentos macroeconômicos de estabilização, também conhecidos como políticas-meio, quais sejam, políticas monetárias, cambiais e fiscais. Essa constatação se mostra importante, pois o termo *política econômica*, em sentido *lato*, abrange todas as decisões governamentais que dizem respeito à economia, como as po-

líticas-fins, voltadas a áreas específicas (como política industrial, agrária, tecnológica) ou as políticas institucionais, de maior alcance e envergadura, como as mudanças de leis e códigos e a criação de órgãos ou “regras do jogo”.

Embora enfatizem instrumentos diferentes, os autores convergem ao afirmar que o fenômeno se associa a um padrão de comportamento cuja marca é crescer aceleradamente, mesmo em situações adversas, ignorando ou subestimando políticas de estabilização. Ao assumirem diante de uma conjuntura de crise, os governos populistas delegam a seus antecessores a responsabilidade por recessão e desemprego, não reconhecem a necessidade de medidas de contenção e propõem uma “virada” drástica da política econômica, apresentando, como alternativa, maior crescimento.

Analisando a experiência argentina⁵, Canitrot ([1975] 1991), embora não chegue à identificação de um ciclo, enfatiza a política salarial como instrumento por excelência dos governos populistas: seus líderes encontram campo fértil em períodos recessivos e prometem crescimento, distribuição de renda e empregos. Após eleitos, optam por aumentos generosos de salários como forma de viabilizar seu programa, o que se transforma em seu gargalo com a aceleração da inflação. Já em O'Donnell ([1977] 1991) aparece embrionariamente a noção de ciclos, ao elaborar um modelo de economia dual, com um setor exportador com relativa autonomia ao lado de outro, voltado para dentro, com produção de bens-salário ou não comercializáveis. Embora não utilize o vocábulo populismo, o autor mostra como o equilíbrio instável advindo da dualidade resulta em alianças políticas temporárias, de difícil sustentação a longo prazo, as quais alternadamente priorizam um setor e outro, ocasionando um movimento “pendular” (O'Donnell, 1991, p. 61). Sachs (1991) elabora uma versão semelhante à de O'Donnell (1991), com dois setores, um exportador de bens primários e outro produtor de bens não comercializáveis, com trabalho intensivo e dependente de insumos importados; a taxa de câmbio é a variável por excelência para arbitrar ganhos e perdas entre os setores. Díaz-Alejandro (1991) mostra, a partir de planos frustrados de estabilização, que estes evidenciam um padrão repetitivo de sequência de fases, o qual sempre começa com a opção pelo crescimento e a rejeição a políticas restritivas de combate à inflação.

Dornbusch e Edwards (1991) são os responsáveis por uma das mais consagradas definições de populismo econômico. Esses autores assinalam que, em geral, os programas populistas partem de uma situação de economia estagnada ou em depressão, a qual cria condições para programas fortemente expansionistas; a

5 Para um estudo mais recente que analisa em profundidade a política econômica de Perón, ver Ferrari (2008).

“retomada com distribuição” é a palavra de ordem. Seguem-se 4 fases: a) aumentos salariais e políticas de aquecimento da demanda, atendida por importações; b) pontos de estrangulamento aparecem de modo gradual e o governo rejeita medidas estabilizadoras, optando por controle cambial ou protecionismo; c) a crise se aprofunda, há fugas de capitais, desmonetização, cai a arrecadação e o déficit público se deteriora – com a inflação ascendente, os salários reais caem e a situação política se instabiliza; d) abre-se espaço para a adoção de políticas de cunho ortodoxo (Dornbusch & Edwards, 1991).

Dentre os autores brasileiros, Bresser-Pereira (1991) proporcionou importante contribuição para aumentar a compreensão do fenômeno em sua faceta econômica. Alarga-se a formulação em pelo menos 3 aspectos: a) mostrando diferentes possibilidades para o começo do ciclo, apontando a diversificada gama de experiências; b) distinguindo o populismo econômico “de esquerda”, assentado no “distributivismo ingênuo via salários e com a recusa de ajustamento”, daquele “de direita”, cuja preferência recai sobre o gasto público e o clientelismo (Bresser-Pereira, 1991, p. 111); e c) considerando a política econômica de outros países latino-americanos, dá-se ênfase à experiência brasileira, aspecto particularmente importante para o objetivo deste artigo. Assim:

1. A primeira fase se caracteriza por forte crescimento e inflação baixa e pode ser desencadeada por várias alternativas, não excludentes, a partir de um conjunto de medidas como:
 - Valorização cambial, com crescimento decorrente das importações, dos salários e do consumo doméstico;
 - Aumentos salariais, seja no setor público ou no setor privado;
 - Elevação das despesas e do déficit público;
 - Taxa de juros artificialmente baixa; e
 - Represamento de preços e tarifas públicas.
 - Ao configurar o ciclo, uma combinação dessas medidas inicialmente induz o crescimento dos salários e das demanda de consumo e de investimento.
2. Após o “paraíso momentâneo”, agrava-se a crise do balanço de pagamentos e o descontrole do déficit público leva a uma crise fiscal; e
3. A desvalorização cambial se torna inevitável, a inflação dispara e a crise econômica e política se aprofunda, finalizando com “mudanças dos ministros responsáveis, senão por um golpe de Estado” (Bresser-Pereira, 1991, p. 111).

Fonseca (2011), por sua vez, aponta que, apesar das diferenças de nuances, os modelos apresentados convergem ao assinalar medidas cuja repetição entre os

diferentes autores sugere que elas fazem parte do “núcleo duro” (*hard core*) do populismo econômico: a) política salarial frouxa, com ganhos superiores à produtividade (o chamado “populismo salarial”); b) aumento de gastos públicos não coberto por impostos (“populismo fiscal”); e c) apreciação do câmbio (“populismo cambial”). Para o autor, é notável que todos os analistas registrem como fase inicial de seus modelos medidas de forte caráter expansionista associadas à rejeição a políticas de estabilização. Nesse sentido, conclui-se que é nessa primeira fase que o populismo econômico se revela: o governo, convicto de que pode superar a crise com medidas pró-crescimento acelerado e de distribuição de renda, exime-se de adotar políticas restritivas.

Em suma, observa-se um consenso entre os principais autores quanto ao entendimento de que populismo econômico é, sobretudo, um padrão de comportamento. Culturalmente arraigada, a incapacidade dos formuladores de política econômica enfrentarem o desafio da estabilização se manifestaria no ciclo descrito, o qual teria a América Latina como seu palco por excelência.

O SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)

As interpretações sobre o segundo governo Vargas (doravante SGV) são fruto de intensa controvérsia, desde aquelas que o consideram populista ou esquerdista até as que salientam seus traços conservadores. A seguir, sintetizamos as principais correntes do debate, mas com enfoque na condução da política econômica. Elas podem ser enumeradas como defensoras, respectivamente, de: a) populismo econômico; b) “virada nacionalista”, ou seja, o governo teria começado conservador e ortodoxo e, em meados de 1952, teria optado por uma mudança brusca – a “virada” (tal corrente também associa a política econômica a dubiedade e inconsistência); e c) ortodoxia, interpretando tal perfil da política econômica com o caráter mais geral do conservadorismo do governo. Cabe assinar que as 3 interpretações têm algo em comum, pois assumem como pressuposto teórico a incompatibilidade entre medidas de austeridade, como equilíbrio fiscal e monetário, com desenvolvimentismo⁶.

Aqui, nossa hipótese se firma em sentido oposto:

- Como se mostra adiante, não há incompatibilidade nem lógica (ou teórica) nem histórica (ou fática) entre ambas;
- A experiência empírica dá forte guarida à observação de que, não raramente, governos tidos como afinados com o desenvolvimentismo, como os

6 A polaridade entre desenvolvimentismo e ortodoxia tem como esteio teórico a curva de Philips de curto prazo negativamente inclinada, a qual impõe a opção entre crescimento e combate à inflação. A nosso ver, tanto as teses que associam o SGV ao populismo quanto à ortodoxia, bem como a da “virada”, assumem tal pressuposto teórico. Cabe assinalar, ainda, que mesmo que este seja válido, não se segue que quaisquer delas tenham sustentação empírica ao se analisar o SGV.

- de Vargas e Goulart, também lançaram mão de políticas de estabilização (o que não significa que estas sejam iguais às apregoadas pela ortodoxia);
- Tal hipótese serve de corolário a outra, pois proporciona uma base de sustentação para evidenciar que a política econômica de tais governos foge daquilo modelado pelos teóricos do populismo econômico.

A seguir, contestamos tais interpretações e defendemos que, se é necessário um enquadramento, o mais adequado para a ação governamental do período seria associá-la ao que parte da literatura denomina *desenvolvimentismo* ou, mais precisamente, a um subtipo dele: o *nacional-desenvolvimentismo*⁷.

Diante da polissemia e dos múltiplos usos da terminologia, convém esclarecer desde já o que se entende por desenvolvimentismo. Este é associado a um projeto nacional cuja execução se dá por meio de política econômica “formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista” (Fonseca, 2015, p. 8).

A execução de tal política econômica, como ocorreu no SGV, pode defrontar-se com dificuldades conjunturais, como inflação crescente, desequilíbrio fiscal e déficit no balanço de pagamentos. Em tais contextos, essas dificuldades podem simplesmente inviabilizar o crescimento e a melhoria de indicadores sociais – ou seja, a execução das políticas desenvolvimentistas – e, por isso, não podem ser ignoradas pelos gestores da política econômica (*policymakers*). Destarte, a metodologia adequada aponta para ir além do acompanhamento das políticas instru-

7 Tradicionalmente, a literatura sociológica, por certo pelo peso da escola da Universidade de São Paulo (USP), considera dois subtipos ou um estilo de desenvolvimento: o “nacional-desenvolvimentismo” e o “dependente-associado”. Ambos têm em comum a industrialização como estratégia para o desenvolvimento e defenderam a substituição de importações. A diferença é que o primeiro contava mais com o Estado para a condução do processo, por meio de empresas estatais e financiamento público, enquanto o segundo era mais receptivo ao capital estrangeiro e à captação de poupança externa. A tipificação teórica supunha a falta de “fôlego” do capital privado nacional para alavancar o desenvolvimento, por isso o recurso ao Estado e ao capital estrangeiro. Deve-se ter em mente que as categorias lembram tipos de ideias, pois, na prática, não se excluem, o que torna a diferenciação uma questão de grau. No caso do Brasil, os governos Vargas e Goulart seriam exemplos mais próximos do nacional-desenvolvimentismo, enquanto Juscelino Kubitschek e os governos militares após 1964 exemplificariam o subtipo “dependente-associado”. Outro atributo usado para a diferenciação é que o nacional-desenvolvimentismo incorporava maior distribuição de renda e os trabalhadores urbanos no pacto político, enquanto o “dependente-associado”, liderado pelos investimentos das empresas multinacionais de bens de consumo duráveis, coexistia com a concentração de renda.

mentais ou de estabilização – fundamentalmente as monetárias, cambiais e fiscais –, e incorporar à análise as políticas-fins e institucionais, como a industrial, a agrária e a tecnológica, assim como a criação de leis, códigos, órgãos no aparelho do Estado, empresas estatais e de financiamento à produção. Só com a adição dessas políticas-fins e institucionais se pode detectar a *intencionalidade* dos governantes, sem a qual não se pode sustentar a existência ou não de um *projeto desenvolvimentista*. Observa-se que nem as variáveis que captam o desempenho da economia *ex post* – como PIB, nível de emprego, inflação e taxa de câmbio real – são bons indicadores para evidenciar o projeto, pois este, apesar de existir, pode não ter condições de ser implantado e/ou sofrer perturbações de variáveis exógenas, como uma conjuntura externa adversa ou motivações de ordem política. O risco seria, então, de um falso negativo. As variáveis macroeconômicas, mais do que a primeira, pesaram para o desempenho quantitativo aquém no esperado do SGV e, principalmente, no governo Goulart.

A herança do governo Dutra e a política de estabilização: a negação do populismo econômico

O contexto favorável de que Vargas se valeu para implementar mudanças de vulto em seu primeiro governo – em especial a partir do Estado Novo (1937) – não persistiu ao longo de seu segundo mandato. No início de 1951, a conjuntura econômica, ainda que não desastrosa, emitia sinais de que o otimismo do imediato pós-Guerra fora superado.

O balanço de pagamentos respondia por significativa parte das dificuldades da economia brasileira desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A arquitetura financeira concertada no acordo de Bretton Woods (1944) impusera um primeiro embaraço, ao fixar as taxas de câmbio dos países capitalistas à nova moeda de transação internacional, o dólar norte-americano. Para o Brasil, estabeleceu-se a taxa de 18,50 cruzeiros por dólar, cotação próxima à observada no período anterior à guerra, em uma valorização real que impactava direta e negativamente a balança comercial.

Ademais, o país arcou com o ônus da chamada “ilusão de divisas”, uma vez que se havia acumulado quantidade significativa de divisas estrangeiras durante o conflito mundial, concentradas, porém, em moedas não conversíveis, ou seja, não aceitas por outros países que não seu emissor. A leitura equivocada da situação das reservas internacionais permitiu que a gravidade da circunstância permanecesse oculta ao longo dos primeiros meses do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Talvez por não ter consciência da magnitude do problema, o Ministério da Fazenda adotou uma política de liberalização no mercado cambial, a

qual contribuiu para agravar ainda mais o quadro das contas externas. Tão logo os óbices impostos pela penúria cambial se fizeram notar, em meados de 1947, o governo adotou uma postura ativa e passou a intervir no mercado de câmbio por meio da Instrução n. 25 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Por esta, determinou-se que 30% das moedas operadas pelas instituições financeiras autorizadas deveriam ser vendidas ao Banco do Brasil segundo a taxa oficial.

A relevância de tal medida não se afere pelas consequências no mercado cambial propriamente ditas, mas pelo simbolismo a elas subjacente:

Inaugurava-se um novo padrão na condução da política cambial no país, a qual seria, a partir de então, administrada politicamente.

Procurando intervir no mercado de câmbio, o governo se incumbiu da responsabilidade de balizar o fim que se daria aos limitados recursos disponíveis, estabelecendo critérios que privilegiassem a importação de produtos tidos como essenciais para o processo de industrialização⁸.

Nesse contexto, o governo Dutra lançou mão, em fevereiro de 1948, de sua medida mais ousada no campo cambial ao estabelecer o denominado “contingenciamento de importações”: mantinha o câmbio fixo, passando a administrar a escassez de dólares ao condicionar as importações à obtenção de “licenças prévias”, as quais, por sua vez, seriam concedidas pelo governo de acordo com aqueles critérios de essencialidade. Estes eram definidos levando em conta a importância para o processo produtivo, particularmente o industrial, daí seu caráter de compromisso com o processo de substituição de importações.

Ao final da década de 1940, além da carestia de moedas conversíveis, o recrudesimento inflacionário (aumento geral dos preços) representava outro desequilíbrio macroeconômico a ser herdado por Getúlio. De acordo com o Índice de Preços ao Consumidor do Rio de Janeiro (IPC-RJ), a inflação subira de 3,4% em 1948 para 9,4% em 1950 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2003). A impossibilidade de debelar a inflação por meio das medidas de austeridade adotadas anteriormente – como o represamento do salário mínimo no nível de 1943 –, aliadas à fixação da taxa de câmbio em níveis valorizados,

8 A despeito do suposto consenso acerca do interregno liberal que teria representado o governo Dutra (1946-1951) na área econômica, trabalhos mais recentes, como Saretta (2000) e Bastos (2004), vêm demonstrando a ambivalência da política econômica observada no período. Ayres e Fonseca (2017), por exemplo, trazem à tona uma série de indícios de que Eurico Gaspar Dutra teria lançado as bases do “desenvolvimentismo associado”, posteriormente aprofundado por Juscelino Kubitschek, contribuindo para o amadurecimento de um novo modelo de desenvolvimento e de industrialização substitutiva de importações. Assim, a política econômica de Dutra não seria propriamente liberal, mas inauguraria um estilo de desenvolvimento diferente do “nacional-desenvolvimentismo” do Estado Novo varguista.

demonstrava a gravidade da situação. Por fim, e talvez com o propósito de reforçar o combate à escalada dos preços, o governo relaxou o sistema de concessão das licenças de importação, o que repercutiu negativamente no já combalido balanço de pagamentos.

Nesse cenário, Vargas assumiu a Presidência da República com dificuldades não apenas para implementar as promessas de crescimento acelerado feitas na campanha eleitoral, mas também para enfrentar as adversidades de curto prazo. Em que pese à adoção de uma política com de viés ortodoxo em seu início, reconstituem-se a seguir algumas medidas executadas durante todo o seu governo que permitem descortinar sua natureza desenvolvimentista.

Logo após tomar posse, em janeiro de 1951, Vargas e sua equipe econômica constataram que os impasses conjunturais dificultariam o cumprimento do programa de industrialização defendido nas eleições. A rigor, o governo se deparava com o clássico dilema entre *incentivar o crescimento* ou *estabilizar a economia*. Crescer acarretaria aumento das importações de insumos e de bens de capital, dos dispêndios públicos e do consumo doméstico, os quais, por sua vez, reforçariam os problemas das contas externas e da inflação. Ademais, a duração desse espasmo expansionista, sabia-se, seria limitada. A inflação corroeria os salários, os investimentos privados e as finanças públicas, variáveis fundamentais para o crescimento econômico dinamicamente sustentado. Por fim, a necessidade de importar bens de capital e insumos para fazer avançar a industrialização esbarcaria no estrangulamento externo, ao mesmo tempo que o reforçaria no momento subsequente, conforme o modelo cepalino consagrado por autores como Prebisch (1961) e Tavares (1972).

A solução encontrada pelo governo foi conter temporariamente a atividade econômica, estratégia coerente com o diagnóstico de que se tratava de uma dificuldade de curto prazo. A recuperação do preço do café, desde meados de 1949, e a expectativa de uma relação mais amistosa por parte do presidente norte-americano Harry Truman autorizavam o otimismo moderado. Além disso, a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), em julho de 1951, trouxe certo clima de otimismo. A esta se incumbiu a elaboração de estudos sobre a economia brasileira, os quais contemplariam um conjunto de projetos de desenvolvimento, parte dos quais, ao valor de US\$ 300 milhões, seriam financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Export-Import Bank of the United States (EXIMBANK). A solução de enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos ficou consagrada na expressão do Ministro da Fazenda Horácio Lafer (1951-1953), o qual, ao que consta aconselhado por Oswaldo Aranha, defendeu a adoção da chamada “fór-

mula Campos Sales-Rodrigues Alves”. Em observância ao que fora executado por esses dois governantes durante a República Velha, em uma primeira etapa seria priorizada a estabilidade, centrando os esforços no ajuste fiscal e no combate à inflação e no desequilíbrio do balanço de pagamentos. Uma vez saneados estes, o governo teria condições de estimular a expansão da demanda agregada e, em última análise, o desenvolvimento econômico sustentado. A “fórmula”, ao que consta, não se tratou de mera retórica, embora as medidas de estabilização não tenham significado o abandono do projeto desenvolvimentista. Isso fica evidente quando, concomitante às medidas de Lafer, Vargas criou uma nova instituição diretamente ligada à Presidência da República: a Assessoria Econômica. Esta deveria pensar o longo prazo e elaborar projetos de desenvolvimento para o país, mormente voltados à industrialização e à infraestrutura. Nela constavam nomes comprometidos com tal propósito, como Rômulo de Almeida (ex-assessor de entidades industriais, a quem coube a chefia), Ignacio Rangel, Jesus Soares Pereira, João Neiva de Figueiredo, Cleanto de Paiva Leite e Tomás Pompeu Acioli Borges⁹.

É com base nesse tipo de evidência que se deve analisar a política econômica do SGV, com recurso a uma racionalidade que extrapola uma lógica puramente instrumental. A mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura do ano legislativo de 1951, por exemplo, traz uma série de menções ao projeto maior de desenvolvimento econômico com justiça social. As contingências de curto prazo, entretanto, recomendavam cautela, obrigando o governo a adotar “medidas rigorosas de compressão de despesas” e a aumentar sua arrecadação. Vários outros pronunciamentos presidenciais de 1951 seguem a mesma linha (Fonseca, 1989).

A eficácia da opção pela estabilidade pode ser aferida pelos resultados alcançados ao final do primeiro ano de governo. Se comparados ao ano anterior, os investimentos públicos registraram queda de 3% e a participação do governo na formação bruta de capital fixo, de 8%. O superávit fiscal foi atingido tanto pelo aumento da arrecadação tributária da União (de Cr\$ 19,37 bilhões para Cr\$ 23,17 bilhões) quanto pela diminuição das despesas (de Cr\$ 23,67 bilhões para Cr\$ 20,78 bilhões). A inflação teve sua trajetória ascendente interrompida e estabilizou-se ao redor de 12% ao ano (IBGE, 2003). Como consequência, o crescimento do PIB em 1951 foi de 4,9%, um decréscimo significativo em comparação ao observado no triênio imediatamente anterior (9,7%, 7,7% e 6,8%).

Tal preferência pela estabilização aparece com mais nitidez até os primeiros meses de 1952, quando o Banco do Brasil – cujo presidente, Ricardo Jafet, alinha-

va-se à ala mais desenvolvimentista da equipe econômica e mostrava restrições à contenção à lá “Campos Sales”, de Lafer – passou a expandir o crédito a empresas e pessoas físicas. Além disso, a ampliação das dívidas dos estados, municípios e do Distrito Federal demonstrava que o rigor fiscal da União estava sendo paulatinamente afrouxado.

Assim, observa-se que o início do SGV foi marcado, de fato, pela adoção de medidas estabilizadoras. Essa constatação, por sua vez, invalida a tese do populismo econômico, uma vez que, de acordo os modelos anteriormente apresentados, a primeira fase de governos populistas configuraria um ciclo em que, de modo obrigatório, seriam empregadas medidas abertamente pró-crescimento e redistributivas, sem qualquer preocupação com a estabilidade. Ao contrário da demagogia e do crescer desconhecendo restrições econômicas, o SGV fornece evidência empírica robusta em sentido oposto.

A “virada” e o desenvolvimentismo

Uma vez alcançada uma parte dos objetivos da fase “Campos Sales”, e sob o impulso de pressões políticas, o governo passou a abrandar, a partir do segundo semestre de 1952, o rigor da política econômica, especialmente a política monetária. Com a expansão do crédito e a liberalização das importações no setor de bens de capital, o investimento respondeu e registrou um crescimento robusto naquele ano. Como resultado, após um quadriênio de taxas decrescentes (1948-1951), o PIB se expandiu (7,3%) e a balança comercial registrou um déficit de US\$ 286 milhões, o maior desde a Grande Depressão.

Uma das principais medidas que ilustram a mudança paulatina da política econômica nessa fase foi a aprovação, em janeiro de 1953, da Lei do Mercado Livre (Lei n. 1.807/1953). Com o objetivo de atrair capital estrangeiro via liberdade cambial e afrouxamento dos critérios para reinvestimentos, a alteração da política de câmbio se mostrava simpática ao capital estrangeiro. Por outro lado, demonstrava o compromisso do governo com a industrialização, uma vez que se mantinha tanto a segmentação das importações por faixas de acordo com a essencialidade dos bens (em conformidade com a substituição de importações) quanto das exportações em categorias conforme o peso do produto em pauta, de modo a incentivar sua diversificação. Estabelecia-se, na prática, um sistema de taxas múltiplas de câmbio que buscava compatibilizar o crescimento econômico de longo prazo com os limites impostos pelo balanço de pagamentos. No contexto de crise cambial, pretendia-se administrar perdas e ganhos segundo um critério político e pró-desenvolvimento.

A posição gradualista do governo na abordagem do conflito entre estabilidade e crescimento contraria a tese, enfaticamente defendida por Skidmore (1976),

de que teria havido uma virada brusca de uma para outra. Não obstante Skidmore (1976) também tangencie a noção de populismo, pois, no centro de sua argumentação repousa o juízo de que, no início, Vargas estaria disposto a adotar políticas de austeridade para enfrentar a conjuntura adversa, mas, para tanto, o governo teria de abdicar de suas principais prioridades de longo prazo: a industrialização e, em última análise, o desenvolvimento. Assim, até meados de 1952 o governo teria adotado uma política de estabilização, contudo, não foi capaz de sustentá-la. Com a exacerbação dos conflitos políticos e diante da ameaça de comprometer seu programa desenvolvimentista, Vargas teria optado por uma mudança brusca: a “virada” nacionalista.

Vale registrar que não apenas o gradualismo e a convivência entre os propósitos de estabilização e de desenvolvimento dos anos iniciais do governo prejudicam a tese da “virada”. Mesmo no segundo semestre de 1953 – quando já se deveria, para Skidmore (1976), estar na “fase nacionalista” – com a criação de empreendimentos de vulto, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petrobras –, o governo não abandonara de vez a preocupação com as contas públicas. Como a Lei do Mercado Livre não alcançou o resultado que dela se esperava e pressionado pela crise econômica, de um lado, e pelo acirramento da crise política entre sindicatos (à esquerda) e a União Democrática Nacional (à direita), de outro, Vargas promoveu, em junho de 1953, uma reforma ministerial na qual empossou João Goulart no Ministério do Trabalho e Oswaldo Aranha no Ministério da Fazenda. Diante do impasse externo e da ameaça do crescimento da inflação, a nova equipe econômica lançou, em outubro do mesmo ano, sua mais importante medida: a Instrução n. 70 da SUMOC, que visava à estabilidade no balanço de pagamentos concomitantemente ao equilíbrio fiscal. Ademais, desvalorizava o cruzeiro perante o dólar, medida que, se avessa ao modelo de populismo econômico, coadunava-se perfeitamente com os desígnios desenvolvimentistas do governo.

A Instrução n. 70 da SUMOC mantinha, formalmente, o câmbio fixo, mas na prática ela institucionalizou o sistema de taxas múltiplas de câmbio: 2 categorias para as exportações (café e demais produtos) e 5 para as importações, de acordo com sua essencialidade para o processo de substituição de importações (PSI). De modo geral, seriam subsidiadas as importações quanto mais indispensáveis fossem para o PSI, de modo que, quanto mais “essenciais”, menor o ágio a ser pago no leilão acima da taxa oficial. Para as exportações, pagava-se um bônus sobre a taxa de câmbio oficial, tornando as taxas mais atraentes para o exportador do que as praticadas no mercado livre. A diferença do que era arrecadado com os ágios e do que era pago de bônus formava a conta “Ágios e Bonificações”, cujo saldo

representou uma fonte fundamental de recursos para o governo federal, com a qual este financiou a compra dos estoques de café, além de ter contribuído, no governo Juscelino Kubitschek (JK), para as obras do Plano de Metas e a construção de Brasília.

No curto prazo, os resultados foram positivos, uma vez que o governo logrou atenuar os efeitos mais prementes da crise cambial. A balança comercial encerrou o ano de 1953 com resultado positivo, contribuindo para que o balanço de pagamentos registrasse um pequeno superávit, invertendo a tendência do ano anterior. A inflação, entretanto, acelerava-se e atingia cerca de 20% ao final de 1953. Paralelamente, as despesas da União e o crédito concedido pelo Banco do Brasil ao Tesouro Nacional também aumentavam, evidenciando o caráter expansionista das políticas fiscal e monetária no período. Caso os resultados dessa estratégia se provassem onerosos à estabilidade e, conseqüentemente, ao crescimento sustentado, o ministro Oswaldo Aranha demonstrava estar disposto a voltar à fase “Campos Sales” empregada no início do governo. Ao que tudo indica, no entanto, o governo não mais dispunha de apoio político para isso e o presidente tampouco se mostrava inclinado a cancelar nova mudança de rota. Não nessa direção, ao menos.

A dificuldade de atenuar o avanço dos preços e do déficit externo reforçara a opção pela radicalização da política econômica nos últimos meses do governo. Assistia-se, concomitantemente, a um agravamento da conjuntura internacional. À sucessão presidencial nos Estados Unidos da América (EUA) – do democrata Harry Truman pelo republicano Dwight Eisenhower – seguiu-se a suspensão do financiamento acenado quando da instalação da CMBEU, em 1951. Além disso, a retração do comércio internacional devido aos desdobramentos da Guerra da Coreia e uma crise na indústria do algodão (segundo item da pauta de exportações brasileira) acentuavam as adversidades.

Por outro lado, a campanha de criação da Petrobras acirrava os ânimos internamente. A relação ambígua que Vargas manteve com os governos norte-americanos durante seu segundo mandato também foi permeada pelas imperiosidades desse momento de radicalização. Se as agruras das contas externas sugeriam a sucumbência diante das pressões norte-americanas, por outro lado, a índole nacionalista de seu governo não só bancou a campanha “O Petróleo é nosso!”, mas viabilizou a criação de uma empresa eminentemente brasileira, estatal e monopolista. Além disso, negou-se a enviar tropas para a Coreia, alterando a política de aproximação com os EUA que tivera lugar durante a Segunda Guerra.

O nacionalismo de Vargas também se manifestou por meio de seu posicionamento contrário à proposta norte-americana de fechamento da Comissão Econô-

mica para a América Latina (CEPAL). Descontente com os rumos que o órgão tomara após o manifesto de Raúl Prebisch em Havana, em 1949, o governo Truman passou a defender, por meios diplomáticos, a descontinuidade das atividades da CEPAL. Em reunião realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) no Rio de Janeiro, em 1952, a comitiva dos EUA apresentou oficialmente o plano para o encerramento da agência. De acordo com Dosman (2011, p. 299), a resistência oferecida pelo governo brasileiro foi fundamental para rechaçar a ideia, tendo sido o voto do país-sede do encontro um dos principais motivos para que os EUA abdicassem do intento. Tais medidas tomadas pelo governo, como outras arroladas a seguir, chocam-se frontalmente com a interpretação mencionada, segundo a qual Vargas adotara, do início ao fim de seu governo, uma política econômica ortodoxa e conservadora, como sustentam Lessa e Fiori (1984) e Vianna (1989). Tais autores, indo além, não só negam a tese da “virada” e a coexistência de políticas, mas afirmam desconhecer a implementação de qualquer projeto deliberado de industrialização, questionando inclusive a tese do populismo, pois o governo seria simplesmente conservador, nada tendo de nacionalista, pró-indústria ou favorável aos trabalhadores. Tal posição, no limite, não consegue explicar o desfecho do SGV e o radicalismo da União Democrática Nacional (UDN) contra seu governo, o qual se manifestara já no processo eleitoral e no anúncio do resultado das eleições, ao reclamar judicialmente um segundo turno, sob o pretexto de que a vitória de Vargas, com 48,7%, dos votos não atingira a maioria absoluta; a perseguição perene e implacável permaneceu até o fim de sua vida. A aversão da oposição ao *trabalhismo* varguista, que vinha desde a legislação social do Estado Novo e a criação das primeiras estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e que Vargas propunha ampliar em 1954, bem como seu respaldo entre a classe trabalhadora, como já antecipara a adesão à campanha do “queremismo” (convocação de uma Assembleia Constituinte sem afastar o presidente do poder), fornecem evidências opostas à tese do conservadorismo.

A crise política se aprofundou com a campanha da Petrobras e a eclosão de inúmeras greves, como a “greve dos 300 mil”, em São Paulo, a maior e mais conhecida delas. O Ministro do Trabalho João Goulart, uma das principais lideranças trabalhistas e historicamente ligado aos sindicatos, propôs, como medida emergencial, um aumento de 100% do salário mínimo, o que reforçou ainda mais a rejeição patronal a seu nome (Gomes, 2006). No início de 1954, o segundo escalão das Forças Armadas publicou o “Manifesto dos Coronéis”, por meio do qual exigia a demissão de Goulart. Apesar de ter afastado o correligionário no mês seguinte, Vargas encampou sua proposta e, no feriado do Dia do Trabalho (1º de maio), anunciou o aumento que dobraria o valor do salário mínimo. Poucos

meses depois, o atentado da Rua Tonelero, no qual um funcionário particular do presidente armou o assassinato de seu principal adversário, o deputado federal Carlos Lacerda (UDN), precipitou os últimos acontecimentos que levariam ao suicídio de Vargas.

Nesse contexto de profunda polarização, como foi o do início de 1954, torna-se complexo aferir uma lógica abstrata à condução da política econômica. As objeções impostas pelo embate político restringiam o emprego autônomo dos instrumentais de política econômica, conferindo às variáveis extraeconômicas a faculdade de elucidar melhor o sentido das decisões governamentais. Assim, entende-se que a política econômica não pode ser explicada por uma coerência teleológica; a despeito de sua lógica instrumental, as decisões e escolhas não se subordinam linearmente a ideologias ou modelos teóricos, mas são balizadas pelas contingências conjunturais. Eis um dos principais motivos pelos quais dificilmente se detectam políticas de longo prazo, como as de cunho desenvolvimentista, por meio de simples medidas de estímulo à demanda agregada. A existência de um projeto de caráter desenvolvimentista encontra guarida em trabalhos como de D'Araújo (1982), Draibe (1985), Fonseca (1989) e Bastos (2004, 2009), dentre outros. Estes corroboram o entendimento de que o Estado implementou medidas com o propósito inequívoco de acelerar o processo de industrialização e a modernização da agricultura. O fato do governo ter chancelado políticas de estabilização visando ao equilíbrio do balanço de pagamentos e ao combate da inflação, em seus primeiros meses não permitiu o julgamento metonímico do objeto em análise.

Por conseguinte, além da condução das políticas instrumentais, mostra-se fundamental a apreciação do aparato institucional pró-desenvolvimento criado ao longo do segundo mandato de Vargas. O primeiro órgão que merece destaque foi a já citada Assessoria Econômica, cuja criação representou, por si só, uma inovação, pois delegava à parte da equipe econômica a responsabilidade de planejar o desenvolvimento do país, antecipando a criação do futuro Ministério do Planejamento, no governo João Goulart. A importância dessa instituição pode ser traduzida não apenas pelo assessoramento prestado a Getúlio Vargas, mas também pela influência que parte de seus integrantes tiveram na elaboração do mais bem-acabado e sistematizado plano econômico até então adotado no país, o Plano de Metas, executado no governo JK (1956-1961).

Além disso, conceberam-se comissões com finalidades específicas (como de Desenvolvimento Nacional, de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes, de Abastecimento e Preços, de Intercâmbio Comercial com o Exterior, e de Revisão de Tarifas Aduaneiras, dentre outras) e para propor planos nacionais (para

transportes, como tratores, caminhões e automóveis; para energia, como a volta da ao petróleo, à eletrificação e ao carvão). No setor financeiro e de crédito, criaram-se o Banco de Crédito do Amazonas e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), além do BNDE, o qual, junto com a Petrobras e a Eletrobras, tornar-se-ia um dos órgãos-símbolo do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. Finalmente, vale destacar que, em 1º de maio de 1954, Vargas anunciou, além do aumento de 100% do salário mínimo, diversas medidas na área trabalhista, como: a) benefícios previdenciários a várias categorias de trabalhadores e seus dependentes, inclusive profissionais liberais autônomos, domésticas e trabalhadores rurais; b) extensão, a estes últimos, por meio da Carteira do Trabalhador Rural, de estabilidade, duração de jornada de trabalho e proteção ao trabalho da mulher e do menor; c) fim do limite do valor das pensões, tornando-as proporcionais aos salários; d) aposentadoria aos 55 anos de idade para atividades “penosas e insalubres”; e) criação do auxílio-matrimônio; e, finalmente, f) participação dos trabalhadores na gestão dos institutos de aposentadorias e pensões.

Como apresentado, foi somente nos últimos meses do SGV, já no decorrer de 1954, que se observou que a adoção de medidas-meio ou instrumentais poderia aproximar-se do núcleo duro do conceito de populismo econômico. No entanto, a excepcionalidade do período, durante o qual o governo buscou assegurar sua base de sustentação social, sindical e parlamentar por meio de políticas expansionistas, impede que seja tomada como padrão de comportamento regular de todo o SGV. Como no caso de Goulart, que se verá a seguir, as medidas institucionais de cunho trabalhista ou nacional-desenvolvimentista causavam uma reação muito maior e, com isso, são muito mais úteis para elucidar as resistências da oposição e o aprofundamento da crise do que a manipulação dos instrumentos macroeconômicos.

O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

Após o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, seguiram-se os governos Café Filho (1954-1955) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Este último, apesar de registrar elevadas taxas de crescimento e de dotar o país de uma estrutura industrial integrada e diversificada, com o Plano de Metas, legou a seu sucessor, Jânio Quadros, graves desequilíbrios internos e externos. Oito meses após tomar posse, Quadros renunciou à Presidência da República e colocou o país diante de uma das mais graves crises institucionais de sua história. Havia resistência nas Forças Armadas à posse de João Goulart, vice de Quadros. O Congresso Nacional, por sua vez, não aceitava o veto dos militares.

O conflito foi contornado com a adoção de uma “meia-solução”: o regime parlamentarista. Goulart deveria permanecer como presidente até 31 de janeiro

de 1966 e, até lá, deveria ser realizado um plebiscito para confirmar ou rejeitar o novo regime. Foi nesse conturbado clima político que, em 7 de setembro de 1961, João Goulart, o mais legítimo herdeiro político de Vargas, foi empossado como Presidente da República. No dia seguinte, Tancredo Neves, filiado ao Partido Social Democrata (PSD), o maior partido do Congresso, foi apontado como primeiro-ministro. No final de 1962, o Congresso marcou para o dia 6 de janeiro do ano seguinte o plebiscito que definiria o regime político a ser adotado. Nesse dia, a população decidiu, por ampla maioria, pelo retorno do presidencialismo.

As condições econômicas herdadas por Goulart não foram muito diferentes das recebidas por Vargas 10 anos antes. A inflação, medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), atingira 30% em 1960 e constituía novamente o principal problema a ser enfrentado. Mais uma vez, a condução da política econômica sugeria que se estava diante do desafio do combate da inflação sem comprometer o crescimento econômico. Com efeito, observaram-se, nos 2 anos subsequentes, tanto a redução das taxas de crescimento econômico como a aceleração da inflação e a deterioração do balanço de pagamentos, especialmente entre 1961 e 1963.

De modo geral, as interpretações sobre a perda de dinamismo da economia no período ou ressaltam o caráter estrutural da crise, como as de Furtado (1968), Tavares e Serra (1972) e Ianni (1986), em uma visão de mais longo prazo, ou acenam os aspectos conjunturais, tal qual apontado por Leff (1977) e Wells (1977), muitas vezes vinculando-os ao quadro de instabilidade política então existente. Não raro, a política econômica é descrita como indefinida, errática ou incoerente. Diversos foram os autores que apontaram os problemas e as dificuldades da política econômica de Goulart. Em crítica ao estruturalismo cepalino, Simonsen (1969), por exemplo, afirma:

[...] outro exemplo, mais específico para o Brasil, se refere ao declínio da taxa de crescimento do produto real entre 1962 e 1967. Para os ortodoxos, esse foi o reflexo dos desequilíbrios herdados do decênio de 1950, da irracionalidade da política econômica entre agosto de 1961 e março de 1964, e dos posteriores esforços de estabilização monetária.

No mesmo sentido, Baer (1996) atesta que “os turbulentos anos que se seguiram à renúncia, no final de agosto de 1961, até a derrubada do governo seguinte, em abril de 1964, foram desprovidos de qualquer linha de política econômica consistente”. Castro e Ronci (1991) também defendem ter se tratado de um período de má conduta econômica:

“As características do populismo de Goulart se enquadram bem na descrição do típico manuseio incorreto dos instrumentos econômicos” (Tradução nossa).

The features of Goulart’s populism fit nicely into the description of a conventional mishandling of economic tools.

Nessa linha, Lessa (1982, p. 118) entende que as medidas implementadas pelo governo não seguiam “com precisão quaisquer diretrizes, apontando para múltiplas direções”. E Wells (1977), em clara tentativa de desqualificar qualquer explicação estrutural da crise, atribuiu o baixo desempenho do PIB após 1963 a erros dos gestores de política econômica (*policymakers*) durante o Plano Trienal, como o exagerado aperto do crédito, o qual afetou sobremaneira setores como o de bens de consumo duráveis.

Anteriormente, fizemos a distinção entre políticas-meio (ou instrumentais), políticas-fins e políticas institucionais e salientamos que os modelos de populismo econômico se centram nas primeiras. A condução das políticas-meio, tanto no período parlamentarista como no presidencialista de Goulart, não permite concluir que sua condução tenha sido errática ou desprovida de racionalidade. A frequente troca de Ministro da Fazenda e as mudanças de orientação não podem ser confundidas com omissão, falta de diretrizes ou inconsistência. Vale lembrar que os indicadores mais visíveis da crise – desaceleração das taxas de crescimento do produto, elevação da inflação e desequilíbrio no balanço de pagamentos –, como se sabe, remontam ao fim da década de 1950, ainda no período de Juscelino Kubitschek.

Monteiro (1999, p. 44), ao analisar o trabalho de Wells (1977), questionou, com pertinência, sua interpretação sobre a irracionalidade da política econômica do período, que não indaga quais motivos teriam levado seus formuladores a “cometerem erros sistemáticos que fizeram com que as medidas de política econômica destinadas a resolver a crise acabassem por agravá-la”. Separando o governo Goulart em dois subperíodos, o do parlamentarismo e o do presidencialismo, Monteiro (1999) mostra que em cada um deles se tentou inicialmente uma política de estabilização com ênfase na inflação e no equilíbrio do balanço de pagamentos, não só no plano retórico como na efetiva implementação de medidas. Entretanto, o governo não foi capaz de mantê-la e acabou abandonando-a em prol de uma política de prioridade ao crescimento acelerado e de combate ao desemprego. O fato de priorizar, em um primeiro momento, tais políticas de estabilização já o afastam, como no SGV, daquilo postulado pelos modelos de populismo econômico.

Período parlamentarista (1961-1963)

Ao assumir o poder, em setembro de 1961, o primeiro gabinete parlamentarista se deparou com uma situação econômica difícil, agravada pelo clima de instabilidade política que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros. O esforço de construir uma reputação de governo forte começou pela nomeação de um ministério austero. Na busca por um governo de consenso, os principais partidos foram contemplados na formação do gabinete, promovendo-se uma divisão razoavelmente equilibrada das pastas. No comando da economia, como era de esperar, um conservador. O Ministério da Fazenda ficou com o banqueiro Walter Moreira Salles, de perfil ortodoxo, responsável pelas bem-sucedidas negociações da dívida externa brasileira nos EUA durante o governo Quadros. Logo após assumir, Salles enfatizava em seus pronunciamentos a austeridade da política econômica a ser posta em prática, a qual seria “exercida pelas decisões colegiadas do Parlamento” (Jornal do Comércio, 11/09/1961, p. 6). Procurava, com isso, mostrar certo distanciamento da figura presidencial, embora o poder do presidente não fosse apenas simbólico no parlamentarismo brasileiro, já que lhe cabia o papel de escolher o nome do primeiro-ministro a ser submetido à aprovação do Parlamento.

Diante da divisão opaca de poderes entre o presidente e o primeiro-ministro, a consolidação da credibilidade do governo passava necessariamente pela recuperação da imagem de Goulart, dentro e fora do país. Nesse sentido, os pronunciamentos iniciais do presidente adotaram um tom moderado, assumindo compromisso com a democracia, ressaltando a posição contrária ao comunismo e dando suporte político às medidas anti-inflacionárias mais rígidas propostas pelo gabinete. O aparente sucesso da visita de Goulart aos EUA, em abril de 1962, materializado na ratificação dos acordos firmados pelo governo Quadros (embora condicionada à execução do programa de estabilização), também serviu para consolidar internamente sua posição política, em especial junto à classe média e aos militares. Para se manter no poder, entretanto, o governo precisava ganhar com rapidez a confiança dos agentes econômicos em relação à sua capacidade de conduzir o país à estabilidade econômica. Todavia, a tentativa de estabilização do primeiro gabinete parlamentarista, na chamada “Ação de Emergência”, de setembro de 1961, embora tenha apresentado reversão de indicadores, como os de inflação, não surtiu o efeito desejado e os últimos meses do ano se caracterizaram pelo descontrole fiscal e monetário. A verdade é que o governo não contava, no curto prazo, com instrumentos para lidar com os problemas herdados da administração anterior, daí a decisão de concentrar os esforços de estabilização no ano seguinte. Em janeiro de 1962, Moreira Salles, mesmo diante de pressões empresariais contrárias a um possível aumento de impostos e a restrições impostas pelo

programa de estabilização, frisava que não recuaria e apelava ao “nobre sacrifício” que a conjuntura exigia (Jornal do Comércio, 01/01/62, p. 8).

O novo programa de estabilização, implantado em março de 1962, anunciou metas para a contenção de gastos e para a expansão da moeda e do crédito, buscando o equilíbrio para o ano em curso. Do lado dos gastos, foram propostas 3 medidas: a) um novo plano de contenção de despesas, a ser encaminhado para aprovação no Congresso Nacional, o qual permitiria uma economia da ordem de Cr\$ 60 bilhões; b) um plano de execução orçamentária, que programava o pagamento de fornecimentos e serviços para o período de janeiro a maio de 1963, no montante de Cr\$ 81 bilhões; e c) a transferência de Cr\$ 38 bilhões de autorizações de despesas para exercícios futuros, sem data certa para liquidação. Assim, o déficit de caixa ficaria reduzido a Cr\$ 150 bilhões. No esforço de estabelecer fontes não inflacionárias para o financiamento do déficit, e dada a limitação constitucional no que concerne a mudanças tributárias no mesmo exercício, foram previstos 2 empréstimos públicos para cobrir a diferença: a) um compulsório, no valor de Cr\$ 20 bilhões, sob a forma de um adicional sobre o imposto de renda devido de pessoas jurídicas e pessoas físicas; e b) outro, voluntário, estimado em Cr\$ 100 bilhões, em Letras ou Obrigações do Tesouro, com cláusula de garantia contra desvalorização monetária. O déficit remanescente, Cr\$ 30 bilhões, deveria ser financiado pelo Banco do Brasil. Além disso, foi proposta uma reforma tributária e administrativa destinada a sinalizar o equilíbrio nos anos seguintes. O programa previa que as medidas de controle do déficit público deveriam ser complementadas por limitações à expansão do crédito por parte das autoridades monetárias. Em abril, primeiro mês de execução do programa, as metas estabelecidas foram cumpridas. O déficit público se manteve dentro do limite estabelecido, o mesmo ocorrendo com o crédito ao setor privado, embora, em ambos os casos, perigosamente próximo das metas fixadas.

Apesar de ser o resultado de uma solução de compromisso, arquitetada pelos tradicionais “caciques” da política brasileira, as condições sob as quais se deu a implantação do regime parlamentarista – por meio de uma emenda constitucional, “elaborada em poucas horas sob a influência emocional de acontecimentos excepcionais” (Brochado da Rocha como citado em Abreu, 1989, p. 200) – e a constante pressão do presidente João Goulart para recuperar os plenos poderes da presidência, no começo de forma velada, depois abertamente, fizeram com que o clima de instabilidade política fosse mantido ao longo de todo o período de vigência do parlamentarismo. A insegurança sobre os movimentos de Goulart para retomar o poder, e os de seus adversários para impedir que isso ocorresse, apenas aumentava a instabilidade inerente ao exercício do mandato parlamenta-

rista, contribuindo para reduzir sobremaneira o horizonte dos formuladores de política econômica. A proximidade das eleições para renovação da Câmara dos Deputados, de 1/3 do Senado Federal e do governo em metade dos estados, previstas para 7 de outubro de 1962, contribuiu para tornar ainda mais confuso o ambiente político, aumentando a polarização em torno do programa de estabilização e dificultando a aprovação das medidas, tão necessárias quanto impopulares. Os membros do Congresso, inclusive integrantes do próprio gabinete, não estavam interessados em associar seus nomes à aprovação de leis que pudessem comprometer suas perspectivas eleitorais.

As decisões de política econômica, decorrentes do encurtamento do horizonte de governo e do aumento da taxa de desconto no tempo e ajudada pelo aumento da credibilidade nos primeiros meses, parecem perder-se a partir de maio e podem ser percebidas no confronto entre as políticas fiscal e monetária. A partir desse mês, o déficit começou a aumentar rapidamente, distanciando-se muito das metas estabelecidas no programa. Paralelamente, e em sentido contrário, o governo adotou medidas restritivas ao crédito, com elevação do depósito compulsório por meio da Instrução n. 225 da SUMOC, de 18 de maio de 1962¹⁰.

O efeito da mudança de atitude do governo em relação à estabilidade pode ser visto nos resultados das principais variáveis econômicas. Em maio, o governo ultrapassou a meta estabelecida para o déficit público e, por consequência, também a meta de crédito do Banco do Brasil ao Tesouro. Nesse mês, o crédito ao setor privado ainda permaneceu dentro dos limites estabelecidos no programa. Para Abreu (1989), a “perda de controle sobre a economia torna-se clara a partir de maio com o significativo aumento do déficit de caixa do governo gerado pelo aumento das despesas públicas e o aumento da taxa de expansão da oferta monetária”. Junho, o último mês do gabinete Tancredo Neves, marcou o abandono da política de estabilização. Nesse mês, além do aumento do déficit público – que atingiu mais do que o dobro do que havia sido estabelecido como meta anual – também foi ultrapassado o limite de crédito nominal do Banco do Brasil ao setor privado. Com isso, esvaiu-se o que restava da credibilidade do gabinete. A partir de então, Goulart começou a articular a antecipação do plebiscito sobre a

10 Monteiro (1999) utiliza o modelo de Barro (1986) para caracterizar tal fase, seguinte à tentativa de estabilização, como “randômica”, pois emite sinais contrários, com medidas pró-estabilidade logo seguidas por outras de caráter expansionista, aparentando que ela é irracional ou sem sentido. Tal modelo, entretanto, associa a condução da política econômica à credibilidade do governo, ou seja, sua capacidade de enfrentar resistências dos diferentes grupos de interesse contrários a pagar o custo da estabilização. Fonseca (2004) mostra que há inter-relação entre credibilidade e legitimidade, ou seja, que a aparente irracionalidade ou fraqueza pode ser explicada por variáveis de ordem política, as quais o próprio modelo de Barro (1986) sugere como relevantes.

permanência ou não da emenda parlamentarista e a defender a volta do parlamentarismo. Nesse momento, convidou Celso Furtado, já então o mais influente economista brasileiro da corrente estruturalista e um executivo bem-sucedido como primeiro presidente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para elaborar um plano econômico para o Brasil – cuja publicidade lembrava que só poderia ser executado se recuperasse os poderes presidenciais. Nascia, assim, o Plano Trienal para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Moreira Salles se afastou do cargo em setembro de 1962, já desgastado pelo contraste entre as medidas a que se propunha executar e o discurso presidencial e de outros membros do governo e de parlamentares de sua base de sustentação, de cunho fortemente nacionalista, respaldando a expropriação da Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul (subsidiária de empresa norte-americana) e o projeto de lei limitando a remessa de lucros ao exterior, aprovado no Senado Federal no início do mês, pouco antes da aprovação do Conselho Nacional de Reforma Agrária.

O ano de 1962 se encerrou com alta taxa de crescimento do PIB (6,6%), embora inferior à de 1961 (8,1%), inflação de 51,6% e com saldo negativo na balança comercial de 89 milhões de dólares, causado principalmente pela queda das exportações (de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 1,2 bilhão), enquanto as importações cresciam ligeiramente (de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,3 bilhão). Goulart, ao final do ano, atribuiu esse quadro de dificuldades às imposições que o Fundo Monetário Internacional (FMI) fazia às economias latino-americanas (Jornal do Comércio, 06/12/1962, p. 6), mas já antes o associara à sua falta de poderes para enfrentar os graves problemas econômicos e sociais. As apostas, então, estavam no presidencialismo.

Período presidencialista (1963-1964)

Ao recuperar os plenos poderes da presidência, em janeiro de 1963, Goulart se viu diante do imenso desafio de conquistar a confiança dos agentes econômicos em sua capacidade (e vontade) de retomar sua proposta de crescimento sem ignorar a estabilidade macroeconômica. Mais uma vez, diante da frágil estrutura das instituições econômicas do país, a tentativa de estabilização repousava em delicada arquitetura, começando pela indicação dos ministros. Goulart procurou nomear um ministério de notáveis, no qual se destacava a moderação de seus principais integrantes. O Ministério da Fazenda ficou nas mãos de San Tiago Dantas. Embora integrante da ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o novo ministro era conhecido por defender ideias ortodoxas no que dizia respeito ao combate à inflação. Na área econômica também trabalhava o “ministro sem pasta” Celso Furtado, que não tinha estreita ligação com partidos políticos. A esquerda mais radical estava representada pelo Ministro do Trabalho, Almino Afonso, e

pelo ultranacionalista João Mangabeira, responsável pelo Ministério do Interior e Justiça, indicando que Goulart não desejava se desvincular de todo de seus laços com o sindicalismo. O Ministério da Guerra continuou nas mãos do General Amauri Kruel, de tendência moderada.

As primeiras medidas da nova fase do governo Goulart estavam consignadas no Plano Trienal. Mais uma vez, contrariando o previsto nos modelos de populismo econômico, a política econômica sugeria reeditar a velha “fórmula Campos Sales-Rodrigues Alves”, lembrando o compromisso governamental com o desenvolvimento econômico, mas que o governo teria como pré-requisito a estabilidade a curto prazo, sem a qual as próprias metas de crescimento ficariam comprometidas. Assim, previa a execução de típicas políticas restritivas de programas de estabilização convencionais, como redução do déficit público, controle das emissões e restrição do crédito ao setor privado. Além disso, propunha a uniformização das taxas cambiais e sua fixação em níveis realistas. Para provar a seriedade de suas intenções, o governo estabeleceu metas fiscais e monetárias que deveriam ser cumpridas ao longo do ano. Mais uma vez, observa-se o comportamento adotado nos períodos anteriores, que consiste em anunciar fortes medidas de combate à inflação, como forma do governo dar mostras de seu compromisso com a estabilidade.

Os resultados nos primeiros meses foram razoavelmente positivos. A desvalorização cambial de abril praticamente igualou a taxa de câmbio oficial à taxa do mercado paralelo, refletindo, de certo modo, uma mudança do nível de confiança no governo. A meta para o déficit público não foi cumprida no primeiro trimestre, porque as normas de execução financeira só foram estabelecidas em março, mas já no segundo trimestre o governo conseguiu manter-se dentro do limite estabelecido. A política creditícia, apesar de não ter obedecido às metas nominais fixadas, foi contracionista, em termos reais, nos dois primeiros trimestres, em especial no primeiro, quando o crédito real encolheu quase 17%. No segundo trimestre, a redução ficou em torno de 4%. O crescimento dos preços, depois da inflação corretiva dos primeiros meses, diminuiu o ritmo em abril, sinalizando a possibilidade de sucesso do programa de estabilização.

A situação política no início do governo presidencialista de Goulart, apesar da vitória folgada no plebiscito, estava longe de ser tranquila. As posições continuavam radicalizadas e a continuidade do governo dependia da habilidade de Goulart para acalmar os ânimos dos grupos em conflito. Skidmore (1976) destaca as 2 principais correntes em litígio: a) os antigetulistas tradicionais, comandados por Carlos Lacerda; e b) a esquerda radical, comandada por Leonel Brizola. Segundo o brasilianista, a impossibilidade de uma política de compromisso se manifestava, principalmente, nas controvérsias sobre o tratamento ao capital estrangeiro e sobre a reforma agrá-

ria. Graças às ações dos 2 grupos, a ameaça de deposição do presidente rondou todo o período em que Goulart esteve no poder, vindo efetivamente a se concretizar em março de 1964. Os radicais de direita já conspiravam contra ele desde a renúncia de Jânio Quadros – ou melhor, desde quando fora ministro de Vargas. Agora, mais organizados, passaram a contar com o apoio decisivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organização criada em novembro de 1961 por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, contrária às orientações do governo Goulart. Tal apoio fortaleceu o movimento conspiratório, o qual já admitia a “utilização de métodos mais diretos” de resistência ao governo. Os radicais de esquerda, da mesma forma, trabalhavam com a possibilidade de “métodos diretos para combater os ‘golpistas’, ‘entreguistas’ e ‘reacionários’” (Skidmore, 1976). Deve-se lembrar que tal polaridade acompanhava a tendência internacional, pois, com a adesão de Cuba ao socialismo, inaugurava-se um fato sem precedentes na América Latina, trazendo para cá o foco da “Guerra Fria”.

A possibilidade iminente de um golpe, que em tese poderia vir de qualquer uma das correntes políticas em luta, contribuía para reduzir o horizonte temporal do governo e acirrar ainda mais os ânimos. Qualquer movimento de Goulart, em uma ou outra direção, poderia significar o fim do governo pela subversão da ordem constitucional por parte do grupo que estivesse sendo preterido. Tal movimento ocorreu no final de 1963, quando Goulart se alinhou à esquerda mais radical para tentar permanecer no poder e marcou uma mudança de ênfase na condução da política econômica. As dificuldades econômicas associadas aos custos do programa de estabilização se juntavam ao quadro de progressiva deterioração política para acirrar a radicalização de posições. As medidas de disciplina fiscal e monetária foram interpretadas pelos nacionalistas como exigências dos países desenvolvidos para atender aos seus interesses, às custas do sacrifício da população brasileira. A inflação corretiva que se seguiu aos reajustes da taxa de câmbio e das tarifas públicas e a política de crédito apertada deixaram o governo ainda mais vulnerável às críticas de seus opositores.

A mudança de atitude do governo em relação à estabilidade, marcando o início da fase de afrouxamento da política econômica, começou com o episódio de reajuste do funcionalismo público, em maio de 1963. Ao concordar com o reajuste de 70%, uma semana após a chegada de uma missão do FMI ao país, o governo sabia que estava colocando em risco o cumprimento do ponto central do programa de estabilização.

Entre as últimas tentativas de estabilização de curto prazo se encontrava a Instrução n. 255 da SUMOC, pela qual os bancos que ultrapassassem os limites de crédito autorizados pelo governo seriam obrigados a comprar títulos do Tesou-

ro, sem juros, com prazo de resgate de 180 dias. Essa medida foi de iniciativa de Carvalho Pinto, o segundo Ministro da Fazenda do governo Goulart. Ao se fixar no nome de um político conservador e com forte trânsito no meio empresarial paulista, Goulart tentava passar uma imagem de moderação, dando a entender que não abria mão da busca de credibilidade. Mas o novo ministro, já ao assumir, deixou claro que sua política alteraria a prioridade na estabilização; esta, embora devesse ser perseguida, teria de ser compatibilizada com a busca pelo crescimento – não a longo prazo, mas imediatamente. Tal opção se deve, em boa medida, à pressão social, pois o desemprego e a queda dos salários reais acompanhavam o processo inflacionário e de baixo crescimento.

Em agosto, a revista *Business Week* informava que Goulart abandonara a política de combate à inflação¹¹. O terceiro Ministro da Fazenda, Nei Galvão, com respaldo do presidente e dos demais ministros começavam a dar ênfase às reformas de base. Tratava-se de um conjunto de reformas de cunho social, dentre as quais a agrária, a tributária (impostos progressivos), a bancária, a educacional (alfabetização em massa), a eleitoral (voto aos analfabetos), a política, a administrativa etc.¹². A Lei de Remessa de Lucros, ao representar imposição ao capital estrangeiro, carreava o descontentamento desse setor junto aos demais que se sentiam prejudicados com as reformas, principalmente os proprietários de terras, cuja expropriação deveria ser paga em títulos públicos e não em dinheiro, como estrategicamente rezava a Constituição de 1946. A decisão de Goulart de começar as reformas por meio de mobilização popular em grandes comícios, já que previa que elas não teriam respaldo no Congresso Nacional, afastou-o de vez do centro do espectro político, precipitando sua deposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que as diferentes interpretações acerca dos governos em tela ensejam profundas controvérsias entre os analistas que se dispuseram a analisar esse conturbado período da história brasileira. Diversos são os autores que corroboram a visão largamente difundida, e em geral associada ao *mains-tream*, de que Vargas e Goulart repisaram o que se convencionou definir genericamente como populismo. Outros, de modo diametralmente oposto, identificam

11 No início de julho de 1963, registra-se o fato simbólico de que setores influentes da sociedade brasileira optavam por não mais compactuar com Goulart: Roberto Campos, embaixador brasileiro nos EUA, pedia exoneração do cargo por considerar “totalmente perdidas as possibilidades de crédito do Brasil, depois da alteração ministerial feita para mudar a política de recuperação financeira” (Fonseca & Monteiro, 2005, p. 239).

12 Sobre as reformas de base e a lei de remessa de lucros, ver Moreira (2011) e Loureiro (2012).

nos breves recuos estratégicos no início dos respectivos mandatos sinais inequívocos de que a política econômica do SGV foi ortodoxa e conservadora e a do governo Goulart foi errática e inconsistente.

Em consonância com a argumentação desenvolvida ao longo deste artigo, a análise das medidas adotadas tanto por Vargas (entre 1951 e 1954) quanto por Goulart (1961-1964) permitem identificá-las como típicas políticas de cunho nacional-desenvolvimentista. Inicialmente, afasta-se com segurança a hipótese do populismo em ambas. Este exige um ciclo que deve ter início com a expansão da demanda agregada e propostas redistributivas, o que levaria a um crescimento fugaz, resultando em profunda crise. Ocorre que tal fase não só não ocorreu nos dois governos como se observou o oposto: ambos começaram com propostas de austeridade e assumiram a necessidade de estabilização (e Goulart por duas vezes, já que a repete quando recupera os poderes do presidencialismo, no início de 1963).

Os modelos de populismo econômico também exigem que a crise, ao final do ciclo, seja decorrente da própria política econômica implementada: o desfecho perverso é a principal crítica dos modelos ao populismo econômico. Todavia, em ambos, como tudo sugere, as dificuldades ao final dos respectivos períodos se deveram mais a conflitos políticos ou estruturais. No caso de Vargas, a situação legada ao seu sucessor foi bem melhor do que encontrara no início de seu governo. Apenas a título de exemplo: no ano seguinte a seu governo, 1955, o PIB cresceu 8,8% e posteriormente mais ainda, impulsionado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Por outro lado, o saldo da balança comercial melhorou, consequência almejada pela Instrução n. 70 da SUMOC, e a inflação se manteve baixa para o padrão da época (11,8%). Assim, para o caso do SGV nem a primeira fase nem a última preenchem os quesitos dos modelos de populismo econômico: ao contrário, ocorre exatamente o oposto. Já no governo Goulart, a conjuntura se mostra mais complexa, mas dificilmente sua política econômica instrumental pode ser responsabilizada por toda a extensão da crise econômica, pois esta começou pelo menos três anos do início de seu governo.

Para concluir, deve-se ter presente que, ao mostrar que nos dois governos não se verifica populismo econômico, tal interpretação não pode ser lida como se as ações executadas e/ou propostas por eles não tenham contribuído para o desfecho problemático de ambos. Deve-se, mais uma vez, repisar que a política econômica não se restringe às políticas-meio ou instrumentais. Nos dois casos, as crises políticas se devem não propriamente à condução da política econômica instrumental, que é a enfocada nas teorizações sobre populismo econômico, mas às políticas-fins e às políticas institucionais, marcadamente aquelas de cunho nacionalista ou trabalhista. São os casos das resistências à criação das estatais, às nacionaliza-

ções e à legislação trabalhista, por Getúlio Vargas, e às reformas de base de João Goulart. Estas dizem mais respeito ao caráter nacional-desenvolvimentista ou à ideologia trabalhista que ambos compartilhavam do que propriamente à pretensa condução populista dos instrumentos macroeconômicos.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. P. (1989). *A Ordem Do Progresso; Cem Anos de Política Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus.
- Ayres, L. S., & Fonseca, P. C. D. (2017). Liberalismo ou desenvolvimentismo associado? Uma interpretação da política econômica do governo Dutra (1946-1951). *Revista Análise Econômica*, 35(68), 209-232.
- Barro, R. (1986). Reputation in a model of monetary policy with incomplete information. *Journal of Monetary Economics*, 17(1), 3-20.
- Bastos, P. P. Z. (2004). O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). *História Econômica e História das Empresas*, 7(1), 99-135.
- Bastos, P. P. Z. (2009). *Qual o projeto econômico Vargasista?* (Texto para Discussão n. 161). Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- Bresser-Pereira, L. C. (1991). *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel.
- Canitrot, A. (1991). La Experiência Populista de Distribución de Ingresos. *Desarrollo Económico*, 15(59), pp. 331-351.
- Cardoso, F. H., & Faletto, E. (1977). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.
- D'Araújo, M. C. (1982). *O segundo governo Vargas, 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Díaz-Alejandro, C. F. (1991). Southern Cone stabilization programs. In W. Cline, & S. Weintraub (Eds.), *Economic stabilization in developing countries*. Washington: The Brooking Institution.
- Dornbusch, R., & Edwards, S. (1991). *The macroeconomics of populism in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Dosman, E. J. (2011). *Raúl Prebisch (1901-1986). A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Draibe, S. (1985). *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ferrari, A. (2008). *El peronismo: un fenómeno argentino. Una interpretación de la política económica argentina, 1946-1955*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

- Ferreira, J. (1997). *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Ferreira, J. (Org.). (2001). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ferreira, J. (2005). *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fonseca, P. C. D. (1989). *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense.
- Fonseca, P. C. D. (2004). Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. *Revista Estudos Econômicos*, 34(3), 587-622.
- Fonseca, P. C. D. (2010). Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*, 14, 19-58.
- Fonseca, P. C. D. (2011). O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, 31, pp. 56-76.
- Fonseca, P. C. D. (2015). Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In R. Dathein (Org.), *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas* (pp. 13-71). Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Fonseca, P. C. D., & Haines, A. F. (2012). Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón. *Economia e Sociedade*, 21(Esp.), pp. 1043-1074.
- Fonseca, P. C. D., Monteiro, S. M. M. Credibilidade e Populismo: a Política Econômica dos Governos Vargas e Goulart. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 59, abr./jun. 2005, pp. 215-243.
- Furtado, C. (1968). *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.
- Gomes, A. C. (2005). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Gomes, A. C. (2006). Memórias em disputa: Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores? In M. M. Ferreira (Org.), *João Goulart: entre a memória e a história* (pp. 31-56). Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Ianni, O. (1986). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2003). *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro.
- Jornal do Comércio. Porto Alegre, 1961-64 (diversos números).
- Lessa, C. F. T. M. R. (1982). *Quinze anos de política econômica*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Lessa, C. F. T. M. R., & Fiori, J. L. (1984). Houve uma política nacional-populista? In *Anais do 12o Encontro Nacional de Economia*, São Paulo.
- Lima, M. C. (Org.). (2013). *Os boêmios cívicos*. A assessoria econômico-política de Vargas (1951-54). Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado.

- Loureiro, F. P. (2012). *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Monteiro, S. M. M. (1999). *Política econômica e credibilidade: Uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Moreira, C. S. (2011). *O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- O'Donnell, G. (1991). Estado y Alianzas de Clase en Argentina, 1956-1976. *Desarrollo Económico*, 16(64), pp. 523-554.
- Prebisch, R. (1961). El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria. *Boletín Económico de América Latina*, 6(1), pp. 1-26.
- Sachs, J. D. (1991). Social conflict and populist policies in Latin America. In R. Brunette, & C. Delaringa (Eds.), *Labor relations and economic performance*. London: MacMillan Press.
- Santos, W. G. (1986). *Sessenta e Quatro: Anatomia da crise*. São Paulo: Vértice.
- Saretta, F. (2000). *Política econômica brasileira*. Araraquara: Editora da Unesp.
- Silva, C. F. (2008). *Populismo no Brasil na década de 1930: uma aplicação à teoria dos jogos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Skidmore, T. (1976). *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tavares, M. C. (1972). Auge e declínio da substituição de importações. In: TAVARES, M. C. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Tavares, M. C.; Serra, J. (1972). Mais além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. In: Tavares, M. C. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar
- Vianna, S. B. (1989). *A política econômica no segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro, RJ: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- Weffort, F. (2003). *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Saraiva.
- Wells, J. R. (1977). Growth and fluctuations in the Brazilian manufacturing sector during the 1960's and early 1970's. (Tese de Doutorado). Universidade de Cambridge.

Capítulo 6

Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo¹

Fernando Perlatto

No Brasil, a produção historiográfica tem crescido e se expandido de modo considerável nos últimos anos. A consolidação do sistema de pós-graduação e a ampliação do número de programas de Mestrado e Doutorado têm resultado em uma produção intelectual diversificada, que abrange os mais variados temas e objetos de pesquisa. Em meio a essa profusão de investigações desenvolvidas nas últimas décadas, pode-se identificar alguns historiadores cujas obras já se tornaram verdadeiros “clássicos”. Aqui, adoto o termo “clássico” para me referir a produções intelectuais que se converteram em referências incontornáveis para a abordagem de determinadas temáticas. Concorde-se ou não com os argumentos defendidos por tais pesquisadores, as reflexões por eles desenvolvidas se tornaram basilares para a discussão de certas problemáticas da historiografia brasileira.

Uma historiadora que desenvolveu trabalhos “clássicos” no Brasil sobre determinadas temáticas é Angela de Castro Gomes. Embora, ao longo de sua trajetória intelectual, ela venha trabalhando com objetos de investigação diversos, tornando-se referência central em diferentes áreas da pesquisa – destaque, por exemplo, suas produções em torno do pensamento social brasileiro e dos intelectuais (Gomes, 1999; Gomes & Hansen, 2016), da Primeira República (M. M. Ferreira & Gomes, 1989; Mourão & Gomes, 2014), da historiografia (Gomes, 1996b, 2009b), da história oral (Gomes, 2014a), da escrita epistolar (Gomes, 2004, 2005; Gomes & Schmidt, 2009), da imigração (Gomes, 2000; Gomes & Mauad, 2006), da Justiça do Trabalho (Gomes & Pessanha, 2010; Gomes & Silva, 2013) e do trabalho análogo à escravidão (Gomes, 2008b; Gomes, 2012) –, vale deixar patente que

1 Artigo publicado anteriormente na revista CONHECER: Debate entre o público e o privado, v.10, n.24 (2020).

ela é autora de uma obra que se tornou um “clássico” da produção historiográfica brasileira: *A invenção do trabalhismo* (Gomes, 1988a). Esse estudo e outros escritos subsequentes, que contêm desdobramentos das reflexões desenvolvidas na obra seminal, converteram-se em abordagens *sine qua non* para pensar a eficácia explicativa de uma categoria que ganhou amplo espaço no debate acadêmico das ciências humanas, de modo geral, e da historiografia brasileira, em particular, a saber: o *populismo*.

Ainda que o debate sobre esse conceito tenha se ampliado e se diversificado ao longo dos últimos anos (Perlatto, 2018; Perlatto & Chaves, 2016) – e, em tempos recentes, tenha reaparecido com maior destaque, em decorrência da ascensão de governos de direita que vêm sendo chamados de “populistas”, a exemplo de Donald Trump, nos Estados Unidos da América (EUA), Viktor Orbán, na Hungria, e Jair Bolsonaro, no Brasil –, não restam dúvidas de que as formulações de Angela de Castro Gomes sobre o populismo ainda são referências centrais para a discussão crítica desse conceito. Ao lado de outras publicações importantes, seus estudos foram cruciais tanto para a problematização de análises simplistas e maniqueístas da ideia de populismo quanto para a proposição de uma interpretação mais complexa da relação entre Estado e classe trabalhadora no Brasil.

Neste artigo, reflito sobre as formulações críticas de Angela de Castro Gomes em torno do conceito de populismo, assumindo como objeto de análise sua trajetória intelectual. Além de pensar de que maneira seu percurso profissional e institucional possibilita refletir de modo mais amplo sobre o desenvolvimento de suas formulações críticas relacionadas à temática do populismo, tenho interesse em discutir as principais objeções da autora a esse conceito, destacando especialmente suas críticas às formulações sobre o tema elaboradas pelo cientista político Francisco Weffort.

Parto do pressuposto de que acompanhar o percurso intelectual de Angela de Castro Gomes e suas análises críticas referentes ao conceito de populismo implica refletir sobre suas vinculações institucionais como aluna, professora e pesquisadora em espaços como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). A análise dessa trajetória institucional possibilita pensar sobre a maneira pela qual as experiências de sociabilidade e de intercâmbio de ideias em instituições intelectuais importam na formulação de interpretações acadêmicas. Além disso, esse tipo de abordagem proposta, preocupada em inquirir historicamente os rumos de um conceito como populismo, abre caminhos para uma compreensão mais alargada das transformações intelectuais e institucionais que ocorreram no campo acadêmico das ciências

humanas, de modo geral, e da historiografia brasileira, em particular, ao longo das últimas décadas.

Para realizar essa reflexão, o artigo se divide em duas partes. Em um primeiro momento, buscarei refletir sobre a trajetória intelectual de Angela de Castro Gomes, procurando destacar de que modo os ambientes institucionais pelos quais ela transitou foram fundamentais para o desenvolvimento de suas reflexões críticas sobre o conceito de populismo e para uma formulação mais complexa sobre as relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil. Na segunda parte, meu interesse é analisar de modo mais substantivo algumas das contribuições de Angela para esse debate, dedicando maior atenção às suas produções intelectuais sobre a temática, que vão desde sua tese de doutorado (Gomes, 1987) até trabalhos mais recentes (Gomes, 2019). Analisar a trajetória institucional de Angela e os percursos do conceito de populismo possibilita compreender não apenas a obra de uma intelectual cujo trabalho se tornou “clássico”, mas discutir as transformações de importantes espaços institucionais da produção historiográfica no Brasil ao longo das últimas décadas.

As instituições importam: IUPERJ, CPDOC e UFF

Pode-se dizer, sem quaisquer exageros retóricos, que *A invenção do trabalhismo* é um dos livros mais importantes e influentes já produzidos na historiografia brasileira sobre a história política republicana. A obra é o resultado de sua tese de doutorado (Gomes, 1987), defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ. Angela de Castro Gomes já havia realizado seu mestrado na instituição, concluindo sua dissertação (Gomes, 1978) sob a orientação de Renato Raul Boschí, que resultou no livro *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)* (Gomes, 1979), publicado pela recém-inaugurada Editora Campus em uma coleção dirigida por Wanderley Guilherme dos Santos, que posteriormente se tornaria o orientador de sua tese de doutorado.

A devida compreensão das formulações contidas em *A invenção do trabalhismo* passa pelo entendimento do ambiente institucional das ciências sociais no qual essa produção intelectual foi realizada. Como destacado pela própria Angela de Castro Gomes, o IUPERJ, do qual foi aluna entre 1974 e 1987, proporcionou a ela, além da orientação de Renato Raul Boschi e Wanderley Guilherme dos Santos, leituras de textos clássicos das ciências sociais e do pensamento social brasileiro, além do contato com autores da ciência política norte-americana, como Robert Dahl e Mancur Olson. Soma-se a isso a possibilidade da interlocução com professores diversos, como Cesar Guimarães, Carlos Hasenbalg, Edmundo Campos Coelho, Luiz Antonio Machado, Luiz Werneck Vianna, Amaury de Souza e

José Murilo de Carvalho, tendo estes três últimos participado da banca de defesa da tese que deu origem ao livro, que também contou com as presenças de Boris Fausto e Leôncio Martins Rodrigues. O que é interessante perceber em seus depoimentos é de que maneira Angela sempre destaca a importância da *formação interdisciplinar* obtida no IUPERJ para a produção das obras *Burguesia e trabalho* e *A invenção do trabalhismo*, que se tornaria a primeira tese a ser defendida no programa de doutorado da instituição (Gomes, 2002)².

Além desse ambiente intelectual interdisciplinar do IUPERJ, é fundamental chamar atenção para o fato de que as reflexões contidas em *A invenção do trabalhismo* dialogam com duas agendas de pesquisa que ganharam enorme destaque na produção dos cientistas sociais brasileiros nas décadas de 1970 e 1980: a) o autoritarismo; e b) a cidadania. Nos anos 1970, no contexto de vigência da ditadura inaugurada em 1964, o tema do autoritarismo passou a receber uma atenção mais destacada por parte das ciências sociais. Decifrar o passado autoritário do país, a partir do desenvolvimento de pesquisas históricas, era uma forma de compreender o presente e interpretar o novo período autoritário atravessado na década de 1970. A Revolução de 1930, em particular, tornou-se um momento histórico importante a ser decifrado e compreendido de modo mais complexo, com o intuito de analisar as particularidades e as contradições de nosso processo de modernização conservadora.

Essa agenda de pesquisa preocupada com a temática do autoritarismo pode ser verificada em diferentes trabalhos produzidos naquele contexto, a exemplo do artigo “A economia brasileira: crítica à razão dualista” (F. M. C. Oliveira, 1972) e dos livros *São Paulo e o Estado nacional* (Schwartzman, 1975), *Capitalismo e tradicionalismo* (J. S. Martins, 1975), *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 1975), *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Vianna, 1976), *Capitalismo autoritário e campesinato* (O. G. Velho, 1976) e *Ordem burguesa e liberalismo político no Brasil* (Santos, 1978)³. Apesar das particularidades dessas obras, elas compartilhavam

2 A questão da interdisciplinaridade e da abertura para outras disciplinas já estava presente nas preocupações de Angela de Castro Gomes desde seu curso de Graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), como destacado por ela em seu Memorial: “o curso era bom, mas como estive na História entre os anos que vão de 1966 a 1969, aprendia-se muito na sala de aula, e mais ainda fora da sala de aula, especialmente no Diretório Acadêmico, onde textos diversos eram lidos e debatidos. *Eu logo fiquei convencida da fluidez entre as fronteiras disciplinares na área das ciências sociais*, pois enfrentávamos uma literatura diversificada, quase sempre sem orientação docente” (Gomes, 1995, p. 2).

3 Além dessas obras publicadas, também vale destacar a importância de teses de doutorado defendidas nesse contexto abordando a temática do autoritarismo, a exemplo de *Politique et Développement Économique: structure de Pouvoir et Système de Décision au Brésil (1930-1964)* (L. Martins, 1973) e *The agrarian roots of conservative modernization* (Reis, 1980).

a crítica às explicações “dualistas” que até então desfrutavam de hegemonia nas interpretações sobre a modernização brasileira, desenvolvidas principalmente no âmbito de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Partido Comunista do Brasil (PCB). O objetivo principal era evidenciar que, ao invés de uma contraposição, o que ocorreu foi uma coalizão e uma articulação entre as elites modernas e tradicionais nos anos 1930, no processo de consolidação e expansão do capitalismo no país.

Dentre as obras publicadas nos anos 1970 interessadas em analisar o autoritarismo no Brasil e a modernização conservadora, enfatizo especialmente o livro *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Vianna, 1976), na medida em que ele aborda alguns tópicos que também serão explorados por Angela de Castro Gomes em *A invenção do trabalhismo*, em especial as relações entre Estado e classe trabalhadora no processo de consolidação e de expansão do capitalismo no país. Vale destacar que, a despeito do fato de esse livro de Luiz Werneck Vianna ser o resultado de uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação de Francisco Weffort, nele já é possível identificar o tensionamento com algumas das formulações mais clássicas sobre o populismo elaboradas pelo autor, sobretudo aquelas ancoradas em uma interpretação excessivamente negativa da experiência varguista, que identificava nela apenas elementos de autoritarismo, coerção e manipulação. Posteriormente, esses aspectos foram explorados e sistematizados por outros autores, com destaque para Angela de Castro Gomes.

Embora chamasse atenção para o caráter regressivo do sindicalismo corporativista varguista na construção de relações entre o Estado e as associações dos trabalhadores, Luiz Werneck Vianna (1976) apontava seu papel decisivo no processo de publicização das relações trabalhistas, regulamentando áreas antes pertencentes à esfera privada, até então descobertas pelo ordenamento jurídico. Dessa forma, não obstante reconhecesse o caráter recessivo do varguismo – principalmente por representar a conformação de um processo de incorporação social controlada, que interrompeu o movimento de constituição de uma identidade autônoma das classes subalternas, que vinha se construindo durante a Primeira República e que se acelerou nos anos 1920 –, a publicização promovida pela legislação varguista teria contribuído decisivamente para conter a ação do mercado sobre a força de trabalho, fazendo com que a comunicação entre capital e trabalho passasse a se dar pela intermediação do direito, um meio público, e não pelos recursos privados detidos por empresários e operários. A ordenação corporativa teria se constituído, por conseguinte, como uma construção complexa, na qual teriam sido combinados elementos destinados a exercer a coerção – principalmente por meio da busca do controle sobre os sindicatos – com elementos voltados à

produção do consenso, sobretudo por meio de mecanismos direcionados à proteção social do trabalhador (Vianna, 1976).

Já no final dos anos 1970 e na década de 1980, a temática da cidadania no Brasil – que é um dos eixos centrais da reflexão proposta por Angela de Castro Gomes em *A invenção do trabalhismo* – foi outra agenda que passou a adquirir um protagonismo mais significativo na produção dos cientistas sociais, sob enorme influência do papel desempenhado pelos movimentos sociais, em especial pelos sindicatos, na luta pela redemocratização do país. O conceito de cidadania começou a aparecer de modo mais explícito na bibliografia, como já se anunciava a partir do trabalho seminal de Wanderley Guilherme dos Santos (1979), *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*, no qual o autor desenvolveu o influente conceito de “cidadania regulada”. Essa obra, especialmente, exerceu forte influência sobre as reflexões que Angela de Castro Gomes desenvolveu posteriormente em *A invenção do trabalhismo*, sobretudo por dar destaque à centralidade da política social e dos direitos trabalhistas na conformação da cidadania no Brasil.

Vale notar que a tese de Angela de Castro Gomes também dialoga com um “clima” intelectual e político do final da década de 1970 e dos anos 1980, *Quando novos personagens entraram em cena* (Sader, 1988). Nesse contexto, marcado pelo surgimento do chamado “novo sindicalismo” e o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), vários cientistas sociais direcionaram suas agendas a questões relativas à questão da cidadania, às reivindicações em torno dos direitos sociais e ao tema da participação política dos trabalhadores, do que são modelares obras como *Por um novo sindicalismo* (Antunes, 1980), *O ABC da classe operária* (Ianni, 1980), *São Paulo: o povo em movimento* (Caldeira & Brant, 1980), *A classe operária e a abertura* (Vianna, 1983), *A luta dos loteamentos* (Silva, 1986) e *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”* (Lopes, 1986).

Nesse contexto, a produção intelectual sobre a relação entre Estado e classe trabalhadora no Brasil, de Francisco Weffort, exercia enorme influência sobre as reflexões dos cientistas sociais. Suas formulações, desenvolvidas no âmbito do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), ancoravam-se na denúncia das relações heterônomas historicamente estabelecidas entre Estado e sindicatos no país e tinham como corolário a defesa da autonomia dos movimentos sociais em relação às agências estatais e a crítica às alianças pluriclassistas estabelecidas em torno do Estado, que impediam a conformação de uma verdadeira identidade de classe por parte dos trabalhadores (Gomes, 2001a). De acordo com Weffort, que atuou como Secretário-Geral do PT entre 1984 e 1988, a estratégia

a ser adotada pelas forças progressistas – e o PT seria a organização política vocacionada para esse projeto – deveria ancorar-se na defesa de uma postura de autonomia dos trabalhadores, de modo a romper com a lógica nacional-desenvolvimentista dos governos populistas e com seus mecanismos de cooptação política, responsáveis pela manutenção das relações de sobreposição do Estado sobre a sociedade civil⁴.

Ao abordar de forma transversal temáticas como autoritarismo, direitos sociais e cidadania, a obra *A invenção do trabalhismo* pode ser vista como uma produção vinculada ao ambiente intelectual e político da época, na medida em que se interessa diretamente em refletir sobre a participação política dos trabalhadores. Soma-se ao ambiente institucional do IUPERJ e ao diálogo com a produção intelectual dos cientistas sociais naquela conjuntura o fato de que, como destacado por Angela de Castro Gomes na “Apresentação” da primeira edição do livro, durante os anos de elaboração de sua tese, a autora teve a oportunidade de discutir os resultados preliminares de sua pesquisa no Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro, criado no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). A experiência nesse espaço institucional abriu possibilidades para uma reflexão mais ampla sobre intelectuais autoritários como Oliveira Vianna e Alberto Torres – autores que também vinham sendo estudados de modo mais sistemático por cientistas sociais, sendo exemplar a obra *Ordem burguesa e liberalismo político no Brasil* (Santos, 1978) –, reflexão esta que teria enorme importância para suas análises sobre as particularidades do autoritarismo no Brasil nos anos 1930.

Além de sua formação no IUPERJ e do diálogo com o campo intelectual das ciências sociais *stricto sensu*, outro espaço importante que teve influência decisiva nas reflexões críticas ao conceito de populismo que Angela de Castro Gomes desenvolveria em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores foi o CPDOC, instituição na qual a autora ingressou como pesquisadora em 1976. O CPDOC foi criado em 25 de junho de 1973, no âmbito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por Celina Vargas do Amaral Peixoto – neta do presidente Getúlio Vargas – com o apoio de outras pesquisadoras, como Aspásia Camargo e Alzira Abreu, constituindo-se como um centro de pesquisa, documentação e preservação da memória. Posteriormente, a instituição incorporou outras profissionais de perfil interdisciplinar, como a própria Angela de Castro Gomes, Lucia Lippi Oliveira, Helena Bomeny, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Celina Soares D’Araújo e Monica Pimenta Veloso, ampliando suas atividades de pesquisa e de formação

4 Para uma análise sobre as relações do conceito de populismo com a formação do PT e de suas transformações nos anos posteriores ver Perlatto (2016, 2019).

ao longo dos anos, com suporte direto de agências e fundações de pesquisa como a Fundação Ford e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Como destacado por Helena Bomeny (2013, p. 90), a história política foi escolhida como “eixo central em torno do qual grande parte das atividades ali ensaiadas ganhava musculatura, continuidade e sistematização”. Além do arquivo de Getúlio Vargas, o CPDOC recebeu e incorporou ao longo dos anos outros acervos privados de lideranças políticas e intelectuais, como Oswaldo Aranha, Cordeiro de Farias, Gustavo Capanema, Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães, abrindo possibilidades para a construção de agendas de pesquisa voltadas ao estudo das elites políticas regionais e nacionais⁵ e ao desenvolvimento de investigações sobre a história mais recente do Brasil⁶. As escolhas dessas agendas de trabalho acabaram por gerar desconfiança por parte de alguns dos historiadores e cientistas sociais que, de um lado, não viam com bons olhos pesquisas sendo desenvolvidas sobre períodos mais contemporâneos da história do país – na medida em que o estudo sobre o período pós-1930 poderia levar à perda de uma suposta “neutralidade” do historiador –, e, de outro, não encaravam positivamente investigações desenvolvidas sobre as elites políticas e intelectuais em um país tão desigual como o Brasil, como se a escolha dessa agenda de pesquisa significasse referendar os pontos de vista dessas mesmas elites.

Além da ênfase na história política, da abertura da legitimidade para o estudo da história mais recente e da possibilidade de ter contato com acervos das elites políticas e intelectuais da Era Vargas, vale destacar duas outras características do CPDOC que contribuíram para a criação de um ambiente intelectual propício para as formulações críticas sobre o populismo que Angela de Castro Gomes desenvolveria em *A invenção do trabalhismo*. Em primeiro lugar, é importante chamar atenção para o fato do CPDOC, assim como o IUPERJ, ter se constituído como uma instituição intrinsecamente interdisciplinar. Gilberto Velho (2003, p. 17) enfatiza a orientação interdisciplinar desse centro, com suas agendas de pesquisa ancoradas em “metodologias integradoras de diferentes tradições disciplinares”. Como ressaltado pelo autor, “as diferentes perspectivas e tradições disciplinares se cruzam e se complementam diante de objetos de pesquisa complexos que requerem esses múltiplos olhares, pontos de vista e estratégias” (G. Velho, 2003, p. 19). Para Luciana Heymann (2016, p. 543), “a articulação entre historiadores,

5 A própria Angela de Castro Gomes (1980) organizou um livro sobre elites regionais, intitulado *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 1930*, contendo artigos de Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho, Dulce Pandolfi, Maria Helena de Magalhães Castro, Helena Bomeny e Lúcia Lahmeyer Lobo.

6 O CPDOC desempenhou papel fundamental para a consolidação da *história do tempo presente* como campo legítimo de pesquisa no Brasil. Sobre o tema ver M. M. Ferreira (2018).

sociólogos, cientistas políticos e antropólogos deu uma feição única à produção acadêmica e ao *éthos* institucional, marcando profundamente muitas trajetórias e projetos”. As próprias agendas de pesquisa que se converteram como prioritárias das investigações dos professores associados ao CPDOC – como a história política e o pensamento social brasileiro – tinham a marca identitária da interdisciplinaridade e do diálogo entre história e ciências sociais.

Em segundo lugar, o CPDOC foi uma instituição pioneira no desenvolvimento da metodologia da chamada *história oral*. Conquanto as primeiras experiências no campo da história oral datem de meados dos anos 1970, a partir de cursos oferecidos na FGV por especialistas norte-americanos e mexicanos patrocinados pela Fundação Ford, ela passou a ganhar maior difusão e legitimidade nos anos 1980 e 1990, muito em decorrência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do CPDOC. Apesar dos preconceitos inicialmente existentes em relação aos depoimentos orais como fontes de pesquisa, gradativamente esse campo foi se ampliando e se consolidando, sobretudo a partir da criação, em 1994, da Associação Brasileira de História (ABO)⁷. Como destacado por Angela de Castro Gomes, a experiência com a metodologia da história oral aprendida no CPDOC – “como organizar roteiros, ter um projeto, contatar o depoente, fazer esse tipo de coisa” (Gomes, 2009a, p. 334) –, com a qual já havia tido contato mais sistemático quando entrevistou deputados constituintes de 1933 e 1934 para a elaboração do livro *Regionalismo e centralização política* (Gomes, 1980), foi fundamental para as pesquisas com antigos militantes realizadas durante a elaboração de sua tese de doutorado. Esses depoimentos abriram novas possibilidades para uma reflexão mais renovada sobre as relações entre os trabalhadores e o Estado varguista⁸.

Um aspecto fundamental a destacar em relação ao CPDOC é que ele foi se constituindo nos anos 1970 e 1980 como espaço central para o desenvolvimento de pesquisas que buscavam pensar os anos 1930 e a Era Vargas de modo mais complexo, preocupando-se não apenas com as questões vinculadas à política, mas também com aspectos relacionados à cultura. Nesse sentido, diversos estudos foram produzidos para analisar não apenas os aspectos repressivos do varguismo, mas também de que maneira ele construiu consensos e obteve legitimidade entre amplos setores da população, mobilizando para tanto elementos simbólicos e instrumentos do aparelho cultural. A título de exemplo dessa agenda de pesquisa mais renovada sobre a Era Vargas, vale mencionar o Seminário

7 Sobre a história oral no Brasil ver, entre outros M. M. Ferreira (2002) e Gomes (2014a).

8 No mesmo ano em que lançou *A invenção do trabalhismo*, Angela de Castro Gomes (1988b) também publicou, pela Editora Zahar, o livro *Velhos militantes: depoimentos*, com declarações de trabalhadores ativistas entre 1910 e 1950.

Internacional promovido pela instituição em 1980 sobre os 50 anos da Revolução de 1930, que reuniu pesquisadores de diversas instituições, resultando na publicação, em 1983, pela Ed. UnB, de um livro de 772 páginas, intitulado *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*⁹. Também se destaca a publicação pela Editora Zahar do livro *Estado Novo: ideologia e poder* (L. L. Oliveira, Velloso, & Gomes, 1982), no qual as autoras discutem aspectos diversos do Estado Novo¹⁰. Nos anos seguintes da década de 1980, outros trabalhos seriam publicados – a exemplo de *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro* (Gomes & D’Araujo, 1987) –, evidenciando a importância do CPDOC como ambiente intelectual propício para uma compreensão mais complexa e diversificada da Era Vargas.

Além do IUPERJ e do CPDOC, outra instituição fundamental para a compreensão das reflexões desenvolvidas por Angela de Castro Gomes foi o Departamento de História da UFF. Ainda que tenha ingressado na instituição em 1984, como professora do Departamento de Ciências Sociais, tendo se transferido para o Departamento de História apenas em 1987, foi no âmbito dessa instituição que Angela desenvolveu uma parte significativa de suas reflexões críticas sobre o populismo. Em relação a esse aspecto, pode-se compreender muitas das formulações da obra *A invenção do trabalhismo* em diálogo com diversos trabalhos historiográficos produzidos naquela conjuntura dos anos 1970 e 1980, que tinham em comum uma forte interlocução com o movimento intelectual de renovação historiográfica do período, marcado pela crítica aos modelos de explicação estruturalistas, totalizadores e quantitativistas, pela centralidade conferida aos indivíduos e à dimensão da agência, pelo maior interesse em questões ligadas à cultura e por um novo olhar lançado aos setores subalternos, a partir da “história vista de baixo”¹¹.

9 De acordo com Helena Bomeny (2013, p. 96-97), 3 exposições importantes foram realizadas no início dos anos 1980 com base em arquivos do CPDOC: a mostra realizada na Galeria de Fotografia da Funarte em 1980, cujo catálogo foi publicado pela Editora Nova Fronteira com o título *A Revolução de 30 e seus antecedentes* (Fundação Getúlio Vargas, 1980); a exposição *Revolução de 32: A Fotografia e a Política*, ocorrida em 1982, na Galeria de Fotografia da Funarte; e uma exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), em 1983.

10 Como destacado por Angela de Castro Gomes em entrevista: “Trabalhávamos juntas [Lúcia Lippi Oliveira, Monica Pimenta Veloso e Angela de Castro Gomes], inclusive na mesma sala. Lúcia e eu éramos doutorandas e Mônica, mestranda. Reunimos capítulos de nossos trabalhos que estavam em construção e montamos um livro. Nós todas estávamos trabalhando de alguma maneira com o Estado Novo” (L. L. Oliveira, Velloso, & Gomes, 1982, p. 336).

11 Esse movimento de renovação historiográfica teve um impacto particularmente forte so-

A *invenção do trabalhismo*, nessa perspectiva, pode ser interpretado como um estudo exemplar das mudanças ocorridas na historiografia brasileira dos anos 1980, caracterizadas pela valorização do “paradigma da agência” (Chalhoub & Silva, 2009) e pela atenção que passaram a ganhar nas pesquisas os chamados “excluídos da história” – para dialogar com o título do livro de Michelle Perrot, que exercerá forte influência sobre os historiadores do período. Instituições como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a UFF, em especial, que expandiram e consolidaram seus sistemas de pós-graduação na década de 1980, constituíram-se como espaços centrais dessas novas agendas de investigações, com pesquisas voltadas à chamada “história vista de baixo” – em especial, os escravos, os libertos e os trabalhadores urbanos –, a partir de um diálogo direto com a historiografia internacional interessada em problematizar os modelos de explicação totalizantes e em valorizar as dimensões da ação dos sujeitos históricos¹². Um dos autores de maior referência nesse movimento de renovação historiográfica foi Edward P. Thompson, cujas reflexões – sobretudo aquelas desenvolvidas em *A formação da classe operária inglesa* (Thompson, 1987) – tiveram influência destacada nas interpretações críticas desenvolvidas por Angela de Castro Gomes em relação ao populismo em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores¹³.

Nos anos seguintes à finalização de sua tese de doutorado, Angela de Castro Gomes escreveria outros textos essenciais à crítica ao populismo, em interlocução direta com colegas do Departamento de História da UFF. Exemplar nesse sentido

bre as pesquisas de história política desenvolvidas no Brasil, como destacado por Angela de Castro Gomes (1996a).

12 A dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Sidney Chaloub – *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque* (Chaloub, 1984) e *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte* (Chaloub, 1989) –, defendidas, respectivamente, na UFF e na Unicamp são dois estudos exemplares dessa nova agenda de pesquisa da historiografia brasileira dos anos 1980.

13 Sobre a influência de Thompson, vale a leitura de trechos da entrevista de Angela de Castro Gomes: “A sorte que eu dei foi que, justamente nesse momento, o livro do Thompson chegou no Brasil; era difícil, estava em inglês, mas chegou. Aí eu fiz um curso com o Amaury de Souza, que era eu, a Maria Celina d’Araújo e ele. Era um curso especial, só para ler o Thompson” (Gomes, 2009a, p. 331); “Eu entrei no doutorado em 81; isso foi em 82. Mas o Thompson apareceu pouco na tese, porque não era fácil de incorporar” (Gomes, 2009a, p. 331). “Eu fiquei efetivamente convencida de que qualquer tipo de explicação de história e de ciências sociais que não considera os atores políticos, realmente como atores, é inconsistente. Para mim, a maior dificuldade na abordagem do populismo é exatamente essa; você tem atores de um lado, e de outro tem massa de manobra. O Thompson não está discutindo diretamente esse ponto, mas seu tratamento da classe trabalhadora é claro e é acachapante” (Gomes, 2009a, p. 332).

foi a publicação da coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica* (J. Ferreira, 2001). Além dos diálogos estabelecidos com o próprio J. Ferreira¹⁴ – cujas reflexões contidas em obras como *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* (J. Ferreira, 1997) foram muito influenciadas pelo livro *A invenção do trabalhismo* –, há que se destacar sua interlocução com Daniel Aarão Reis (1995, p. 15), com quem debateu “o tema dos partidos políticos e das práticas eleitorais, nos momentos em que o país vivia suas duas primeiras eleições presidenciais, em 1989 e em 1994, após os anos do regime militar”. E é precisamente a Daniel Aarão Reis (1995) que Angela de Castro Gomes (2001b) agradece pelos comentários à versão preliminar do texto seminal para a crítica ao populismo “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, que abre a coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica* (J. Ferreira, 2001).

Os trabalhos de Angela de Castro Gomes críticos ao populismo teriam, ainda, ao longo dos anos seguintes, enormes afinidades com outras agendas de investigação desenvolvidas no âmbito da UFF, sobretudo aquelas interessadas em interpretar de modo mais complexo as relações entre Estado e sociedade no Brasil em períodos autoritários, com o intuito de compreender o papel dos civis na construção e na manutenção de tais regimes. Exemplos nesse sentido foram as pesquisas desenvolvidas por professoras da UFF, como Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, dedicadas a pensar a construção social dos regimes autoritários, em uma agenda de investigação muito influenciada pelos trabalhos de Daniel Aarão Reis sobre o golpe de 1964 e a ditadura no Brasil. O capítulo “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”, de autoria de Angela de Castro Gomes (2011), publicado na coletânea *A construção social dos regimes autoritários*, organizada por D. Rollemberg e S. V. Quadrat, é resultado dessa interlocução voltada a uma compreensão mais complexa e multifacetada das relações entre Estado e sociedade no Brasil.

A crítica ao populismo e o “pacto trabalhista”

As três instituições discutidas no tópico anterior – IUPERJ, CPDOC e UFF – constituíram-se como espaços de sociabilidade, discussão acadêmica e produção intelectual de enorme relevância no percurso intelectual de Angela de Castro Gomes e tiveram influência decisiva nas interpretações críticas ao conceito de populismo, originalmente formuladas em *A invenção do trabalhismo* e desenvolvidas

14 Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira escreveram juntos alguns trabalhos nos quais a crítica à interpretação populista aparece de forma destacada, a exemplo dos livros *Jango: as múltiplas faces* (Gomes & Ferreira, 2007) e *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* (Gomes & Ferreira, 2014) e do artigo “Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação” (Gomes, & Ferreira, 2019).

em trabalhos posteriores. Nesta seção, a partir da seleção de alguns textos escritos pela autora ao longo dessa trajetória institucional, buscarei destacar e analisar os argumentos centrais que estruturaram sua crítica às ideias de Francisco Weffort e ao modelo de interpretação populista, bem como suas formulações em torno do conceito de trabalhismo.

Vale chamar a atenção para o fato de que, embora a crítica ao populismo já estivesse fortemente presente em *A invenção do trabalhismo*, ela não aparece de modo tão explícito nessa obra como ocorrerá em produções acadêmicas posteriores. A despeito do fato de alguns dos estudos mais centrais de Weffort serem citados ao longo do livro – como sua tese de doutorado, *Classes populares e política* (Weffort, 1968), sua tese de livre-docência, *Sindicato e política* (Weffort, 1972) e seu artigo “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964” (Weffort, 1978) –, as referências críticas ao autor não são tão diretas, muito em decorrência do contexto em que a obra foi escrita. Como destacado em depoimento por Angela de Castro Gomes, sobretudo pelo fato das formulações de Weffort terem muito “*a ver com uma luta dentro da esquerda, que não vinha ao caso para mim*” e pela razão de *A invenção do trabalhismo* ser uma tese de doutorado, “*seria simplesmente ridículo, além de deselegante, desrespeitoso e burro de minha parte*” fazer um capítulo para discutir com Weffort. Em decorrência desses fatores, ela e seu orientador, Wanderley Guilherme dos Santos, decidiram “que a palavra [populismo] não apareceria na tese” (Gomes, 2009a, p. 331).

De todo modo, a análise contida em *A invenção do trabalhismo*, ancorada na ideia do “pacto trabalhista”, já representava uma forte crítica ao conceito de populismo e a proposição de uma perspectiva mais complexa para interpretar as relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil, sobretudo na Era Vargas. Um dos méritos principais da reflexão de Angela reside justamente na proposição de uma nova periodização para compreender o Estado Novo, encarando-o não como um bloco coeso e homogêneo, mas dividido em 2 tempos: a) de 1937 a 1942, quando os elementos da coerção e da censura da ditadura varguista teriam predominado como forma de dominação; e b) de 1942 a 1945, momento de construção de um “novo Estado Novo”, quando, em decorrência de questões internacionais – com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com o alinhamento do Brasil aos EUA – e nacionais – com as crises internas atravessadas pelo regime –, o governo passou a reforçar sua busca por legitimidade mobilizando para tanto meios simbólicos, como o quadro “Falando aos trabalhadores do Brasil”, no programa de rádio “Hora do Brasil”, conduzido por Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho do governo Vargas.

O discurso construído nesse programa dialogava e se apropriava de diversas

reivindicações e demandas dos trabalhadores ao longo da Primeira República, conferindo-lhes novos sentidos e significados e apresentando as ações relacionadas à legislação trabalhista, previdenciária e sindical do Estado Novo como se fossem dádivas e doações. Ações simbólicas como essas, que buscavam apresentar o direito social como um favor – somadas a outras medidas levadas adiante pelo governo a partir de 1942, a exemplo de iniciativas para estimular a sindicalização, a criação do imposto sindical e a implementação do Decreto-Lei n. 5.452 (Consolidação das Leis do Trabalho [CLT], 1943) –, foram fundamentais no sentido de construir uma “comunicação política” entre o Estado varguista e os trabalhadores, produzindo adesão e legitimidade. A complexidade dessa relação não poderia ser confundida somente com a ideia de manipulação que estruturava as interpretações populistas das relações entre dominantes e dominados.

Em artigos publicados nos anos seguintes, Angela de Castro Gomes desenvolveria de modo ainda mais sistemático as reflexões críticas ao populismo, estabelecendo uma interlocução mais direta com os trabalhos de Francisco Weffort. Um artigo central nesse sentido é “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” (Gomes, 2001b). Nesse texto, Angela reconstrói a trajetória do conceito no Brasil, desde meados dos anos 1950, com o intuito de “identificar e delinear as principais propostas elaboradas para conformar a categoria na experiência brasileira” (Gomes, 2001b, p. 20). Além de situar historicamente as primeiras formulações mais sistemáticas sobre o conceito – elaboradas por intelectuais vinculados ao Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política (IBESP) e, depois, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) –, a autora analisa pormenorizadamente os trabalhos de Francisco Weffort, destacando que, a despeito de eventuais tensões na argumentação, as formulações do autor acabam por reforçar a ideia do populismo como política de “manipulação” das massas.

De acordo com a leitura que Angela de Castro Gomes faz das formulações de Weffort, nas relações estabelecidas entre o Estado/líder e os trabalhadores/povo, o Estado e o líder são concebidos como fortes e ativos, enquanto os trabalhadores são vistos como fracos e passivos, não tendo “capacidade de impulsão própria”, por não estarem “organizados como classe” (Gomes, 2001b, p. 34-35). Segundo a autora:

As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeitos nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente (Gomes, 2001b, p. 35).

Em textos publicados nos anos seguintes, Angela de Castro Gomes consolidou suas reflexões críticas referentes às leituras de Weffort acerca da política populista. Isso pode ser verificado em artigos como “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil” (Gomes, 2011), “O Estado Novo e o debate sobre populismo no Brasil” (Gomes, 2014b) e “Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo” (Gomes, 2019). Nesses textos, Angela retoma suas críticas àquilo que denomina “modelo populista de relações de dominação”, que entende o povo como “destituído de sua autonomia e consciência política, quando submetido às modernas estratégias de propaganda próprias aos líderes carismáticos dessas sociedades urbano-industriais de massa” (Gomes, 2014b, p. 24).

A autora busca enfatizar que o conceito de populismo “seria excessivamente simplista” para a compreensão da Era Vargas e, mais precisamente, do período do Estado Novo, na medida em que estaria “ancorado tanto na ideia de um aparelho de Estado maquiavélico e todo-poderoso como na de uma classe trabalhadora desprovida de consciência e impulsão próprias; de um Estado sujeito histórico e de uma classe trabalhadora objeto passivo de sua ação” (Gomes, 2011, p. 60). O grande problema do “modelo populista de interpretação das relações entre governantes e governados” residiria precisamente no entendimento equivocado de que os “dominados podem e são, com frequência, praticamente destituídos de autonomia e consciência, quando submetidos a estratégias políticas próprias da sociedade de massas” (Gomes, 2011, p. 60). Nesse sentido, “tudo que era qualificado como ‘populista’ enfatizava uma dimensão de ‘manipulação’ do Estado sobre as ‘massas’, mesmo quando se reconhecia sua ambiguidade” (Gomes, 2011, p. 60). Contestar essa perspectiva significava, em diálogo com a bibliografia então mobilizada pela autora – com destaque para Edward P. Thompson – reconhecer os trabalhadores como sujeitos e valorizar a ideia de que, a despeito “da força do Estado que sobre eles se abatia”, eles “também tinham uma posição política ativa” (Gomes, 2011, p. 60).

O objetivo proposto por Angela de Castro Gomes é, em perspectiva diversa à leitura populista, pensar o Estado varguista a partir de suas contradições, de sua complexidade e reforçar a lógica da ambiguidade. Nessa interpretação, a ideia de manipulação – tão central nas formulações do populismo – “deixava de ter um sentido tão unidirecional (significando o poder absoluto do Estado), sendo postulada como tendo uma ambiguidade constitutiva”, configurando-se tanto como “uma forma de controle do Estado sobre as massas trabalhadoras”, quanto como “uma forma real de atendimento de suas demandas” (Gomes, 2011, p. 60). Ainda que existisse uma “dimensão de mascaramento” nas relações do Estado varguista com os trabalhadores, a chamada “política populista” concretizada pelo Estado

Novo teria, na prática, sido “vivenciada pela classe trabalhadora como uma possibilidade de acesso a direitos, eminentemente sociais” (Gomes, 2011, p. 60). A consideração dos trabalhadores como sujeitos e como interlocutores do Estado resultava na problematização da “dicotomia, muito vigente, entre autonomia e heteronomia da classe trabalhadora, como forma de designar e explicar a ausência de lideranças ‘verdadeiras’ e de sua ‘falta de consciência’ ou sua ‘consciência possível’” (Gomes, 2011, p. 61), e implicava o reconhecimento de um “diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas políticas um do outro” (Gomes, 2011, p. 61). A “obediência dos trabalhadores” ao Estado passava a ser compreendida tanto como “uma possibilidade de efetivação de controles do Estado sobre suas organizações” quanto “como um canal de comunicação política que se abria para elas, estabelecendo um novo lugar de interlocutor político, reconhecido e há muito perseguido” (Gomes, 2011, p. 65).

O conceito de “pacto trabalhista” proposto pela autora seria formulado a partir da crítica à interpretação populista, recusando “a ideia de uma classe trabalhadora essencialmente boa, mas passiva ou sem uma ‘verdadeira consciência’”, abarcando um “complexo conjunto de interesses e crenças, do qual participaram, de forma ativa, também os trabalhadores” (Gomes, 2014b, p. 28). Esse “pacto”, que se ancorava tanto na palavra e na ação do Estado quanto na palavra e na ação da classe trabalhadora, deveria ser compreendido a partir de 2 dimensões basilares: a) a *simbólica*, que “se traduziria pela construção de um cuidadoso discurso de propaganda do regime, que marcaria profundamente a cultura política brasileira, desde então” (Gomes, 2011, p. 65); e b) a *organizacional*, que se constituiria na “criação de um instrumental institucional em que uma das faces é o modelo de sindicalismo corporativo, e a outra, um acoplamento a um sistema político partidário” (Gomes, 2011, p. 62). Seria a partir dessa “dupla lógica” – material e simbólica – que, a despeito das relações de força e desarmonia existentes, o Estado e o povo se reconheceriam mutuamente. Essa dinâmica explicaria as razões pelas quais os trabalhadores se dirigiam “ao Estado ‘reclamando’ direitos que são seus e devem ser cumpridos por empresários e autoridades governamentais” (Gomes, 2011, p. 65).

Assim como outras pesquisas que foram desenvolvidas e publicadas ao longo dos anos 1990 e 2000 – a exemplo de *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* (J. Ferreira, 1997) e *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* (Capelato, 1998) –, os trabalhos de Angela de Castro Gomes sobre o “pacto trabalhista” tiveram uma importância decisiva para repensar as relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil. Não obstante o

fato do conceito de populismo continuar sendo mobilizado por diferentes autores para a análise de determinados períodos históricos, bem como da política contemporânea, não restam dúvidas de que as críticas a esse termo formuladas por Angela em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores, contribuíram substantivamente para uma interpretação mais complexa e nuançada sobre as formas de dominação no país. As pesquisas dedicadas à temática têm cada vez mais conferido maior capacidade de ação e de autonomia aos setores populares, compreendo-os como sujeitos sociais que, a despeito das relações de poder, também pensam, formulam e constroem estratégias para a reivindicação, a conquista e a manutenção de seus direitos.

CONCLUSÃO

Uma das principais dificuldades envolvidas no desenvolvimento de pesquisas sobre intelectuais é a articulação entre *texto* e *contexto*. Um estudo dedicado à compreensão de um intelectual específico corre sempre o risco de ficar demasiadamente centrado na análise substantiva de seus argumentos, perdendo-se de vista sua inscrição institucional, as redes de sociabilidade construídas, as tradições intelectuais, as linguagens, os temas e os conceitos da época, além da conjuntura política e social mais ampla na qual a obra foi produzida. Por outro lado, um estudo sobre os intelectuais também pode exagerar na importância do contexto, deixando de lado tanto as questões subjetivas do intelectual que produz aquele trabalho e de sua autonomia como sujeito social quanto as ideias propriamente ditas e elaboradas por ele. Encontrar esse equilíbrio é um dos maiores desafios para aqueles que se dedicam ao estudo da história intelectual.

A despeito das limitações, o que se buscou neste artigo foi um exercício interpretativo da trajetória intelectual de Angela de Castro Gomes e de suas discussões sobre o conceito de populismo, de modo a refletir de que maneira as instituições pelas quais ela transitou profissionalmente se mostraram fundamentais para o desenvolvimento de suas críticas ao modelo populista de interpretação das relações entre Estado e classe trabalhadora. Parti do pressuposto segundo o qual a formulação dos argumentos críticos ao populismo elaborados por Angela em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores deve ser compreendida tanto em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo quanto a partir de sua inscrição no IUPERJ, no CPDOC e na UFF, as três instituições centrais da sua trajetória profissional. Essas instituições se conformaram como importantes espaços de formação intelectual, de sociabilidade pessoal, de debate de teorias, de conceitos e práticas de pesquisa e de interlocução de ideias, constituindo ambientes favoráveis para que Angela pudesse desenvolver uma análise mais complexa

das relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil, ancorada na ideia do “pacto trabalhista”, que busquei discutir mais pormenorizadamente na segunda parte do texto.

Ainda há um número reduzido de trabalhos dedicados à análise das trajetórias profissionais, dos espaços institucionais e da produção intelectual de historiadores que assumiram papéis decisivos para a institucionalização e para a consolidação da disciplina no país, para a renovação da produção historiográfica e para a conformação desse campo intelectual, que vêm se ampliando e se diversificando ao longo dos anos¹⁵. Partindo da análise da produção crítica de Angela de Castro Gomes sobre o populismo, este artigo consiste em um exercício analítico orientado por essa agenda de pesquisa, além de ser uma modesta homenagem a uma intelectual cuja trajetória profissional deve ser constantemente reconhecida e valorizada por sua importância para a historiografia brasileira.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (Org.). (1980). *Por um novo sindicalismo*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bomeny, H. (2013). Ciências sociais e história: encontro institucional. In J. P. A. Nunes, & A. Freire (Orgs.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares Cruzados* (pp. 81-110). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Caldeira, V., & Brant, S. (1980). *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo, SP: Vozes.
- Capelato, M. H. R. (1998). *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. (1983). *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*. Brasília, DF: Ed. UnB.
- Chaloub, S. (1984). *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- Chaloub, S. (1989). *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

15 A coleção organizada pela Editora UFMG e pela Fundação Perseu Abramo com coletâneas abordando as trajetórias de intelectuais diversos, como Wanderley Guilherme dos Santos, Silvano Santiago, Maria da Conceição Tavares, Gabriel Cohn, além de historiadores como Boris Fausto e Evaldo Cabral de Mello, foi uma iniciativa importante nesse sentido. Angela de Castro Gomes (2008a) foi a organizadora do volume dedicado a Boris Fausto.

- Chalhoub, S., & Silva, F. T. (2009). Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth*, 14, 11-50.
- Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. (1943). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, DF.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Ferreira, J. (1997). *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Ferreira, J. (Org.). (2001). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Ferreira, M. M. (2002). História, tempo presente e história oral. *Topoi: Revista de História*, 1(5), 314-332.
- Ferreira, M. M. (2018). Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, 10, 80-108.
- Ferreira, M. M., & Gomes, A. C. (1989). Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, 2(4), 244-280.
- Fundação Getúlio Vargas. (1980). *A revolução de 30 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Gomes, A. C. (1978). *Burguesia e legislação social no Brasil (1917-1937)* (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Gomes, A. C. (1979). *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Gomes, A. C. (Org.). (1980). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 1930*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Gomes, A. C. (1987). *A invenção do trabalhismo* (Tese de Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Gomes, A. C. (1988a). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, SP: Vértice.
- Gomes, A. C. (1988b). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Gomes, A. C. (1995). *Memorial de Angela de Castro Gomes*. [s.l.]: [s.n.].
- Gomes, A. C. (1996a). Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, 9(17), 59-84.
- Gomes, A. C. (1996b). *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C. (1999). *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C. (Org.). (2000). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.

- Gomes, A. C. (2001a). Populismo e ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito In J. Ferreira (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica* (pp. 17-57). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C. (2001b). O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In J. Ferreira (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica* (pp. 17-53). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C. (2002). Angela de Castro Gomes: entrevista. In J. G. Moraes, & J. M. Rego (Orgs.), *Conversas com historiadores brasileiros* (pp. 289-310). São Paulo, SP: Ed. 34.
- Gomes, A. C. (Org.). (2004). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C. (Org.). (2005). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Gomes, A. C. (2008a). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.
- Gomes, A. C. (2008b). Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História Oral*, 11(1-2), 11-41.
- Gomes, A. C. (2009a). Entrevista. *Escritos: Fundação Casa Rui Barbosa*, 3, 313-342.
- Gomes, A. C. (2009b). *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argumentvm.
- Gomes, A. C. (2011). Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In D. Rollemberg, & S. V. Quadrat (Orgs.), *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso, consentimento no século XX* (pp. 35-70). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C. (2012). Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, 32(64), 167-184.
- Gomes, A. C. (2014a). Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: O que somos? O que queremos ser? *História Oral*, 17(1), 163-192.
- Gomes, A. C. (2014b). O Estado Novo e o debate sobre populismo no Brasil. *Sinais Sociais*, 9(25), 9-37.
- Gomes, A. C. (2019). Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo In: J. Ferreira, & L. A. N. Delgado. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo* (pp. 173-201). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C., & D'Araujo, M. C. S. (1987). *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C., & Ferreira, J. (2007). *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.

- Gomes, A. C., & Ferreira, J. (2014). *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C., & Ferreira, J. (2019). Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: Revista de História*, 24, 251-275.
- Gomes, A. C., & Hansen, P. S. (Orgs.). (2016). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C., & Mauad, A. M. (2006). *Memórias da imigração espanhola em Niterói*. Niterói, RJ: Ed. UFF.
- Gomes, A. C., & Pessanha, E. G. (Org.). (2010). *Memória da Justiça do Trabalho: trajetória de juízes*. Porto Alegre, RS: Alegre Poa.
- Gomes, A. C., & Schmidt, B. B. (2009). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C., & Silva, F. T. (Org.). (2013). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- Heymann, L. (2016). Pioneiras e construtoras: breve nota sobre a contribuição de Angela de Castro Gomes e Lucia Lippi de Oliveira à trajetória do CPDOC. *Estudos Históricos*, 29, 541-550.
- Ianni, O. (1980). *O ABC da classe operária*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Lopes, J. S. L. (1986). *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo, SP: Marco Zero.
- Martins, L. (1973). *Politique et développement économique: structure de pouvoir et système de décision au Brésil (1930-1964)* (Thèse de Doctorat). Paris, France: Université René Descartes.
- Martins, J. S. (1975). *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, SP: Pioneira.
- Mourão, A., & Gomes, A. C. (2014). (Orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, F. M. C. (1972). A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, 2, 3-82.
- Oliveira, L. L., Velloso, M. P., & Gomes, A. M. C. (Orgs.). (1982). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Perlatto, F. (2016). Adeus ao populismo? Reviravoltas de um conceito e de uma política no Brasil do tempo presente. In F. Perlatto, & D. Chaves (Orgs.), *Repensar os populismos na América do Sul: debates, tradições e leituras* (pp. 70-94). Rio de Janeiro, RJ: Autografia.
- Perlatto, F. (Org.). (2018). Novos e antigos populismos em debate: comparações, dissensos e pertinências (Editorial). *Revista Estudos de Política*, 9, 1-3.

- Perlatto, F. (2019). Estado e sociedade no Brasil, do petismo ao lulismo: corporativismo, concertação e participação. In L. A. Abreu, & M. A. Vannucchi (Orgs.), *Corporativismos ibéricos e latino-americanos* (pp. 371-393). Porto Alegre, RS: Ed. PUCRS.
- Perlatto, F., & Chaves, D. (Orgs.). (2016). *Repensar os populismos na América do Sul: debates, tradições e leituras*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia.
- Reis, E. (1980). *The agrarian roots of conservative modernization in Brasil, 1880-1930* (Ph.D. Thesis). Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Santos, W. G. (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político no Brasil*. São Paulo, SP: Duas Cidades.
- Santos, W. G. (1979). *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Schwartzman, S. (1975). *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, SP: Difel.
- Silva, L. A. M. (Org.). (1986). *A luta dos loteamentos*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.].
- Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Velho, G. (2003). O lugar da interdisciplinaridade. In Fundação Getulio Vargas (Org.), *CPDOC 30 anos* (pp. 13-19). Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Velho, O. G. (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, SP: Difel.
- Vianna, L. W. (1976). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Vianna, L. W. (1983). *A classe operária e a abertura*. São Paulo, SP: Cerifa.
- Weffort, F. (1968). *Classes populares e política* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Weffort, F. (1972). *Sindicato e política* (Tese de Livre-Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Weffort, F. (1978). Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, 1, 7-13.

Capítulo 7

A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil

Leonardo Avritzer

A democracia é um conceito essencialmente contestado, envolvendo disputas intermináveis sobre sua definição, seu significado, seus usos adequados. A democracia é contestada por causa de sua história, de sua evolução e das diferentes maneiras como é colocada em prática. Desde o colapso da democracia ateniense em 413 a.C. até a Revolução Francesa, o termo *democracia*, muitas vezes, carregava uma conotação negativa nas obras dos pensadores políticos (Dunn, 1992). Em pouco mais de um século, da Revolução Francesa à rejeição da democracia no início da modernidade, uma mudança dramática ocorreu no uso do conceito. Joann Innes resume essa mudança como a substituição da ideia de democracia como comportamento da multidão e rebelião pela ideia de reivindicações legítimas para inclusão política (Innes & Philp, 2013, p. 7). Foi como um mecanismo de inclusão política e social que a democracia adquiriu sua influência global durante a segunda metade do século XX.

O fato de a democracia ser um conceito essencialmente contestado também torna a crise da democracia propensa à contestação. Dentro da ciência política existem várias teorias sobre o desenvolvimento da democracia, e elas influenciam como podemos analisar a atual crise da democracia. A democracia foi recentemente desagregada em vários adjetivos: democracia representativa, participativa, deliberativa, delegativa, entre outros. Cada um desses conceitos gera um conceito relacionado de crise da democracia. Em sua maioria, os autores que trabalham com a crise da democracia padronizaram seu próprio conceito de requisitos mínimos de democracia, a fim de estabelecer um padrão em relação a qual democracia experimentaria sua crise.

Steven Levitsky, Daniel Ziblatt e Adam Przeworski estabeleceram os principais elementos de uma teoria sobre a crise da democracia. Em ambos os pontos de vista, uma teoria minimalista da democracia é o ideal frente ao qual se analisa a crise. Para Levitsky e Ziblatt, há dois elementos que estão no cerne da democra-

cia, das instituições e da legalidade. O problema da democracia para eles é que a democracia pode acabar por dentro e não por violentas apreensões de poder (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 5). Nesse sentido, eles estão preocupados com o esforço legal para subverter a democracia “... no sentido de que elas [ações antidemocráticas] são aprovadas pelo legislativo e aceitas pelos tribunais” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 5).

Levitsky e Ziblatt estabelecem seu quadro para compreender a crise da democracia, rompendo com um princípio fundamental da teoria democrática, a ideia de que uma crise de democracia leva a um golpe de Estado. Para eles, é a degradação interna que muitas vezes nem sequer rompe com a legalidade que deveria ser a preocupação.

Adam Przeworski, por outro lado, tem uma teoria mais padrão de crise. Para ele, em uma crise, “a situação corrente é, de alguma maneira, insustentável e algumas ameaças à democracia já foram materializadas. Ainda assim, o status quo democrático permanece”. (Przeworski, 2019, p.10). Assim, Przeworski se apega justamente à bem estabelecida teoria da crise (Koselleck, 1988) como uma situação intermediária na qual elementos da velha ordem já não funcionam mais, ao mesmo tempo em que ele afirma claramente que situações de crise não podem se sustentar. Para ele, quando a democracia está em crise,

“...os que estão no poder tornam impossível para a oposição removê-los das posições administrativas...ao mesmo tempo em que a oposição não reconhece a legitimidade do governo e este se defende através da repressão...” (Przeworski, 2019, p.13).

A comparação das duas teorias abre um caminho para estudar a atual crise da democracia. Cada visão da crise é baseada em uma teoria da democracia e da crise. A teoria da democracia de Przeworski está fortemente fundamentada na visão huntingtoniana da democracia, ou seja, em uma concepção de que a democracia anglo-saxã teve um funcionamento ininterrupto de instituições representativas que a diferenciam dos outros casos (Przeworski, 2019, p.74). Huntington (1991) lançou o conceito de ondas de democratização como um grupo de transições de regimes não democráticos para democráticos que ocorrem dentro de um período e superam significativamente as transições em outra direção. O argumento de Huntington, tem outro elemento tão importante quanto o primeiro, que é a centralidade de um núcleo de países democráticos. Esse argumento, que faz parte da maioria das teorias bem estabelecidas da democracia (Dahl, 1971, 1980, 1990), assume um foco empírico. Segundo essa visão, há um núcleo de países democráticos pertencentes ao mundo anglo-saxão -especialmente a Grã-Bretanha, os

Estados Unidos e algumas democracias europeias- que não corre o risco de des-democratização. Nesse sentido, a noção de crise está em tensão com a ideia de rompimento ou, pelo menos, diferencia casos de acordo com os dois possíveis resultados. O populismo se conecta com a crise da democracia ao recolocá-la no cenário de países com democracias consolidadas, mas possui também sua expressão na conjuntura brasileira. O objetivo deste texto é, a partir de uma leitura da ascensão do governo Bolsonaro, identificar elementos de crise democrática e do populismo em sua expressão em democracias de consolidação recente.

Algumas reflexões sobre as origens do populismo de direita

Uma das origens teóricas do populismo está relacionada a uma certa ética da autenticidade que remete ao próprio romantismo. O romantismo francês e alemão, originalmente a partir da cultura, estabeleceram uma relação entre o povo e autenticidade. Ou seja, a ideia de que haveria certa deturpação da cultura pelas elites e que na verdade a ideia de recuperação do povo faria parte de uma ética da autenticidade. Na França, a obra de Rousseau, em especial seu “O discurso sobre a ciência e as artes”, poderia ser lida a partir deste marco. Esse elemento também encontrou um emprego político em diversos autores que reagiram à ideia de que a representação poderia ser autêntica. O próprio Rousseau abre espaço para esta questão no seu “Contrato Social” (Frailin, 1979). Esse elemento refere-se a formas de comportamento próprias dos indivíduos e a modalidades por meio das quais a delegação e a representação são exercidas. Nesse sentido, o sistema político seria o responsável pelo rompimento com essas formas de sociabilidade, sendo, portanto, uma deturpação da ética da autenticidade.

O segundo elemento da crítica à autenticidade do sistema político emerge no início do século XX e está bastante bem explicitado na obra de Max Weber. Trata-se da ideia da burocratização como uma perda dos elementos de autenticidade ou da paixão, nos termos weberianos, da paixão própria da atividade política. Para Weber, a paixão não era o contrário da racionalidade, mas um elemento central da política que não poderia ser perdido (Heins, 2007). A ideia aqui é de que a democracia plebiscitária, a maneira como no pós-eleição o sistema político começa a se organizar independentemente da própria origem do processo de autorização da representação, levaria a uma ruptura com os elementos mais autênticos do sistema político. A ideia de que o político que é carismático, que estabelece uma relação direta com a população, ao ser eleito, acaba por ser dominado por um conjunto de estruturas burocráticas que rompem com esses elementos mais espontâneos da política. Weber coloca o líder carismático como uma possível solução para essa questão.

Percebemos que coexistem no populismo contemporâneo esses dois elementos. O elemento de autenticidade que é possível ser visto fortemente na crítica ao sistema político, relacionada à crise da democracia, tal como a descrevemos acima, mas também a uma procura de autenticidade através de uma tentativa de estreitamento do *demos* que vemos em políticos como Trump e Bolsonaro. De um lado, esses políticos pretendem reverter uma política da identidade que também tem uma ancoragem na ética da autenticidade, tal como apontou há muitas décadas o autor canadense Charles Taylor. Se a autenticidade foi a base de uma política que tentava construir uma lógica da diferença, hoje ela é a base de uma recuperação da lógica da identidade que pretende negar a ideia de diferença e reconstruir a “pureza” do *demos*. Todos esses elementos estão ligados a uma tentativa de se conectar com a sua base fora daqueles elementos da representação que são mais clássicos do próprio sistema político.

Antipolítica, autenticidade e ataque ao sistema político

A antipolítica é a principal concepção de política que surgiu no Brasil na década passada como reação tanto à crise do governo de esquerda quanto aos escândalos de corrupção do sistema político. A antipolítica possui dois elementos principais: o primeiro deles é a contraposição à ideia de que o Estado e as políticas públicas são relevantes e que as últimas têm de ser implementadas na interseção entre os técnicos com o sistema político. Esta concepção ganhou espaço em um cenário político dominado por discussões em torno de corrupção e de privilégios corporativos.

O segundo elemento que decorre da noção de antipolítica é uma reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no País, transferindo-os para o campo da justiça ou da opinião pública. A antipolítica constitui uma negação de atributos como a negociação ou a coalizão. Ela se estabeleceu no Brasil com amparo na suposta luta anticorrupção na qual a ética da autenticidade foi instituída como um dos valores máximos da política. Ninguém é contra a luta anticorrupção e uma sociedade sem corrupção continua fazendo parte de um horizonte utópico e desejável no Brasil. Existe, entretanto, um fio da navalha entre a construção de um horizonte utópico e a transformação de grupos políticos, partidos e cidadãos em párias a serem perseguidos nas ruas, aeroportos e redes sociais, e na transformação de indivíduos com ideias completamente banais em mitos devido à sua autenticidade. Nada do que aconteceu no Brasil no período de 2014 a 2018 é novo. A transformação de utopias em formas de ação totalitária é um tema já abordado por variados autores, entre eles Hannah Arendt, para quem um dos elementos

centrais do apoio das massas a experiências totalitárias reside no deslocamento de certas ideias utópicas.

Para Hannah Arendt, a política democrática é estruturalmente dependente de um espaço no qual tendências diversas de pensamento se entrelaçam baseadas na pluralidade de eventos e experiências. A única maneira de constituir um espaço democrático é aceitando essa pluralidade na qual nenhuma ideia, a não ser a ideia do direito a ter direitos, alcança a hegemonia completa e as distintas modalidades de ação sobram debatidas por atores políticos (Arendt, 1951, *As origens do totalitarismo* e 1958, *A condição humana* - [Forense universitária]).

A ideia de corrupção, tal como opera no Brasil desde 2014, cumpre função de um horizonte valorativo absoluto no qual a autenticidade se articula com a antipolítica. A campanha contra a corrupção no Brasil pós-2014 estabeleceu os seguintes binômios: “limpos” contra “impuros”, associada à figura de um combatente desse processo de degradação social, no caso o juiz da 13a vara da Justiça Federal, Sérgio Moro. A maior parte das instituições midiáticas brasileiras operou nessa chave interpretativa. Na Lava Jato, o direito no Brasil seguiu o molde de experiências totalitárias, renunciando à ideia de que a lei deveria ser a única fonte para determinar o que é legal e o ilegal. A Operação Lava Jato e os setores da mídia que embarcaram nessas associações tiveram papel central na ascensão de Bolsonaro ao poder, ao tempo em que Bolsonaro também soube mobilizar novos canais de comunicação, notadamente redes sociais, com informações verídicas e uma rede de difusão de *fakenews*. Na próxima seção, trato dessa conjunção para em seguida discutir a inclusão do atual presidente na categoria de populismo de direita.

O papel da mídia, das redes sociais e de setores do Judiciário no ataque ao sistema político

O Brasil tem um espaço público atípico por diversos motivos: em primeiro lugar, ele não conseguiu no momento de liberalismo midiático ter uma mídia pluralista. Temos uma grande mídia oligopolizada em razão da maneira como ela foi constituída no período autoritário e à inabilidade das forças democráticas em submeter a grande mídia a regulamentações, tal como esta sofre nos Estados Unidos e na Inglaterra. O resultado é uma mídia pouco pluralista – o pluralismo por vezes ganha espaço por meio de articulistas, mas raramente nas linhas editoriais.

A coalizão midiática, no Brasil, constituiu, desde a primeira metade da década corrente, um espaço de questionamento das concepções políticas da esquerda brasileira e aceitou uma normalização das concepções políticas da extrema direita. Isso ocorreu na medida em que Jair Bolsonaro foi apresentado como tendo as mesmas concepções de política que Fernando Haddad – ambos seriam antidemo-

cráticos – mas o capitão reformado não viria do campo impuro da “corrupção”. O resultado dessa distorção de percepção esteve presente em 2016, novamente despontou em 2018 e ainda não chegou ao seu final.

O campo da mentira midiática ou judicialmente sancionada, com efeito, começa a se desenvolver ainda em 2016, quando Moro pede as chamadas escusas ao então ministro do STF, Teori Zavascki. Ali ele afirma que errou, mas que não “teve por objetivo gerar fato político-partidário”. Em 2017, depois de condenar o ex-presidente Lula pela propriedade do triplex e pelo recebimento de propina em troca de favorecimento em contratos da Petrobras, Sérgio Moro dá um passo adiante quando afirma, ao responder aos embargos declaratórios dos advogados do ex-presidente Lula, que o menos importante era se a origem dos recursos estava em contratos da Petrobrás.

Por último, ele afirmou que não tinha nenhuma relação pessoal ou convite do atual presidente quando liberou trechos da delação premiada do ex-ministro Antônio Palocci alguns dias antes do primeiro turno das eleições de 2018. Assim, podemos dizer que o problema da mentira ou da dissimulação está presente na Lava Jato e nos comportamentos do juiz Sérgio Moro antes de alcançar o campo bolsonarista.

Uma questão central nesta conjuntura e da qual, não por acaso, quase nada sabemos, porque nenhum órgão de imprensa se propôs investigar, é qual foi a relação entre Sérgio Moro e Jair Bolsonaro de 2015 a outubro de 2018, quando o primeiro foi então convidado a assumir o Ministério da Justiça do recém-eleito presidente. Em suma, a politização do Judiciário e o estreitamento do campo público e da mídia andaram de braços dados até o início da campanha eleitoral. O que ocorreu a partir dali? A apropriação do conjunto da obra pelo bolsonarismo.

Essa apropriação circulou não apenas pelos espaços tradicionais da mídia, mas sobretudo articulou uma comunicação que vai além da imprensa: as redes sociais. Bolsonaro estabeleceu uma rede formidável de ataque aos seus adversários nas redes sociais, primeiro na qualidade de candidato e depois como presidente. A base bolsonarista na internet é (ou foi) constituída por três grupos principais: um que remete diretamente ao Presidente e aos seus filhos, que deslança processos de ratificação acrítica das posições do clã – este grupo acabou sendo apelidado “gabinete do ódio”. O segundo é uma vasta rede de *sites* e perfis de direita um pouco mais moderada que incluíram no passado o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua e *sites* como O antagonista, que amplificavam a defesa das posições do Presidente para além das redes bolsonaristas. Por último, Bolsonaro foi apoiado por um conjunto de pessoas com destaque nas redes sociais: de empresários influentes, até um círculo diversificado de artistas e personalidades públicas.

A questão aqui é que não se trata apenas de uma boa estratégia de mídias so-

ciais, pois há o elemento das notícias falsas. Por meio das *fakenews*, Bolsonaro consegue atacar o sistema político, o STF e até mesmo o carnaval do Rio de Janeiro. Tem conseguido atacar também a mesma imprensa que o apoiou em 2018. Esses ataques reduzem a legitimidade das instituições políticas – que já era baixa desde 2014 e tornou-se baixíssima em 2018. Apenas 1% dos brasileiros confia muito em partidos políticos e um número um pouco superior no Congresso Nacional (INCT, 2018). Ao reforçar o ataque a essas instituições, o bolsonarismo cria um caldo de cultura para a defesa do fechamento do Congresso Nacional ser apresentada abertamente nas ruas, tal como vimos nos meses de abril, maio e junho de 2020.

O suposto aqui, próprio de todas as teorias do populismo, é que a democracia não necessita de mediação e sim de relação direta entre o líder e o povo (Peruzzotti, 2017; Finchelstein, 2019). O mesmo princípio permite ao bolsonarismo atacar o STF, uma vez que o bolsonarismo vende a ideia de que a democracia se fortaleceria se não houvesse a atuação da Corte na revisão de atos do governo. O que mais preocupa no bolsonarismo, entretanto, é que ele não opera com um padrão de bom governo. Pelo contrário, ele defende a ideia anti-iluminista e antirrepublicana de que o papel da política não está na melhora do governo ou no exercício virtuoso do poder e, sim, em sua utilização para a manutenção de um *status quo* conservador.

Até o início da campanha eleitoral de 2018, a estratégia do bolsonarismo foi ocupar as margens do debate político. Nesse sentido, ele era um movimento antipolítico baseado em uma ética da autenticidade. Nesse momento, não havia mentira no bolsonarismo, apenas uma interpretação minoritária e fora de propósito da história do Brasil, a exemplo do papel positivo da tortura. Assim, Bolsonaro pôde assumir o legado da ditadura militar, defender torturadores e milicianos abertamente e atacar o Judiciário. Foi apenas quando grupos midiáticos, judiciais e empresariais chegaram à conclusão de que seu projeto centrista havia fracassado, no início do processo eleitoral de 2018, que uma operação mais sofisticada entrou em cena. Nessa operação, Bolsonaro e Moro são apresentados como fonte de pureza ética e também moral. O campo da cultura é integrado ao da luta anticorrupção e emergem os puros absolutos durante a campanha eleitoral de 2018, sempre em contraposição ao PT e à esquerda, apresentados como o centro da corrupção.

Populismo de direita e antipolítica no Brasil

Populismo é, assim como **democracia**, um termo essencialmente contestado. Vertentes teóricas diferem sobre a existência ou inexistência de possibilidades emancipatórias das práticas populistas e sobre seus impactos na democracia, mas tendem a concordar sobre a centralidade de um líder populista capaz de sensibili-

zar e mobilizar amplos setores da cidadania – tema que vem dos debates clássicos da área que mencionei acima e que chega à recente abordagem ideacional. Essa última define o populismo como uma ideologia – uma visão de mundo – que inclui forte apelo ao “povo”, apresentado como puro em oposição a uma elite que, no geral, é tida como corrompida e que se busca combater (Mudde e Kaltwasser, 2017, p.6). Não se trata, porém, de uma ideologia substantiva, mas de ideologia tênue que precisa ser acoplada a outras ideias normativas sobre como sociedade e política podem e devem funcionar – daí a diferenciação entre populismos de esquerda e de direita, centrais para a abordagem ideacional interessada nas distintas modalidades do fenômeno.

Arelado a uma visão conservadora em termos de costume e a uma visão rasa de (neo) liberalismo, um dos elementos centrais do modo de agir do bolsonarismo é constituir um modo de degradar as instituições com o objetivo de concentrar a legitimidade política na figura do líder. Ele o faz de duas maneiras: em primeiro lugar, a partir da rede impressionante de geração de *fakenews*. O segundo mira diretamente o funcionamento das instituições republicanas.

É sabido que mudanças na estrutura tecnológica da comunicação têm impactos políticos (Habermas, 1996; Runciman, 2018). A circulação de notícias falsas por via de redes sociais adiciona uma camada importante ao tema da comunicação política. Bolsonaro foi o político que, no Brasil, melhor soube se valer das mudanças nas formas e nas modalidades de circulação e mediação. Ele saiu na frente nas eleições de 2018 em relação a todos os outros políticos e isso o ajudou a se eleger. Mas, a relação do Bolsonarismo com a comunicação política vai mais além de um utilizo ideológico dos novos espaços fornecidos pelas redes sociais, dado que ele coloca a mentira e o negacionismo no fundamento do seu discurso político. Basta pensar no discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. O Presidente mentiu em relação ao auxílio emergencial e às queimadas na Amazônia.

Ao mesmo tempo, o bolsonarismo não tem qualquer prurido em rebaixar o nível de atuação de instituições que a princípio entendemos como republicanas. Depois de arrasar as políticas de educação superior e de direitos humanos no ano passado, a atenção de Jair Bolsonaro voltou-se para o Ministério da Justiça, a Polícia Federal e o STF. Assim, na medida em que a pauta ideológica de desestruturar as políticas públicas na área de educação superior, direitos humanos e meio ambiente foi alcançada no ano passado, vimos uma nova pauta ainda mais problemática neste ano: a adaptação de instituições do sistema de justiça aos objetivos do clã Bolsonaro. Assim, o objetivo do Ministério da Justiça passou a ser vigiar a oposição, defender o presidente no STF ou tentar indicar diretores da

Polícia Federal com o intuito de influenciar processos nos quais os filhos do Presidente estão envolvidos. Assim, as instituições políticas cumprem dois papéis no bolsonarismo: deixar o Presidente implantar o seu programa político a despeito dos pesos e contrapesos do sistema político brasileiro e ser o lugar da distorção dos objetivos do sistema de justiça.

A crise do coronavírus, desde o início de 2020, colocou problemas para o governo Bolsonaro. Em primeiro lugar, ela implicou em uma imediata reabilitação da ciência no plano da opinião pública. É possível afirmar que a crise com as universidades e com a área científica durante 2019 já havia mostrado que essa é uma área sensível para certos públicos bolsonaristas. As manifestações públicas de maio daquele ano foram as mais massivas de oposição a Bolsonaro e tiveram forte apoio da classe média. Em 2020, a pandemia trouxe à tona uma ampla aliança pró-ciência: ela envolve tanto a China quanto os Estados Unidos; instituições internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS); toda a imprensa liberal desde a revista *Economist*, passando pelo *Financial Times*, ao *New York Times*. Além disso, há um efeito demonstração muito rápido exercido pelas experiências da Itália e da Espanha. Ali tivemos também a forte presença do negacionismo em relação às ações de isolamento social e as consequências foram rápidas e drásticas com quase 20 mil mortos em cada um dos países até meados de abril. Assim, debates que podem ser considerados inconclusivos no curto prazo, como a polêmica sobre o aquecimento global, são diferentes do caso da pandemia em decorrência da rápida temporalidade da produção de efeitos. No caso da pandemia do coronavírus, ela produziu resultados imediatos contra a posição defendida pelo bolsonarismo.

Em segundo lugar, a pandemia trouxe renovada demanda pela presença do setor público na área de saúde e de assistência social – cujas estruturas evitaram uma catástrofe total com a crise do coronavírus. O governo Bolsonaro se iniciou em uma dupla chave no que diz respeito às questões de saúde: de um lado, ele teve um ministro que não foi completamente alheio à área (como é o caso do ministro da Educação, Abraham Weintraub). Inicialmente, o ministro articulou uma resposta a partir de uma área muito bem estruturada e organizada na qual sanitaristas e a população atuam conjuntamente por mais de 35 anos. A partir de maio, com a saída do ministro Mandetta, o Ministério perdeu proeminência, mas rapidamente os governadores puxaram para si decisões importantes para a reação ao coronavírus.

Assim, formou-se uma nova aliança política no País. Uma aliança de centro – deslocando-se da extrema direita - e que ela traz elementos que contribuem para minar o discurso da antipolítica e pela volta de um governo. Essa aliança

tem três componentes fundamentais: o primeiro componente consiste na aceitação de elementos de bom senso na organização das políticas públicas. Esse bloco tem maioria nas duas casas, na Câmara e no Senado, e fortíssimos apoios no Judiciário. Ele também engloba os governadores que têm amplas prerrogativas nesta crise.

O segundo componente dessa nova aliança é uma reabilitação da ideia de ciência e uma reorganização do papel das universidades e das instituições públicas de saúde. Ao longo da construção de uma concepção de antipolítica no Brasil, a ideia de que o Estado e as políticas públicas são relevantes desapareceu do cenário político que foi completamente dominado por duas discussões, corrupção e privilégios corporativos. Nesta crise, aparecem dois novos elementos - a proteção social e a política pública - resgatados ainda no primeiro momento pelo sistema político e não pelo Presidente e sua equipe econômica. Enquanto a equipe econômica se preocupou com o impacto da epidemia nas relações econômicas e chegou, até mesmo, a propor a ruptura de todas as relações contratuais sem ônus para o empregador, o sistema político operou a partir dos elementos clássicos da política social, cadastro de beneficiários, formas de transferência de renda, todas palavras ou produtos que não estão disponíveis na loja de conveniências do Posto Ipiranga. Assim, voltamos da antipolítica para a política, na medida em que entrevista diária do Ministério da Saúde valorizava elementos como dados de infectados, políticas para fazer frente aos casos, medidas científicas de tratamento. Dessa maneira, o novo instrumento de poder é a política pública e seus efeitos, em vez de posições ideológicas defendidas nas redes sociais.

O terceiro componente dessa aliança trouxe elementos de tensionamento da opinião pública com o Presidente e suas políticas, com ampliação de questionamentos nas redes sociais e nas varandas. A reação do Presidente a isso foi a de radicalizar suas posturas sobre o vírus - ele manteve a prática de sair às ruas durante os finais de semana em visitas a cidades próximas a Brasília, esteve em manifestações com participantes que questionavam poderes da República, elaborou pronunciamento à Nação no qual questionava dados sobre o impacto do coronavírus e, ao mesmo tempo, alardeava informações sobre a cura baseada em uma droga de eficácia não comprovada. Manteve-se, ainda, o projeto de desestruturação das políticas, inclusive no Ministério da Saúde - onde o Presidente suspendeu estratégias de comunicação pública, a divulgação de dados e, sobretudo, manteve um ministro interino e de origem militar.

Assim, o bolsonarismo mostra que um populismo de autenticidade e plebiscitário que questiona o sistema político e até mesmo a ciência é sua verdadeira vocação. Não existe bolsonarismo cordato ou bolsonarismo integrado a um

funcionamento harmônico das instituições políticas. E, surpreendentemente, essa é uma demanda do eleitor e da base de apoio bolsonarista. A tendência inicial de reduzir a aprovação do Presidente foi revertida a partir do mês de agosto, segundo as pesquisas de opinião, relacionada, sobretudo, aos impactos do auxílio emergencial entre a população mais pobre. A mudança dá ideia da complexidade dos meandros da opinião pública no País e evita conclusões sobre os impactos finais do coronavírus nas ações do Presidente, mas deixa intactos tanto os elementos da crise democrática no sentido de esforços do líder para a corrosão das instituições e da capacidade de o Estado realizar políticas, como o padrão de pureza – agora atualizado em termos de uma alegada preocupação econômica em detrimento da saúde.

As questões acima nos permitem alinhar os elementos principais do populismo bolsonarista. Em primeiro lugar, Bolsonaro continua se beneficiando de uma lógica da autenticidade contra o sistema político, baseada na forma e não no conteúdo. Assim, não é muito importante que o Presidente não use máscara na pandemia ou que ele receite a hidroxicroquina e até mesmo se deixe filmar tomando um remédio de eficácia não comprovada e cujos efeitos colaterais podem matar. O importante é que o ele não se deixa domesticar pelas formas de mediação próprias da política, a mídia, os partidos e o Congresso. Enquanto ele conseguir ratificação para estes comportamentos nas redes sociais, o bolsonarismo continuará tendo viabilidade política. O que mais o ameaçaria seria uma rearticulação política ao centro de forças do sistema político e da sociedade civil, mas até este momento o centro no País continua apostando na polarização e na capacidade de o bolsonarismo destruir as forças de esquerda no País. Enquanto esta postura persistir, o populismo de direita continuará viável no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (1951). *The origins of totalitarianism*. Cleveland: World Pub. Co.
- Arendt, H. (1958). *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Collier, D., & Levitsky, S. (1997). “Democracy with adjectives: Conceptual innovation in comparative research”. *World politics*, v. 49, n. 3, p. 430-451.
- Dahl, R. (1990). *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dahl, R. (1971). *Polyarchy*. New Haven: Yale University Press.
- Dunn, J. (1992). *Democracy: the unfinished journey, 508 BC to AD 1993*. Oxford; New York, Oxford University Press.
- Finchelstein, F. (2017). *From Fascism to Populism in History*. Oakland, CA: University of California Press.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Heins, V. (2007). "Reasons of the Heart: Weber and Arendt on Emotion in Politics" In *European Legacy*.
- Huntington, S. P. (1991). *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- INCT, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (2018). *A Cara da Democracia no Brasil* (Pesquisa - Survey). Belo Horizonte.
- Innes, J., & Philip, M. (2013). *Re-imagining democracy in the age of revolution*. Oxford: Oxford University Press.
- Koseleck, R. 1987. *Critique and crisis*. Cambridge: MIT Press.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. 2018. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2017). *Populism: A Very Short Introduction*. New York, NY: Oxford University Press.
- Przeworski, A. (2019). *Crises of democracy*. Cambridge: University Press.
- Runciman, D. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia.
- Santos de Souza, B., & Mendes, M. (Orgs.) (2020). *Demodiversity: Toward Post-Abyssal Democracies*. New York: Routledge.

Capítulo 8

Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil¹

Odilon Caldeira Neto

A ascensão conservadora e a questão neofascista

Ao longo do processo da recente ascensão de forças conservadoras e autoritárias no Brasil, diversos termos foram adotados para classificar e interpretar esse fenômeno que, se não é absolutamente novo na história do Brasil republicano, decerto traz algumas novidades, inclusive em relação à sua intensidade e suas conquistas eleitorais. Entre tais termos, pode-se citar: a) onda ou maré conservadora; b) autoritarismo; c) bolsonarismo; d) neofascismo; e) novas direitas; f) extrema direita; g) direita radical; h) neoliberalismo; i) democracia iliberal; j) populismo etc.

De certa maneira, essa diversidade demonstra a preocupação de pesquisadores e intelectuais diante de um fenômeno bastante complexo e diversificado, assim como aponta que o fenômeno traz novos traços e antigas características. Não despropositadamente, o termo “novas direitas” ganhou força, mas sem que houvesse consenso absoluto sobre qual é o significado e a extensão dessa categoria. Podemos citar algumas das variadas interpretações (sem qualquer pretensão de sermos exaustivos nesse quesito).

Na análise de Camila Rocha (2018), a nova direita é um fenômeno amplo e complexo, com origens que não são necessariamente imediatas. O processo de formação da nova direita brasileira envolve desde questões relativas à oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) até a contrariedade diante de determinadas agendas políticas, como a legalização do aborto, ou questões de costumes. Como demonstra Rocha (2018), mesmo grupos mais organizados, como o Movimento Brasil Livre (MBL) foram formados a partir da socialização e da interação de pequenos grupos precedentes, em relações que fortaleceram o senso

¹ Artigo publicado anteriormente na revista CONHECER: Debate entre o público e o privado, v.10, n.24 (2020).

de unidade e a socialização política, bem como a formação de uma identidade filosófica comum.

De acordo com Fabio Gentile (2018), a relação entre grupos neoliberais e a agenda política preconceituosa do então deputado e atual presidente Jair Bolsonaro se dá em torno da construção de estratégias políticas de ambas as partes. As agendas políticas neoliberais, construídas por meio de interações transnacionais, não são necessariamente assimiladas, elas demonstram movimentos de aproximação e disputas que são inerentes ao campo político.

Nesse campo tão plural e por vezes conflituoso da nova direita brasileira, alguns autores argumentam que a sociedade brasileira observa o fenômeno de depuração de outro fenômeno, da “direita envergonhada”, que teve origem com o processo de transição democrática e o advento da chamada “Nova República”. Para Marcos dos Reis Quadros e Rafael Madeiraz (2018), esse processo foi impulsionado por diversas razões, inclusive pela formação de grupos parlamentares de perfil conservador, como a *bancada da bala* e a *bancada evangélica*.

Na interpretação de Martin Egon Maitino (2018), a atuação de políticos como Jair Bolsonaro auxiliou a compor esse processo de depuração, assim como o movimento e a formação de um novo campo da direita brasileira, caracterizada pela exaltação da ditadura civil-militar, seus crimes e, em especial o anticomunismo (e sua variação mais imediata, o antipetismo). Em certo sentido, dialoga com as impressões de Mateus Pereira (2015), que observa as “guerras de memória” em torno de eventos como a Comissão Nacional da Verdade, e a formação de uma rede de grupelhos de extrema direita impulsionada pelo negacionismo da mais recente ditadura brasileira.

De todo modo, pode-se afirmar que, a depender do foco de análise, há diversificadas novas direitas, não somente em relação ao ponto de partida, mas também aos elementos de unidade e identificação ideológica. Mesmo Antônio Flávio Pierucci (1987), em texto publicado ao final do processo de transição democrática, já demonstrava a constituição de uma “nova direita”, fundamentada na negação dos direitos humanos e assentada na enunciação de identidades supostamente inconciliáveis.

Mesmo com a riqueza das variadas interpretações e certa polissemia na constituição do campo das novas direitas no Brasil, é comum observar (não necessariamente em meios especializados) a tentação de simplificar fenômenos tão complexos – e transnacionais – a partir de termos pouco apurados heurísticamente, como o neofascismo, tal qual utilizado em alguns casos. Ou, melhor dizendo, uma noção de neofascismo tão abrangente quanto conflituosa, que abarca categorias tão diversas no campos das direitas no Brasil, como grupos monarquistas, liberais

radicais, conservadores, evangélicos, militaristas, armamentistas, neofascistas, e assim por diante.

De certa maneira, isso reflete não apenas a complexidade da questão, mas também as disputas políticas ou mesmo a influência de meios não especializados. Afinal, o termo fascismo (e neofascismo) também é um adjetivo político (Mann, 2008). Algo ligeiramente similar ocorreu ao longo das interpretações das ditaduras militares na América Latina – e em seu decurso –, que autores como Álvaro Briones (1975) viam como a construção de certo neofascismo como categoria a explicar aqueles regimes autoritários.

No entanto, já é plenamente consolidada a interpretação de que as ditaduras na América Latina, a despeito de proporcionarem a inserção de grupos e indivíduos fascistas, não se transformaram em qualquer espécie de regime neofascista (Boron, 1977). No caso brasileiro, inclusive, a despeito do intenso anticomunismo da ditadura iniciada em 1964, os antigos membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) não obtiveram destaque e não conseguiram “fascistizar” o regime autoritário (Trindade, 2000).

Em tempos mais recentes, sobretudo após a eleição de Jair Bolsonaro, esse debate voltou à tona. Algumas questões são eventualmente trazidas por especialistas ou indivíduos preocupados com o atual estágio da democracia brasileira:

- Estaria o Brasil sob um governo neofascista?
- Como indicam Guamán, Aragonese e Martín (2019), o neofascismo atual, cujo representante brasileiro seria Bolsonaro, caracteriza-se por uma “estranha aliança” com o neoliberalismo internacional?
- Poderia o fascismo histórico, abertamente antípoda ao liberalismo, tornar-se congênere em sua versão atualizada?

A priori, considera-se que tanto o “neofascismo” quanto o próprio fascismo histórico não deve ser interpretado exclusivamente à luz de suas lideranças, mas sim de aspectos conjunturais que se encontram (e se constroem) com o culto à liderança e à mitologia política, forjando uma relação simbiótica entre líderes, Estado e nação. Em outras palavras, levamos em consideração que uma personalidade autoritária não constrói sozinha um regime autoritário ou um movimento fascista.

Dessa maneira, e levando em consideração que o neofascismo e a extrema direita, no Brasil, não são uma novidade recente, este artigo tem por objetivo realizar um apanhado da relação entre determinados grupos da extrema direita brasileira, notadamente os grupos de inspiração neofascista, e partidos políticos legalmente constituídos no país. O texto, sem pretensão de apresentar um levan-

tamento exaustivo do tema, busca fornecer um panorama da relação entre grupos de extrema direita, em especial os grupelhos neofascistas, e partidos políticos, em um recorte temporal que cobre desde a transição democrática à posse de Jair Bolsonaro como Presidente da República.

Inclusive, essa iniciativa surge de uma constatação: desde o momento da transição democrática até o apogeu das novas direitas, a extrema direita brasileira não construiu um projeto político robusto, em termos de organizações partidárias, a enunciar valores ideológicos que possam se aproximar das pretensões de grupelhos neofascistas.

Para isso, utilizamos uma definição mais restritiva de neofascismo, tal qual um tipo ideal, que o vê como grupelhos que almejam realizar reformulações e retomadas de um arquétipo baseado nas experiências dos movimentos e das ditaduras fascistas do entreguerras. Essa definição mais circunscrita de neofascismo decorre da necessidade de interpretar a historicidade desses grupelhos e suas relações com agremiações políticas, assim como seus interesses no fenômeno plural das novas direitas.

Neofascismo, extrema direita e novas direitas

Os tempos mais recentes no cenário político brasileiro evidenciam o crescimento da atividade de pequenas e médias organizações e, em especial, de um discurso e imaginário político de extrema direita, com capilaridade na sociedade. Permeados pela misoginia, em contrariedade às políticas sociais e de distribuição de renda, assim como o desprezo aos direitos humanos, esses agrupamentos partilham elementos de continuidade de uma cultura política autoritária, em que o anti-comunismo é um elemento de engrenagem sistêmica, de culto à liderança e de escolha de “salvadores da pátria” (Girardet, 1996).

O “retorno”, ou mais propriamente o crescimento, das atividades das porções mais radicais e antidemocráticas da direita brasileira é acompanhado pela preocupação de significativa parcela da opinião pública e de diversos acadêmicos (Velasco e Cruz, Kaysel, & Codas, 2015). Sobretudo em momentos de crise de legitimidade e de ruptura institucional (intensificados a partir da destituição de Dilma Rousseff), ganham força algumas indagações quanto à natureza e capilaridade da extrema direita na atualidade brasileira, assim como seu poderio efetivo (e seu impacto) no campo político, em especial nas esferas institucionais.

O objetivo deste artigo é realizar um mapeamento das relações entre grupos e tendências da extrema direita brasileira com partidos políticos a partir do fim da transição democrática ou, em outras palavras, as estratégias da extrema direita ao longo da chamada “Nova República” até a atualidade e, em especial,

suas relações com as agremiações partidárias. Desse modo, levam-se em consideração os partidos como elemento de mediação política, além da necessidade de interpretação da variável ideológica nos partidos, perspectiva que não exclui outros elementos, como questões macroeconômicas, alianças eleitorais, e assim por diante.

Essa abordagem está relacionada com a preocupação do afastamento de uma leitura mecanicista dos processos políticos e – em contrapartida e especialmente – a interpretação do anticomunismo, além do conservadorismo e do nacionalismo autoritário, como categorias fundamentais para pensar a extrema direita brasileira e as direitas latino-americanas (Boisard, 2014; Motta, 2002). Ao trabalhar com essas categorias, temos um quadro de maior historicidade e menor imediatismo, o que possibilita uma leitura mais detalhada da relação entre grupos da extrema direita e partidos políticos, desde o fim da década de 1970 até os mais recentes processos eleitorais.

Ao longo das últimas décadas, não é despropositado afirmar que a direita brasileira é uma relativa incógnita. Afinal, transcorrida a existência institucional de uma ditadura construída a partir de bases civis e militares e de um regime de exceção que havia subjugado organizações políticas de diversos matizes – e em especial à “esquerda” do espectro político –, aparentemente, teria havido uma profunda e repentina modificação. Aos olhos de um observador externo, a sociedade brasileira (sobretudo a classe política e as elites dirigentes), seria possivelmente caracterizada como portadora de uma espécie de “vocalização democrática”.

De fato, essa questão não seria fruto de qualquer casualidade histórica. Como sugeriu Daniel Aarão Reis (2010), criara-se, ao longo da *lenta e gradual transição democrática*, mas também em torno do processo da Assembleia Nacional Constituinte, a impressão de um consenso democrático e, sobretudo, antiautoritário que, em tese, seria a representação dessa própria sociedade. Logo, a condição democrática era o efetivo resultante da maioria absoluta dos cidadãos brasileiros, de modo que o apoio civil ao golpe e à continuidade do regime de exceção seria uma espécie de lapso, fruto de relações conturbadas, inclusive entre civis e militares.

Dessa maneira, estabeleceu-se um processo de silenciamento coletivo (e uma suposta consensualidade democrática), que incluía não apenas a sociedade civil em torno desse pacto, mas também as elites e as classes dirigentes, além de alguns setores oposicionistas. É necessário ressaltar que esse processo ocorreu não apenas na dimensão de uma espécie de imaginário coletivo que pairava sobre a sociedade civil, mas teve implicações diretas na ossatura da chamada “Nova República” e em sua transição conservadora – em linhas gerais, é esse o aspecto

delineado em Power (2000). Seja em termos da inexistência de implicações legais aos agentes envolvidos no regime de exceção e em suas práticas persecutórias ou da permanência dessas elites e de seus atores nas altas instâncias do poder, ainda que sob roupagens democráticas².

É nesse contexto que se estabelece a problemática da extrema direita e da relação dela com os partidos políticos. O momento de abertura do campo político ao longo dos capítulos finais da transição democrática coincide com uma relativa pulverização de diversas pequenas organizações da extrema direita, que buscavam relacionar-se com a abertura das possibilidades do campo político, todavia, com um ambiente fortemente refratário. A partir desse quadro, pode-se observar as estratégias, em especial durante os processos eleitorais e a relação com partidos políticos.

No final da década de 1970, com a revogação do Ato Institucional n. 5 (1968), além do fim do sistema bipartidário, teve início o processo de abertura política. Nesse momento, iniciaram-se as movimentações de pequenas organizações da extrema direita, que visualizavam a organização de legendas partidárias como instrumento de disputa nesse contexto de abertura política, inclusive em torno do processo da Assembleia Constituinte (Dreifuss, 1989).

O integralismo brasileiro – principal organização fascista latino-americana – embora sem a liderança de Plínio Salgado (falecido em 1975), persistiu como um dos principais referenciais políticos, em grande parte por ter sido a primeira organização política de massa da história brasileira, assim como o principal movimento fascista fora do continente europeu. Além disso, os integralistas tiveram relação, ainda que de modo coadjuvante, com a implantação do regime autoritário em 1964. Ao longo da década de 1980, as tratativas não efetivadas em torno da fundação do Partido de Ação Nacionalista (PAN) foi o principal instrumento de orientação integralista em relação aos partidos políticos (Natali, 1986).

Inspirado na tríade “Deus, Pátria e Família” dos tempos de AIB, parte da militância integralista defendia a construção do PAN como “instrumento político capaz de preservar as magnas conquistas da civilização brasileira, desde o seu marco inicial – a Santa Cruz” (Partido de Ação Nacionalista, 1983, p. 1). O grupo se apresentava como representante autêntico do nacionalismo brasileiro e tinha como princípios fundamentais a luta contra a “ameaça do imperialismo estrangeiro (comunista ou capitalista)” (Partido de Ação Nacionalista, 1983, p. 3), em consonância com o discurso anticomunista e antiliberal integralista da década de 1930.

2 Essa não foi, claro, uma especificidade brasileira em termos das transições “por transação”, ou transições “contínuas”. Em relação a esse tópico, ver Costa Pinto e Martinho (2003).

Uma das propostas do grupo era a construção de uma terceira via no plano econômico e político, baseada na Doutrina Social da Igreja e em conformidade com os princípios do corporativismo integralista³. No entanto, os momentos que antecederam as eleições presidenciais de 1989 marcaram, na realidade, a intensificação da fragmentação da extrema direita brasileira, seja pela disputa por representatividade ou por questões de fundo ideológico, bem como o surgimento de novas organizações. Os integralistas, além da fundação do PAN, conjecturavam a criação do Partido de Ação Integralista (PAI), evidenciando as disputas internas sobre *quem* deveria ser o *sucessor* de Plínio Salgado (Integralista sonha com partido, 1988), ou até se deveria ocorrer a refundação da sigla AIB.

No contexto de definição das candidaturas presidenciais, era evidente que as porções mais radicais da direita brasileira não tinham um projeto político uníssono, inclusive em termos de organização, tampouco um candidato que as representasse. A extrema direita de inspiração fascista estava dividida em pequenas organizações, como: a) Ação Nacionalista; b) Partido Nacional-Socialista Brasileiro; c) Partido Nacional Revolucionário Brasileiro; d) Movimento Pátria e Liberdade; e) Ação Integralista Brasileira; f) Movimento Pátria Livre; g) Frente Nacionalista; h) Ação Nacionalista Democrática (ANDE) (Direita luta pela “boquinha”, 1989) etc.

Dentre essas organizações, a ANDE foi uma das que tentaram aglutinar as diversas siglas da extrema direita no período. Liderada por Raphael Noschese e João Marcos Flaquer, antigos líderes de grupos juvenis e estudantis atuantes na ditadura⁴, pleiteavam a criação de uma sigla para agregar os diversos grupos dispersos (Direita articula-se com objetivo de influir na sucessão, 1989). A despeito da tentativa de criação de uma possível plataforma política comum, o grupo também tentou delinear escolhas em relação a candidaturas que, porventura, representassem os interesses do grupo. Os nomes aventados foram Jânio Quadros (de perfil conservador, que acabou por não se candidatar à presidência) e Guilherme Afif Domingos (Jânio e Afif são as opções da direita para a presidência, 1989), do Partido Liberal (PL), que esteve filiado ao Partido Democrático Social (PDS) durante a ditadura.

De qualquer maneira, é necessário ponderar que a ANDE teve atuação inócua na tentativa de estabelecer articulações entre os setores radicais da direita brasileira ou mesmo na definição de uma candidatura representativa desses diversos peque-

3 Em relação aos projetos do corporativismo e dos modelos do “Estado Integral”, ver Gonçalves e Caldeira Neto (2016).

4 Raphael Noschese foi líder do grupo denominado “Movimento Estudantil Democrático”, organização que atuou no processo de agitação política que antecedeu o golpe de 1964. Já João Flaquer havia sido a principal liderança do “Comando de Caça aos Comunistas” (CCC).

nos grupos. Em relação ao apoio às candidaturas existentes em 1989, o nome de Ronaldo Caiado ganhou força em alguns setores, inclusive em grupos integralistas (Direita luta pela “boquinha”, 1989). Uma das razões para o apoio residia na atividade extraparlamentar de Caiado diante da União Democrática Ruralista (UDR) que, além de defender a propriedade e os interesses dos grandes proprietários de terra, combatia – inclusive com violência – os movimentos de reivindicações no campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Apesar da definição de apoio a determinado candidato, o contexto da extrema direita brasileira em meados de 1989 era de intensa fragmentação e de mero coadjuvante político. Além da reminiscência do passado autoritário e do fenômeno da “direita envergonhada”, pode-se ponderar que o surgimento de novas siglas, assim como a radicalização de alguns desses grupos, ajudou a fomentar esse caráter desarticulado.

A partir da década de 1980, intensificou-se no Brasil a ação de diversos grupos neonazistas. É possível definir três tendências nas configurações do neonazismo no início da “Nova República” (Gonçalves, Caldeira Neto, & Andrade, 2017). A primeira delas consistia em agrupamentos juvenis urbanos, em especial os *skinheads* (ou *naziskin*), caracterizados pelo apelo às práticas e estéticas da violência ritualizada, principalmente na perseguição às minorias (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros [LGBTs], nordestinos, judeus etc.)⁵.

Além dessa tendência mais violenta, as publicações negacionistas do holocausto, que circulavam por meio da Editora Revisão (fundada em Porto Alegre, em 1985) (Jesus, 2006), compunham a parte mais significativa de difusão do antissemitismo na extrema direita no período, além do princípio de articulação entre as demais organizações, em especial com alguns dos grupos integralistas (Caldeira Neto, 2014).

Por meio da literatura negacionista e de obras como *Holocausto: judeu ou alemão?* (Castan, 1985) – de Siegfried Ellwanger Castan, proprietário da Editora Revisão –, em torno dos discursos de negação do holocausto e de resgate do nacional-socialismo, havia a interlocução com grupos *skinheads* – como os *white power* (Almeida, 2004) –, além de estratégias de fomento a organizações partidárias.

5 A facção neonazista dos *skinheads*, no Brasil, é caracterizada em especial pelo seu caráter grupuscular – pequenos agrupamentos, com vida relativamente curta e um cerne ideológico baseado no anticomunismo, antissemitismo e na defesa da superioridade racial branca (e europeia). Surgido em São Paulo na década de 1980, evidencia-se, com o passar dos anos, a intensificação dessa desvinculação das correntes do neonazismo das tendências da extrema direita brasileira, de modo que se aprofunda a relação de cooperação com alguns agrupamentos atuantes em países vizinhos (em especial a Argentina e o Chile), assim como em Portugal e nos Estados Unidos da América (EUA) (cf. Almeida, 2017).

O Partido Nacional-Socialista Brasileiro (PNSB) e o Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB) foram as duas organizações de orientação neonazista em vias de articulação na década de 1980. Liderados por Armando Zanini Jr. (Lopes, 1992), um oficial da reserva da Marinha Mercante, as duas pequenas agremiações defendiam a prática do eugenismo, a partir da necessidade de formação de uma autêntica “raça brasileira”, sobretudo baseada na exclusão da presença judaica na nação e em seu *éthos*.

As duas agremiações, sem qualquer protagonismo mesmo no campo da extrema direita, não chegaram a obter o reconhecimento do registro partidário pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, a relação entre grupos mais radicais – como os *skinheads*, assim como os projetos partidários de Armando Zanini – e outras organizações (em especial com alguns grupos integralistas) era articulada com grande ressalva, seja pelo radicalismo do discurso, a evidente intolerância ou mesmo pelo caráter ilegal dessas organizações, em especial devido ao antisemitismo negacionista⁶.

Além dessas tendências mais radicais, vinculadas de formas diversas às experiências do fascismo histórico, outra parcela significativa da extrema direita, durante os anos 1980, eram os grupos vinculados aos militares (da reserva e da ativa) e civis, que se articulavam, entre outros, por meio de periódicos como *Letras em Marcha*, *Inconfidência* e *Ombro a Ombro* (Santos, 2009), que rotineiramente denunciavam a “comunicação” da nação brasileira, por meio de lavagem cerebral, durante o processo de transição (“*Letras em Marcha*” aponta comunicação, 1986).

Em *Ombro a Ombro*, fundado em 1988 por ex-membros da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), é evidente o processo de tentativa de articulação dos interesses militares em torno do processo de transição democrática e, em especial, da corrida eleitoral. Um dos aspectos centrais em *Ombro a Ombro* e nos demais periódicos era a batalha pela memória do golpe de 1964, dimensionada pelo processo de transição, mas também as tensões entre militares, classe política e sociedade civil, inclusive a partir das discussões em torno dos processos dos crimes da ditadura (Cardoso, 2011).

Em relação aos partidos políticos e ao processo eleitoral, no desenrolar das eleições de 1989, foi marcante a preocupação com o avanço do campo da esquer-

6 A partir de 1986, inicia-se uma disputa judicial envolvendo, de um lado, os negacionistas (em especial a Editora Revisão e Siegfried Ellwanger Castan), contra grupos em defesa dos direitos humanos, associações judaicas e movimentos antirracistas. A disputa, iniciada nas cortes locais de Porto Alegre, chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF), com a proibição da veiculação das obras da Editora Revisão (cf. Caldeira Neto, 2009).

da, em especial nas candidaturas de Leonel Brizola (do Partido Democrático Trabalhista [PDT]) e de Luís Inácio Lula da Silva (do PT), mas não na promoção de uma candidatura presidencial que representasse os setores mais à direita dos militares da ativa e da reserva.

De fato, a única definição evidente viria a ocorrer apenas no limiar do segundo turno das eleições presidenciais de 1989, em que Fernando Collor de Mello (do Partido da Reconstrução Nacional [PRN]) é descrito como capaz de romper o avanço do “candidato que representa o velho e ultrapassado [...] que reduz tudo a um confronto entre pobres e ricos; entre capital e trabalho” (Momento decisivo, 1989).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, do momento em que se constituiu o processo de transição democrática até o processo de delineamento das primeiras eleições para Presidente da República, em 1989, o cenário da extrema direita brasileira foi de grande ramificação e desarticulação. Ao passo que algumas expressões buscam articular-se na expressão de lideranças políticas ligeiramente consagradas (como Jânio Quadros), outras buscam articular-se nos referenciais em contrariedade aos movimentos sociais de esquerda (como Ronaldo Caiado). Em outros momentos, a figura da liderança emergente (Fernando Collor) é tomada como instrumento de garantia dos interesses de combate ao “avanço comunista”.

De qualquer modo, embora não tenha ocorrido uma articulação efetiva em torno de uma candidatura, assim como o impacto político da extrema direita nessa conjuntura era diminuto, torna-se evidente a existência de um princípio de articulação entre esses pequenos agrupamentos, além da tentativa de ampliação de um espaço político. Em primeiro lugar, tratava-se da necessidade de articulação em uma nova conjuntura, marcada pela ampliação das possibilidades (candidaturas, legendas, espaços de atuação como grupos de pressão), mas que deveria articular-se em um contexto de crítica aos autoritarismos de direita, ou mesmo com o final da Guerra Fria, que ajudava a tipificar o binarismo característico no discurso desses grupos.

Há, contudo, um processo de evidência dos valores fundamentais para essas parcelas da extrema direita brasileira, baseado no partilhar de uma visão crítica ao processo de transição democrática, quanto ao perigo do avanço das forças de esquerda, bem como a necessidade de difusão de um ideal conservador, pautado pelo nacionalismo e pela presença de um Estado autoritário. Em relação ao Estado, poderia variar desde a finalidade de repressão aos movimentos sociais até a intervenção na economia e as relações de trabalho.

A partir de 1989, em especial após a campanha eleitoral, a relação da extrema direita com os partidos políticos em torno da representatividade e influência se modifica de modo significativo. O médico Enéas Ferreira Carneiro, que não tivera

qualquer trajetória política pretérita, liderou a formação do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) em 1989, no mesmo ano em que se lançou como candidato à Presidência da República.

Embora contasse com somente 15 segundos no Horário Político Eleitoral Gratuito, Enéas Carneiro criticava a Assembleia Constituinte, o profissionalismo político e as campanhas eleitorais profissionais, assim como proclamava o voto em seu nome a partir de frases como:

Se o senhor acreditou em mim, proteste contra tudo isso que aí está. Vote no fim da desordem! No dia quinze, respire fundo, encha o seu peito de ar, e grite junto com todo o Brasil: Meu nome é Enéas!

O slogan “Meu nome é Enéas”, aliado ao teor de descontentamento político, foi um elemento de destaque em uma campanha eleitoral presidencial com mais de 20 candidatos. Além disso, o fato de Enéas Carneiro (e o PRONA) se apresentar como sujeito alienígena diante do processo de profissionalização política, foi um dos ingredientes de construção de uma narrativa política de *outsider* – que alçou o candidato à fama. Por fim, o discurso autoritário, o elogio à ordem e a denúncia de uma crise moral e de costumes (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA – Ata de Fundação, 1989) ajudaram a reservar uma vaga no campo conservador, também agradando diversos setores da extrema direita (Caldeira Neto, 2016a).

No entanto, o crescimento do PRONA como partido referencial da extrema direita brasileira não deve ser entendido apenas como uma relação mecanicista entre o discurso da liderança e os anseios de setores do campo político. Em primeiro lugar, é necessário compreender a existência de uma vaga não preenchida no campo da direita brasileira, construída inclusive a partir do processo de transição democrática.

O processo de fortalecimento político do PRONA, após 1989, coincide com dois elementos conjecturais. O primeiro deles seria a crise política desencadeada após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em que a figura de *outsider* representaria uma crítica à profissionalização política e uma alternativa ao descontentamento gerado pela queda do primeiro presidente eleito pelo voto direto após o fim do regime militar. Além disso, o desenvolvimento de novas políticas econômicas alinhadas ao Consenso de Washington, especialmente o Plano Real, constituiu alvo de críticas diversas à esquerda e à direita.

Na expressão politicamente organizada da direita, coube ao PRONA se articular com diversas tendências existentes, refinando seu discurso, em que o ape-

lo à ordem e à autoridade se coadunava com a denúncia de uma conspiração a destruir a soberania nacional⁷. A defesa de um Estado *forte, técnico e interventor* passaria a ser não apenas uma carta de apresentação do PRONA a diversos representantes da extrema direita brasileira, mas um resultado efetivo dessa interação.

Entre 1989 e a preparação para as eleições de 1994, o PRONA intensificou a relação com alguns núcleos políticos do nacionalismo autoritário, em especial aqueles que colaboravam com o jornal *Ombro a Ombro*, de onde viriam diversos colaboradores do programa de governo de 1994, em áreas como economia, estratégia, geopolítica e questões minerais, como era o caso do contra-almirante Roberto Gama e Silva, candidato à vice-presidência ao lado de Enéas Carneiro.

Outros grupos da extrema direita declararam apoio à candidatura de Enéas Carneiro, como alguns grupos *skinheads* – autoritários, mas abertamente não racistas (Vale, 1994) –, e especialmente Armando Zanini, na condição de presidente do Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB) (Mack, 1994). Apesar desses apoios não terem sido reconhecidos oficialmente pelo PRONA, ilustram o grau de representatividade conquistado pela agremiação, assim como certo padrão da movimentação de grupos neofascistas em relação ao campo político institucional.

Nas eleições de 1994, Enéas Carneiro obteve o terceiro lugar, com 7,38%⁸ dos votos válidos, de modo que o “perigo Enéas” foi considerado um risco de ascensão do (neo)fascismo. Independentemente da caracterização do ideário político de Enéas Carneiro e do PRONA – que estavam mais próximos ao nacionalismo autoritário e conservador do que propriamente do (neo)fascismo ou do integralismo –, a relação com organizações da extrema direita se intensificou nas futuras candidaturas.

Em 1998, ano da última candidatura presidencial de Enéas Carneiro, a relação com pequenos grupos se fortaleceu, fosse com organizações conservadoras de combate ao aborto ou com organizações como o Movimento de Solidariedade Ibero-Americana – principal braço das organizações de Lyndon LaRouche no Brasil (Krischker, 2004) –, intensificando o teor conspiracionista das candidaturas do líder do PRONA.

Embora o PRONA tenha se consolidado como principal referencial da extrema direita, sua relação com grupos integralistas só viria a se intensificar a partir dos anos 2000, em razão do *hiato institucional* dos grupos integralistas, em decorrência das disputas de poder e de concepções ideológicas diante de temáticas

7 Esse seria o mote não apenas das campanhas eleitorais, mas também do Programa de Governo do PRONA (cf. Carneiro, 1994).

8 Ou exatos 4.670.894 votos, segundo dados do TSE.

problemáticas – como o antissemitismo e o negacionismo (Caldeira Neto, 2014) –, ou de questões estratégicas. De qualquer modo, o PRONA permaneceu como principal referência institucional da extrema direita brasileira até 2006, quando o partido foi extinto.

A partir de 2002, o cenário político brasileiro se modificou com a vitória do PT e a ascensão de diversos governos de esquerda na América Latina. Embora o PRONA se encontrasse em sua fase final, observa-se cooperação entre as lideranças parlamentares do partido e os setores da direita, em especial nas reivindicações relativas aos processos das batalhas de memória do regime militar, ocasionando inclusive a aproximação entre deputados do partido e outras lideranças da extrema direita, como o militar reformado e então deputado federal, Jair Bolsonaro⁹.

Com o fim do PRONA, abriu-se uma vaga em termos de representatividade da extrema direita brasileira, mas o contexto se tornou diversificado. Seja pela continuidade dos governos do PT até a destituição de Dilma Rousseff, em 2016 ou em relação ao contexto latino-americano. Além disso, é necessário ponderar a existência de outras variáveis, como a relação do conservadorismo evangélico (e não apenas de organizações católicas) com a extrema direita mais recente.

As atividades da Comissão Nacional da Verdade (criada em 2011 e institucionalizada em 2012) intensificaram a reação de setores militares de direita, em especial das tendências mais radicais (Pereira, 2015). Organizações como o Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) passaram a reivindicar narrativas contestatórias aos relatórios dessa comissão, assim como a defesa de projetos políticos alternativos.

É nesse bojo que passa a ser idealizada a refundação da “Aliança Renovadora Nacional” (Caldeira Neto, 2013), partido de sustentação à ditadura iniciada em 1964, bem como a formação do Partido Militar Brasileiro (PMIB), que se anuncia como “a solução para endireitar o país”. Nessa conjuntura, as ações do partido (em formação) são anunciadas, mais uma vez, como estratégias contra o avanço do comunismo no Brasil.

Com o aprofundamento da crise política, algumas siglas até então sem grande relevância, como o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) – e sua principal liderança, Levy Fidelix –, passaram a sinalizar uma guinada à direita radical a partir de 2014. Para tal, fomentaram a relação com tendências mais radicais, inclusive com grupelhos neofascistas, como a Frente Nacionalista. A Frente Nacionalista, fundada em Curitiba, enunciava inspiração tanto no integralismo de Plínio Salgado, como no fascismo italiano e nas organizações de

9 O Projeto de Lei n. 5.508, de 2005, que previa a inscrição de um militar morto em combate com a “Vanguarda Popular Revolucionária” no livro de heróis da Pátria, foi redigido em conjunto por Jair Bolsonaro e o deputado Elimar Máximo Damasceno, do PRONA.

Oswald Mosley, além das formas de atuação de grupos neofascistas em diversas localidades, como Ucrânia, Itália e França. Além disso, o PRTB ensejou potenciais relações com alguns pequenos agrupamentos *skinheads* (Caldeira Neto, 2016b), no entanto, o impacto midiático negativo arrefeceu essas cooperações de modo significativo.

O processo eleitoral que consagrou a vitória de Jair Bolsonaro atrelou, por consequência, o PRTB à chapa vitoriosa, tendo em vista que Hamilton Mourão, general da reserva e atual vice-presidente, é filiado a esse partido. Ao longo da campanha eleitoral de 2018, o PRTB de São Paulo se aproximou efetivamente da Frente Integralista Brasileira (FIB), principal organização neointegralista em atuação no país. Victor Barbuy, presidente da FIB, reuniu-se publicamente com Rodrigo Tavares, candidato ao Governo do Estado de São Paulo pelo PRTB, e com Levy Fidelix, presidente da sigla (Frente Integralista Brasileira, 2019). Em ambas as ocasiões, os líderes da FIB e do PRTB portavam exemplares de livros do líder máximo da AIB.

No entanto, a despeito do apoio de grupos neofascistas ao partido que compunha a coalizão vitoriosa de Jair Bolsonaro (PRTB e Partido Social Liberal [PSL]), não há indícios que atestem a proeminente participação de grupos neofascistas (no tipo ideal proposto) na construção da militância ou das redes sociais bolsonaristas. A isso é possível, ainda que *a priori*, tecer alguns comentários.

Sem dúvida, Bolsonaro era um representante de parcelas mais radicais da extrema direita brasileira. Figura politicamente ativa desde o período da transição democrática, Bolsonaro se notabilizou pela defesa da tortura e de outras atividades incompatíveis com a legalidade democrática, fomentando a descrença na democracia liberal, nos ritos institucionais, no desprezo às minorias e na perseguição política aos adversários. Dessa maneira, não é de espantar que o então deputado Jair Bolsonaro tenha sido reconhecido como uma possível liderança por grupos mais radicais da extrema direita brasileira, inclusive de inspiração neonazista (Oliveira, 2014).

Contudo, sob a retórica anticomunista e as premissas radicais e intolerantes, Jair Bolsonaro e seus aliados eram, até muito recentemente, quadros representativos do chamado “baixo clero”, isto é, parlamentares sem grande expressão ou poderio político. Isso ocorria mesmo em termos de representatividade e relação com organizações neofascistas, o que, como mencionado, privilegiou o PRONA e Enéas Carneiro, inclusive pela existência de um partido político mais estruturado.

O vertiginoso fortalecimento da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 conviveu, no entanto, com a inexistência de uma máquina partidária robusta, ora sinalizando ao Partido Ecológico Nacional ([PEN], que mudaria de sigla para PRONA – em homenagem a Enéas Carneiro, ou Patriotas), ou mesmo

ao Partido Social Livre (PSL), agremiação que até recentemente não era dotada de uma agenda ideológica plenamente definida.

A hipótese e o argumento que aventamos é que, mais do que a existência de um padrão de articulação de grupos neofascistas ao longo da experiência da chamada Nova República, a movimentação das novas direitas ajudam a interpretar de modo mais efetivo a formação de um “bolsonarismo”. Isto é, as organizações neofascistas passam a se aproximar de Bolsonaro – e do bolsonarismo – durante sua fase de crescimento e as agitações das novas direitas, mas o bolsonarismo não é fruto direto das articulações de grupos neofascistas, inclusive porque tais grupelhos não são dotados de expressiva força política.

Além disso, é necessário levar em conta que, ao longo do processo eleitoral, o discurso de campanha de Jair Bolsonaro sinalizava o esvaziamento do Estado, não apenas em sua dimensão social, mas inclusive sob o ponto de vista da privatização de empresas estatais em setores estratégicos que, na retórica e no imaginário nacionalista de direita, são essenciais para a manutenção da soberania nacional.

A despeito dos valores preconceituosos e intolerantes expressos por Jair Bolsonaro, alguns elementos de seu projeto político representam a diversidade das novas direitas no Brasil, inclusive em termos de miscelânea. As teorias da conspiração (como o “globalismo” ou o “marxismo cultural”), embebidas diretamente de um imaginário que impregnou diversos setores do pensamento de direita (e também do próprio fascismo histórico), coexistem com um projeto e discurso ultraliberal na economia, assim como o apoio a Israel e aos Estados Unidos da América (EUA), sobretudo nos projetos políticos de Benjamin Netanyahu e Donald Trump. Sob esse ponto de vista, embora o discurso e a prática de Jair Bolsonaro façam jus a algumas ideias-força da extrema direita brasileira de inspiração neofascista, em outros momentos oferece pontos de ruptura, ou ao menos diferenças substanciais, como é o caso da defesa das privatizações.

Não apenas por disputas entre representantes de um campo específico, qual seja, a extrema direita brasileira, mas também por questões filosóficas e ideológicas, as aproximações ou os apoios de grupos neofascistas a determinados aspectos de Jair Bolsonaro devem ser analisados à luz dos interesses desses grupos neofascistas, bem como de suas similaridades e diferenças. No entanto, afirmar as diferenças não deve significar o apagamento das similaridades entre os partidários de Bolsonaro, do fascismo histórico e também dos grupos neofascistas.

De qualquer maneira, desde a consolidação de uma retórica conservadora durante a queda de Dilma Rousseff, em 2016 (e não apenas a ascensão de Jair Bolsonaro), constata-se o fortalecimento de um sentimento mais propício à ex-

trema direita, todavia, sem a existência de uma agremiação política de inspiração fascista a canalizar tal “potencial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, observa-se que, desde o fim da transição democrática até tempos mais recentes, a extrema direita brasileira – em especial os grupos neofascistas – varia de atitude em relação ao campo político institucionalizado e, em particular, aos partidos políticos. No entanto, essa condição deve ser interpretada a partir de variáveis endógenas e exógenas, relacionadas não apenas ao campo do radicalismo de direita, mas também diante de aspectos conjecturais em nível nacional e internacional.

O período inicial é fortemente marcado não apenas pela desarticulação entre pequenos agrupamentos (e que, a despeito de suas similaridades, buscam estratégias e interesses diversificados), mas, sobretudo, pelo ambiente político refratário ao nacionalismo e ao autoritarismo de direita. O contexto da “direita envergonhada” foi, apesar da existência de uma transição conservadora, fundamental para arrefecer as tentações da extrema direita.

As modificações observadas devem ser interpretadas, em contrapartida, por meio da conjugação de um contexto nacional mais propenso à atuação de uma agremiação afeita aos discursos da extrema direita. Em primeiro lugar, a existência de uma crise política e de representatividade (institucionalizada no *impeachment* de Fernando Collor), mas também a intensificação dos processos de privatização. O perigo passa a ser não só o avanço das forças de esquerda, mas a própria garantia da soberania nacional diante dos interesses internacionais.

Já ao longo do período de relativa hegemonia das forças de esquerda no contexto nacional, mas também no latino-americano, observa-se o discurso de *reação às pautas progressistas* e, em especial no Brasil, as tentativas de discussão relativas aos legados autoritários que persistem em torno do processo de transição conservadora. Nessa conjuntura, a ruptura institucional, bem como os impactos de uma crise econômica de amplitude internacional, passa a ser um ingrediente de articulação de tendências da extrema direita que, embora sem a representatividade de uma agremiação específica canalizadora, busca tensionar o campo político a partir de plataformas e enunciados antidemocráticos.

Desse modo, embora pareça equivocado falar em continuidade e cooperação absoluta nos campos radicais da direita brasileira ao longo das últimas décadas, também seria equivocado afirmar a inexistência de uma relativa historicidade nos fenômenos mais recentes. Um dos pontos necessários a considerar nas agitações entre grupos neofascistas e a recente ascensão das direitas radicais no Brasil é a

permanência de alguns pontos, que podemos considerar *imaginários políticos* ou *culturas políticas*, tendo em vista inclusive as dinâmicas de transmissão e os diálogos entre diferentes gerações de pessoas, grupos sociais e organizações políticas.

Concordamos com a interpretação de autores como Boisard (2014), segundo a qual o anticomunismo é um elemento que consolida uma genealogia e uma interligação para analisar apropriadamente o pensamento das direitas – em especial das direitas radicais – na América Latina. Evidentemente, entre os contextos de Guerra Fria e a escalada das novas direitas, os tempos são muitos diversificados.

Por fim, cabe a seguinte pergunta:

Não será necessário interpretar essas questões de acordo com sua historicidade e diversidade, para além de categorias como o neofascismo, que podem constituir armadilhas interpretativas?

Nossa aposta é que sim.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. (2004). *Skinheads: os “mitos ordenadores” do poder branco paulista* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Almeida, A. (2017). *Música skinhead white power brasileira: guia de referência* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968*. (1968). São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF.
- Boisard, S. (2014). Pensando as direitas na América Latina: objeto científico, sujeitos e temporalidades? *Varia História*, 30(52), 85-100.
- Boron, A. (1977). El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, 39(2), 481-528.
- Briones, A. (1975). El neofascism em América Latina. *Problemas del Desarrollo*, 6(23), 25-50.
- Caldeira Neto, O. (2009). Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, 2(4), 1097-1123.
- Caldeira Neto, O. (2013). A direita que se (re)cria: AIB, Arena e PRONA. *Boletim do Tempo Presente*, 4, 1-19.
- Caldeira Neto, O. (2014). *Sob o signo do sigma: integralismo. neointegralismo e antissemitismo*. Maringá, PR: Ed. UEM.

- Caldeira Neto, O. (2016a). “Nosso nome é Enéas!”: *Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Caldeira Neto, O. (2016b). Frente Nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil. *Faces de Clio*, 2(4), 20-36.
- Cardoso, L. C. (2011). Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. *Revista Brasileira de História*, 31(62), 117-140.
- Carneiro, E. F. (Org.). (1994). *Um grande projeto nacional: Enéas Presidente*. [S.l.]: Partido de Reedificação da Ordem Nacional.
- Castan, S. E. (1985). *Holocausto: judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século*. Porto Alegre, RS: Revisão.
- Costa Pinto, A., & Martinho, F. C. P. (2003). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Direita articula-se com objetivo de influir na sucessão. (1989, 1º de março). In *Folha de S. Paulo* (p. A7).
- Direita luta pela “boquinha”. (1989, abril). In *Ponto de Vista (CEFURIA)*, 15, 2.
- Dreifuss, R. (1989). *O jogo da direita na Nova República*. São Paulo, SP: Vozes.
- Frente Integralista Brasileira. (2019). *FIB*. Recuperado de <https://www.integralismo.org.br/?cont=780&ox=195#.XY7F8ubMNgU>
- Gentile, F. (2018). A direita brasileira em perspectiva histórica. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 25(1), 92-11.
- Girardet, R. (1996). *Mitos y mitologías políticas*. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión.
- Gonçalves, L. P., & Caldeira Neto, O. (2016). Brazilian integralism and the corporatist intellectual triad. *Portuguese Studies*, 32(2), 225-243.
- Gonçalves, L. P., Caldeira Neto, O., & Andrade, G. I. F. (2017). Neonazismo e transição democrática: a experiência brasileira. *Anuario IEHS*, 32(2), 221-240.
- Guamán, A., Aragonese, A., & Martín, S. (2019). *Neofascismo: la bestia neoliberal*. Madrid, España: Siglo XXI.
- Integralista sonha com partido. (1988, 3 de maio). In *Jornal do Brasil* (p. 2).
- Jânio e Afif são as opções da direita para a presidência. (1989, 27 de janeiro). In *O Liberal* (p. 19).
- Jesus, C. G. N. (2006). *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*. São Paulo, SP: Ed. Unesp.
- Krischker, J. (2004). A extrema-direita americana no Brasil: ideologia, organização e práticas dos Larouchistas – a organização LaRouche. In L. MILMAN (Org.), *Ensaio sobre o anti-semitismo contemporâneo: dos mitos e das críticas aos tribunais* (pp. 75-91). Porto Alegre, RS: Sulina.

- “Letras em Marcha” aponta comunização. (1986, 30 de setembro). In *O Globo* (p. 7).
- Lopes, L. R. (1992). *Do terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS.
- Mack, E. (1994, 30 de agosto). *Admirador de Hitler decide apoiar Enéas*. Recuperado de http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/30/caderno_especial/19.html
- Maitino, M. E. (2018). “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 25(1), 92-111.
- Mann, M. (2008). *Fascistas*. São Paulo, SP: Record.
- Momento decisivo. (1989, novembro). In *Ombro a Ombro*, 2(18), 1.
- Motta, R. P. S. (2002). *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Natali, J. B. (1986, 21 de dezembro). *Integralistas tem tímido “lobby” para a constituinte*. Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/116736/1986_DEZEMBRO_084b.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Oliveira, P. C. (2014). Música, neofascismos e a nova história política: uma análise sobre a presença do *Hate Rock* no Brasil (1990-2010). *Boletim Historiar*, 6, pp. 43-56.
- Partido de Ação Nacionalista. (1983, 28 de outubro). *Manifesto Programa* (ano 1, n. 1). São Paulo, SP: Autor.
- Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA – Ata de Fundação. (1989, 6 de abril). In *Diário Oficial da União* (Seção I, pp. 5280-5285).
- Pereira, M. H. F. (2015). Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*, 31(57), 863-902.
- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos Estudos (CEBRAP)*. n. 19, pp. 26-45.
- Power, T. J. (2000). *The political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- Quadros, M. P. R. & Madeira, R. M. (2018). Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, 24(3), 486-522.
- Reis, D. A. (2010). Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 23(45), 171-186.
- Rocha, C. (2018). “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018) (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

- Santos, E. H. J. (2009). *Extrema-direita, volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- Trindade, H. (2000). Fascismo e neofascismo na América Latina. In L. Milman (Org.), *Neonazismo, negacionismo e extremismo político* (pp. 47-75). Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS.
- Vale, I. (1994, 30 de junho). Carecas driblam nazismo com futebol e reggae. *O Estado de São Paulo*, p. G6.
- Velasco e Cruz, S., Kaysel, A., & Cudas, G. (Orgs.). (2015). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo.

Populism and anti-liberal thought: Lega and M5S in the Italian context¹

Goffredo Adinolfi

INTRODUCTION

Representation, according to the populist rationale and the way how the relationship between *démos* and power is established, is the core issue of this article. Thus, it discusses how the populist challenge can affect, directly and indirectly, the way the representative and liberal democracy works. That is, the focus lies on how the populists build their own audience and on the institutional reshuffle they propose to enforce the people's will.

The primary assumption of populism is to establish a non-mediated link between the leader and the people and to tackle both the representative structure of democracy – that is, the intermediate bodies such as parties, trade unions, and so on – and the liberal one, providing people with ultimate legitimation to take part in every decision beyond the narrow rule of law paradigm. As explained by Nadia Urbinati (2014), representative democracy is based on a diarchic structure that separates will (the procedures and institutions) from opinion (the extra-institutional domain of political views).

Based on the assumption that reality is not objectively given (Ballacci, 2019), Pitkin (1967) argues that representation must be seen as a performative act, therefore, socially and historically constructed. Representation is a constitutive relationship that does not simply mirror pre-existing political identities, but it rather essentially contributes to create such identities (Disch, 2015). According to Michael Saward (2010), there are 3 crucial features involved in the representative process: a) the representation maker, in that case a politician; b) the repre-

¹ Artigo publicado anteriormente na revista CONHECER: Debate entre o público e o privado, v.10 , n.24 (2020).

sentation maker's message; and c) the audience. In this framework, the audience must be regarded as an active subject, since it could reject, amend, or accept the claim-maker's message.

The relationship between the audience and the claim maker has deeply changed since the social media became an instrument for the impressive rise of populist movements. Their outstanding effectiveness has 2 main reasons: a) they make the message visible to a broad auditorium; and, even more important, b) they provide in-depth insight into audience reaction to the message, through multilevel analysis by age, sex, occupation, and so on. Nowadays, the social media constitute a prominent tool for devising further communication strategies, correcting mistakes, and gaining a better understanding of audience behavior.

However, as it seems clear, the message for the audience is straighter, i.e. without any opposing individuals, it is easier for the demagogue to persuade people. The social media's revolution has certainly heavily hit the intermediate body and made the relationship between a society's top and bottom seemingly closer. To a certain extent, we are not far from what has been described about the impact of social massification and the leader's charismatic role towards the crowd in the seminal work by Gustave Le Bon (2013), firstly published in 1895.

Nevertheless, populism is not just a demagogical rhetoric used by a charismatic leader to increase his audience, it is also an overarching framework to grasp the relationship between *démós* and power, in other words, it must also encompass the way how the rhetorical discourse is translated into a consistent institutional apparatus (Eatwell & Matthew, 2018; Mudde & Kaltwasser, 2017; Urbinati, 2014).

Most of the literature on the theme focuses mainly on the former point, i.e. discourse. Yet, to advance towards a better understanding of the populist phenomena as a whole, it is key to address the institutional framework herein.

Now, populism is the main challenge to stability in liberal democracies². But it is still hard to define exactly what populism is. The extensive literature on the subject is divided into several lines of interpretation. In political science, the twofold definition by Cas Mudde prevails: a revolt of the pure people against the elite(s) and thin ideology (Mudde & Kaltwasser, 2017). Nevertheless, lack of ideology and anti-elitism are not enough or, to some extent, the right way to explain the populist phenomenon. Somehow, fascism has derived from the same misunderstanding, since it has been interpreted by Emilio Gentile (2005)

2 As explained by Roger Eatwell, right-wing populism is a global phenomenon challenging liberal democracies: "Brexit and Trump actually followed the much longer rise of national populists across Europe, like Marine Le Pen in France, Matteo Salvini in Italy and Viktor Orbán in Hungary. They are part of a growing revolt against mainstream politics and liberal values" (Eatwell & Matthew, 2018, p. 169).

as a form of ‘anti-ideological ideology’ promoting the primacy of action over theory, the victory of irrationality over reason. Particularly, it is hard to find a coherent concept of ideology in populism, given its multifaceted actual manifestations. In spite of the differences, any populist discourse has the people as its main source of legitimation. Thus, the twofold definition proposed by Carl Schmitt (2004) is closer to a meaningful interpretation. The contrast between people’s legitimacy and rule of law highlighted by the German constitutionalist must be resolved, so that the people’s legitimacy prevails over the rule of law. Hence, the main enemy of populism is not democracy per se, but liberal and representative democracy. Representation is at the core of a populist approach, thus the relationship between *démos* and power should be established according to the populist’s ideal pattern.

Given the above, two questions emerge:

- How could a populist democracy be actually ruled?
- Which are, or which may be, the institutional characteristics of a populist regime?

At that level, the populist rationale represents a clear challenge to liberal representative democracy and, as Federico Finchelstein (2017) explains, since the defeat of fascism, populism is the only rhetoric allowed to escape from liberalism. Undoubtedly, the fascist’s and the populist’s answers to the crisis of liberal regime are quite different and they must not be confused, but they overlap somehow at least on one main point: the idea of people. Having the individual from the liberal perspective as a basis, in the populist and fascist view, the individual is replaced by the community, as a comprehensive and proto-totalitarian idea of the people.

As a result, the rejection of mediated democracy must be translated into comprehensive representation in the case of fascism, by means of hyper-democracy in populism. Ideology and intellectualism arise, in both cases, as a way to manipulate the people’s will and then they are neglected by leaders. So, boundaries are not always easily distinguishable, but they exist. The very idea of populist representation is quite different from that of fascism, although they have another common point: an intrinsic tendency to plebiscitarianism (Urbinati, 2014).

ITALY AND THE POPULIST CHALLENGE

Outside Latin America, Italy is one of the most typical cases of the populist challenge to liberalism. In the General Election of spring 2018, the majority of the Italian parliament was conquered by 2 populist groups: a) the Lega (17.35%); and b) 5-Star Movement (Movimento 5 Stelle [M5S]) (32.68%). The weight of populist

groups increased in the European elections: the Lega's vote share rose from 17% to 34%. After the last Italian legislative election, held on March 4, 2018, the M5S joined the Salvini's Lega to establish an alliance between the two main populist parties. Their negotiations took many weeks and the new Prime Minister, Giuseppe Conte, took office on June 1, 2018. Professor Paolo Savona, whose anti-Euro attitude was well-known, was included in one of the first cabinet members' draft as the Minister of Economy.

Having in mind the huge concerns about the European policy, which involve staying within the Euro Zone, the new cabinet strengthened the bonds between Italians and Germans immediately. After all, both parties took several anti-Euro actions (Adinolfi, 2016; Passarelli & Tuorto, 2018), so that appointment was interpreted as a consistent and clear intent to step out from the Euro Zone. Following pressures from the Head of the State, Sergio Mattarella, Savona has been replaced by Professor Giovanni Tria, who became the guarantor of compliance with the Euro Zone's standards.

The populist nature of the new government was widely assumed by the Prime Minister, who stated, on December 11, 2018:

If populism is that form that allows the distance between the people and the elite to be reduced, giving them back their sovereignty, then we claim to be populists.

However the distance between the two parties increased throughout the months and in August 2019 the alliance broke up.

The M5S and the Lega arose in the aftermath of the deep legitimization crisis within the Italian party system following the 2008 economic crisis and Monti's government, in 2011. Both parties³ called for a less mediated democracy, i.e. exercised more directly. If, on the one hand, the M5S and the Lega share some common points regarding the institutional framework, on the other hand, they differ in how to reach that goal.

The Lega's case is extremely interesting, because the Lega and the Northern League (Lega Nord per l'Indipendenza della Padania [LN]) are not the same party, actually. The 'Lega with Salvini' is just a brand name that sprang up during the 2013 European elections, and it belongs to the Lega's leader. By means of an unofficial process, Salvini turned a regional group into a national one and, paradoxically, nationalistic, too. There is herein a direct link between the people and

³ We use the term 'party' here following the definition by Sartori (2005, p. 56): "a party is any political group identified by an official label that presents at elections, and is capable of placing through elections (free or non-free), candidates for public office."

the leader, i.e. without any party mediation.

The M5S's case is quite different. Unlike the Lega, the M5S cornerstone is not the leader, but the people, expressing its will through several social networks, blogs, and since 2016, Rousseau's internet-based platform (Biorcio, 2015; Biorcio & Natale, 2013; I. Diamanti, 2014).

Furthermore, both parties have in their manifestos a deep institutional re-shuffle project. This article tackles the differences and the common points of the two main Italian populist groups.

LEGA

Northern League and Lega with Salvini

Given the Lega's multiple, blurred, and confused cadres, statutes, and militancy, it is not an easy task to explain its structure at first. Although the Lega and the LN seem to be the same party, in fact, they are not. They certainly overlap in many aspects, such as having the same leader, Matteo Salvini. For a better understanding of what the Lega is nowadays, it is necessary to step back to 2013. That year was the crucial turning point for Italian politics, due to, on the one hand, the earthquake triggered by the M5S's impressive results in the 2013 General Elections and the consequent populist renovation in all parties, including the LN.

On December 7, Salvini was elected the party's Federal Secretary through primary election⁴, and just some months later, the LN suffered one of its greatest debacles in the 2014 European elections. Step by step, the new leader completely reorganized the LN's structure, strategies, and thought. Its main goal was extending the party's influence beyond the Po River. It was hard for the leader to overcome both the geographical and ideological constraints imposed by regional identity. The only way to achieve his goal was getting rid of internal opposition. The switching process from a regional to a nationalistic ideology and the conquest of Southern Italy were far from being unanimously accepted or definitively agreed⁵.

Although the new ideological roots became quickly clear, they are much more inconsistent now than in the past. Salvini has established close ties with the French National Front (Front National [FN]), led by Marine Le Pen, and made connections with the neo-fascist Italian movement CasaPound. In December 2014, a new group, Us with Salvini (Noi con Salvini [NcS]), a sort of LN's southern

4 It is worth noticing that one week earlier, on December 8, Matteo Renzi was elected General Secretary of the Democratic Party (Partito Democratico [PD]), through primary elections, too.

5 The claim for autonomy is still one of the main issues regarding the Lega's governors in Northern Italy.

brother, was created. Matteo Salvini became the leader of both parties and kept tight control over them. In 2016 and 2017, NcS participated in local elections, with very disappointing results.

The foundation of a second party was a second step in the ongoing strategy. ‘League for Salvini Premier’ (Lega per Salvini Premier [LpSP]) was created through an official act published in *Gazzetta Ufficiale* (Lega per Salvini Premier [LpSP], 2017). The LpSP’s goal was to merge the two different groups into a single party: the LN and the NcS. However, the LN and the LpSP still have two parallel cadres with different statutes and, above all, 2 different memberships: a) in Northern Italy, the LN; and b) in the Southern Italy, the LpSP (Orengo & Del Dot, 2018).

Therefore, Salvini has only partially reached his goal, although we must underline that, according to public opinion, the transformation process from a regional to a nationwide and nationalistic group has been successful. The results are striking. In 2018 Parliamentary Elections, LpSP won 18% of the votes (123 deputies), 17 of them from Southern Italy, and 58 Senators, 11 of them from Center-Southern Italy. The results of the 2019 European elections were even more impressive: LpSP won outstanding 34% of the votes and became the leading Italian party.

Although it is not clear whether the Lega’s weak structure only obeys its leader, and the extent to which the party bodies’ mediation has been left out of the main decision-making processes, Salvini is just a step away from the premiership. No party congress has even ratified the change from the LN to the Lega. The nationalist ideology, i.e. the rejection of regional autonomy/independence are far from being accepted within the old party cadres. This gives rise to hidden conflict between the old militants and the new political elite brought by Salvini’s inner circle.

The Lega’s leader

As the literature on the subject almost unanimously proposes (Laclau, 2005; Muddé & Kaltwasser, 2017; Urbinati, 2014), populist movements are strongly linked to their leader’s charismatic action and the Lega fits perfectly into that framework. As informed above, Matteo Salvini was elected the LN’s Federal Secretary through primary election on December, 7 2013.

The LN is, or it was until 2013, the oldest party in the Italian parliament. The party’s historical leader, Umberto Bossi, took office for his first term as senator in the summer of 1987, not long before the outbreak of the Clean Hands Operation (the Mani Pulite Inquiry) to fight corruption, in March 1992, and the consequent

fall of the so-called First Republic, which lasted from 1946 to 1992. Since 1994, the LN has ruled all the Northern Italy and it remained in government with Go Italy (Forza Italia – FI) for 9 years.

However, in 2012, the so-called *Carroccio* was experiencing its deepest crisis since its official foundation as a party, in 1991 (Passarelli & Tuorto, 2018). In September 2012, the party was shaken by several corruption trials, and one of them directly affected its founder, Umberto Bossi, his inner circle, and Francesco Belsito, the party's treasurer. Inevitably, there was a sharp drop in the party's results in the 2013 elections. The LN won only 4% of the votes, i.e. only half of the votes won on the previous 2008 elections. Over this period, the LN's leader was Roberto Maroni, former Minister of the Interior, from the party's conservative wing. On September 23, 2013, the Lega's federal council gathered to try overcoming the crisis, by calling an election for new leader on December 7 and also a party congress one week later.

For the first time in Lega's history, members were allowed to vote directly for their leader through primary elections⁶. The contest was highly symbolic, since its founder, Umberto Bossi, was opposed by the young and charismatic Matteo Salvini. The poll results were ruthless: Bossi was heavily defeated (80% of thousands of votes chose the alleged outsider Salvini).

Although the primary assumption of Salvini's official rhetoric is grounded in the idea of a newcomer not related to the LN's corrupt political elite, in fact, i.e. completely and somehow paradoxically untrue. Indeed, Salvini has been a member of the LN since 1990, and he was a member of the Milan Council (from 1993 to 2006), a European Member of Parliament (MP) (from 2004 to 2014), and ultimately an Italian MP.

Furthermore, during his political career, Salvini has played many roles in propaganda. Firstly, he was a journalist for *La Padania*, the party's newspaper, then for *Radio Padania*, where he worked as a director (from 1999 to 2013). For 20 years, Salvini has dealt with the media rather than played ruling roles at a national or regional level. Therefore, undoubtedly the Lega's leader has strong media and communication skills. In fact, Salvini has become a prominent Italian leader thanks to his rhetorical ability, developed by means of decades of professional practice and a cynical use of the social media.

The leader and the audience

As stressed above, during his political career, Matteo Salvini has developed a strong

6 It is worth highlighting that the LN's primary elections differ from those of the center-left wing PD. While only members are allowed to vote in the LN's primary election, the PD has open voting.

and useful demagogic ability. The Lega's leader has always run not along with, but besides the party and the institutions. His attendance in the European Parliament and in the Ministry of the Interior's offices was very low, but his presence in the social media and on the streets is strong. Since he has been elected the party's secretary, in 2013, he froze the middle layers of his party and run as a lonely man playing on 2 stages: a) on the street, i.e. with a direct link to the people; and b) by means of the social media (Bobba, 2017; G. Diamanti & Pregliasco, 2019).

Luca Morisi, Professor of Philosophy and the Web at the School of Languages of the University of Verona, founder of the Sistema Intranet company, an internet communication provider, has been since 2013 one of the leading Salvini's spin doctors (G. Diamanti & Pregliasco, 2019). It is worth stressing that like Jair Bolsonaro, in Brazil, and Donald Trump, in the United States of America (USA), Salvini has succeeded in a sort of miracle: he inherited a weak party and turned it into the top force in the country. After being appointed Minister of the Interior, his communication staff has consistently increased. Outside the Lega's party structure and under Salvini's tight control, a huge, expensive, and overarching social media structure named as 'La Bestia' was built (Forti, 2018). Andrea Paganella, co-founder of the Sistema Intranet company along with Luca Morisi, joined that staff and was appointed Head Secretary.

Furthermore, just as in the cases of Trump and Bolsonaro, Salvini's official media communication strategy is run along a fine line between fake and non-fake news. In other words, the message is built in such a way that it could easily lead to misinterpretation. Moreover, several *Twitter* and *Facebook* accounts not directly related to the so-called Captain, nickname given by the spin doctor to the leader in order to support Salvini's policies. It is not by chance that *Facebook* has recently closed 23 accounts. With more than 2 million followers, they were spreading fake news in favor of the Lega and the M5S and against immigration as a whole.

To sum up, the Lega's communication strategy has three primary layers.

The first layer focuses on real life: streets, markets, actual events, and so on. That is where the content to be shared through social media is produced: selfies, the leader's speech, crowds surrounding the leader, etc.

The second layer consists in the official social networks: *Twitter* and *Facebook*. That is the real life where content is released and analyzed (followers can share, comment, and like it). It is a key source of information that can be used to reach more people and gain consensus.

And, finally, the third layer is the ambiguous space of unofficial social networks. That is where messages regarded as unfeasible otherwise, given their controversial nature, can be released. Since there is no direct link, it is hard to prove

that they are related to the official party's body. However, this third layer is useful to capture the audiences' reaction to rather aggressive messages, fake news, and so on. These three levels are strongly interconnected. It is worth stressing that, although social networks play a key role in producing and spreading the Captain's thought, most of his audience is outside the social networks.

The Lega's institutional framework

The question that we are going to answer herein is twofold: a) what the institutional framework proposed by the Lega is; and b) to what extent it is consistent with the populist ideal type.

The program proposed by Matteo Salvini, for the Italian legislative election held in March 2018, includes an extensive section on that subject. "Giving the people their sovereignty back" (LpSP, 2018, p. 1, our translation), as stated by the Italian Prime Minister Giuseppe Conte, is certainly the cornerstone of the whole blueprint, which is moving forward to establish a true people's democracy.

As underlined by Ernesto Laclau (2005, p. 83), "populism requires the dichotomic division of society into two camps – one presenting itself as a part which claims to be the whole; that this dichotomy involves the antagonistic division of the social field". It is written in Lega's program that "Democracy means rule of the people. Its main essence is people's participation in the government" (LpSP, 2018, p. 20, our translation). Therefore, the question that has to be answered is: who has stolen the people's sovereignty? First and foremost, the main thief is the European Union (EU), i.e. not Europe per se, but 'the specific European model.' Sovereignty and anti-Europeanism are among the main points bringing together all the continental populist parties. Second, "international institutions, such as the United Nations (UN) or the World Trade Organization (WTO)" (LpSP, 2018, p. 20, our translation). Third, "the powerful international sovereign funds and the thousands and thousands of dollars maneuvered by them and their capacity to influence the State policies" (LpSP, 2018, p. 20, our translation). The typical victim's logic in this kind of party is not unlike the fascists' rationale soon after World War I⁷.

However, the enemies of the people do not come only from more or less unidentified foreign countries. The representative democracy's bodies are also to blame for having stolen the people's sovereignty; therefore, it is necessary to "develop the institutions of direct democracy to correct the distortion of representative democracy" (LpSP, 2018, p. 20, our translation). The Lega's project should be encompassed by the larger family of anti-liberal thought. As a consequence, all

7 The victim's rhetoric used to depict the *mutilated victory* after World War I was a major theme in fascist propaganda.

mediations between *démos* and power, the checks and balances, must be broken down and move towards establishing a bottom-up direct legitimation.

The main axis of the constitutional reforms proposed by the Lega manifesto revolves around the 3 branches of politics: a) Executive Power; b) Judicial Power; and c) Parliamentary Power.

First, according to the Lega's project, balance within the institutional framework, based on parliament as a cornerstone, must change dramatically. The Executive Power should become the prevalent body in the hierarchy legitimated by the "direct election of a strong Head of the Executive" who "must not be appointed by parliament" and he should also be the "Head of State" (LpSP, 2018, p. 21, our translation). The Judicial Power's independence is dramatically reduced, subjugated to politics in two main ways.

Second, on the one hand, 'judges must apply the law and not make it,' on the other hand, constitutional judges must be elected by the Head of State (Executive Power), the parliament and the regional administrations. No role is assigned to the Judicial Power in order to choose judges for the Constitutional Court.

And third, the profound change in the balance within the Parliamentary Power due to the Lega's blueprint with regard to the 1946 Constitution has favored the Executive Power. However, this is not the only radical change in the way how the MPs work. The number of deputies and senators must be steadily reduced, as well as their independence: "a binding mandate must be introduced to avoid deputies changing the party membership during their mandate" (LpSP, 2018, p. 21, our translation). Last but not least, it is proposed to abolish 'referenda's minimum quorum to increase their effectiveness.'

Clearly, the people/community has become the primary source of any legitimation, it is more powerful than the rule of law. This is due to the referenda reform, with direct election for the Head of Government and the Head of State and the MPs and judges' limited independence.

As pointed out by Norberto Bobbio (1990), democracy has grown within liberalism and, to a certain extent, in contradiction to liberalism. Democracy means the power of the people, liberalism means the limitation of power, also the power of the people; here, the rule of law prevails over legitimation. It seems that the Lega's blueprint has some features of the presidential model, but with the crucial difference of not including its strong checks and balances.

The stolen sovereignty's rhetoric has turned into a directly exerted and illiberal democracy, where the hidden, implicit, and inevitable outcome is, as explained by Nadia Urbinati (2014), plebiscitarianism.

THE FOUR PHASES OF THE 5-STAR MOVEMENT

So far, there are four main steps in the M5S's evolution: a) the period prior to the movement's creation (2005-2009), entirely focused on the comedian Beppe Grillo; b) the movement's birth, in 2009, up to the impressive victory at the 2013 General Elections; c) the party's institutionalization and the rise of an established leadership, up to the end of the first Conte administration; and d) the new alliance with the center-left wing PD.

Building the audience (2005-2009)

In January 2005, Grillo's blog was opened. Along with the comedian, Gianroberto Casaleggio was one of the leading Italian characters concerning internet marketing strategies⁸. Casaleggio is a sort of head providing Grillo, the charismatic claim maker, with the knowledge needed to deliver pervasive communication through social networks and Grillo is for Casaleggio the voice capable of spreading the latter's messages – one of the most widely known is Casaleggio (n.d.). By far, this is the key cornerstone in the forthcoming M5S's life (Adinolfi, 2016). The discourse and the way how it has been established play a central role in audience building. This marks the very beginning of the new comedian's political experience: in just a few weeks, Grillo's posts became a rather influential reference. In October, the *Time* magazine included him among the 2005 European Heroes (Israely, 2005) and in December he was awarded the prize by the Italian economic newspaper *il Sole 24 ore* as the best news website. Four years later, in 2009, the *Forbes* magazine, which establishes each year a ranking of the most influent personalities on the web, placed Grillo's blog in 7th position⁹. In the beginning, the blog's themes focused just on complaining about the so-called *cast*¹⁰, i.e. the *oligarchy* in both political and economic terms. Indeed, the very first steps involved complaints against the big Italian companies, fraudulent bankruptcy procedures, and the consequent loss of stock values, especially among middle class investors¹¹.

8 As reported by Roberto Biorcio and Paolo Natale (2013), the meeting between Beppe Grillo and Gianroberto Casaleggio is crucial to grasp the entire project's evolution. Casaleggio has been one of the main Italian experts in developing web marketing strategies.

9 "His highly political material struck a chord with audiences, and Grillo became a force in Italian politics. In 2005, he started sharing his thoughts on a blog – it's now available in Italian, English and Japanese, and is one of the most widely read in the world, making him a truly global Web Celeb" (Ewalt, 2009).

10 Since 2007, *cast* has become a sort of synonym for the term *oligarchy* and it means an *irremovable political elite*.

11 Given its consequences on the middle class, the most paradigmatic case of fraudulent bankruptcy was certainly that of Parmalat. For more information, see *La Repubblica* (2004).

It is worth noticing that, in 2008, the Italian radical left-wing coalesced into a sort of cartel named as Rainbow Left (Sinistra Arcobaleno), which did not reach the 4% cut off established by the electoral law to have a seat in the parliament. Electors blamed the Radical Left-Wing for its participation in Romano Prodi's administration. As a consequence, a major non-mainstream opposition has suddenly disappeared and this opened room for a newcomer. Grillo's blog emerged exactly at that moment in public opinion as a unique legitimate oppositional point of reference. It annihilated, on the one hand, the non-mainstream opposition and, on the other hand, all mainstream parties were put by the comedian at the same level. Relying on an effective pun, grounded in the acronyms of the two mainstream parties, Grillo showed that the only difference between them is just an 'L', so the PD became a People of Freedom (Popolo della Libertà [PDL]) without the 'L.'

In other words, Beppe Grillo had a relatively long learning period that preceded his political experience, where he underwent a transformation from comedian to politician. Furthermore, soon his blog seemed to be something more than just a blog right from the beginning. The legitimation granted by Grillo's interventions to his people and against the oligarchy reached and compelled an increasingly trustful audience, willing to engage in an actual participation that goes beyond the narrow boundaries of the virtual world. In his blog, Grillo addresses the roots of a widespread activism throughout Italy, generally not linked to political parties, and to some extent distrustful of politics. He declares his will to use a megaphone in favor of those people and the complaints that nobody wants to hear.

Therefore, along with the blog, an actual platform consisting of small groups of citizens has been established (Biorcio, 2015). Again, the internet is useful to the comedian and the tool chosen for this purpose is the *MeetUp*. The idea behind the MeetUp network is to provide support to local struggles by promoting a new kind of activism rigorously outside the older parties' framework. Thanks to Grillo's legitimation, thousands of individuals decided to engage in the struggles (Biorcio, 2015). A real activist network springs out of the virtual world. One of the most important cases arising from the MeetUp in these years was the so-called '280', whose main aim was establishing a civic list for direct democracy (Murphy, n.d.).

A third tool of political participation, after the blog and the MeetUp, has consisted in big events/demonstrations. Halfway between a traditional demonstration and a rather traditional spectacle, Grillo reached an even larger group of people. The so-called 'Fuck Off Day' took place on September 8, 2007, in Bologna,

with 30,000 participants. There were 200,000 people participating in the whole network and more than 200 meetings were held throughout Italy (Corriere della Sera, 2007).

So, 300 signatures were gathered to support a referendum on the law against political professionalization and in favor of a rather direct democracy¹². At the Liberation anniversary celebration (April 25, 2008), a second V-Day was organized to promote a second wave of referenda, then to abolish public funding to political parties and to the media. The relationship between the media, public funding, oligarchy, and freedom seems to be one of the main M5S's issues. More than 1 million signatures were gathered, but the referendum was disregarded by the Constitutional Court.

The rise of the 5-Star MoVement and the victory at the Italian general elections (2009-2013)

After four years of experience, on October 4, 2009, the M5S, the instrument used to compete on the electoral arena, was created. The people, as pointed out above, was already there as a direct link connecting the leader to his audience. It is worth highlighting that the three participation layers, i.e. internet activists, local activists, and demonstrators/spectators, are rather different from each other and even irreconcilable to some extent.

Even rejecting the left/right axis, the M5S early roots were clearly connected to traditional left-wing's themes and their political participation forms. Each of the movement's stars represents one of its main values: a) Environment; b) Water; c) Energy; d) Development; and e) Transport. However, on the other hand, language, mainly addressing internet participation, is blurrer. The letter 'V' in the noun 'MoVement' must be capitalized, because it recalls, at the same time, the V-Day, as a metaphor for the Normandy landing, the Fuck the cast (Vaffa), and Vengeance (MoVimento 5 Stelle [M5S], 2009).

Thus, as it happened previously for the MeetUp, the M5S emerges as a sort of franchiser whose aim is providing local groups with support to fight by sharing the Statute's values¹³. It is worth stressing that the years 2008-2013 were character-

12 The bill proposes parliamentary ineligibility for those convicted of crimes with sentences exceeding 10 months, the limit of 2 legislatures for parliamentarians and the introduction of the vote in preference in the electoral law (Grillo, 2007).

13 "If we look at the initial phase of the M5s, we find ourselves before a political force that has its origins in the humus of the movements and parties of the libertarian and radical left. This is the silent revolution, characterized by the struggle for the affirmation of transversal, post-ideological and post-materialist values such as civil rights and equal opportunities, peace, solidarity, development and ecology" (Corbetta & Gualmini, 2013, p. 34).

ized by a huge wave of scandals that hit both businesses and politics. Moreover, the M5S's rise has happened along with the outbreak of the economic crisis. In such a contest, to bring several months of speculation against the Italian public debt to an end, as well as to avoid the Italian bankruptcy, in November 2011, Silvio Berlusconi's administration was replaced by Mario Monti's administration. Although the cabinet consisted almost entirely of university professors, parliamentary support came from the 2 mainstream party aisles: a) center-left wing; and b) center-right wing. The PD and the PDL coalesced into the same administration. As a consequence, public opinion blamed both mainstream parties for the outcomes of the sharp cut in public expenditure and the rise of imposition. This framework paved the way for the first MoVement's successful local elections, in 2012. In Parma, a mid-sized municipality in Northern Italy, Federico Pizzarotti was elected Mayor and in the Sicilian regional elections the M5S was the most successful party. Over the technical Monti's administration, the party system was under siege and sharply delegitimized. In February 2013, new general elections were scheduled and public opinion saw clearly who was accountable and who was not. There were 2 major themes in the electoral contest: a) Monti's austerity policies; and b) the scandals related to Monte dei Paschi di Siena's bankruptcy, regarded by many people as a bank close to the PD. In such a scenario, it is easy for an anti-system party to obtain consent. The 2013 general elections' results were impressive: the M5S was the first party (with 25,56%), and it was only due to a biased electoral law favoring party coalitions that it did not secure a larger majority: 109 out of the 630 deputies and 54 out of the 315 senators. Therefore, Grillo's decision to participate in the electoral game may seem inconsistent; the leader's aim is conquering the institutions from within and opening the parliament like a tin of tuna (Grillo, 2013), changing the very practical rationale of political representation. The brand 'party' is explicitly rejected by its statute (M5S, 2009, Article 4), or, better said, by its non-statute. No physical seat and headquarters are allowed, the only one accepted by the non-statute is the website www.movimento5stelle.it (M5S, 2009, Article 1).

From the 2013 Italian political election on, the M5S became a stable player, 1 of the 3 wings in the parliament: a) center left; b) center right; and c) M5S. Since 2005, when Grillo's blog took its first step, until 2018, the whole citizen/movement relationship changed. The party has become rather vertical in the institutions instead of horizontal and local participation through the MeetUp has almost disappeared.

In contrast to its principles, even for the M5S, politics became increasingly professionalized. After the large wave of deputies elected in 2013, from November

2014 on, a rather restricted core emerged within the party, the so-called *directory*, which consists of Alessandro di Battista and Luigi di Maio – the latter is now the party’s political chief.

The 5-Star institutional framework

Beyond the new political paradigm of self-representation, it is not easy to see which are the main features of the M5S, and the same applies to grasping how they evolved over time. The 5 main values, i.e. the 5 stars (environment, water, energy, development, and transport) lose their relevance step by step. Active participation through the MeetUp structure almost disappeared. From 2013 on, just one way to participate in it was left: direct vote through Grillo’s blog. However, the alleged post-ideological flexibilities, the rejection of left-right axes, are political attitudes per se to seek the widest political support. Nonetheless, there are 3 main ideas: a) direct democracy (as a way to overcome the overwhelming oligarchy’s power); b) environment; and c) minimum monthly wage.

The main idea of the M5S is to radically change the way how liberal and representative democracy works. At that level, it takes an overt ultra-democratic but anti-liberal connotation. Therefore, the relationship between *démos* and power should not be mediated by intermediate bodies. The web is the main instrument, the engine that made parties, trade unions, and reliable information sources obsolete (Casaleggio & Grillo, 2011), providing new ways to link *démos* to power. Given its choice for anti-professionalized politics, by following the principles of direct democracy, the M5S’s candidate selection has always taken place through an internet voting named as *Parlamentarie* (Linkiesta, 2012)¹⁴.

The M5S aims to foster an “efficient change of opinion and democratic confrontation outside associative or party link, outside mediation representative bodies” (M5S, 2009, Article 4, our translation). Also, membership is far from being similar to traditional rules. In the beginning, to become member, and thus vote through the internet, being registered and accepting the rules is enough. Membership is open to all citizens who do not belong to political parties (M5S, 2009, Article 5).

The main enemy consists in intermediate bodies, which stole people’s sovereignty: “political parties have replaced the popular will and removed people’s power of judgment” (M5S, 2018). According to the M5S’s program, it is necessary to strengthen those instruments, allowing citizens to participate directly. Just as in the case of party, the idea of representation is also rejected by the ‘non-statute.’ Representatives are no longer representatives, but spokesmen for M5S’s members

14 It is worth underlining that, just as in the case of the M5S, the PD, even through different rules, has also adopted in 2012 a primary election to select the candidate to the General Election.

and any decision has to be taken through web conversations with members. The M5S's idea is that to avoid betraying people's will, a binding mandate for deputies should be introduced. Closed primary elections, i.e. open only to members registered on a website, such as in the case of *Parlamentarie*, for a given period is the way how candidates are selected¹⁵. Repeated waves of public judgment concerning the MP's activities are promoted on Grillo's blog and several deputies are expelled under the blame of failing to observe the movements' rules.

On the grounds of direct participation, all horizontal tools for exchange between militants are virtually banned. To promote direct and almost vertical participation, in 2016 a new internet platform called *Rousseau* has been created¹⁶. According to Gianroberto Casaleggio, the movement's main tool and operating system, and a sort of 'collective intelligence'¹⁷, as well as a means to achieve the main goal of the movement: direct or, in other words, plebiscitarian democracy.

From the European elections (2014) to the populist government (August 2019)

European elections are another turning point in the M5S's stabilization process. In the manifesto optimistically entitled "Us We Won" (Modigliani, 2014), Casaleggio and Grillo did not clarify the movement's ultimate position. Seemingly, the M5S is not entirely anti-EU, and it is also not necessarily against a federal framework, as long as each 'nation'¹⁸ joins voluntarily¹⁹. The stances towards the treaties that had been put into practice over the years around the Euro Zone are clearer. On that dimension, the M5S proposed to overcome the whole pact regarding austerity policies and budget deficit cuts. However, things are less clear about

15 Paradoxically, for a party that takes membership as its point of reference, the scarce participation, about 95,000 voters, shows the contradiction of an ideology aiming to take bottom-up mobilization as its rule.

16 "Its main goals are handling in several elective components (Italian and European Parliament, regional and local councils) membership participation" (MoVimento 5 Stelle, 2016, our translation).

17 Nicola Morra, former president of the M5S's senators group, defines the new platform this way: "Rousseau is a challenge, a challenge that we could win and that we want to win. Rousseau is the collective intelligence that became little by little a reality" (MoVimento 5 Stelle, 2016, our translation).

18 Throughout the program, the term *nation* is repeated over and over. In this context, it suggests certain common views with the right-wing's cultural world through which the M5S established a single parliamentary group in Europe and some doubts about the actual and undeniable European inspiration are suggested (Modigliani, 2014).

19 Behind the concept of *nation* proposed by Casaleggio and Grillo, we may find, although with tones that are not exacerbated, yet, a child of *globalization*. In other words, that identity-based nationalism derived from commonality of values and defense of the 'people' against the 'elites' (Taguieff, 2012).

the Euro-currency market. On the one hand, it is written that M5S's members do have to decide, through a referendum (Modigliani, 2014); on the other hand, it may be useful to establish different Euro Areas: one for northern and another for southern countries (Modigliani, 2014). The ballot boxes were not rewarding in this case, since the movement won only 21%, less than in the national elections. The PD's strategy, i.e. focusing on fear of leaving Euro Zone, won 40%.

Within the institutions, people have to take an actual position and, after a bargaining process that caused many doubts, from 2014 to 2019 the M5S entered the group "Europe of Freedom and Direct Democracy", along with right-wing, anti-immigration, and Euro-skeptical populist parties such as the "UK Independence Party" (UKIP), the German "Alternative für Deutschland" (AfD), and the "Swedish Democrats"²⁰.

Surprisingly, after the 2019 European elections, the M5S's strategy made a U-turn on its anti-European stances. Though the M5S was by far the main party in the governmental alliance with the Lega, it soon became the leading Executive character. As a consequence, the results of 2019 European elections, held in May, were catastrophic for Luigi Di Maio. In just a few months, the M5S dropped from 32% to 17%.

The huge M5S's defeat marks the beginning of a rather pro-European stance. In July 2019, the Lega and the M5S took opposite positions towards the election of the new President of the European Commission, Ursula von der Leyen. The first voted against, just as the other sovereignty parties while, surprisingly, the M5S voted for.

CONCLUSIONS

In the beginning of August 2019, Matteo Salvini, the Minister of the Interior, and the vice-president of the cabinet decided to bring to parliament a vote of no confidence over Conti's administration, bringing the populist cabinet formed in alliance with the M5S to an end. The Lega's leader aimed to compel the Head of State to call new elections. The primary assumption of the Captain was that no other governmental majorities were found, thus elections were the only way out. However, unexpectedly, the M5S reached an agreement with the center-left wing PD and paved the way for a second government led by Conte. To a certain extent, that was a sort of powerlessness statement: populist decision-making

20 "Committed to the principles of democracy, freedom and co-operation among Nation States, the Group favors an open, transparent, democratic and accountable co-operation among sovereign European States and rejects the bureaucratization of Europe and the creation of a single centralized European super State" (Europe of Freedom and Direct Democracy [EFDD], n.d.).

processes have not been working. It is the second time in recent Italian history that attempts to overcome traditional decision-making patterns were defeated. The first was in 1994-1995, when Silvio Berlusconi tried to achieve his liberal revolution, but after 1 year, he was defeated and obliged to resign. Antagonistic legitimacy is one of the main promises of populist parties, but consensus democracy, i.e. a widespread mediation between several players, has been the rule so far (Lijphart, 2012).

It is certainly too soon to grasp which are the implications and what exactly means such a U-turn of the Yellow Movement. It is very unlikely that Grillini's leadership gets rid of the populist ideology and the direct democracy tools, taking a rather classic liberal/representative democratic approach. Indeed, it is worth highlighting that the final seal of that alliance has been put by the M5S through internet voting on the platform Rousseau. That is, people's legitimacy prevailed over the rule of law again (Schmitt, 2004).

The long relationship between populism and the Italian political system had a major change in 1992. From the Clean Hands Operation on, the claim for a sharp renovation of the constitutional framework towards a less mediated paradigm has been strong and consistent (Mastropaolo, 2000). For a better understanding of the Italian road to populism, we should not focus on single parties and their claims, but on the way how the broad system has worked since the anti-corruption revolutionary processes began, in the 1990s. During that revolution, widely supported by public opinion and mass media, all the main populist themes were already there: a) corrupted elite; country decline; unfit political class; a political system that does not allow the people to make decisions, etc.

The first step towards a huge renovation process in the party system was the electoral reform. The goal of the 1993 referendum held was to get rid of the electoral proportional system and introduce a majority system. The main aim was to allow the people to vote for the Head of Government in a rather direct way, thus reducing party power. Since then, there has been continued tension between representative democracy and direct democracy, in which the former has always won. Waves of referenda have been used to overcome oligarchy's resistance to political system reforms. The mediatization of the Italian politics has Silvio Berlusconi as its main character, but he was just the tip of a larger iceberg. Political parties seeking a sort of modernization and trying to escape the 20th century framework demobilize the two main mass-party apparatus: a) ideology; and b) membership. The way they found to seek legitimation was direct election of their leaders. Leadership became the main focus and the ultimate legitimation source in an increasingly fluid political game.

Several rounds of constitutional reforms have been put in place, but a large part of them were rejected, all of them focusing on a central theme: giving back decision-making power to the people.

As explained by Alfio Mastropaolo (2000), anti-politics has been the Italian *zeitgeist* for thirty years, thus to better understand the second wave of populist parties that started in 2013, we must encompass the first one and the LN has never left its populist roots when holding power (Albertazzi & McDonnell, 2015). So far, and somewhat paradoxically, the increasing competitiveness between leaders has been the main cause of the populist defeat. This is the context where the victory of even more explicit populist groups, such as the Lega and the M5S, must be framed. The evolution of Italian politics needs to be analyzed by considering the representative and liberal democracy crisis that emerged in 1992. Furthermore, as explained by Norberto Bobbio (1990), there is a contradiction between democracy, which must be legitimated by the *démos*, and liberalism, where legitimation is derived from the rule of law. At that level, the Lega and the M5S represent a qualitative step forward on at least 2 aspects: a) a comprehensive definition of people; and b) an anti-liberal form of people's representation. Therefore, there were 2 main layers on which we analyzed the M5S and the Lega: a) how they built their audience; and b) which are the institutions proposed by them to overcome liberal democracy and establish a rather direct link to the people.

First, the audience may be split into 2 further different aspects: a) charismatic leadership; and b) discourse. Charismatic leadership stands as a cornerstone in both cases. Salvini and Grillo had an impressive ability to draw the attention of a large community and to constitute a reliable platform for their representative claims. Both of them had a media background, the latter as a comedian, the former as a professional politician specialized in marketing and propaganda.

Second, they both used social media as an echo chamber for their claims and as a way to reach a huge audience directly. However, they differ on the way that link is established. Grillo proposed himself as a person not interested in overlapping political roles. His blog is a sort of franchiser of bottom-up political positions, providing people's voice with a greater impact. Salvini is the uncorrupted politician that swept the corrupted elite from his party, the LN, and the political scenario. His voice is not spread by a blog, but through markets, roads, and police stations, which can establish connections and give rise to compelling ideological narratives (Ballacci, 2019).

Undoubtedly, the parties adopted two different strategies, but in both cases the social networks played a crucial role: behind a seemingly naïf communication, there was a highly professionalized structure.

But populism is not just a discourse, it is a complex political framework based on a discourse and an institutional arrangement that allows a less mediated representation. On that layer, we see that the Lega and the M5S have two different projects, but they share a common idea: people have to participate more directly in the decision-making process. How to reach that goal? The M5S's answer to this question is through *digital democracy*. The Lega had a rather traditional project based on 3 main reforms: a) direct election of the Head of Government; b) majority electoral law; and c) more powerful referenda. Actually, strengthening the referendum as a tool, getting rid of the minimum cut-off, and turning politics into a kind of daily plebiscite (Renan, 2013) is the main claim of these parties. Both political projects are based on the prevalence of people's legitimacy over rule of law (Schmitt, 2004), which is at the root of the diarchic system of representative democracy, where people's legitimacy and rule of law overlap each other (Urbinati, 2014).

REFERENCES

- Adinolfi, G. (2016). O MoVimento 5 Estrelas e a lei férrea da oligarquia. *Relações Internacionais*, 50, 71-85.
- Albertazzi, D., & McDonnell, D. (2015). *Populists in power*. London, England: Routledge.
- Ballacci, G. (2019). Representing judgment – judging representation: rhetoric, judgment and ethos in democratic representation. *Contemporary Political Theory*, 18, 519-540.
- Biorcio, R. (2015). Introduzione: partecipazione, attivismo e democrazia. In R. Biorcio (Org.), *Gli attivisti del Movimento 5 Stelle, dal web al territorio* (pp. 25-43), Milan, Italia: FrancoAngeli,
- Biorcio, R., & Natale, P. (2013). *Politica a 5 Stelle, idee, storia e strategie del Movimento di Grillo*, Milan, Italia: Feltrinelli.
- Bobba, G. (2017). Social media populism: features and 'likeability' of Lega Nord communication on Facebook. *European Political Science*, 18(1), 11-23.
- Bobbio, N. (1990). *Liberalism and democracy*. London, England: Verso.
- Casaleggio, G. (n.d.). *Gaia: the future of politics* (Video file). Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=sV8MwBXmewU>
- Casaleggio, G., & Grillo, G. (2011). *Siamo in guerra*. Milan, Italia: Chiarelettere.
- Corbetta, P., & Gualmini, E. (2013). *Il partito di Grillo*. Bologna, Italia: Il Mulino.
- Corriere della Sera. (2007, 9 settembre). *Grillo: "I partiti non hanno capito niente"*. Retrieved from https://www.corriere.it/Primo_Piano/Politica/2007/09_Settembre/08/grillo_v_day.shtml
- Diamanti, I. (2014). The 5 Star Movement: a political laboratory. *Contemporary*

Italian Politics, 6(1), 4-15.

- Diamanti, G., & Pregliasco, L. (Orgs.). (2019). *Fenomeno Salvini. Chi è, come comunica, perché lo votano*. Roma, Italia: Castelvecchi.
- Disch, L. (2015). The “constructivist turn” in democratic representation: a normative dead-end? *Constellations*, 22(4), 487-498.
- Eatwell, R., & Matthew, G. (2018). *The revolt against liberal democracy*. London, England: Pelican Books.
- Europe of Freedom and Direct Democracy. (n.d.). *EFDD Group in the European Parliament*. Retrieved from <http://www.efddgroup.eu/>
- Ewalt, D. M. (2009, January 29). *The Web Celeb* 25. Retrieved from https://www.forbes.com/2009/01/29/web-celebrities-internet-technology-webceleb09_0129_land.html#77e21eff6d7c
- Finchelstein, F. (2017). *From fascism to populism in history*. Oakland, CA: University of California Press.
- Forti, S. (2018, 13 luglio). “La bestia”, ovvero del come funziona la propaganda di Salvini. Retrieved from <https://www.rollingstone.it/politica/la-bestia-ovvero-del-come-funziona-la-propaganda-di-salvini/420343/>
- Gentile, E. (2005). *Fascismo: storia e interpretazione*. Bari, Italia: Laterza.
- Grillo, B. (2007, 26 luglio). *Sondaggio parlamentare sull'iniziativa di legge popolare “Parlamento Pulito”*. Retrieved from http://151.1.253.2/immagini/Sondaggio_parlamentare.pdf
- Grillo, B. (2013, February 25). *Apriremo il parlamento come una scatola di tonno* (Video file). Retrieved from https://www.youtube.com/watch?v=AtRVm_XWzCA
- Israely, J. (2005, October 2). *Seriously funny*. Retrieved from <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,1112803,00.html>
- Laclau, E. (2005). *On populist reason*. London, England: Verso.
- La Repubblica. (2004, 16 gennaio). *Grillo sentito sul crac Parmalat “Ho portato pure Fiat e Telecom”*. Retrieved from <https://www.repubblica.it/2004/a/sezioni/economia/parmalat6/grillo1/grillo1.html>
- Le Bon, G. (2013). *Psychologie des foules*. Bruxelles, Belgique: UltraLetters.
- La Repubblica. (2012, 7 dicembre). *Beppe Grillo e parlamentarie 5 stelle: 95mila votanti, 31 liste e 17 guidate da donne*. Retrieved from https://www.huffingtonpost.it/2012/12/07/beppe-grillo-eletti-m5s_n_2255268.html
- Lega per Salvini Premier. (2017, December 14). *Statuto della Lega per Salvini Premier*. Retrieved from [https://dait.interno.gov.it/documenti/trasparenza/EUROPEE_20190526/Documenti/11/\[11_Man_CENTEMERO_GIULIO_3_955\]-Lega_per_Salvini_Premier.Statuti.pdf](https://dait.interno.gov.it/documenti/trasparenza/EUROPEE_20190526/Documenti/11/[11_Man_CENTEMERO_GIULIO_3_955]-Lega_per_Salvini_Premier.Statuti.pdf)

- Lega per Salvini Premier. (2018). *Programma di Governo: La Rivoluzione del Buon Senso*. Retrieved from <https://www.leganord.org/la-rivoluzione-del-buon-senso>
- Lijphart, A. (2012). *Patterns of democracy, government forms and performance in thirty-six countries*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Linkiesta. (2012, 4 dicembre). *Le regole del “capo politico” Beppe Grillo per le Parlamentarie*. Retrieved from <http://www.corpuslg.org/tools/multialigner/>
- Mastropaolo, A. (2000). *Antipolitica all'origine della crisi italiana*. Torino, Italia: l'Anchoredel Mediterraneo.
- Modigliani, S. D. C. (2014). *Vinciamo noi. Chi siamo e quale Europa vogliamo*. [s.l.]: Adagio.
- MoVimento 5 Stelle. (2009, 10 dicembre). Non statuto. Retrieved from https://www.politicalpartydb.org/wp-content/uploads/Statutes/Italy/IT_M5S_2009.pdf
- MoVimento 5 Stelle. (2016). Rousseau. Retrieved from <https://rousseau.movimento5stelle.it/>
- Movimento 5 Stelle. (2018). Programma del Movimento 5 Stelle. Retrieved from <http://www.beppegrillo.it/iniziative/movimentocinquestelle/Programma-Movimento-5-Stelle.pdf>
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: a very short introduction*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Murphy, A. (n.d.). Important news: the discuss MeetUp forums will be closing on March 25th. Retrieved from <https://www.meetup.com/boards/thread/32693362#7368782>
- Orengo, A., & Del Dot, S. (2018, 8 luglio). *Lo strano caso delle doppie tessere della Lega: così Salvini si è fatto due partiti, uno per il Nord e uno per il Sud Italia*. Retrieved from <https://www.tpi.it/politica/doppie-tessere-lega-salvini-20180708142047/>
- Passarelli, G., & Tuorto, D. (2018). *La Lega di Salvini, Estrema destra di governo*. Bologna, Italia: Il Mulino.
- Pitkin, H. F. (1967). *The concept of representation*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Renan, E. (2013). *What is a nation and other political writings*, New York, NY: Columbia University Press.
- Rosanvallon, P. (2008). *Counter-democracy: politics in an age of distrust*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Sartori, G. (2005). *Parties and party systems, a framework for analysis*. Essex, England: ECPR.

- Saward, M. (2010). *The representative claim*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Schmitt, C. (2004). *Legality and legitimacy*. Durham, NC: Duke University Press.
- Taguieff, P. (2012). *Le nouveau national-populisme*. Paris, France: CNRS.
- Urbinati, N. (2014). *Democracy disfigured: opinion, truth, and the people*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

O Novo partido Chega no âmbito da direita portuguesa

Riccardo Marchi

Contextualização histórico-política

Apesar da ausência de partidos de direita radical no Parlamento português até às eleições de outubro de 2019, a alegada impermeabilidade de Portugal ao populismo de direita já vinha sendo contestada, há algum tempo, por vários politólogos nacionais. Neste sentido, no decorrer de 2019, vários cientistas políticos intervieram na comunicação social para reconhecer em Portugal uma demanda política populista forte ainda não correspondida por nenhum empreendedor político, para admitir a fácil abertura de uma janela de oportunidades por meio de pequenas mudanças nas clivagens nacionais e para prever a possibilidade de pequenos partidos de protesto quebrarem o imobilismo do espectro parlamentar (Magalhães, 2019, Teixeira, 2019; Pinto, 2019).

Em Portugal, a história política da direita antissistema, desde o 25 de Abril de 1974 até ao aparecimento do partido Chega, em outubro de 2018, é dividida em três períodos: primeiro, o da transição democrática, de 1974 a 1980; o segundo é o das últimas duas décadas do século XX; e o terceiro período é o das primeiras duas décadas do século XXI. No primeiro, uma série de partidos e coligações formam-se à direita do Centro Democrático Social (CDS) – ainda antes deste partido surgir – com dois objectivos prioritários: por um lado, influenciar a descolonização nos moldes definidos pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) – fator do golpe militar que derrubou o regime autoritário – e pelos governos provisórios; por outro lado, contrastar o avanço do Partido Comunista Português (PCP) e da extrema-esquerda. Não considerando aqui o parêntese da clandestinidade e da luta armada durante o Processo Revolucionário Em Curso (PREC) de 1975, os partidos políticos activos, tanto do 25 de Abril e o 28 de Setembro de 1974 (Movimento Federalista Português – Partido do Progresso, Partido Liberal, Movimento Popular Português, Partido Trabalhista Democrático Português, coli-

gação Frente Democrática Unida) quanto de 1976 a 1980 (Partido da Democracia Cristã, Movimento Independente de Reconstrução Nacional – Partido da Direita Portuguesa, Frente Nacional, coligação Direita Unida) nunca conseguiram nenhum feito assinalável em termos eleitorais. O primeiro grupo nem sequer conseguiu chegar às eleições, sendo varrido pela repressão de 28 de Setembro de 1974: a tentativa abortada de mobilização das direitas em suporte do Presidente da República, general António de Spínola, e da sua linha de contenção das esquerdas no processo de descolonização (Marchi, 2020). O segundo grupo participou em todas as eleições legislativas da segunda metade dos anos 1970 (1976; 1979; 1980), não conseguindo eleger deputados e, aliás, evaporando-se, em 1980, perante o sucesso da Aliança Democrática e a sua capacidade de atração também do eleitorado mais à direita (Marchi, 2017; 2020).

No segundo período dos anos de 1980-90 não existe nenhum projecto partidário. Os vestígios do PDC e do MIRN permanecem ainda por alguns anos, sem nenhuma pujança. A direita antissistema fica confinada no combate cultural, por meio, por exemplo, da revista *Futuro Presente* ou nas expressões subculturais das gerações mais novas de militantes nacionalistas, como no caso do Movimento Força Nacional Nova Monarquia (FNNM) e do Movimento de Acção Nacional (MAN), este último ligado ao emergente movimento *skinhead* (Almeida, 2012; 2015).

No terceiro período, finalmente, a direita antissistema retoma o projecto partidário com a criação, em 1999, do Partido Nacional Renovador (PNR), graças à convergência entre alguns veteranos dos anos de 1960-70 e alguns camaradas mais novos dos anos de 1980-90. Independentemente das vicissitudes do partido ao longo dos seus vinte anos de vida, o PNR, como os seus predecessores, nunca conseguiu uma performance eleitoral algo assinalável, esbarrando no 0,5% dos votos, com pouco mais de 27 mil eleitores, em eleições legislativas e europeias (Zúquete, 2007; Marchi, 2019; Neto, 2019).

O cenário bastante desolador da direita antissistema em Portugal – não é aqui o caso de aprofundar as razões endógenas e exógenas deste fracasso – não é compensado pela frente moderada. O espaço parlamentar de centro-direita é dominado, desde 1974, pelos três partidos Partido Social Democrata (PSD), Centro Democrático Social (CDS) e Partido Popular Monárquico (PPM). Até ao final do século XX, nenhum partido desafiador surge na área moderada, podendo-se, quando muito, assinalar as presidências mais conotadas com a direita no PSD com Aníbal Cavaco Silva (1985-1995) e no CDS, com Francisco Lucas Pires (1983-1985), Adriano Moreira (1986-1988) e Manuel Monteiro (1992-1998). Ao largo das mais de quatro décadas de democracia portuguesa, PSD e CDS representaram parcialmente as instâncias das direitas portuguesas, por meio do pendor liberal na

economia e conservador nos valores, mas nunca pretendendo posicionar-se só e exclusivamente no espectro político de direita. A ausência de concorrentes viáveis na direita desde a fundação da democracia fez com que os dois partidos históricos nunca tivessem interesse em identificar-se claramente com este espaço político, preferindo manter uma estratégia de centro-direita, quando não exclusivamente centrista. A partir da área parlamentar, apenas em 2003, Manuel Monteiro protagonizará uma cisão de direita do CDS, fundando o Partido da Nova Democracia (PND), com uma agenda eurocética, nacionalista, mais virada para o populismo de protesto contra o bloqueio do sistema político na alternância PS-PSD. O projecto, contudo, não consegue vingar e o partido é extinto em 2015 (Paris, Marchi & Raimundo, 2019).

As condições para tímidas mudanças no cenário político da direita começam a ser postas na segunda década do século XXI: a chegada a Portugal das consequências da crise financeira internacional de 2008 determina a queda do governo socialista liderado por José Sócrates e a entrada em funções do XIX Governo constitucional, de 2011 a 2015, liderado pelo presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, com o apoio do CDS. O primeiro ministro Passos Coelho é identificado, de imediato, como a *longa manus* da Troika internacional (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), com a sua receita económica de austeridade para o resgate financeiro do País. O desgaste político dos cinco anos de governação põe, assim, as condições para uma lenta crise dos actores tradicionais do centro-direita e a abertura de janelas de oportunidades não tanto para os concorrentes da área extraparlamentar, mas para os descontentes dos próprios partidos *mainstream* agora disponíveis para propostas mais radicais (Mendes & Dennison, 2020). No caso do PSD, a saída da cena política do líder Pedro Passos Coelho após o fim da experiência de governo e maus resultados nas eleições autárquicas de 2017, entrega a presidência do partido ao antigo presidente social-democrata da Câmara do Porto, Rui Rio. Figura proeminente da estrutura do Norte do PSD, Rio inaugura uma estratégia claramente centrista, de afastamento da direita e de convergência com o Partido Socialista. O intuito é repropor a governação de bloco central, alternativa aos entendimentos à esquerda, inaugurados, pela primeira vez em Portugal, pelo governo da Geringonça, liderado pelo socialista António Costa, com o apoio do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista Português (PCP/CDU) de 2015 a 2019. Esta estratégia centrista, desde o princípio pouco apreciada pelas correntes do PSD próximas de Passos Coelho, não conseguem vingar nos anos de governação socialista. Sofrem, aliás, um constante desgaste, representado pela perda de dez pontos percentuais de eleitorado tanto nas eleições europeias de maio de 2019 quando nas eleições

legislativas de outubro do mesmo ano. No que diz respeito ao CDS, a situação segue a mesma trajetória de degradação. A saída do líder Paulo Portas após o fim do governo Passos Coelho – de que tinha sido vice-primeiro ministro (2013-2015) e Ministro dos Negócios Estrangeiros – também inaugurou uma viragem centrista liberal, com a presidência de Assunção Cristas, ladeada pelo vice-presidente Adolfo Mesquita Nunes. O sucesso inicial desta renovação ao vértice, com o resultado assinalável da candidatura de Assunção Cristas nas eleições autárquicas de Lisboa em 2017, não inaugura uma dinâmica de crescimento do partido. As expectativas geradas pelo segundo lugar conquistado na corrida à Presidência da Câmara de Lisboa por Assunção Cristas, ultrapassando até a candidata do PSD, esbatem rapidamente na estagnação e erosão eleitoral do CDS nos sucessivos momentos eleitorais de 2019. Estas derrotas agravaram o descontentamento das correntes internas mais conservadoras, insatisfeitas com o rumo liberal nos valores, traçado pela dupla Cristas - Mesquita Nunes.

As dificuldades vivenciadas por PSD e CDS abrem, assim, janelas de oportunidades para desafiadores internos, pertencentes à geração mais nova de políticos portugueses hoje emergentes. No caso do CDS, a demissão de Assunção Cristas no seguimento da derrota eleitoral de outubro de 2019 facilita a ascensão do jovem presidente da Juventude Centrista, Francisco Rodrigues dos Santos. Conotado com a ala direita do partido, Rodrigues dos Santos conquista a liderança do CDS no Congresso de janeiro de 2020, conseguindo a confluência na sua candidatura das demais correntes conservadoras, inclusive a mais direitista Tendência Esperança em Movimento (TEM). No discurso de tomada de posse, Rodrigues dos Santos confirma o seu projecto de posicionamento hegemónico do CDS na direita moderada, de cariz liberal-conservador e democrata cristão personalista, mas com laivos mais radicais no que diz respeito à defesa dos valores pró-vida, pró-família e à oposição à agenda das esquerdas apelidada de “marxismo cultural”, com as suas políticas de género e políticas de discriminação positiva das minorias étnicas e sexuais. No caso do PSD, a permanência de Rui Rio na direcção do partido, em virtude também de uma fraca oposição interna, acentua o descontentamento de vários elementos da área social-democrata. Por um lado, o líder histórico do partido e antigo primeiro ministro, Pedro Santana Lopes – que tinha desafiado Rui Rio na liderança, alcançando com ele um acordo de coexistência após a derrota em congresso – abandona o partido e, em agosto de 2020, funda o novo partido político *Aliança*, cujas primeiras manifestações reproduzem a cultura política clássica social-democrata, com alguns tons de populismo de protesto e principalmente de contestação ao acordo com os socialistas. Por outro lado, figuras politicamente menos proeminentes e geracionalmente mais

novas resolvem lançar projectos inovadores, parcial ou totalmente externos ao PSD, perante a impossibilidade de incidir na linha de Rui Rio. Desde 2017, quatro são os projectos mais relevantes: o Movimento 5.7 e os partidos Iniciativa Liberal, Democracia 21 e Chega.

Patrocinado pelo deputado do PSD Miguel Morgado, o Movimento 5.7 pretende ser uma plataforma de reflexão que estimule a confluência de várias tendências liberais e de direita, dos partidos e da sociedade civil, para recuperar posições face ao domínio do Partido Socialista e a sua aproximação às esquerdas radicais (BE e PCP). Trata-se, no fundo, de repropor o espírito da Aliança Democrática de 1980, ainda vivido como o momento mais alto de construção de uma alternativa não socialista para Portugal (Morgado & Ramos, 2019).

No que diz respeito aos partidos, o Democracia 21, de Sofia Ferreira, inaugurado em 2017, não conseguiu até agora reunir as 7.500 assinaturas necessárias para a registo do partido no Tribunal Constitucional (TC), mas representa a iniciativa da juventude social-democrata próxima da linha de Pedro Passos Coelho para refundar a direita em Portugal. A Iniciativa Liberal, pelo contrário, começa como associação em setembro de 2016, passando a partido político reconhecido pelo TC em dezembro de 2017. Na sua génese, estão personalidades das diferentes tendências liberais, próximas do PSD, mas não só, que há pelo menos uma década vinham discutindo assuntos políticos e económicos, principalmente na blogosfera e nas redes sociais, comungando, apesar das diferenças, da insatisfação pela ausência de um actor político assumidamente liberal na cena política portuguesa. Aquando da fundação, a IL não se apresenta como protagonista da direita. Prefere, pelo contrário, rejeitar esta dicotomia e concentrar-se na proposta de medidas concretas de teor liberal nos distintos sectores da vida nacional, nomeadamente no combate à presença excessiva do Estado na vida privada das pessoas, na economia, nos serviços aos cidadãos, *etcetera*. A rejeção do rótulo de direita prende-se também com a cultura política dos animadores da IL: embora todos eles convirjam na perspectiva liberal na economia, é possível encontrar sensibilidades diferentes no que diz respeito aos valores, com pessoas mais próximas das agendas do liberalismo de esquerda sobre os direitos individuais, por exemplo das minorias sexuais (equiparação dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo) ou dos doentes terminais (despenalização da eutanásia e lei sobre antecipação da morte assistida) e pessoas mais sensíveis aos apelos conservadores nestas matérias, embora assumidamente liberais na economia (Silva, 2020; Pinto, 2020). Independentemente das questões de posicionamento espacial, é um facto que a IL representa hoje um contentor de captação de parte das elites e do eleitorado oriundos do CDS e do PSD. O sinal mais evidente desta capacidade de atracção

é a eleição de João Cotrim de Figueiredo nas eleições legislativas de outubro de 2019. Apesar de não ter sido numericamente estrondosa – 1.29% com 67.681 votos, frustrando, por exemplo, a eleição do presidente do partido Carlos Guimarães Pinto no Porto – a votação conseguiu quebrar a dificuldade estrutural para pequenos partidos aceder ao Parlamento português, devido à combinação entre a lei eleitoral proporcional com método de Hondt e a conformação dos distritos eleitorais. Esta novidade assinalável no panorama da direita e potenciada ainda mais pelo mesmo resultado obtido pelo concorrente ainda mais à direita desta renovação geracional: o partido Chega.

A Nova Direita Antissistema: o partido Chega

Como para o deputado da IL, Cotrim de Figueiredo, também a eleição de André Ventura ao parlamento não resulta de um resultado particularmente assinalável. Os 67.826 votos obtidos pelo Chega, correspondentes a 1,3% do eleitorado, não se distanciam muito, entre os partidos mais à direita do espectro político, dos 72.514 (1,21%) do PDC em 1979 ou dos 40.358 (0,70%) do PND em 2005. O próprio cabeça de lista do Chega é eleito com 22.053 votos, apenas suficiente para ultrapassar o limiar necessário no Distrito de Lisboa.

De facto, o dado mais interessante do Chega não é tanto a performance eleitoral, quanto a identidade política, em comparação com os demais actores da direita portuguesa. Apesar de estar colocado, desde a sua fundação, na franja mais à direita do espectro político parlamentar, o Chega não pertence à linha genealógica da direita radical tradicional portuguesa. Todos os partidos elencados nos três períodos da III República (excluindo o PND, cisão do CDS) – e a eles podiam-se juntar dezenas de grupos efémeros de natureza não partidária – pertencem àquela que, comumente, é chamada a área nacionalista, que comunga uma cultura política comum: a dos derrotados do 25 de Abril de 1974. O fio condutor da mobilização desta área política é a oposição às elites que fundaram a III República, nos escombros do Estado Novo e do Império. Esta área é caracterizada pela persistência, desde 1974 até hoje, da cultura política anti-abrilista, com maior ou menor grau de apuramento ideológico, de capacidade comunicacional, de inovação do repertório de mobilização.

O partido Chega, o seu presidente e os seus fundadores não pertencem a esta tradição política e não estão interessados em reatar-se a ela. Deste ponto de vista, o aparecimento do Chega permite transpor para Portugal a conceptualização sobre radicalismo de direita proposta pelo debate académico das últimas décadas. Entre as múltiplas facetas deste debate, é útil, para o enquadramento do Chega em perspectiva comparada, nacional e internacional, sublinhar pelo

menos três pontos, hoje bastante consensuais entre os especialistas: a diferença entre “extrema-direita” e “direita radical”; a diferença entre “velha direita radical” e “nova direita radical”; a definição de populismo. No que diz respeito ao primeiro ponto, a jurisprudência constitucional alemã diferencia o radicalismo de direita do extremismo de direita. O primeiro procura a mudança substancial do regime, através das regras do jogo estabelecidas pela constituição. O segundo procura o abate do sistema através de métodos subversivos, revolucionários, violentos. Esta diferença de estratégia, mas também de natureza política intrínseca, determina a legalidade do radicalismo de direita e a ilegalidade do extremismo de direita (Mudde, 2000). No que diz respeito ao segundo ponto, os partidos colocados no espaço mais à direita do espectro político que reivindicam o legado histórico dos autoritarismos da primeira metade do Século XX (nacional-socialismo, fascismo, franquismo, salazarismo, etcetera) representam a velha extrema-direita, ao passo que os que rejeitam aquele legado representam a nova extrema-direita (Ignazi, 1992). Estas distinções são relevantes porque, nas últimas duas décadas, a triplicação da média de votos da direita radical na Europa é determinada pelos partidos da “nova direita radical” e não da “velha direita” (seja ela extrema ou radical), que, pelo contrário, permanece marginal (Georgiadou, Rorib & Roumanias, 2018). No que diz respeito ao terceiro ponto, o conceito de populismo indica aqueles partidos caracterizados por uma visão dicotómica da realidade política, que contrapõe o povo como entidade homogénea e virtuosa à elite corrupta e corruptora. Esta visão dicotómica pode combinar com ideologias tanto de esquerda como de direita. Os partidos populistas de direita radical, assim, interpretam a política como confrontação entre o povo e as elites, privilegiam os autóctones face aos estrangeiros (nativismo), contestam os princípios liberais da democracia contemporânea, em prol de instrumentos de participação directa e de políticas securitárias (autoritarismo).

Até 2018, este populismo de nova direita radical esteve ausente do panorama português, onde, pelo contrário, a velha direita (extrema e radical) monopolizou sempre o espaço antissistema, inclusive com estratégias discursivas populistas, embora pouco eficazes. A mudança registada nas eleições legislativas de 5 de outubro de 2019, assim, representa uma absoluta novidade que já está a produzir a reconfiguração das direitas portuguesas, parlamentares e extraparlamentares. O acesso no Parlamento de dois novos partidos posicionados no campo não socialista determinou a diversificação da proposta de direita, introduzindo novas estratégias discursivas em fase de consolidação no panorama político português. Passado mais de um ano das legislativas de outubro de 2019, IL e Chega são hoje presença constante na comunicação social, com uma imagem consolidada tam-

bém junto do eleitorado, com intenções de voto a rondar o 3% para a IL e o 7% para o Chega (sondagem CESOP de 23 de julho de 2020). A triplicação da IL e a conquista do terceiro lugar entre os partidos parlamentares por parte do Chega assentam em dois estilos políticos muito diferentes. A IL pretende denunciar a hipertrofia do Estado e as disfuncionalidades das instituições democráticas, determinadas por quatro décadas de governação PS e PSD, através de uma linguagem contundente, mas ponderada, institucional, avessa a qualquer extremismo performativo. O Chega, pelo contrário, pretende encarnar, em versão portuguesa, a fórmula belicosa do populismo europeu de direita. A diferença de estilo político pode ser apreciada também no que diz respeito à liderança dos dois partidos. Com pouco menos de dois anos de vida, o Chega continua ainda identificado com o seu fundador e deputado André Ventura. A IL, pelo contrário, rejeitou, desde a fundação, a personalização da política, por meio de líderes carismáticos e mediáticos. O segundo presidente, Carlos Guimarães Pinto, aliás, é prova disso: jovem professor universitário, desconhecido ao grande público, com uma personalidade algo introvertida e uma ligeira gaguez, sempre foi totalmente alheio às regras da política espectáculo.

A ascensão do Chega, portanto, não pode dispensar a trajectória do seu idealizador. Nascido em 1983 e crescido na periferia da área metropolitana de Lisboa (Mem Martins na linha de Sintra), André Ventura adere, muito novo, aos 17 anos de idade, à Juventude do PSD, tendo já consciência da sua inclinação de direita, mas considerando o CDS um partido da alta burguesia, longe das camadas populares de onde ele provinha. Após ter concluído o ensino secundário no Seminário de Torres Vedras, onde tinha ingressado devido ao despertar nele de uma forte consciência religiosa por volta dos 15 anos, decide não seguir a carreira eclesiástica, mas formar-se em direito na Universidade Nova de Lisboa. Terminado o curso com 19 valores, André Ventura prossegue a sua formação com um doutoramento na Universidade de Cork, na Irlanda, com uma tese sobre o impacto do terrorismo internacional na legislação penal. No seu regresso a Portugal, André Ventura empenha-se em distintas frentes: começa a carreira académica lecionando nas faculdades de Direito das universidades de Lisboa, dedica-se à escrita através da publicação de romances e de colunas de opinião em diários, ingressa na comunicação televisiva, como comentador de crime e de futebol nos importantes canais por cabo Benfica TV (BTV) e CMTV, retoma a actividade política no PSD. Como nas demais áreas de actividade, Ventura pretende, nestes anos, afirmar-se também na política, por isso procura uma oportunidade de destaque que lhe é dada em 2017 com a candidatura como cabeça de lista da coligação PSD-CDS-PPM à Câmara Municipal de Loures, uma importante autarquia da área metropolitana de Lisboa tradicionalmente governada

pelas esquerdas (PCP e PS). A coligação de centro-direita encontra-se em clara desvantagem eleitoral, razão pela qual André Ventura decide apostar numa estratégia ofensiva, explorando um tema sensível no território de Loures: a forte presença da comunidade cigana. Na comunicação social, André Ventura centra a sua campanha na denúncia da comunidade cigana local, devido à alta taxa de subsidiodependência e as alegadas ilegalidades cometidas (ocupação abusiva de casas camarárias ou utilização de transportes públicos sem pagar). A estratégia discursiva resulta: os partidos de esquerda denunciam, à imprensa e às autoridades competentes (instituições de vigilância e magistratura), o teor racista das afirmações de Ventura; no PSD vários dirigentes nacionais desmarcam-se do candidato em Loures; o CDS abandona a coligação, reprovando publicamente o racismo do cabeça-de-lista; o partido da direita radical tradicional PNR congratula-se convidando André Ventura a abandonar o PSD e juntar-se às suas fileiras. A polémica permite ao futuro presidente do Chega alcançar o resultado desejado: destacar a sua candidatura e tornar-se uma figura política de nível nacional. A celeuma criada à volta das suas declarações tem efeito no resultado eleitoral: apesar de perder as eleições, segurando apenas o 3º lugar, atrás de PCP e PS, o PSD conquista mais 5.000 votos em comparação às autárquicas de 2013, com um aumento de cinco pontos percentuais, atribuídos à performance de André Ventura.

Este sucesso pessoal relativo funciona para André Ventura como base de partida para aumentar o seu capital político dentro do PSD. Aproveitando a demissão do líder Pedro Passos Coelho, na sequência do mau desempenho do partido nas eleições autárquicas em todo o território nacional, e a eleição de Rui Rio com uma estratégia centrista de aproximação ao PS, André Ventura começa uma operação de promoção pessoal interna ao partido para promover-se – perante a indisponibilidade de outros dirigentes de primeiro plano – como alternativa ao actual presidente. Para reforçar esta posição, Ventura lança, em Setembro de 2019, o “Movimento Chega” interno ao PSD, com o objectivo de convocar um congresso extraordinário do partido onde disputar a presidência de Rui Rio e propor a viragem à direita do partido. A operação não corre como esperado: os apoios prometidos por dirigentes nacionais e locais de Loures vão desvanecendo, enredando Ventura nas lógicas imobilistas do PSD. Indisponível para os tacticismos internos ao partido social-democrata, Ventura decide abandonar o PSD e transformar o Movimento Chega em partido autónomo. Assim, em outubro de 2018, Ventura sai do PSD. A saída não corresponde a nenhuma cisão de corrente interna. Sozinho, dirige-se ao punhado de amigos conhecidos na Juventude do partido ou na campanha de Loures, aos antigos colegas do seminário ou da faculdade de Direito, aos seus estudantes na Universidade. O processo de construção do

partido decorre entre outubro de 2018 e março de 2019, com duas características distintivas: é promovido por um núcleo bastante restrito de pessoas, todas pertencentes à rede de contactos de André Ventura; é acompanhado por uma tensão crescente entre duas tendências internas, determinadas por incompatibilidades pessoais, mas com alguma relevância política. Por um lado, há uma tendência animada pelo advogado Jorge Castela, antigo colega de universidade de Ventura, de teor nacionalista, eurocética, focada no iminente colapso da União Europeia e na necessidade de preparar Portugal para os cenários futuros. Por outro lado, há uma tendência corporizada por Nuno Afonso, amigo de Ventura desde os tempos da Juventude Social Democrata, cética em relação ao nacionalismo e ao desmoroamento da EU e mais interessada em aproveitar a janela de oportunidade do populismo de protesto experimentada por Ventura em Loures.

Apesar da existência destas duas sensibilidades diferentes – uma nacionalista liberal eurocética; outra liberal-conservadora europeísta – a cultura política dominante dos fundadores do Chega permanece claramente caracterizada pelo liberalismo económico e pelo conservadorismo dos valores.

Embora a orientação liberal-conservadora seja abertamente reivindicada pelo Chega, ela apresenta matizes bastante diferentes, que, possivelmente, manter-se-ão no próximo futuro, podendo até acentuar linhas de fractura interna, com o alargamento da base do partido. No que diz respeito ao conservadorismo nos valores, por exemplo, em particular no tema das minorias sexuais, os quadros do Chega demonstram sensibilidades diferentes. No partido, existe uma componente confessional, ligada aos movimentos católicos ou às igrejas cristãs, que é abertamente contrária à agenda política dos movimentos LGBT. A componente laica, pelo contrário, está mais apegada à liberdade do indivíduo na esfera privada e prefere um partido mais virado para as questões das disfuncionalidades do regime. Ambas, contudo, convergem na oposição ao que apelidam de “marxismo cultural”, que acusam de ser a estratégia da esquerda radical para desestruturar a identidade portuguesa, principalmente através da introdução das teorias de género na escola pública, do ataque à família tradicional, da promoção do aborto como método contraceptivo.

Também no que concerne ao liberalismo na economia, as polémicas levantadas por jornalistas e analistas políticos acerca do cariz ultraliberal do partido – com base principalmente nas medidas do programa relativas à privatização do Serviço Nacional de Saúde e da Escola pública – geram desconforto entre as fileiras do Chega. De facto, longe de ser o produto de uma discussão de base entre os fundadores do Chega, o teor liberal do programa deveu-se à formação intelectual do redactor do documento: o vice-presidente Diogo Pacheco de Amorim. A sua

ideia do Estado como mero árbitro e regulador dos serviços aos cidadãos, prestados por agentes privados segundo as regras do mercado, não é unanimemente aceite pela base e pelos dirigentes do Chega. Prevalece, pelo contrário, a abertura para soluções de colaboração entre público e privado, com o objectivo prioritário de melhorar os serviços e abater os custos para o erário público, mas sem cristalizar o partido numa ortodoxia liberal típico do neoliberalismo ou numa ortodoxia estatalista, imputada às esquerdas.

As polémicas internas entre o pequeno núcleo fundador do partido acompanham todo o percurso do Chega até às eleições europeias de 26 de maio de 2019. Nestes meses, o partido ocupa-se da recolha de assinaturas para a legalização no Tribunal Constitucional e da formação da coligação eleitoral para as europeias de 2019. As duas actividades revelam toda a fragilidade do projecto embrionário. Aquando da entrega das assinaturas, o TC rejeita quase dois mil delas por irregularidades sucessivamente resolvidas, mas indicativas do amadorismo dos seus primeiros quadros. O episódio determina a primeira crise interna e causa a saída progressiva dos elementos destacados do nacionalismo liberal antieuropeísta e a tomada da estrutura do partido pelos seus opositores. Em relação às europeias, o Chega consegue uma coligação eleitoral com dois partidos de direita – o Partido Popular Monárquico (PPM) e o Partido Pró-Vida (PPV) – e com o Movimento Democracia 21. Também neste caso, surgem problemas. Por um lado, o PPM vivencia um duro confronto interno entre o presidente e a vice-presidente do partido, esta última contrária à coligação com o Chega, cujo populismo considera antitético à tradição humanista do partido monárquico e prejudicial ao seu desempenho eleitoral. Por outro lado, a registo do nome “Chega” da coligação é repetidamente rejeitada pelo TC, por corresponder ao nome do partido de Ventura, em fase de legalização. Ultrapassados positivamente tanto os problemas com o PPM, como o do nome da coligação, através do sinónimo final “Basta”, André Ventura protagoniza uma campanha eleitoral baseada nos temas clássicos do populismo: a valorização da soberania nacional dentro de uma União Europeia que não se quer federal; o combate à imigração ilegal e ao terrorismo internacional; a defesa da identidade cultural da Europa perante o mundo islâmico e o laicismo das esquerdas. O resultado eleitoral das europeias de 2019 é bastante decepcionante, com apenas 49.496 votos, correspondente a 1,49% do eleitorado, que não permite eleger nenhum eurodeputado. Apesar do Chega ter contribuído com quase 20.000 votos ao resultado da coligação, o projecto “Basta”, pensado inicialmente numa perspectiva de médio-longo prazo até pelo menos às legislativas, desmorona rapidamente, com o abandono da coligação por parte do PPM e da Democracia 21. A performance negativa não é exclusiva da coligação “Basta”, mas

é comum aos partidos de direita.

Terminada a campanha para as europeias, o Chega, agora já registado como partido no TC, preocupa-se com a estruturação interna. Em junho de 2019, é celebrada a I Convenção Nacional para a eleição dos órgãos dirigentes, que permite ao partido enfrentar, a partir do verão, o momento mais importante de 2019: a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 6 de outubro de 2019. Esta é a primeira prova de força para o ainda pequeno núcleo de militantes do Chega que consegue, em poucas semanas, compor e apresentar listas eleitorais em todo o território nacional, a partir dos pequenos grupos distritais que se forma através principalmente das redes sociais.

Neste caso, a campanha eleitoral de André Ventura é centrada nos chavões clássicos que o caracterizam desde 2017: a castração química para pedófilos, a cadeia perpétua para homicídios particularmente hediondos, a tolerância zero com a microcriminalidade dos bairros periféricos e com a subsidiodependência das minorias étnicas. A estes junta o discurso mais virado para a contestação do sistema, com a crítica à corrupção, ao sistema de compadrios de PSD e PSD e com a proposta para a fundação de uma IV República, através da uma profunda revisão constitucional de teor presidencialista, com diminuição do número de deputados.

A campanha eleitoral não desperta um particular interesse por parte da comunicação social. Neste sentido, ao Chega é reservado o mesmo pouco espaço dos demais pequenos partidos – como demonstra o relatório da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) de Março de 2020 – conseguindo aproveitar apenas uma certa hostilidade de alguns jornalistas para o fortalecimento da imagem de partido antissistema nas redes sociais.

De facto, só com a eleição de André Ventura ao Parlamento português começa o segundo ciclo da vida do Chega. No ano que intercorre do verão de 2019 ao verão de 2020, o Chega passa de um pequeno partido com 700 filiados para um partido com 15 mil filiados, com órgãos distritais organizados em todo o território nacional e filiação oficializada no grupo europeu Identidade e Democracia (julho de 2020), liderado pelos populistas de direita italianos da Lega Nord, de Matteo Salvini, e franceses do Rassemblement National, de Marine Le Pen. O crescimento exponencial é muito determinado pela atenção mediática reservada a André Ventura após a sua eleição: o neodeputado torna-se presença constante nos jornais, com contacto directo com o grande público, já sem filtro das redações. As suas primeiras aparições televisivas como deputado único do Chega tornam-no o convidado pária entre os demais partidos parlamentares, potenciando, nas redes sociais, a sua capacidade de se apresentar como político antissistema. Os números da presença do Chega na internet (nas redes sociais e no Youtube com o próprio

canal ChegaTV) reflectem um partido com crescente capacidade de atracção da militância virtual. Este crescimento exponencial causa suspeitas, levantadas pela imprensa, de técnicas de manipulação da opinião pública alegadamente através de 20.000 perfis falsos.

A partir de 2020, André Ventura e o Chega tornam-se, assim, presença constante na comunicação social. O partido opera seguindo duas linhas paralelas. Por um lado, o trabalho parlamentar, que o tornará o mais produtivo entre os pequenos partidos em termos de iniciativas parlamentares apresentadas. Por outro lado, sem dúvida mais incisivo, as polémicas mediáticas provocadas regularmente por André Ventura. Promovidas em diferentes âmbitos, as polémicas mais ásperas têm a ver com o tema quente do racismo. André Ventura e o Chega tornam-se, de facto, os promotores de um contra-movimento de oposição a muitas das reivindicações mais polémicas dos movimentos antirracista e dos afro-descendentes, respaldados pelos partidos de esquerda radical – principalmente o BE – e agora também por três deputadas afrodescendentes eleitas no parlamento nas fileiras do BE, do Livre e do PS respectivamente. Neste contexto, em particular, são de destacar as polémicas com a deputada do Livre (hoje independente) Joacine Katar Moreira e com o jogador da selecção Ricardo Quaresma. No primeiro caso, Ventura aproveita uma proposta da deputada Katar Moreira de descolonização da cultura portuguesa. Perante o pedido de devolução aos países de origem das obras de arte africana guardadas nos museus portugueses, Ventura convida à devolução também da deputada proponente ao seu país de origem (Guiné Bissau) para terminar com o alegado vilipêndio da história e da cultura nacional. No segundo caso, Ventura aproveita o episódio pontual da recusa da comunidade cigana da vila de Moura em submeter-se ao teste covid e pede o confinamento generalizado das comunidades ciganas, para controlos sanitários, com o intuito de denunciar novamente a alegada impermeabilidade às regras do Estado de direito desta minoria étnica. As declarações do líder do Chega são acusadas de racismo explícito pelo jogador da selecção Ricardo Quaresma, de origem cigana, causando um forte impacto nos media e nas redes sociais.

Estes primeiros episódios polémicos são potenciados pela decisão de André Ventura de convocar, no verão de 2020, contra-mobilizações de rua do partido em resposta à mobilização promovida pelas esquerdas e pelos movimentos sociais antirracistas por ocasião da morte do norte-americano Jorge Floyd, por mão de um polícia e do assassinado de um actor de teatro afrodescendente, em Lisboa, por mão de um português branco, com insultos racistas. Nos dois casos, o Chega manifesta-se com cortejos e concentrações de algumas centenas de militantes, a 27 de junho e a 2 de agosto, respectivamente, com o lema “Portugal não é racista”, para contestar

a campanha contra o racismo estrutural e institucional, promovida pelas esquerdas.

A radicalização do discurso do partido acerca das minorias étnicas e da questão do racismo estrutural é acentuada também pelas sucessivas reportagens dos órgãos de comunicação, em particular as revistas *Sábado* e *Visão*. Estes semanários acusam o Chega de ter, entre os seus dirigentes máximos, extremistas de direita (em particular o vice-presidente Diogo Pacheco de Amorim vindo da direita radical dos anos de 1970, o presidente da mesa da Assembleia, Luís Filipe Graça, vindo do PNR, e o dirigente Nelson Dias da Silva, vindo da associação cívica anti-imigração Portugueses Primeiros); de ter o apoio do lóbi evangélico português, numa rplica da operação feita pela direita cristã brasileira com Jair Bolsonaro; de ser sustentado por uma teia de empresários com negócios e reputação frequentemente duvidosos.

A infiltração da extrema-direita é sem dúvida a acusação que preocupa mais a cúpula do partido, quer por uma questão de imagem, quer pela efectiva passagem de vários militantes da área nacionalista tradicional para o Chega. Perante o forte crescimento do partido em termos de filiados, o fenómeno da entrada de extremistas de direita é, comparativamente, bastante residual, devido à própria consistência numérica desta área em Portugal. Na verdade, André Ventura e a esmagadora maioria dos quadros do Chega – não apenas os fundadores, mas também os que foram eleitos ao longo dos meses na estruturação das distritais – não provêm da direita radical clássica portuguesa. Vêm das bases dos partidos parlamentares (PS, PSD, CDS) e do abstencionismo. Os três dirigentes apontados como extremistas de direita tiveram uma passagem pontual no nacionalismo radical: Diogo Pacheco de Amorim militou no nacionalismo juvenil dos anos de 1960 e nos grupos clandestinos da transição nos anos 1970, mas fez a sua carreira toda no CDS e no PND, entre os anos 80 e o princípio do século XXI; Luís Filipe Graça teve 30 anos de militância no PSD, com uma passagem final de apenas 2 anos no PNR de onde saiu em polémica com a linha tradicional da direcção; Nelson Dias da Silva, finalmente, vem do PS, tendo-se aproximado à área nacionalista aquando da crise dos refugiados de 2015, sem, contudo, partilhar daquela cultura política nas suas raízes doutrinárias. A ausência de raízes do Chega da ultradireita nacional clássica não é excepcional. Vários líderes da nova direita radical europeia provêm dos partidos *mainstream*, sem nenhum passado nas ultradireitas nacionais: o holandês Geert Wilders, o italiano Matteo Salvini e o britânico Nigel Farage, só para fazer alguns exemplos.

Ao longo dos meses, o partido habituou-se a conviver com esta acusação. Internamente aperfeiçoou os instrumentos de triagem dos novos filiados, principalmente através do Conselho de Jurisdição, mas já não demonstra o abalo dos primeiros meses perante reportagens de denúncia. Isto deve-se também ao facto

de André Ventura ter, nos últimos tempos, ocupado palcos bastante importantes e mais apelativos para a comunicação social. Trata-se, em particular, da decisão de concorrer às eleições presidenciais de Janeiro de 2021, contra o actual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, histórico do PSD, cuja recandidatura é hoje apoiada oficialmente pelo primeiro ministro socialista António Costa e por personalidades de esquerda e de direita. O apoio socialista gerou, assim, alguma celeuma nas direitas parlamentares que se encontram, agora, na posição desconfortável de ter que ir ao reboque do centro-esquerda e de evitar, ao mesmo tempo, que André Ventura se torne o candidato alternativo da direita. Por outro lado, a esquerda PS e as esquerdas radicais também se encontram na necessidade de desmarcar-se do social-democrata Marcelo Rebelo de Sousa, mas ao mesmo tempo marcar uma posição forte contra o candidato da extrema-direita. De facto, o líder do Chega aproveitou a convergência das esquerdas e das direitas *mainstream* no nome de Rebelo de Sousa para promover-se novamente como o verdadeiro candidato antissistema. No momento actual, as previsões para as presidenciais apontam para uma vitória à primeira volta do actual Presidente da República com percentagem significativa próxima do 70% de votos. As sondagens atestam André Ventura a 7% das preferências dos eleitores, igualando, assim, os demais candidatos mais favorecidos das esquerdas. A campanha presidencial será, sem dúvida, uma oportunidade importante para André Ventura consolidar a sua imagem de líder da nova direita antissistema, apelativa para os muitos descontentes.

CONCLUSÕES

O Chega continua a ser apontado, também nalguns meios académicos, como um partido racista, fascista, perigoso para a democracia portuguesa. A análise da cultura política dos seus fundadores, dos programas políticos do partido, da estratégia discursiva do seu líder André Ventura, dos anseios da sua base de apoio, expressos principalmente através das redes sociais, enquadram o partido claramente na família política do populismo de nova direita radical.

O Chega é um partido populista por apresentar, na sua base, uma mundividência dicotómica entre um povo virtuoso e a elite político-económica corrupta, que o atraiçoa há quase meio século. Esta mundividência é traduzida por André Ventura, que se apresenta como o porta-voz deste povo atraído, cujo objectivo deve ser reconquistar a democracia capturada pelas elites do sistema. O antielitismo é evidente no ataque ao politicamente correcto, apontado como a estratégia das elites para silenciar o povo – a alegada impossibilidade de criticar a minoria étnica cigana é exemplo disso – e na confrontação directa com as instituições, como no caso das acusações de censura lançadas contra o presidente

da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, em dezembro de 2019, por ter repreendido publicamente o deputado Ventura pela linguagem utilizada no plenário. A semelhança dos congéneres europeus, o populismo do Chega resolve-se numa estratégia discursiva baseada em chavões de teor legalista, securitário e antielitista. Por intermédio desta estratégia discursiva, o Chega pretende diferenciar-se dos demais actores políticos, principalmente das direitas, conquistar a atenção constante dos media e proporcionar uma oferta facilmente compreensível por parte daquele sentimento difuso de antipolítica existente em Portugal e até agora não explorado, até às últimas consequências, por nenhum actor político.

Quanto ao radicalismo do Chega, as duas componentes do nativismo e do securitarismo estão ambas presentes no ADN do partido. A agenda legalista e securitária de André Ventura e dos quadros do Chega, aliás, é sobressaliente em comparação à questão étnica, apesar do envolvimento frequente do partido na acusação de racismo. Os indicadores mais significativos são a proximidade às Forças de Segurança – em particular aos grupos inorgânicos externos às organizações sindicais como o Movimento Zero – e as iniciativas legislativas para a introdução da cadeia perpetua e da castração química, inusuais para a cultura política portuguesa, embora existentes em outras democracias europeias sem ser sinónimo de radicalismo de direita. Menos clara é a apetência do Chega para o modelo iliberal de democracia. Não há dúvida de que o conservadorismo nos valores hostiliza claramente o modelo de sociedade aberta, mas, no que diz respeito aos modelos institucionais, não há uma particular predileção para a democracia directa em detrimento da democracia representativa, nem uma apetência para a concentração dos poderes. A democracia autoritária, aliás, é uma acusação lançada pelo Chega contra os partidos *mainstream*, acusados de ter montado uma teia de compadrios entre poder político, económico, judicial, nos grandes escândalos de corrupção e de conluio entre os órgãos da comunicação social e os partidos de governo.

O nativismo permanece o tema mais controverso de análise do Chega. Nas ciências sociais, é frequente interpretar o discurso securitário e/ou culturalista dos populismos de direita radical como disfarce (consciente ou inconsciente) do racismo biologista clássico. Nesta senda, os detractores do Chega o apelidam abertamente de partido racista, principalmente em virtude das declarações bombásticas do líder. Os escassos estudos exploratórios sobre o partido apontam, por um lado, um claro pendor de xenofobia cultural (Carvalho 2020), mas, por outro lado, demonstram como a base eleitoral não apresente uma postura particularmente negativa face ao tema da imigração, principalmente se comparada com os eleitores dos outros partidos portugueses (Magalhães 2020).

Questionados sobre as posições do partido face ao carácter étnico ou cívico do nacionalismo do partido, os fundadores tendem a apresentar uma imagem da base militante com diferentes matizes, equidistantes, todavia, dos dois extremos do identitarismo puro e da sociedade aberta regulada permissiva em termos de leis de imigração e de nacionalidade (Marchi 2020). O Chega parece, assim, mais inspirado por um nacionalismo de estilo jacobino, que reconhece todos os cidadãos portugueses iguais perante a Lei, sem distinções, principalmente de etnia, raça e religião. Esta posição tem alguns elementos caracterizantes. É reconhecida a identidade portuguesa das minorias étnicas – nomeadamente os afrodescendentes oriundos das antigas colónias portuguesas e os ciganos com presença secular em Portugal – mas por meio de um processo de assimilação, sem políticas de discriminação positiva, acusadas de aprofundarem a fragmentação da comunidade nacional em guetos identitários. O Chega acusa de xenofilia irresponsável as políticas migratórias implementadas pelas elites políticas e económicas portuguesas, assim como as aberturas introduzidas na lei de nacionalidade. O partido advoga políticas mais restritivas de controle e selecção dos migrantes, em função das necessidades económicas do País e da defesa dos trabalhadores nacionais. Rejeita a utilização das migrações como remendo ao declínio demográfico dos portugueses.

A ideia do nacionalismo jacobino encontra-se também na questão islâmica. À semelhança dos populismos europeus congéneres, o Chega reivindica as raízes cristãs da identidade europeias. Contudo, a posição em relação ao Islão é determinada muito em função da concepção laica do Estado, incompatível, para o partido, com a confusão entre o político e o religioso própria daquele monoteísmo. O aumento das comunidades islâmicas na Europa é visto, assim, como um perigo para o agravamento do choque de civilizações e das ameaças à segurança interna determinadas pelo terrorismo internacional. Os opositores do Chega denunciam o alarmismo do partido populista nestes temas, em decorrência da baixa percentagem de imigrantes, principalmente islâmicos, em Portugal. A crítica não demove os adeptos de Ventura. Para eles, a realidade portuguesa não deve ser comparada com países de forte imigração como França, Bélgica, Alemanha, Itália, mas com países como Polónia e Hungria, cujas políticas migratórias visam exactamente a evitar a replicação dos casos ocidentais citados. Neste aspecto, a posição do Chega está alinhada com o populismo europeu de direita, uma vez que a ciência política já demonstrou não existir uma correlação necessária entre sentimentos de rejeição da imigração e níveis reais de migrantes presentes no território. Da mesma forma, como em outros países ocidentais, as críticas do Chega à imigração e ao Islão não são consequência directa – nem causa, embora para isso

ainda seja demasiado cedo para avançar hipóteses – de um crescimento dos índices de xenofobia e islamofobia nas últimas décadas (Eatwell & Goodwin, 2018).

No que diz respeito à estruturação do partido, a dinâmica de crescimento não evita a permanência de fortes factores de fragilidade, percebidos pelos próprios fundadores do partido, pelo seu líder e pelos demais quadros que ingressaram ao longo dos meses, até com posições de destaque. A mais-valia incontestada do partido continua a ser considerada o próprio André Ventura. As suas características de líder jovem, mediático, politicamente pragmático, ideologicamente flexível, estrategicamente arrojado, torna-o uma figura de destaque entre as lideranças das direitas portuguesas dos últimos anos e totalmente inovadora na área à direita do CDS, desde 1974. Estas características permitem-lhe congregiar pessoas vindas de diferentes quadrantes políticos e da abstenção. O seu percurso desde as autárquicas de Loures, contudo, tornou o seu projecto político altamente personalizado. Hoje André Ventura é o Chega e o Chega é André Ventura. A sua liderança é incontestada. As suas demissões da presidência, anunciadas em abril de 2020, não passam de uma tática para repor a ordem nas diatribes internas que se multiplicam entre os filiados, empenhados na conquista de lugares cimeiros da estrutura periférica. Neste momento, no partido, todos sabem que o projecto existe até existir a figura de André Ventura. E ninguém está disponível para o desafiar, não tanto por adesão acrítica à linha do presidente, quanto por falta objectiva de apoio interno. Os descontentes com os desfechos das eleições distritais – o caso mais eclatante são as sucessivas crises na eleição dos dirigentes da importante distrital do Porto em julho de 2020 – preferem abandonar o partido, criticando-o na comunicação social e nas redes sociais. Deste ponto de vista, André Ventura demonstrou algum problema de liderança, desde os primeiros meses de existência do partido, na gestão dos conflitos internos, conseguindo raramente o compromisso entre as partes e perdendo frequentemente militantes e peças inteiras do partido ao longo do percurso. Em qualquer dos casos, não há sinais, para o futuro próximo, de uma diminuição desta personalização, o que determina uma certa vulnerabilidade da estrutura, no meio-longo prazo, exposta às vicissitudes do seu líder.

No que diz respeito ao partido, a atractividade da estratégia discursiva desafiadora de Ventura junto dos eleitores descontentes, é acompanhada por uma diversidade de posições dos filiados face aos postulados dos documentos programáticos. No Chega, os quadros são muito menos homogêneos ideologicamente e muitos mais abertos a remodelar o ideário do partido segundo as contingências e conveniências do crescimento do partido. Este é, ao mesmo tempo, uma força e uma fraqueza. É uma força porque aumenta a capacidade de captação de quadros, graças também a crise dos demais concorrentes de

centro-direita que estão a perder filiados e eleitores. Do lado do Chega, os atuais dirigentes estão empenhados, por um lado, em evitar a entrada de grupos organizados intencionados a colonizar o partido e, por outro lado, em manter uma linha de populismo de direita, mais virado para a contestação ao sistema e à esquerda radical, do que para as questões identitárias. O intuito é maximizar a capacidade de captação do maior número de descontentes de todo o espectro político, inclusive da abstenção.

Menos claro é o impacto sobre o Chega da forma como a comunicação social trata o partido. Órgãos de imprensa importantes e vários jornalistas e analistas de renome já demonstraram a hostilidade em relação ao partido. As crises internas ao Chega tornaram-se fonte de ataque ao partido nos media, graças, também, à disponibilidade dos descontentes, ainda pertencente ao partido ou já saídos, de tornar públicas querelas internas. Até agora, as ofensivas mediáticas não parecem ter causado grande dano à afirmação do Chega junto da sua área de referência. Muito pelo contrário, a estratégia de vitimização perante a chamada “imprensa de regime” parece ter valorizado a alegada carga antissistema do partido. A imagem pública, contudo, será um aspecto importante com que o partido terá que se preocupar no futuro, principalmente no sentido do André Ventura ser ladeado por outras personalidades – agora inexistentes – que sejam porta-vozes credíveis e apelativos da agenda política do Chega.

Finalmente, os sinais de radicalização como a recente adesão do Chega à ID na Europa e o convite oficial ao líder húngaro Vítor Orban para participar na II Convenção Nacional de Setembro de 2020 não permitem ainda prever o caminho que o partido trilhará nos próximos anos. As aberturas, ainda tímidas, vindas dos partidos de centrodireita, terão sem dúvida um efeito na linha do partido, como já aconteceu para outros congéneres europeus entrados na órbita governamental (Bale, 2003).

REFERÊNCIAS

- Almeida, F. Chang de (2015). “A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet”. In *Estudos Ibero-Americanos*, 41(1), pp. 98-125.
- Almeida, F. Chang de (2012). “A ‘Nova’ Extrema-Direita: O carácter Grupuscular Das organizações Neofascistas Em Portugal E Na Argentina”. In *Locus: Revista De História*, 18(1), pp.187-208.
- Bale, T. (2003). “Cinderella and her ugly sisters: the mainstream and extreme right in Europe’s bipolarising party systems”. In *West European Politics*, 26(3), pp.67-90.
- Carvalho, J. (2020). “Understanding the electoral breakthrough of extreme right parties: the end of Portuguese’s exceptionalism in the late 2010s”, *Work in progress*

- Eatwell, R. Matthew G. (2018). *National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy*, Londres: Pelican.
- Georgiadou, V., Lamprini R., Costas R. (2018). “Mapping the European far right in the 21st century: A meso-level analysis”, In *Electoral Studies*, 54, pp.103-115.
- Ignazi, P. (1992). “The silent counter-revolution. Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe”, In *European Journal of Political Research*, 22(1), pp.3-34.
- Magalhães, P. (2020). “O que pensam os que votaram no Chega?”, In *Margens de Erro*, 22 de Fevereiro, <https://www.pedro-magalhaes.org/blog/>
- Magalhães, P. (2019). “Populismo em Portugal: um gigante adormecido”, In *Expresso*, 1 de Junho.
- Marchi, R. (2020). *A Nova Direita Anti-Sistema. O Caso do Chega*. Lisboa: Edições 70.
- Marchi, R. (2019). *The Portuguese Far Right between late authoritarianism and democracy (1945-2015)*. Londres: Routledge.
- Mendes, M. S., Dennison, J. (2020). “Explaining the emergence of the radical right in Spain and Portugal: salience, stigma and supply”. In *West European Politics*, DOI: 10.1080/01402382.2020.1777504
- Morgado, M. e Ramos, R. (2019). *Linhas Direitas. Cultura e Política à Direita*. Lisboa: Dom Quixote.
- Mudde, C. (2000). *The ideology of the extreme right*. Manchester: Manchester University Press.
- Neto, O. Caldeira (2019). “Nação, história e direita radical. Partido Nacional Renovador (PNR, Portugal) e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona, Brasil) em comparação”. In Sarmiento da Silva, E., Pereira, Leandro Gonçalves (Orgs). *Abordagens cruzadas no mundo atlântico: relações contemporâneas entre a Península Ibérica e a América Latina*. Rio de Janeiro: Autografia, pp.245-264.
- Paris, A., Marchi, R., Raimundo, F. (2019). *Breve História do CDS - Partido Popular*. Lisboa: Público.
- Pinto, A. Costa (2019). “Maus resultados eleitorais forçam direita a adotar nova estratégia”. In *O Jornal Económico*, 15 de Junho.
- Pinto, C. G. (2020). *A Força das Ideias - Histórias de Uma Eleição*. Lisboa: Alêtheia.
- Silva, M. Ferreira da (2020). *Obrigado pela Democracia, Agora Queremos Liberdade*. Lisboa: Alêtheia.
- Teixeira, N. S. (2019). “O país em que o populismo não dá votos”. In *Público*, 22 de Maio.
- Zúquete, J. P. (2007). “Portugal: A new look at the extreme-right”. In *Representation*, 43(3): 179-198.

Longe de voltar a discutir as grandes teorias do populismo, o objetivo do livro "Populismo: teorias e casos" é apresentar um diálogo interdisciplinar entre cientistas políticos, economistas e historiadores internacionalmente reconhecidos como especialistas no tema em questão.

As contribuições apresentam teorias originais e inovadoras, frutos de longas reflexões e de rigorosos trabalhos de campo sobre casos específicos, divididas em duas partes.

Na primeira parte, o leitor encontra estudos de cunho teórico político voltados para uma história conceitual, global, do populismo, enquanto a segunda parte se dedica à análise de casos nacionais, representando o crescimento do populismo ao redor do mundo com foco privilegiado no Brasil, no Portugal e na Itália – considerados laboratórios contemporâneos das principais tendências populistas em países latino-americanos e europeus, respectivamente.

Trata-se também de uma iniciativa para incentivar as ciências sociais europeia, norte-americana e latino-americana a colaborar no terreno comum da construção de redes de integração e interdependência, que precisam ser fortalecidas com base em uma ciência social comprometida com a "transnacionalização" da cultura.

Textos de António Costa Pinto, Fabio Gentile, Federico Finchelstein, Stéphane Boisard, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Ivan Colangelo Salomão, Fernando Perlatto, Leonardo Avritzer, Odilon Caldeira Neto, José Pedro Zuquete, Goffredo Adinolfi, Riccardo Marchi.

